

A SOBREVIVENCIA DA VILA  
PLANALTO: de Acampamento  
Pioneiro a Bairro Histórico de  
Brasília.

Sandra Beatriz Barbosa de.C. Zarur

Orientadora: Maria Elaine Kohlsdorf

Dissertação apresentada ao  
Programa de Mestrado em  
Planejamento Urbano do  
Departamento de Urbanismo da  
Universidade de Brasília, 1991

À MARCIA. À HELENA

e

AO GEO, MEU COMPANHEIRO DE TODOS OS MOMENTOS



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Yeda, que me apresentou a Vila Planalto, despertou meu interesse por preservação histórica e participou das alegrias e ansiedades que resultaram nesta dissertação. Aos participantes do GT-Brasília, especialmente Briane, Walter, Silvio e aos companheiros de trabalho do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico quero dizer o quanto apreciei a experiência de trabalhar com a História de Brasília.

Ao CDS/CEBEM-Vila Planalto, nas pessoas de Assunção e Concilia, que gentilmente alojaram nosso escritório de trabalho e cooperaram articulando contatos e reuniões com os moradores, não posso deixar de dizer como foi importante este auxílio para o desenvolvimento da pesquisa.

A minha orientadora e amiga Maria Elaine Konisoori gostaria de agradecer a dedicação e o empenho durante a longa jornada dos trabalhos do GT-Brasília até a conclusão da dissertação. Acompanhou-me incansavelmente nos momentos de angústia inerentes a tarefa de redigir uma dissertação, sempre indicando o caminho para sair dos impasses. As falhas do trabalho são, assim, de minha inteira responsabilidade.

Ao professor do Departamento de Antropologia Gustavo Lins Ribeiro, que desprendidamente me auxiliou durante a elaboração do projeto, estou profundamente grata. A sua colaboração foi característica dos verdadeiros professores. Aos professores José Carlos Coutinho e Sueli

Gonzales agradeço as sugestões oferecidas na defesa do projeto, que muito me auxiliaram no desenvolvimento da dissertação.

Ao professor Aldo Faviani, do Departamento de Geografia, agradeço a oportunidade de participar do NEUR. Os debates com os colegas muito enriqueceram minha visão sobre os problemas urbanos de Brasília, especialmente aqueles enfrentados pelas camadas menos favorecidas da população.

Ao programa de mestrado em Planejamento Urbano quero agradecer a oportunidade de enveredar por estudos multi disciplinares e o agradável convívio com os colegas, funcionários e professores. Ao Maninho, João, Aldemir e Dê-lyrene estou agradecida pela permanente atenção ao longo de todo o curso.

Ao CPD - SAU da UnB, especialmente ao Vitor e Etelvina, agradeço o auxílio no processamento dos dados e o alerta e a identificação de incorreções na aplicação dos questionários de pesquisa.

A CAPES, agradeço por me fornecer a bolsa de estudos durante a maior parte do curso de mestrado.

Agradeço aos moradores da Vila Planalto, com quem trabalhei, o agradável convívio e a riqueza de informações sobre suas vidas em Brasília. Também sou muito grata a todos, que como a Helena, gentilmente leram e opinaram sobre o trabalho, ou que, de alguma maneira contribuíram para que pudesse concluí-lo.

A Yara, que me ajudou na escolha das fotos e no preparo das ilustrações da dissertação, agradeço não só o companheirismo e o apoio permanente, como também o empréstimo do seu atelier para redigir a dissertação.

Finalmente, a minha família, a quem dedico este trabalho, quero agradecer a ajuda, a paciência e a compreensão que tiveram para comigo durante as fases difíceis de quem está escrevendo. Gostaria muitíssimo que meu pai pudesse ter visto a conclusão do trabalho e a minha mãe agradeço a alegria da sua presença.

## RESUMO

O trabalho descreve um conjunto de acampamentos pioneiros de Brasília denominado Vila Planalto. Busca situá-la e aos seus habitantes em uma perspectiva histórica e examina as condições de sua permanência até o seu tombamento como patrimônio cultural.

O controle sobre o espaço dos acampamentos persistiu na Vila Planalto, inicialmente por intermédio das firmas construtoras e depois pelo governo. Tais relações de poder projetadas no espaço constituem uma das explicações para sua permanência. A Vila Planalto ficou circunscrita a um território progressivamente menor, tornando-se pouco visível ao longo do tempo, e não ameaçando assim, a modernidade da nova capital.

Outras possibilidades de explicação para sua sobrevivência derivam da construção da identidade de pioneiro, que proporcionou a base para uma ação comum. As relações com pessoas influentes foram usadas pelos moradores para obter a continuidade do assentamento. A manipulação da ideologia da preservação histórica foi outro fator que também propiciou a regularização da Vila Planalto.

## ABSTRACT

This thesis studies a setting of pioneer work camps of the construction of Brasilia called Vila Planalto. Its spatial arrangements and social life are considered from an historical perspective to explain its permanence until 1988, when it was protected as "Cultural Heritage".

One of the reasons for the survival of Vila Planalto was the control of space by the contractors who built Brasilia and later by the state. Its territory became smaller along the years becoming less visible and avoiding a sharp contrast with the modern architecture of the Brazilian new capital.

Other reason for its survival was the manipulation of the identity of "pioneer, which set the basis for popular organization and common action. The Vila Planalto dwellers also used their relationship with influential people to keep their home in the same place. They finally got the guarantee of their permanence by the successful manipulation of new policies of "historical heritage".

## INDICE:

AGRADECIMENTOS.	
RESUMO e ABSTRACT.	
LISTA DE FIGURAS.	
LISTA DE FOTOS.	
LISTA DE SIGLAS.	
INTRODUÇÃO.	1
CAPITULO I: REFERENCIAL TEORICO METODOLOGICO.	8
CAPITULO II: A VILA PLANALTO. UMA PERSPECTIVA HISTORICA.	27
CAPITULO III: A VILA PLANALTO NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA.	
- O Simbolismo da Construção.	71
- "Grandes Projetos" e "Instituições Totais".	74
- Imobilização da Força de Trabalho pela Moradia.	87
- Identidade.	94
- Aliciamento e Fluxos Migratorios.	98
- Configuração Espacial e Hierarquia Ocupacional.	104
- Isolamento, Aparato de Vigilância e Controle.	111
- Ambigüidade Jurídica e Controle.	114
CAPITULO IV: A VILA PLANALTO APÓS A INAUGURAÇÃO DA CAPITAL.	
- Alterações com o Rito da Inauguração.	117
- Regionalismo e Identidade de Pioneiro.	131
- Moradia e Internalização da Dominação.	138
- Manipulação de Relações Sociais para a Permanência dos Acampamentos.	144
- Controle e Estigma.	154
CAPITULO V: A VILA PLANALTO APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA CAPITAL.	
- O "Encolnimento" da Vila Planalto.	158
- Ideologia de Preservação e Mobilização Popular:	
-- As associações na Vila Planalto.	168
-- A Nova Política de Proteção Cultural	173
-- Atuação do GT-Brasília.	175
-- O Movimento Pró-Fixação.	177
-- A Vila Planalto tombada como bairro histórico.	182
CAPITULO VI: CONCLUSÕES.	185
NOTAS	200
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	206

## LISTA DE FIGURAS

01 - Palacio da Alvorada, Brasilia Palace Hotel e Vila da Paine.	28
02 - Acampamentos Novos da RABELLO, PACHECO FERNANDES, Vila Amauri e futuro Iate Club de Brasilia.	30
03 - Mancha Urbana dos Acampamentos Originais da Vila Planalto.	31
04 - Mapa de Localização Urbana do D.F. e Entorno.	32
05 - Foto Aerea Ampliada da Vila Planalto em 1986.	34
06 - "Encolhimento" da Vila Planalto de 1960 e 1988.	35
07 - Anexos, Mocó, Maracuja e Do Re Mi.	37
08 - Localização dos Equipamentos Urbanos e Servicos.	53
09 - Acampamentos Erradicados.	60
10 - Mancha Urbana da Vila Planalto.	62
11 - Macro Parcelamento.	66
12 - Micro Parcelamento.	67
13 - Tabelas Demograficas.	70
14 - Organização Hierarquica de um Acampamento.	80
15 - Area dos Solteiros e dos Casados.	84
16 - Acampamentos Autonomos.	105

## LISTA DE FOTOS

01 - Antigos galpões do DTUI.	38
02 - W S K.	39
03 - PEDERNEIRAS.	39
04 - NACIONAL.	40
05 - "Rua Nova".	41
06 - Campo de Futebol do DFL.	42
07 - Tanques Coletivos.	45
08 - EBE.	47
09 - EMULPRESS.	47
10 - TAMBORIL.	48
11 - Peixe vivo.	54
12 - Fazendinha da PACHECO FERNANDES.	57
13 - Antigo Bar/Mercearia e atual Pre-Escola.	57
14 - Casas novas.	58
15 - Vegetação da Vila Planalto.	61
16 - Edificação em Bom Estado de Conservação.	68
17 - Edificações em Mau Estado de Conservação.	69
18 - Começo de Brasília.	71
19 - Time de futebol.	81
20 - Primeiros Acampamentos.	88
21 - Exemplo de edificações Bem Conservadas.	89
22 - Avenida JK do Acampamento da RABELLO.	90
23 - Antiga casa do Presidente da RABELLO.	107
24 - Acabamentos em madeira.	108
25 - Armazem.	108



26 - Vista do TAMBORIL "rico" ou "de cima".	109
27 - Exemplo de edificações "pobres" ou "de baixo".	109
28 - Vila Planalto e Plano Piloto.	120
29 - Vila do IAPI.	121
30 - Proximidade ao Plano Piloto.	121
31 - Acampamento proximo a Praça dos Tres Poderes.	123
32 - Possivel residencia funcional.	126
33 - Alojamentos Coletivos transformados em residencias.	127
34 - Localização privilegiada da Vila Planalto.	130
35 - "Pau-de-arara".	137
36 - Alojamento coletivo transformado em residências.	142
37 - Casas de funcionarios das construtoras.	143
38 - Casas isoladas do tipo do Tamboril ou Fazendinha.	149
39 - Local do antigo cinema na Praça da RABELLO.	151
40 - Igreja da Vila e Praça da RABELLO.	156
41 - Antiga escola da Vila Planalto.	157
42 - Foto Aerea da Vila Planalto 1991.	163
43 - Antiga igreja da RABELLO transformada em marcenaria.	166
44 - Posse do Conselho de Moradores da Vila Planalto.	184
45 - Fotos Aereas da Vila Planalto de 1990.	185

IAPI Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INIC Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

INPS Instituto Nacional de Previdência Social.

JK Juscelino Kubitschek de Oliveira.

LBA Legião Brasileira de Assistência.

NOVACAP Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

PRONAV Programa Nacional do Voluntariado.

SAB Sociedade de Abastecimento de Brasília.

SERFHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

SHEB Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília.

SHIS Sociedade de Habitações de Interesse Social.

SIA Setor de Indústria e Abastecimento.

SSS Secretaria de Serviços Sociais.

TELEBRAS Companhia de Telecomunicações Brasileiras.

TELEBRÁSILIA Companhia de Telefones de Brasília.

TERRACAP Companhia Imobiliária de Brasília.

UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

## INTRODUÇÃO.

Esta dissertação busca explicar as razões da permanência da Vila Planalto. São investigadas as relações sociais, políticas e econômicas com o seu ambiente externo e identificadas as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por sua população, especialmente a manipulação da identidade de "pioneiro" e do conceito de "preservação histórica", como instrumentos decisivos na luta para obter a regularização definitiva do assentamento. A retrospectiva histórica, aqui assumida, procura explicar a permanência de alguns dos acampamentos originais, até sua fixação como núcleo histórico, em 21 de abril de 1988.

As atividades do GT-Brasília - Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Natural de Brasília, criado em 1981 por Aloísio Magalhães, do qual participei (+), proporcionaram uma oportunidade única para se proceder a análise dos aspectos espaciais e socio-culturais do assentamento. A principal preocupação da proposta de fixação para a Vila Planalto, apresentada pelo GT-Brasília, foi a de resguardar as características sociais e espaciais fundamentais para sua identidade, enquanto acampamento pioneiro. Esta proposta resultou de um trabalho conjunto que envolveu o Ministério da Cultura (MinC), a Universidade de Brasília (UnB) e o Governo do Distrito Federal (GDF), com técnicos de diversas formações profissionais e representantes da população local. A

participação neste trabalho foi o ponto de partida para investigar as razões que permitiram à Vila Planalto permanecer, enquanto outros acampamentos pioneiros estavam sendo erradicados.

A urbanização peculiar aos acampamentos e às vilas operárias criou uma cadeia característica de relações institucionais e pessoais na Vila Planalto. A segregação, a vigilância e, ao mesmo tempo, a falta de privacidade estabeleceram espaços confinados onde a dominação sobre os trabalhadores deu-se por situações ritualizadas de controle, impostas pelas construtoras. Alguns destes aspectos disciplinares diminuíram ou desapareceram, após os ritos de inauguração, que evidenciaram o simbolismo atribuído a nova capital pela ideologia desenvolvimentista. Repetiu-se, em Brasília, o que ocorre nos assentamentos surgidos de "grandes projetos" (RIBEIRO, 1987) ou de "imobilização da força de trabalho pela moradia" (LEITE LOPES, 1988), quando, após a inauguração, a quebra do monopólio sobre o território tende a modificá-los radicalmente, transformando-os em bairros ou cidades, ou fazendo-os desaparecer.

O controle do espaço (GOFFMAN, 1961 e FOUCAULT, 1975), presente no território da construção, persistiu na Vila Planalto após 1960, ainda que de maneira ambígua. A fiscalização, anteriormente exercida pelas construtoras, passou sucessivamente para os órgãos do Governo do Distrito Federal: Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e após o

Tombamento Histórico, para o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA) da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. A Vila Planalto, regularizada, manteve muitos atributos que a caracterizaram como espaço controlado: os moradores não se tornaram proprietários das casas; o tombamento e a concessão de uso mantiveram a fiscalização a que ficam submetidos os núcleos históricos. Portanto, parece pertinente que a continuidade do controle do espaço por centros externos de poder possa explicar a permanência do assentamento.

A análise da Vila Planalto, como resultado da drástica redução de alguns acampamentos da época da construção de Brasília, torna-se extremamente relevante. Ao contrário da tendência predominante, seus acampamentos não foram todos erradicados e guardaram características de sua origem. As relações hierárquicas, surgidas ainda nos canteiros de obra, perpetuaram-se em Brasília, na interdependência estabelecida entre o centro do poder e as cidades-dormitório, acentuando a queda crescente na qualidade de vida das populações de menor renda. O crescimento desordenado dos assentamentos irregulares, como as invasões e os próprios acampamentos, complicou ainda mais os impasses enfrentados pelo poder público, em consequência do plano urbanístico original da cidade, que determinava usos exclusivos do solo, setorização rigorosa, sistema viário baseado em grandes distâncias entre centro e periferia, vazios que encarecem o fornecimento de serviços

publicos, áreas livres de manutenção dispendiosa e atividades eminentemente terciárias. Portanto, compreender a questão dos acampamentos pioneiros pode contribuir para otimizar os instrumentos legais, fiscais e administrativos, associados ao talento técnico necessário para acompanhar o processo urbano e solucionar os problemas do DF. (2)

A constante interferência do plano oficial da nova capital tolheu a atuação dos habitantes da cidade na criação de seu espaço e restringiu, durante muito tempo, o registro da sua história aos relatos oficiais dos feitos de seus idealizadores. Apesar das dificuldades, o regionalismo e o estabelecimento da identidade de pioneiro foram relevantes para manipular as relações sociais, visando a continuidade dos acampamentos depois de encerradas as obras. A origem distinta dos moradores da Vila Planalto, tanto pela procedência regional, quanto por sua posição social, implicou em diferentes critérios para a formação de uma identidade comum entre os trabalhadores e as figuras reconhecidas pela história oficial, como por exemplo, Juscelino, Israel Pinheiro, donos ou dirigentes das empreiteiras. Apesar da negligência com que foram registradas as experiências dos humildes construtores, criou-se uma mística de igualdade para os primeiros tempos da cidade. Este tipo de fraternidade, enfatizada pela propaganda, funcionou para legitimar a mudança da capital.

No caso em estudo, a categoria "pioneiro" foi de importância central para compreender tanto aspectos da

ideologia da época da construção de Brasília, quanto para a identidade contemporânea dos "candangos" e brasilienses. Os moradores da Vila Planalto souberam manipular em seu benefício essa identidade, que perpassou os diferentes estratos sociais e as diferentes fases do assentamento. Tal manipulação manifestou-se por características culturais e históricas, mais do que por aspectos estritamente étnicos, presentes nos casos de minorias (índios, negros e imigrantes). A faceta étnica, imbricada na cultura brasileira, evidencia-se porém, no próprio termo "candango", de origem africana, utilizado para designar os peões de obra de Brasília. Esta manipulação funcionou como um fator legitimador para reivindicar a permanência definitiva da Vila Planalto e ganhar a simpatia da opinião pública. Resultou também em que agentes sociais marginalizados tivessem seu papel reconhecido e garantida a sua moradia em um local onde, normalmente, a situação econômica não lhes permitiria.

Recentemente, surge a preocupação com o patrimônio contemporâneo (KOHLSDORF, 1989) e a "ideologia de preservação histórica", também passa a ser manipulada pelos moradores da Vila Planalto no seu processo de luta. A propósito, veremos como as políticas de preservação que privilegiam a temática físico-espacial tem predominado, e como ainda é restrito o conceito de preservação que articula aspectos morfológicos e sociais, transcendendo aos monumentos e aos referenciais da história vinculados apenas

às classes dirigentes. O processo desencadeado para a fixação da Vila Planalto constitui-se em um caso raro, de uso deste enfoque moderno de preservação, aproveitando o fato de Brasília ter sido reconhecida pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade. O seu estudo podera subsidiar o estabelecimento de metodologias de trabalho aplicaveis a locais sujeitos a medidas de proteção histórica, além de sugerir novos criterios para análise e seleção "do que" e "para quem" preservar.

O principal sentido deste trabalho vincula-se ao fato dos acampamentos pioneiros terem sido a primeira etapa da cidade, e assim seu estudo justifica-se por seu valor como testemunho de época. Investigar como evoluiu a ocupação de uma parcela privilegiada do território urbano do Distrito Federal constitui a contribuição historiografica desta dissertação para com o planejamento urbano em Brasília. Identificar quais as possíveis explicações para que a Vila Planalto, com sua população, tenha sobrevivido em cada período da cidade, enriquece o acervo sobre assentamentos irregulares, tão comuns nas cidades brasileiras.

O interesse no registro desta faceta complementar da história de Brasília justifica-se, também, pelo risco de se perderem os depoimentos dos indivíduos que construíram a cidade, fontes preciosas de informação. O empenho em explicar a permanencia da Vila Planalto fundamenta a possibilidade de contribuir para a memoria de Brasília, de registrar um universo social distinto para cada categoria de



pioneiro, de compreender, sob o ponto de vista daqueles que a construíram, o funcionamento das relações sociais estabelecidas ao longo da existência da nova capital.

As conclusões obtidas neste estudo poderão ser generalizadas para casos similares no Brasil, mesmo que não se refiram a acampamentos, mas tratem de permanência e de preservação socio-espaciais, ou da perda de acervo de conjuntos urbanos com valor histórico e cultural.

## I - REFERENCIAL TEORICO E METODOLOGICO

A questão da permanência de alguns dos acampamentos da Vila Planalto, enquanto a maioria tinha sido paulatinamente erradicada, despertou meu interesse ainda por ocasião da elaboração da proposta do GT-Brasília para a preservação de um dos mais íntegros testemunhos da construção da cidade. A escolha do local da pesquisa foi motivada pelo conhecimento previo do assentamento. O objeto de estudo, entretanto, construiu-se na busca de explicação para esta permanência.

O caminho trilhado nesta busca foi registrado depois da dissertação redigida, pois nas ciencias sociais, o metodo processual e aquele mais indicado para controlar a interferência da ideologia ja que, para DEMO (1989: 28):  
o "Objeto construido significa relação diversa entre sujeito e objeto, a começar pela sua problematização." e "A ciência e soente um modo possível de ver a realidade, nunca unico e final."

Um primeiro instrumento metodológico utilizado neste estudo foi o da periodização, tomando por base os reflexos da vida nacional sobre Brasília, especialmente aqueles diretamente envolvidos com a mudança da capital. As características morfológicas da Vila Planalto, os contrastes internos entre os diferentes acampamentos pioneiros que ainda a compõem, e entre ela e o Plano Piloto monumental, refletem a sua trajetória durante três fases da cidade:

- 1) A da construção, (capítulo III)
- 2) Após a inauguração, (capítulo IV) e
- 3) Ao longo da sua consolidação como capital (capítulo V).

A periodização forneceu elementos para identificar, comparar e analisar os mecanismos responsáveis pelo processo que culminou com a sua permanência. O período posterior ao tombamento histórico da Vila Planalto não foi tratado, pois seria objeto de outra dissertação.

Cada período exigiu considerações específicas em virtude de suas peculiaridades. Quando da origem do assentamento, os acampamentos de obra faziam parte do "grande projeto" (RIBEIRO, 1980, 1987) da construção da nova capital brasileira, caracterizado pela "imobilização da força de trabalho pela moradia" (LEITE LOPES, *ibid*) e por "sistemas de trabalho migrante" (BURAWOY, 1976). Todavia estas características deixaram de existir logo após a inauguração da cidade. A maneira como o assentamento deixou de ser parte de um "grande projeto", e passou a ser estigmatizado como provisório, alterou as medidas "disciplinares", o tipo de controle sobre o espaço e modificou a vida de quem o habitava. Surgiram a cada momento novas formas de relacionamento dos moradores entre si e com as autoridades locais, revertidas em estratégias de sobrevivência: explica-las em cada fase histórica percorrida pela Vila Planalto até sua fixação é um dos desafios deste estudo. A expectativa do "transbordamento", comentada por LEITE LOPES (*ibid*), não se verificou na quebra do monopólio das construtoras sobre a esfera doméstica dos trabalhadores. No caso da Vila Planalto, apesar do monopólio ter-se extinguido, o controle exercido pelo GDF persistiu para

evitar o crescimento e a autonomia dos acampamentos, provocando um "encolhimento" progressivo.

A luta dos moradores da Vila Planalto, apropriando-se da nova concepção de preservação, constituiu-se em uma das estratégias de sobrevivência abordadas. A outra resumiu-se na utilização do fato de serem pioneiros para reivindicar o direito de continuarem onde estavam há 30 anos. A dissertação procura mostrar qual a eficácia atingida por estas duas estratégias. Para tanto, as histórias de vida e a técnica da história oral foram priorizadas como opção para a coleta de dados frente às questões que se colocaram como fio condutor do trabalho. Desde 1925 que biografias têm sido reconhecidas como uma metodologia profissional dos antropólogos (LANGNESS, 1965), pois proporcionam uma maneira de se penetrar na estrutura cultural e verificar como ela é percebida e sentida pelas pessoas. Além disso, permitem a apreensão dos efeitos da ideologia e a percepção da própria identidade. Outros usos desta metodologia são o estudo da personalidade em relação à cultura, e dos papéis sociais, valores, e da socialização, dentre outros. Por outro lado, o trabalho prévio desenvolvido quando participava do GT-Brasília funcionou como "background", balizando as investigações. O GT-Brasília buscava estudar, propor e adotar medidas de preservação para Brasília. Sua metodologia de trabalho, constantemente aberta a adaptações, procurava atingir uma troca entre "saberes técnicos e populares" no processo de preservação cultural. Tentava-se demonstrar para

o maior numero de pessoas a importancia de cada individuo na proteçãõ dos bens considerados relevantes para preservaçãõ histõrica, e que na verdade, da populaçãõ dependia a propria historia da cidade. Para procedermos a analise das caracteristicas morfologicas e dos referenciais imageticos da Vila Planalto, essenciais para manter a sua identidade fisico-espacial, utilizamos os relatorios das pesquisas empreendidas pelo GT-Brasília.

O método antropologico da pesquisa de campo, com a observaçãõ participante, foi utilizado com a presençã intensiva da pesquisadora durante um ano no local do estudo. O escritorio tecnico do GT-Brasília, do qual participava, funcionou na propria Vila Planalto, onde, alem das oito horas diarias, permanecia para reuniões noturnas e nos fins de semana. Possibilitou ainda que compartilhasse muitas das inquietações dos moradores quanto ao futuro do assentamento.

A posiçãõ privilegiada da pesquisadora para retomar contatos previamente estabelecidos e selecionar informantes para as entrevistas, de tipo aberto, permitiu determinar o sistema de representações, os valores pelos quais os pioneiros se identificam e sãõ identificados a partir da experiencia compartilhada, durante a construçãõ e a consolidaçãõ da cidade. Esses valores orientaram seus julgamentos, escolhas, reivindicações e contribuíram para estabelecer suas estrategias de sobrevivencia.

O acesso à documentaçãõ oficial dos orgãõs de preservaçãõ e a propria vivencia do trabalho (2) com a

população despertaram as indagações básicas da dissertação. A vivência da pesquisadora na Vila Planalto provou-se ambivalente durante a fase de seleção e análise dos dados. Se por um lado esta vivência do cotidiano da Vila trouxe-lhe a imediata aceitação dos seus informantes, de outro, o volume detido de dados e a intenção de deixa-los todos registrados tornou penosa a tarefa de preterir muitos deles.

As características recentes da população da Vila Planalto foram extraídas da pesquisa socioeconômica e de opinião quanto aos aspectos morfológicos e referenciais, realizada pela SHIS / GT-Brasília, em 1987. Foi possível constatar o "encolhimento" da Vila Planalto ao comparar os dados desta pesquisa com os levantados pelos censos do IBGE e com outros coletados pelo núcleo de pesquisa do GEPAFI / SHIS em 1983. A expectativa do "transbordamento", quando interrompeu-se a "imobilização da força de trabalho pela moradia" não se verificou.

O interesse teórico da dissertação relaciona-se, primordialmente, com a aplicação de conceitos antropológicos e urbanísticos a este estudo de caso; por isto utilizamos abordagens complementares na análise da situação urbana peculiar de Brasília. O conhecimento pregresso da Vila Planalto sugeriu-nos algumas hipóteses explicativas para o fenômeno da sua permanência. Na verdade, tais hipóteses originam-se de investigações realizadas para outras realidades, como vilas operárias, cidades mineiras, ou de exploração de petróleo. Elas assemelham-se aos acampamentos

candangos pelo fato de imobilizarem sua população pela oferta da moradia vinculada ao trabalho, como acontece nas fabricas ou nas empreiteiras dos "grandes projetos". Assim, a Antropologia do Desenvolvimento contribuiu com a problematica dos "grandes projetos" no trato das questões urbanas próprias aos nucleos originados por acampamentos de obra.

O tema do "controle do espaço" na organização dos assentamentos originados por "grandes projetos" surgiu como uma das razões da permanência da Vila Planalto, ainda que, com suas feições socio-espaciais originais transformadas. Este estudo parte de algumas formulações teoricas tais como os "aspectos disciplinares" tratados por FOUCAULT (ibid) e GOFFMAN (ibid) e suas implicações sobre os "espaços controlados" de formações espaciais, como as vilas operarias e os acampamentos de construção civil, de mineração e de exploração de petróleo. Parte também dos modelos interpretativos dos "grandes projetos" (RIBEIRO 1980, 1987, 1988) e da "imobilização da força de trabalho pela moradia" (LEITE LOPES, ibid).

Para RIBEIRO (1987), os "grandes projetos" assumem características basicas, vinculadas a expansão de sistemas economicos. Podem ser analisados como uma forma de produção, onde se destacam três dimensões: o gigantismo, o isolamento e a temporariedade, todos presentes na construção de Brasília. O "gigantismo" da obra possibilitava as empresas construtoras controlar todos aqueles que a elas se

vinculavam. Procedia-se a exploração da força de trabalho, definida por LEITE LOPES (1979), como "servidão burguesa": o operário, teoricamente livre para escolher emprego e moradia, tinha que se sujeitar a uma situação "servil", na qual o empregador não só controlava a esfera do trabalho, mas também atividades fora do âmbito produtivo como residência, alimentação e lazer.

A "ambigüidade jurídica" (\*) fazia parte das condições excepcionais da construção de Brasília, enquanto "grande projeto" e impedia que a legislação trabalhista vigorasse plenamente. O Estado delegava as empresas privadas e à NOVACAP poderes para que atingissem a produtividade necessária ao cumprimento das etapas, nos prazos estipulados. Os salários eram altos, ao mesmo tempo que as opções do que fazer nos períodos de folga eram restritas para assegurar, assim, a máxima produtividade.

A centralização política no âmbito do projeto, a capacidade de recrutar mão de obra e de realizar grandes inversões de capital, implicaram em instrumentos próprios de planejamento e de administração. A força de trabalho permaneceu imobilizada nos acampamentos, durante as obras de construção da cidade. O isolamento geográfico impôs "aspectos disciplinares" aos acampamentos da Vila Planalto, tornando-os espaços controlados e passíveis de análise pelos seguintes pressupostos:



1) o controle do espaço e das atividades individuais predispõe a dominação e a intensa exploração econômica do trabalho; e

2) a vigilância sobre as pessoas assegura maior produtividade.

A hierarquia, o ordenamento do espaço e a fiscalização, que existiram nos acampamentos, refletiram este interesse na produtividade. A propaganda dissimulava o controle sobre o espaço e sobre a vida das pessoas, assim como a segurança era apresentada como compensação as dificuldades enfrentadas pelos habitantes, no período inicial da cidade.

O monopólio exercido pelas companhias sobre o território dos acampamentos da Vila Planalto, com as respectivas fiscalização e hierarquia, aproximou-os ao "panopticon" - edificação em estrutura radial proposta por Bentham (8). Esta estrutura foi considerada, por FOUCAULT, (apud RABINOW e WRIGHT 1982), como o paradigma da interação entre conhecimento, espaço e poder nas sociedades disciplinadoras, por ex. as prisões e manicômios. As "instituições totais", tratadas por GOFFMAN (ibid), poderiam ser compreendidas pelo mesmo conceito, e aplicadas aos referidos acampamentos, na análise das suas relações internas de poder.

A arregimentação da mão-de-obra criou fluxos migratórios diferenciados, estabeleceu relações sociais distintas e interferiu na configuração espacial dos

acampamentos de Brasília, assim como nos assentamentos originados por "grandes projetos", conforme RIBEIRO (ibid). As possibilidades de fixação dos integrantes destes fluxos, durante e depois da implantação dos projetos, decorrem da qualificação, do estilo de vida e da origem de cada pessoa, da sua inserção na esfera migratoria e no mercado de trabalho, bem como, das oportunidades e das características da região onde foi implantado o projeto.

No caso dos "grandes projetos", a maior parcela da mão-de-obra mobilizada não permanece no território da construção, após o término das obras. Brasília, ao contrário, não dispersou todos os trabalhadores no momento da inauguração, talvez por se tratar da construção de uma cidade em conjuntura econômica que não oferecia oportunidades diversas de emprego, embora nenhum plano tivesse sido esboçado no sentido de absorvê-los. Persistiu como polo de atração de novas migrações e, na ausência de uma política, desenvolveram-se mecanismos de acomodação evidenciados pelo contraste entre o Plano Piloto e as cidades satélites. Os assentamentos juridicamente irregulares fazem parte destes mecanismos de acomodação, dos quais, os acampamentos pioneiros constituíram casos particulares.

Uma outra maneira de controlar o espaço ocorre quando as ações governamentais utilizam padrões urbanísticos ideais ao tentar organizar a diversidade das situações urbanas. Da mesma forma que o espaço foi controlado em

escala "micro" nos acampamentos pioneiros, isto se verificou como um todo em Brasília. O processo autoritário da implantação da cidade com a função pré-determinada de centro administrativo e categorização rigorosa do espaço urbano, gerou problemas sociais que vêm se perpetuando ao longo dos anos. Questiona-se portanto, se a prodigalidade com que os princípios modernistas de arquitetura e urbanismo foram executados e mantidos, teria sido possível em um contexto verdadeiramente democrático, pois, o caráter segregacionista da cidade decorre dos princípios de projeto e do planejamento autoritário que lhe foi imposto.

Os aspectos acima evidenciam-se na medida que o Plano Piloto, enquanto núcleo centralizador das oportunidades ocupacionais de todo o D.F., monopoliza o mercado de trabalho e a TERRACAP exerce o controle estatal dos terrenos. A valorização do solo urbano exige rendas progressivamente mais altas para aquisição e usufruto destes lotes, com prévia destinação de uso. Embora revisto recentemente pelo próprio autor, no "Brasília Revisitada" (COSTA, 1986), persiste a contradição entre a orientação explícita no plano original e a sua execução pelos órgãos governamentais, que alegam critérios de preservação do Plano Piloto e de proteção da Bacia do Paranoá, para justificar suas decisões.

A questão da identidade, por ser um tema central em qualquer estudo sobre preservação cultural esteve presente em todas as discussões ao longo do trabalho do GT-Brasília.

O estabelecimento dos critérios do que preservar levava, inevitavelmente, ao questionamento de quais características socio-espaciais seriam as mais representativas da situação estudada, ou seja, que traços de identidade de certo grupo social, com suas representações e instituições, deveriam ser preservados. Neste sentido, a Sociologia e a Antropologia Urbanas participaram deste estudo com interpretações sobre "identidade" e "movimentos sociais urbanos" para a análise das estratégias usadas no processo de resistência desenvolvido na Vila Planalto, frente às pressões para sua erradicação.

O tema do "controle do espaço" surgiu como uma das razões da permanência da Vila Planalto, ainda que, com suas características originais transfiguradas, ou seja, com a sua identidade alterada. Na ótica multidisciplinar adotada nesta dissertação, a percepção que os habitantes têm sobre a cidade ou bairro, depende da experiência—individual na interação com o ambiente físico, e da bagagem cultural proporcionada pela vivência social de cada um. Esta questão transparece no conceito de topofilia, definida por TUAN (1974) como o elo afetivo estabelecido entre a pessoa e o lugar, e que pode constituir-se um indicador relevante dos referenciais da Vila Planalto. Assim, os aspectos simbólicos das atividades urbanas evidenciariam laços importantes entre a história das cidades e a identidade de seus habitantes. A identidade possuiria, então, as dimensões pessoal e social (coletiva), na medida em que ela se define pelo que as

pessoas ou grupos acham que são e pelo que os outros acham que eles são, segundo GOFFMAN (1975) e CARDOSO DE OLIVEIRA (1976). Outro fator preponderante no estabelecimento da identidade social em Brasília foi situado por EPSTEIN (1973), como sendo o regionalismo, onde as redes clientelistas e de parentesco, definidas por um critério regional, vinculavam-se à burocracia governamental, como veremos na análise de vários depoimentos. O local de origem estabeleceu laços e compromissos que substituíram os canais para as tradicionais trocas de favores das demais cidades brasileiras.

Um outro aspecto marcante na identificação das pessoas com os espaços públicos corresponde ao conhecimento da história e ao uso que estes lhes proporcionam. As ruas e os bairros são unidades de significado, limites do território e suporte espacial para organizar a vida social cotidiana. Possuem mecanismos populares de controle baseados nas relações sociais de vizinhança, de amizade e na própria rotina surgida da conjugação dos usos de residência, trabalho e lazer. As atividades, assim como a sua forma, são pontos referenciais relevantes para a análise dos espaços, mas as suas regras de utilização estão em permanente construção pela sociedade, que continua

*"construindo um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes"* (VÜGEL, 1985: 49).

O papel dos usos e das atividades conferem valores e categorias, que ao serem atribuídos ao espaço definem sua identidade e possibilitam a sua apropriação. Conforme JACOBS

(1961), as soluções adotadas pelo poder público (e pelos urbanistas) muitas vezes suprimem o dinamismo, roubam aos espaços a capacidade de gerar e absorver a intensa movimentação de pessoas, no desempenho de suas funções rotineiras. Os espaços ficam prejudicados quando possuem um único uso, e como o plano de Brasília previa a segregação espacial entre os usos, a classificação das atividades tornou-se taxativa. Polarizaram-se as relações sociais e o convívio social passou a depender mais das relações que HÖLANDA (1985) classifica como "transpaciais", ou menos fortuitas e casuais. A vida urbana perdeu os "usos da desordem" (SENNETT, 1970), a apropriação dos espaços públicos e a segurança das ruas, pois, para JACOBS (ibid), "os olhos da rua" só operam quando na diversidade de usos ou múltiplas atividades alimentando o espaço público.

Vale salientar que os custos sociais decorrentes da perda de identidade são altos tanto para indivíduos quanto para lugares. Os rituais tornam-se cruciais para preservá-la. As medidas urbanísticas podem enfraquecer o significado de locais específicos e dificultar a presença da diversidade, elemento estruturador indispensável da vida urbana. A desfiguração dos espaços sociais causada pela especialização excessiva mutila o tecido urbano, tira a segurança das ruas e as inviabiliza para o lazer.

Com as mudanças nos ambientes tradicionais, mencionadas acima, acaba o contato face a face e o sistema de relações sociais torna-se incapaz de resolver diversos

tipos de conflito. As fronteiras entre público e privado se alteram bem como sua classificação. O racionalismo segregava os espaços conforme atividades excludentes e dificulta a vida pública nas ruas e nas praças. O conhecimento multidisciplinar apresenta-se assim, como no mínimo recomendável à eficácia das intervenções urbanas. Aqui cabe lembrar que a contribuição da Antropologia aos Estudos Urbanos advém da sua tradição de confrontar as teorias do pesquisador com as do nativo, o que permite desvendar os códigos culturais e os mecanismos de diferenciação aplicados na classificação dos espaços, de acordo com as representações coletivas.

KOHLSDORF (1985) considera que a inspiração racionalista dos acampamentos de obra, em Brasília, foi atenuada por seus moradores. Ao contrário do Plano Piloto e das cidades satélites, eles tornaram-se mais bucólicos e menos monumentais. A integração entre o sítio físico e as edificações proporcionou um tipo de silhueta com linhas de coroamento paralelas ao relevo, recortadas pelas discontinuidades adquiridas durante sua luta para sobreviver. O cultivo da vegetação proporcionou, no caso da Vila Planalto, uma forma de camuflagem às edificações, favorecendo a permanência de alguns acampamentos.

A organização morfológica desses acampamentos pioneiros contrasta com a de Brasília, apesar das casas de madeira terem sido executadas sob a influência dos mesmos preceitos modernistas que inspiraram a cidade. O Modernismo,

com sua ideologia "progressista", incorporou os recursos tecnológicos oferecidos pela revolução industrial, usando intensamente concreto armado, vidro, estruturas e esquadrias de ferro. No caso dos acampamentos, os projetos arquitetônicos adequados a esses recursos tecnológicos foram executados em madeira. Os efeitos de que tais princípios tenham sido reinterpretados em material de menor durabilidade, foi um dos aspectos que tornaram os acampamentos de obra relevantes como testemunhos de época.

Embora a concepção dos acampamentos diferisse daquela subjacente às favelas, a má conservação de seus prédios levou-os a compartilhar o estigma associado a construções provisórias. O baixo status ao qual a Vila Planalto esteve relegada até ser regularizada, tornou-a quase tão mal-vista quanto os demais assentamentos irregulares. Hoje, a maior parte da população da Vila Planalto vive em barracos, segundo levantamento socio-econômico de 87, realizado pela SHIS / GT-Brasília. Os antigos alojamentos de solteiros, construções de má qualidade, já na época da construção, agravaram este traço, na medida em que, passaram a abrigar famílias inteiras, no mesmo espaço dos cubículos.

As concepções sobre o espaço devem constituir-se em objeto de investigação, para que as medidas governamentais atendam aos interesses dos usuários. Cabe aqui uma ressalva colocada por DEMO (ibid: 235) quanto à supervalorização do



conhecimento formal, mesmo considerando sua importância para intervir na realidade:

" ... não é correto afirmar que a intervenção só é possível após o conhecimento, primeiro porque mudar não depende necessariamente de conhecer; segundo, porque conhecer não implica querer mudar - pode implicar o contrário; terceiro, porque é dicotomizar artificialmente a relação entre mudar e conhecer, ... ; quarto, porque esconde uma estratégia malanora no sentido de se fazer insubstituível. Todavia, sempre é possível defender que a intervenção na realidade pode adquirir maior eficiência e eficácia, se baseada em pesquisa científica adequada."

Identificar os códigos culturais inerentes ao aproveitamento de cada lugar torna-se essencial ao sucesso e a democratização das intervenções urbanísticas. Entretanto, o processo de tomada de decisões políticas quanto a configuração e uso dos espaços públicos, nem sempre reflete os anseios populares. Esta inadequação pode provocar mecanismos de defesa, de superação e de reversão da organização destes espaços. Como reação à rigidez do plano, e à segregação do espaço urbano da nova capital, surgiram alguns movimentos passíveis de análise como movimentos sociais urbanos semelhantes àqueles estudados por LEEDS (1978), PERLMAN (1981) e SANTOS (1981), no Rio de Janeiro; SINGER / BRANT (1980), CALDEIRA (1984), JACOBI (1989) e GÜHN (1991) em São Paulo; DOIMO (1984) em Vila Velha, que permitiram um quadro comparativo útil para a dissertação.

A mobilização para preservar a Vila Planalto aconteceu de maneira mais organizada apenas no final da década de 80, quando a abertura política possibilitou o ressurgimento de movimentos sociais até então reprimidos. A luta da população da Vila Planalto para manter suas moradias buscou apoio na ideologia legitimadora da construção de Brasília, em ideias como "ritmo de Brasília", "pioneirismo",

"desenvolvimento do Brasil", - "marcha para o Oeste". Aproveitou também o interesse que a cidade despertou em organismos internacionais como candidata a tombamento como patrimônio cultural da humanidade. O receio quanto ao tombamento cessou, à medida que, os moradores perceberam que este instrumento jurídico poderia auxiliá-los em sua luta. A resistência oferecida à "camisa de força da preservação" foi substituída pelo interesse em participar da proposta de fixação, coordenada pelo GT- Brasília. O reconhecimento do conjunto urbano da Vila Planalto como testemunho de época reforçou as possibilidades de manipulação pelos moradores, da identidade de pioneiro e do conceito contemporâneo de preservação do patrimônio arquitetônico urbano.

A heterogeneidade social da Vila Planalto, se por um lado dificultou a organização do movimento pro-fixação, por outro, contribuiu para a permanência do assentamento em certas fases. Suas melhores casas não deram status de acampamento de luxo contrapondo-se ao estigma da madeira, da provisoriidade e das péssimas condições habitacionais para a maioria dos moradores. A continuidade do controle sobre o espaço, que sempre foi característico da Vila Planalto, paradoxalmente, talvez tenha sido responsável pela sua permanência.

A partir destes pressupostos chegamos a algumas hipóteses, a serem examinadas ao longo desta dissertação:

1) O controle do espaço por instituições externas foi até o presente um aspecto importante para explicar a permanência da Vila Planalto;

2) A diversidade social existente na Vila Planalto, em todos os momentos, foi outro fator que contribuiu para a sua sobrevivência;

3) A manipulação de aspectos ideológicos como as identidades de "pioneiro" para os seus habitantes, e de "bairro histórico" para o local, no contexto de uma nova política de preservação, também contribuiu para a permanência do assentamento;

4) Os fatores ideológicos mencionados atuaram não apenas para sensibilizar o "público externo", como ainda para mobilizar os moradores na luta pela preservação da Vila Planalto;

5) A proposta de preservação da Vila Planalto constituiu também uma estratégia de luta pela fixação do assentamento, tanto da parte dos moradores, como dos técnicos dos órgãos de preservação participantes do GT-Brasília.

Os fatores ideológicos (\*) foram essenciais para explicar a permanência da Vila Planalto, uma vez que ao final dos "grandes projetos" estes tipos de assentamentos costumam desaparecer. A manipulação estratégica da identidade calcada na ideologia nacional-desenvolvimentista, na ideologia de preservação e nas possibilidades recentes de reivindicação popular permitiu a estes moradores reconhecerem-se como atores da história de Brasília. Eles

souberam aproveitar as preocupações da elite intelectual com o passado recente e usar, pragmaticamente, o recurso do tombamento na defesa da sua moradia. A luta pela preservação da Vila Planalto foi, sem dúvida, beneficiada pelo momento político do tombamento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade.

## II - A VILA PLANALTO, UMA PERSPECTIVA HISTORICA.

As Construtoras RABELLO e PACHECO FERNANDES DANTAS, encarregadas respectivamente das obras do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel, foram as primeiras firmas a se instalarem, em 1956, no local agora conhecido como Vila Planalto (fig. 1).

A Vila da Palha - pequeno aglomerado de casas de palha - surgiu próxima a Lagoa do Jaburu, nessa ocasião, para abrigar clandestinamente, do lado oposto às construções, as famílias de alguns peões. O fato de contrariarem recomendações e desobedecerem formalidades legais, trazendo a família, impediu-os de obter alojamento nos acampamentos. O próprio Presidente Juscelino intercedeu junto ao Dr. Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP e ao assessor Sr. Dilermano Cruz, a favor dos trabalhadores da RABELLO, ansiosos por receber casa no novo acampamento, para o qual estavam indo os demais operários depois de terminado o Palácio da Alvorada (?). A moradia fornecida pelas firmas era restrita aos solteiros ou a trabalhadores qualificados, e, excepcionalmente, aqueles protegidos por laços criados no local de origem ou por desempenho extraordinário nas obras.

Apos a conclusão dessas duas obras prioritárias, a NOVACAP permitiu que estas construtoras transferissem seus acampamentos para a área ainda hoje ocupada, por algumas edificações originais e por parte dos seus antigos empregados. Depoimentos coletados durante a pesquisa

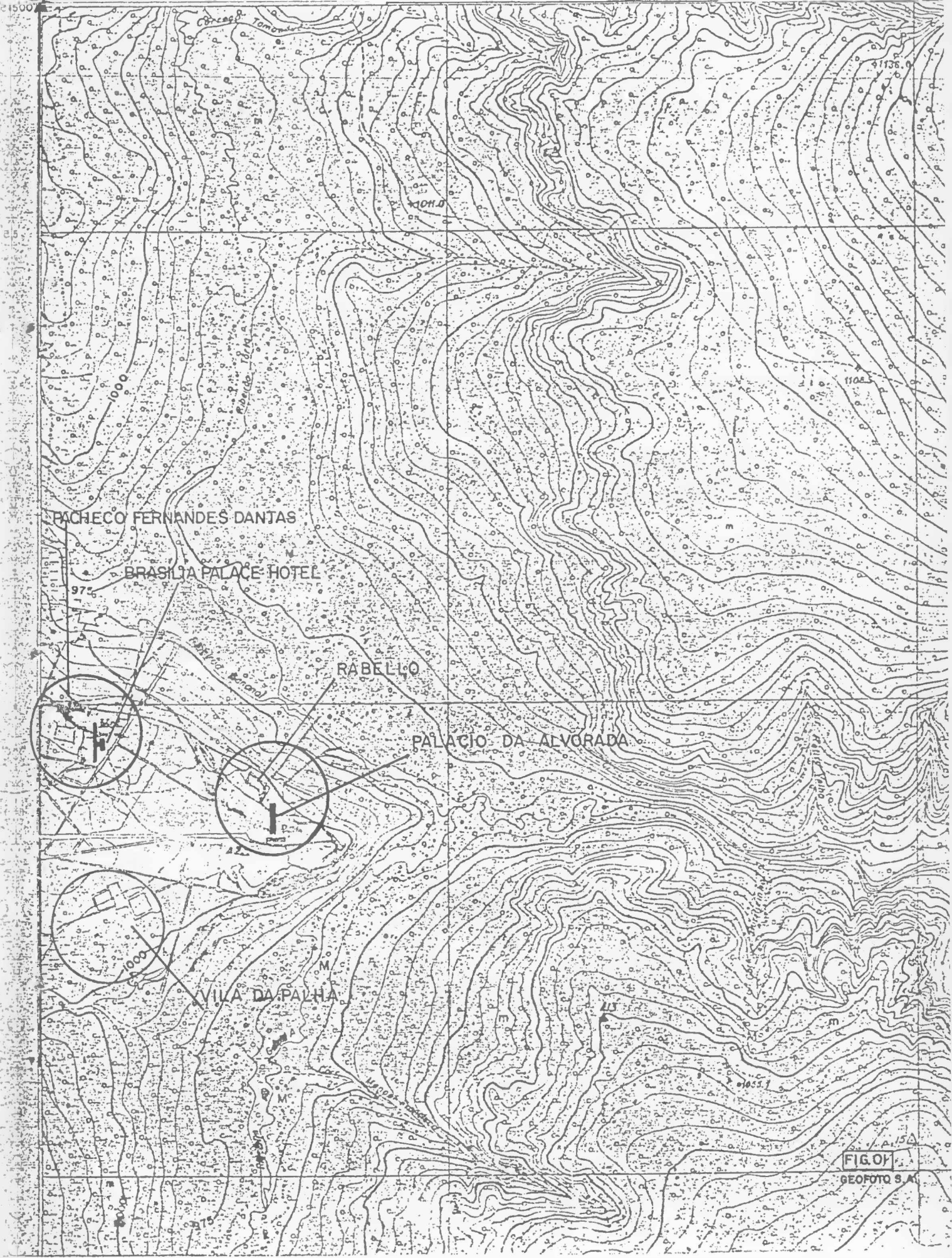


FIG. 01  
GEOFOTO 3. A

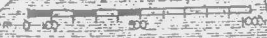


atribuem a escolha deste local à orientação de antigo dirigente da NOVACAP, pela razão de que a ocupação imediata da área não estava prevista. Assim, preteriu-se outro local, próximo ao bambual e à mina d'água, onde mais tarde seria construído o IATE CLUB. Varias outras construtoras, além das acima citadas, instalaram-se também nessa área, pela facilidade de acesso às obras que estavam realizando: os prédios do Congresso, do Supremo Tribunal, dos Ministerios, do Banco do Brasil, do Palácio do Planalto, os viadutos e as plataformas da Estação Rodoviária (fig. 2).

A ocupação da Vila Planalto, iniciada em 1956, teve o seu auge entre 1959 e 1961, quando constatou-se o maior número de acampamentos e assentamentos espontaneos nessa área. Foram identificadas as seguintes, dentre as mais de vinte construtoras aí instaladas : "ADIL", "ATLAS", "CONSISPA", "CVB", "DFL", "DTUI", "EBE", "ECISA", "EMULPRESS", "ESOL", "ECIL", "MINEIROS", "NACIONAL", "PACHECO FERNANDES DANTAS", "PEDERNEIRAS", "PLANALTO", "RABELLO", "TELEBRAS", "WSK".

O território ocupado pelos acampamentos originais extrapolava em muito o atual. Estendia-se das imediações do Palácio da Alvorada, ao longo do que é hoje a pista de acesso ao Brasília Palace Hotel e à Concha Acustica, avançava pelo Setor de Clubes e de Embaixadas Norte, pelos fundos do Palácio do Planalto e dos Ministerios até a Rodoviária, ao Banco do Brasil e ao Teatro Nacional. Os acampamentos também ocupavam todo o terreno ao longo das

ESCALA 1:25000



PLANTA AEROFOTOGRAFICA  
1960

BRASILIA

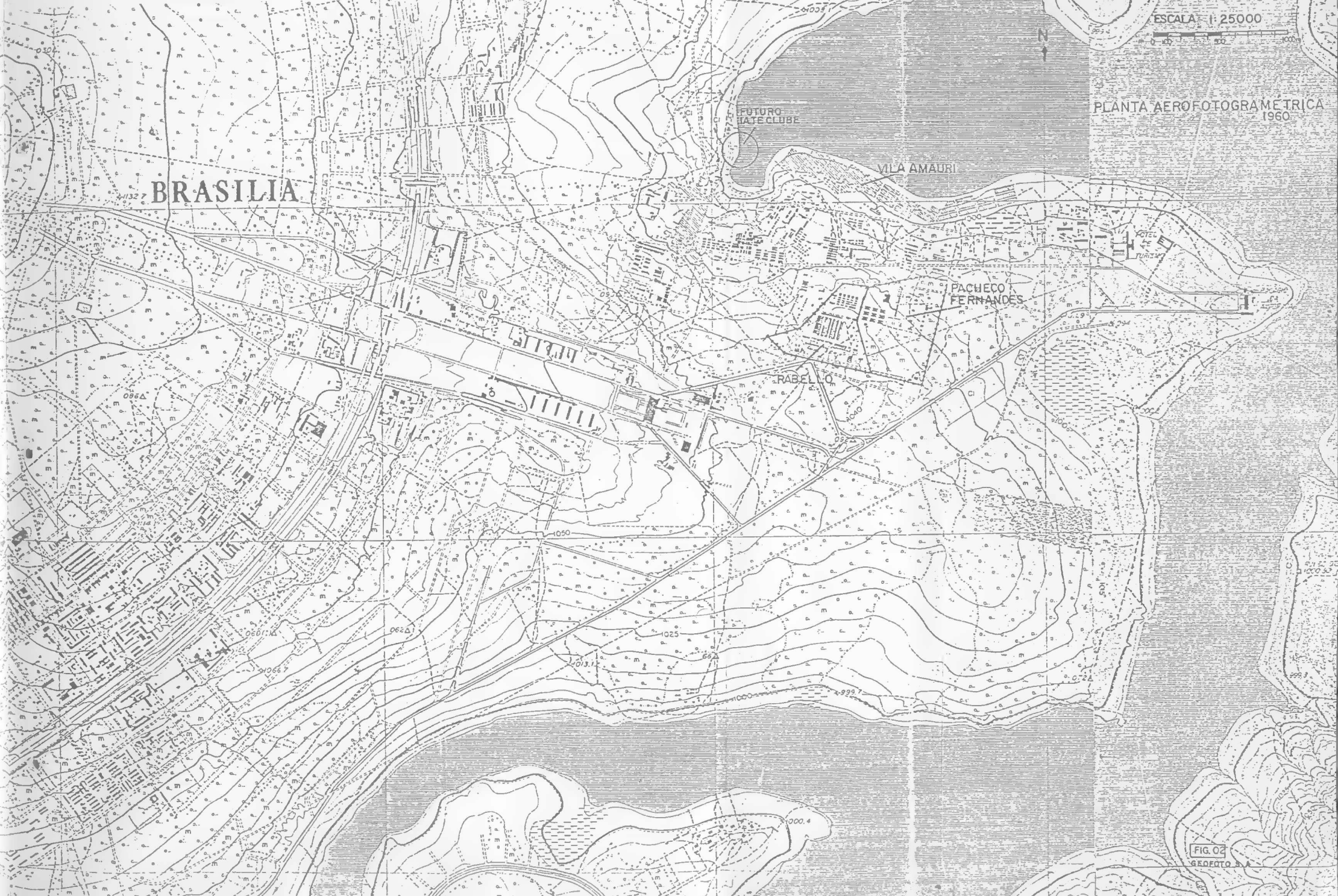
FUTURO  
HATE CLUBE

VILA AMAURI

PACHECO  
FERNANDES

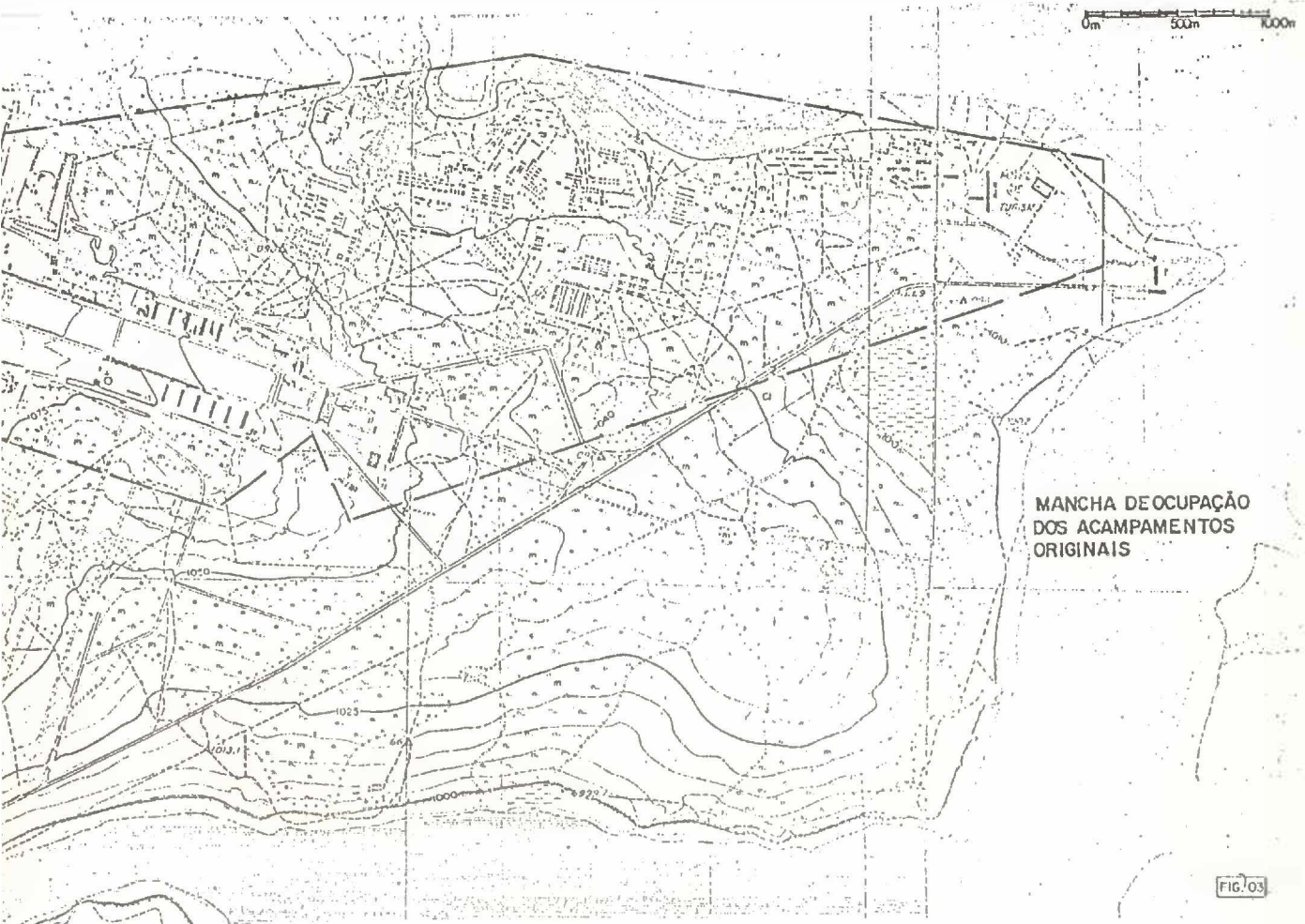
RABELLO

FIG. 02  
GEOMETR. S.A.

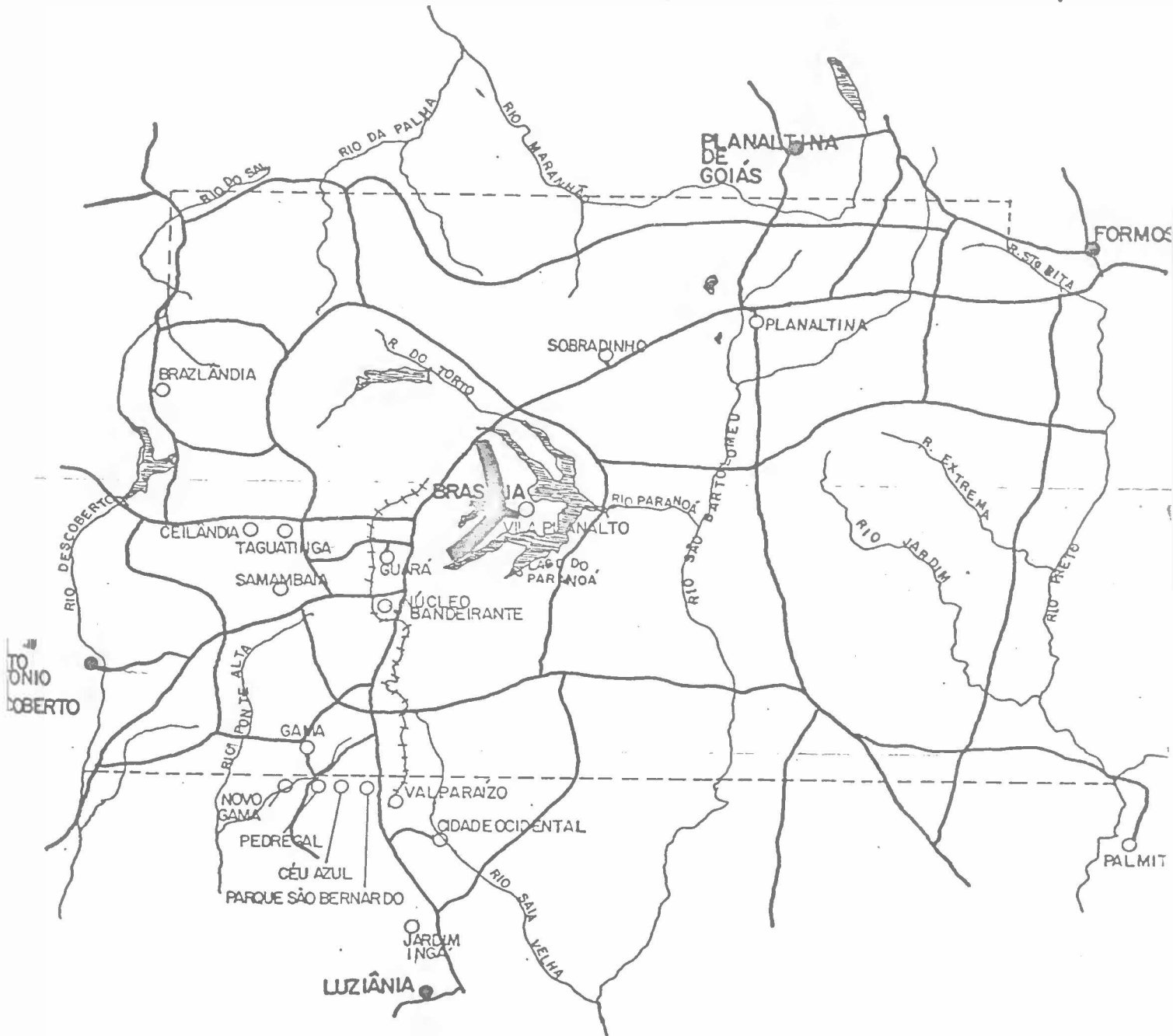




atuais vias de acesso aos Palácios do Jaburu e da Alvorada, ao Eixo Monumental, à L4 Norte, à Via Hotel de Turismo, e aproximavam-se à Avenida das Nações (fig. 3).



A localização (fig. 4), entre os Palácios da Alvorada e do Planalto, conferiu aos acampamentos características favoráveis à sua permanência, embora distantes da Cidade Livre, (atual Núcleo Bandeirante) e conseqüentemente da maioria dos estabelecimentos de prestação de serviços aos trabalhadores, no território da construção. O transporte de milhares de operários ficou



A VILA PLANALTO  
NO DISTRITO FEDERAL



FIG.04

simplificado pela proximidade dos canteiros de obra, assim como pelo fornecimento de refeições, preparadas nas cantinas dos acampamentos.

A Vila Planalto (fig. 5) resultou da junção de partes remanescentes dos acampamentos das firmas que se instalaram próximas a seus canteiros de obra localizados no Eixo Monumental Leste e na Praça dos Três Poderes. Por outro lado, a Vila Amauri, uma das primeiras invasões da cidade, cuja transferência deu origem à cidade satélite de Sobradinho, também integrou a Vila Planalto durante um curto espaço de tempo.

"A Vila Amauri começou em 58 pra 59, até o primeiro barraco quem fez foi a RABELLO pra um guarda. A RABELLO tinha uma chácara, uma casa, criava muito porco ... e lá criava 200 porcos pra poder matar e dar comida pros pedes, aí quando falou que a feira era Vila Amauri, eles fizeram uma casa bem ali pro guarda. A Vila Amauri ia do IATE até a Concha Acustica, ia por isso aqui tudo ... morava muita gente daqui até lá em baixo". (☺)

Ela começou "De repente, porque qualquer um podia fazer casa. Ela acabou quando o lago encheu. O lago já estava bem grande, então quem tinha na beira do lago, estava pegando aquelas casas, aí eles falavam assim: não pode pisar aqui e perigoso. Aí o lago foi crescendo e foram arrancando casas e ... já foi tomando conta daquelas beiradas." (☹)

"Vila Amauri era só barraco de tábuas, cerca assim, reparte o barraco. Tinha muito comércio. Comprava sim, tinha muita vantagem, era feira direto, permanente." (☺)

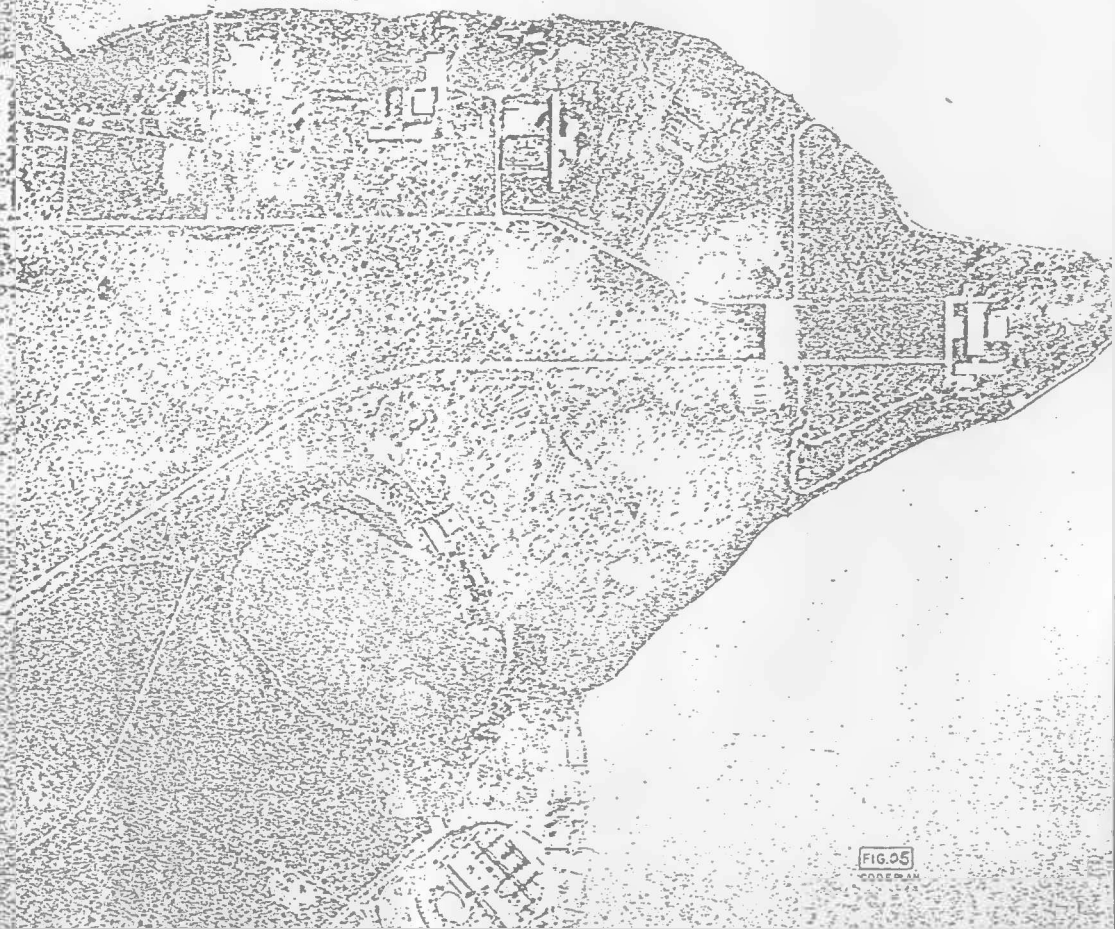
"Era uma invasão de comerciantes..., era o setor de maior desenvoltura por causa das firmas, né? Então montou a Vila Amauri e montou a Vila Dimas. Uma perto da outra. O primeiro armazém foi do Seu Dimas. E hoje ele está em Taguatinga. E incalculável quantas pessoas moravam lá, porque tanto moravam os comerciantes, como pessoas que estavam querendo angariar um terreno, né? Aí depois fecharam as comportas do Palácio e o pessoal foi obrigado a mudar. Aí foi que eles foram pra Taguatinga. O pessoal da Vila Amauri foi também para Sobradinho." (++)

A partir da inauguração dos prédios essenciais ao funcionamento da cidade, deu-se a desativação gradativa dos principais canteiros de obra e a retirada das respectivas firmas e de seus acampamentos. Porções significativas de muitos acampamentos e invasões (Vilas Amauri e da Palha) ficaram submersas quando as águas do Lago Paranoá atingiram a cota planejada e contribuíram para reduzir o tamanho

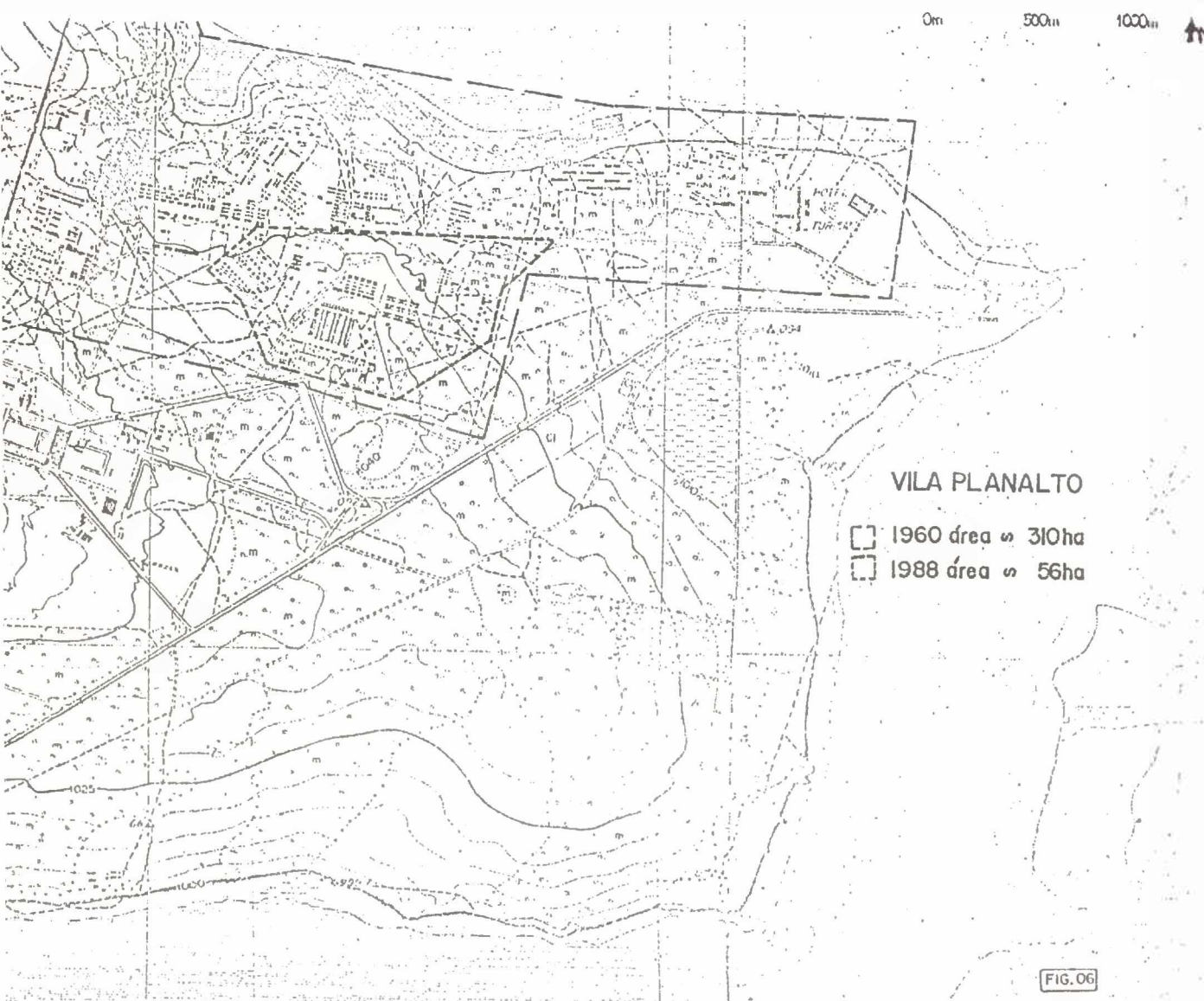




FOTO AÉREA  
VILA PLANALTO  
1986



original da Vila Planalto, (fig. 6), de 310 hectares para os 56 hectares atuais (±).



Fatos marcantes na memória dos pioneiros como podemos sentir pelos relatos :

"Aí depois fecharam as comportas do Palácio e o pessoal foi obrigado a mudar. ... Depois encheu o lago, né? Em 59 fechou as comportas, então a água já foi subindo ..." (±<sup>3</sup>) "A firma que fornecia mármore para as obras daquela época. Ficava onde estão os Fuzileiros Navais. Os seus galpões foram cobertos pelas águas do lago. Ainda podemos ver os seus pilares, quando o nível do lago está abaixo do normal." (±<sup>4</sup>)

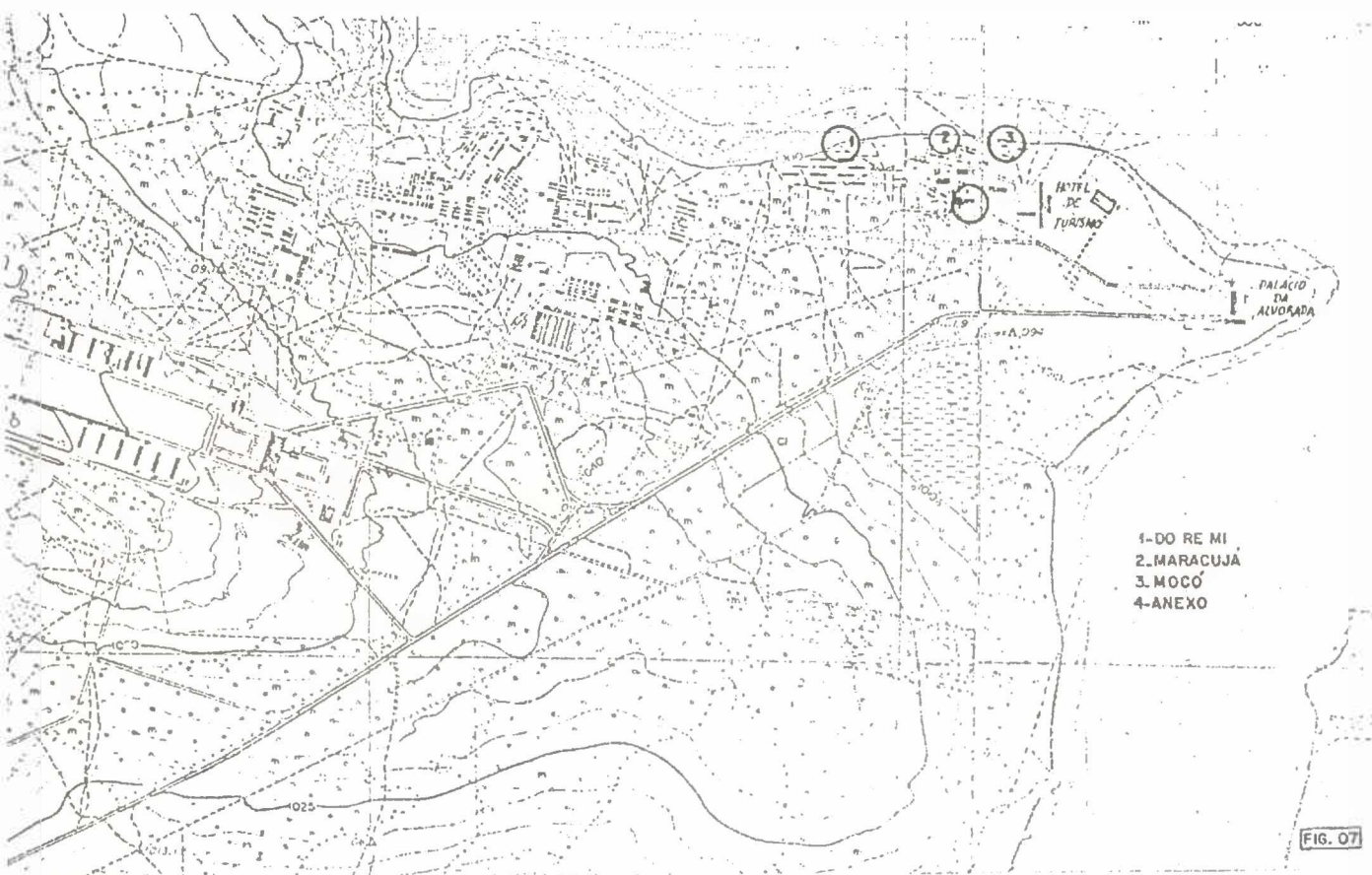
Muitos dos serviços e das facilidades fornecidas pelas firmas enquanto eram responsáveis pelos acampamentos foram suprimidos com a sua saída. A NOVACAP, posteriormente a TERRACAP, ao sucederem as construtoras no controle da área, diminuíram drasticamente os benefícios de conservação oferecidos aos moradores e restringiram o acesso as casas apenas a pessoas com fortes vínculos na administração local.

Apesar do seu simbolismo, a data da inauguração não resultou na ruptura drástica que caracteriza o termino dos "grandes projetos". O ritmo de Brasília arrefeceu, mas a verdadeira paralisação das obras só iria ocorrer com o advento do governo Jânio Quadros. Desta forma, os acampamentos de obra, solução provisoria para a questão de moradia em Brasília, não foram todos imediatamente removidos, depois de 21 de abril de 1960.

A pressão para eliminar as construções provisórias só não obteve êxito porque as habitações definitivas não eram suficientes para alojar os funcionarios públicos recém transferidos, fato noticiado nos jornais da época e muito comentado durante o trabalho de campo. Assim, as casas de madeira dos acampamentos existentes foram, em consequencia, ocupadas como residencias funcionais. As maiores e melhor equipadas eram destinadas a altos funcionarios: as casas anteriormente destinadas aos engenheiros passaram para funcionarios do Governo do D.F. Permaneceram nos alojamentos coletivos operários humildes, agora acompanhados por suas

famílias, criando em alguns casos "cabeças de porco" e "cortiços".

Os ANEXOS, MOCO, MARACUJA e DOREMI (fig.7) também fizeram parte da Vila Planalto, apesar de terem agora muitos moradores oriundos de outros acampamentos erradicados ou mesmo de outras áreas, como TORTO, BRAGUETO, PARANOÁ, SATURNINO BRITO, etc. (15)

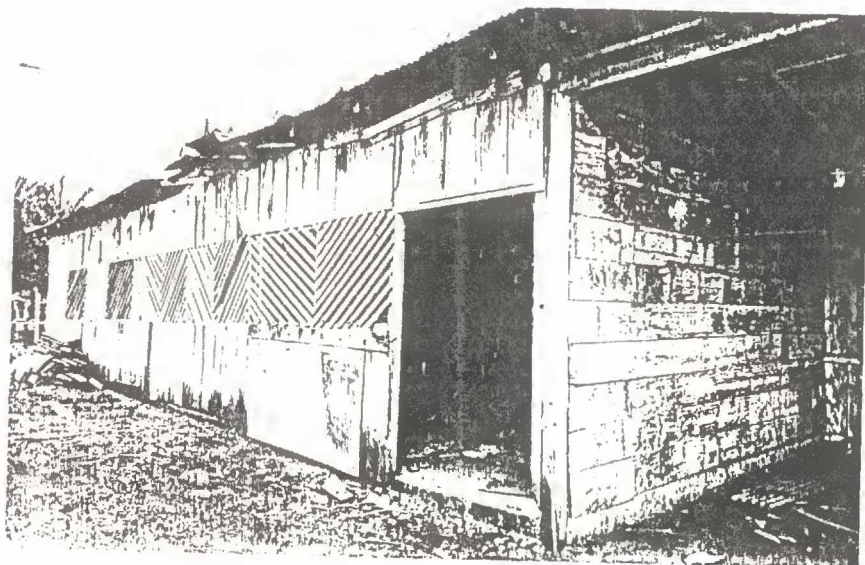


A EBE (Empresa Brasileira de Eletricidade) e a EMULPRESS ainda possuem ruas integrando a vila. Os antigos galpões do DTUI (Departamento de Telefones Urbanos e



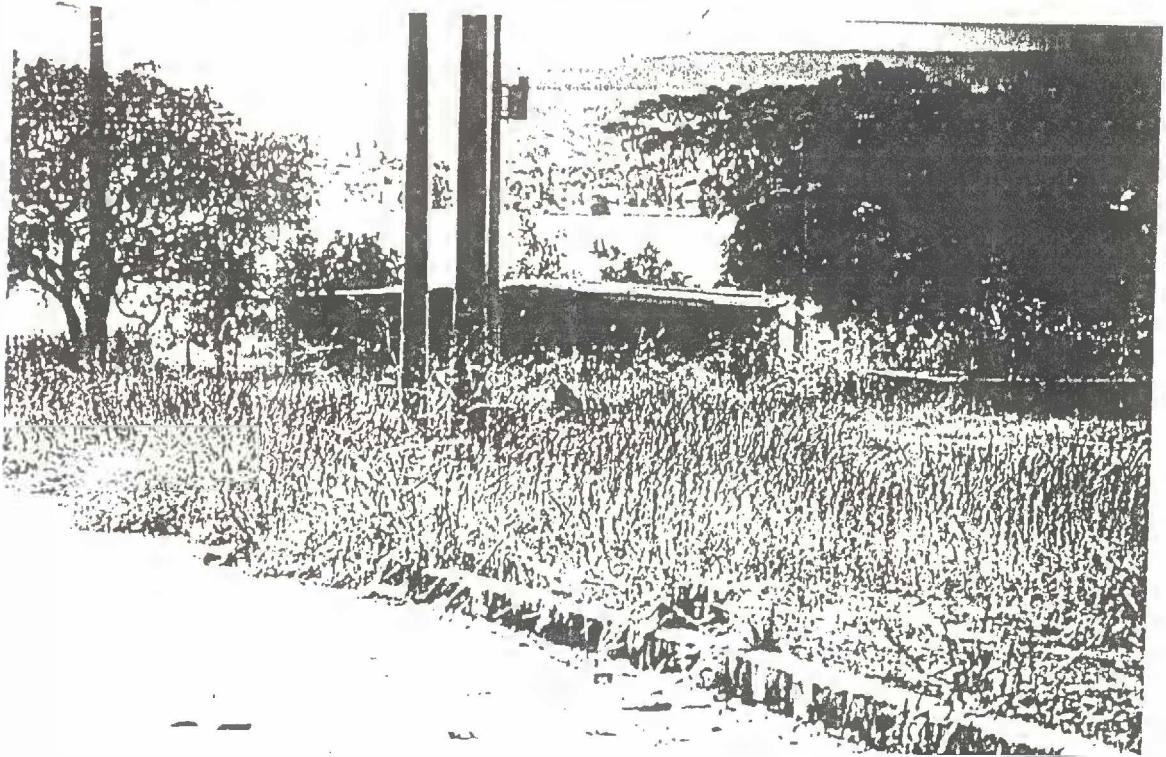
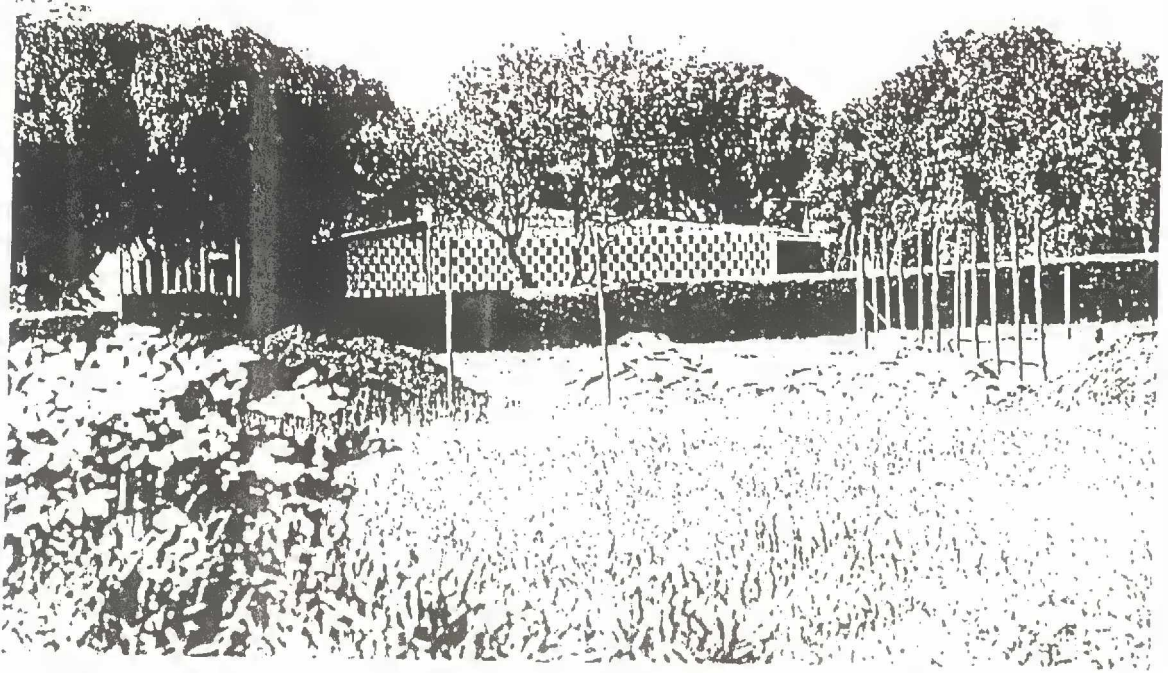
interurbanos) eram usados como depósito dos materiais apreendidos pela fiscalização da TERRACAP, de moradores que tentavam empreender reformas à revelia das proibições. Telhas, sacos de cimento, madeirites, louças sanitárias e outros materiais eram separados em lotes numerados para serem devolvidos aos donos, mediante requisição feita à TERRACAP. Entretanto, muitos moradores não puderam reaver o seu material, por falta de recursos financeiros para o transporte ou por despreparo para enfrentar a burocracia. Estes galpões eram o único testemunho do acampamento do DTUI, mas foram demolidos recentemente (16).

(Galpões do DTUI Fonte da foto 1: Sérgio GePHA 1988)



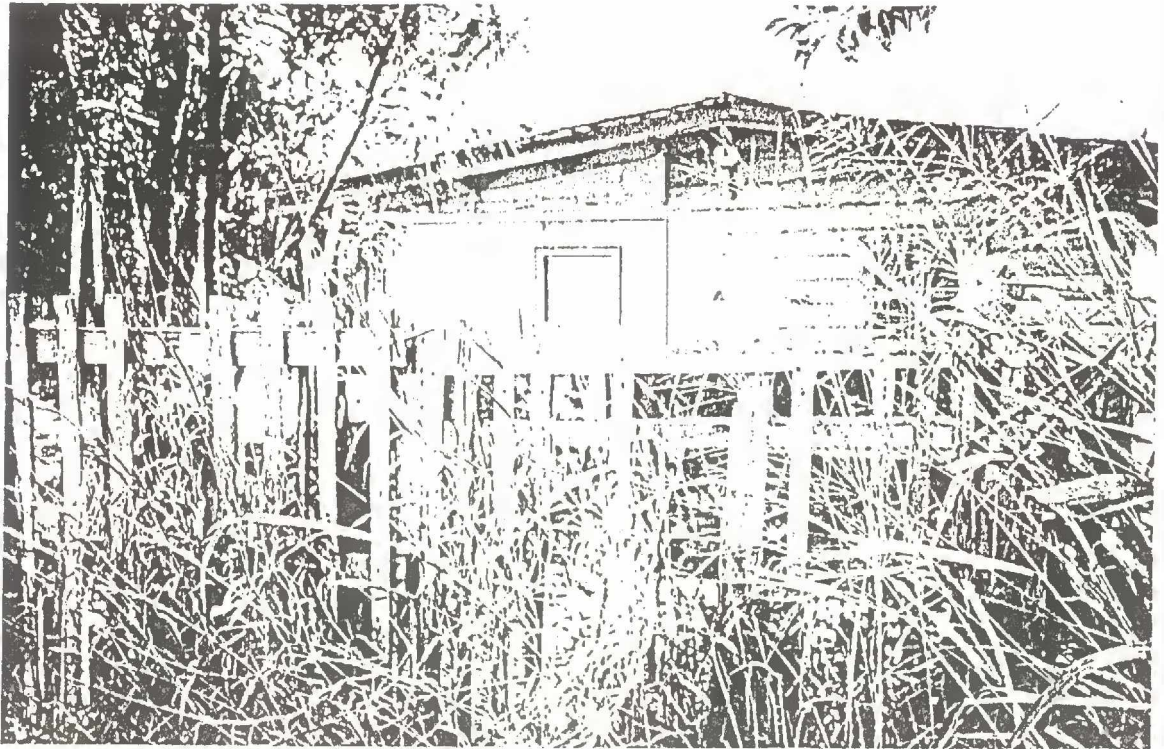
Há uma única casa do WSK e outra da PDERNEIRAS, de cada lado da Via de acesso aos clubes e à Concha Acústica.

(Fotos 2 W S K e 3 P E D E R N E I R A S Fonte: SBZ)





A NACIONAL foi a última Companhia a ter seu acampamento erradicado. (Foto 4 NACIONAL Fonte: S&Z)



Possui também uma casa, que permaneceu esquecida por detrás da Cooperativa do Congresso, conforme pudemos observar durante o trabalho de campo. Há indícios de pendência judicial quanto a sua remoção, atribuída a um Juiz do Trabalho "AD Hoc".

O DFL (Departamento de Força e Luz) é o acampamento com maior densidade demográfica em toda a Vila, constatada na pesquisa do GEPAFI e confirmada na pesquisa realizada em conjunto pela SHIS e GT-Brasília, em 1987. Isto porque absorveu parte da população dos acampamentos erradicados. A "Rua Nova" é um bom exemplo das condições enfrentadas por

vários moradores realojados na vila, depois de seus acampamentos terem sido erradicados (Foto 5 Rua Nova Fonte: SBZ).



(Fonte: PEU IV - Rosemay e Paiva)

As casas superlotadas e diversos outros problemas resultaram da acomodação precipitada destas pessoas, para aproveitar lapsos da fiscalização. Estes lapsos eram muitas vezes intencionais, em razão da solidariedade surgida por laços de vizinhança, amizade ou parentesco com os fiscais. A piora das condições de sobrevivência, dentro da vila, provoca uma reação dos moradores antigos, que reclamam do aparecimento de furtos e da perda de tranquilidade.

O DFL é o acampamento que mais vem perdendo status, em razão dos enxertos sofridos com a retirada dos demais acampamentos das redondezas. O campo de futebol do DFL, com tamanho oficial, arquibancadas e possante iluminação foi o

melhor de toda a vila e razão de orgulho para os moradores do acampamento. Atualmente, o campo é pouco usado,

(Foto 6 Campo de futebol da RABELLO Fonte: SR7)



não tem vestiários e os refletores foram todos recolhidos. Um morador idoso planta roça ao redor do campo e milho no buraco da piscina. A quadra de esportes ainda pode ser usada mediante autorização da TERRACAP e pagamento da conta de luz. (17)

Da enorme área ocupada pelas construtoras denominadas MINEIROS, NACIONAL e PLANALTO restam apenas roças, plantações e árvores frondosas, que tornecem indícios das edificações removidas. Estes vestígios, em meio aos prédios novos, foram confirmados, durante nossa pesquisa de campo, por pedaços de pisos cimentados e pela presença da casa da NACIONAL, que se encontra em estado precário de conservação.



A PEDERNEIRAS era uma das maiores firmas de construção civil e pavimentação no país. A presidência e as diretorias funcionavam no Rio de Janeiro, mas suas atividades eram desenvolvidas de forma igualmente intensa em São Paulo e Brasília. Aqui, ela possuía dois acampamentos: o de pavimentação, localizado na Avenida das Nações Sul, e o de construção civil, às margens do lago. Este último destinava-se unicamente à moradia. Concluído em fevereiro de 1959, no local onde estão os clubes da Aeronáutica e Almirante Alexandrino, permaneceu aproximadamente até 1969.

A administração das obras da PEDERNEIRAS era feita nos próprios canteiros, cada um com seu escritório, de maneira independente e desvinculada do acampamento. A intermediação entre a obra e a direção da construtora se dava através do "tocador de obra" e do engenheiro-chefe. A NOVACAP era a financiadora (1ª) dos acampamentos, sendo que, inclusive, os geradores de energia e os equipamentos pesados eram alugados por ela para as firmas, de acordo com uma tabela de preços. Uma equipe de engenheiros fiscais da NOVACAP acompanhava todas as obras, e alguns destes moravam nos acampamentos das firmas empreiteiras; por ex. uma das residências da PEDERNEIRAS foi cedida para um engenheiro da NOVACAP e, com o aumento do número de obras, o seu engenheiro-chefe transferiu-se do Rio para Brasília, ocupando uma das casas do acampamento. As maiores destinavam-se aos engenheiros, e outras aos funcionários

graduados. Havia alojamentos suficientes para abrigar mais de mil operários. (19)

O acampamento da PEDERNEIRAS, como muitos outros, era cercado e controlava rigidamente as entradas e as saídas de pessoas e veículos. A firma criou uma guarda própria para controlar brigas e bebedeiras no acampamento. Essa guarda era selecionada pelos encarregados dentre os peões mais fortes. Havia uma preocupação em dar vantagens aos trabalhadores para que permanecessem na firma, porque a oferta de empregos na época da construção era muito grande. Portanto, a moradia, a alimentação, o transporte, bons salários e hora-extras bem remuneradas eram garantidos, razão pela qual Brasília atraía tanta gente (20).

As condições mínimas de "conforto" eram necessárias para garantir a produtividade. O galpão do "rancho" ficava no centro do acampamento, entre os alojamentos e as casas, tendo em uma de suas extremidades o refeitório dos engenheiros. Os encarregados e os engenheiros casados raramente utilizavam o "boião". As refeições e os lanches eram preparados e servidos no acampamento. Mais tarde optou-se por levá-los em caixas térmicas para os canteiros, porque o transporte dos operários era dispendioso. A mercearia funcionou pouco tempo, pois além de acarretar problemas para a administração com a cobrança das contas, havia a preferência geral por compras na Vila Amauri ou na Cidade Livre, onde os preços eram mais baixos.

O acampamento da PEDERNEIRAS talvez tenha sido aquele que encontrou, segundo depoimento colhido com o prefeito do acampamento entre 1959 e 1964, as soluções mais criativas (21) para amenizar o impacto causado pela padronização e pela variedade restrita dos materiais disponíveis. Como por exemplo, a capela que apesar de pequena, possuía um painel pintado, valorizando-a muito; ou um pequeno jardim zoológico, feito da madeira retirada das formas de concreto que abrigava animais capturados no cerrado próximo, ou trazidos pelos operários das suas regiões de origem.

A população predominantemente masculina conferia características próprias à organização do acampamento, o que refletia-se nas atividades cotidianas e de lazer. Por exemplo, a colocação de banheiros e de tanques coletivos para lavar roupas, próximos aos alojamentos

[Foto 7 Tanques Coletivos Fonte: Zarat]





de solteiros, procurava resolver o problema de higiene, em uma situação na qual o tempo era exíguo.

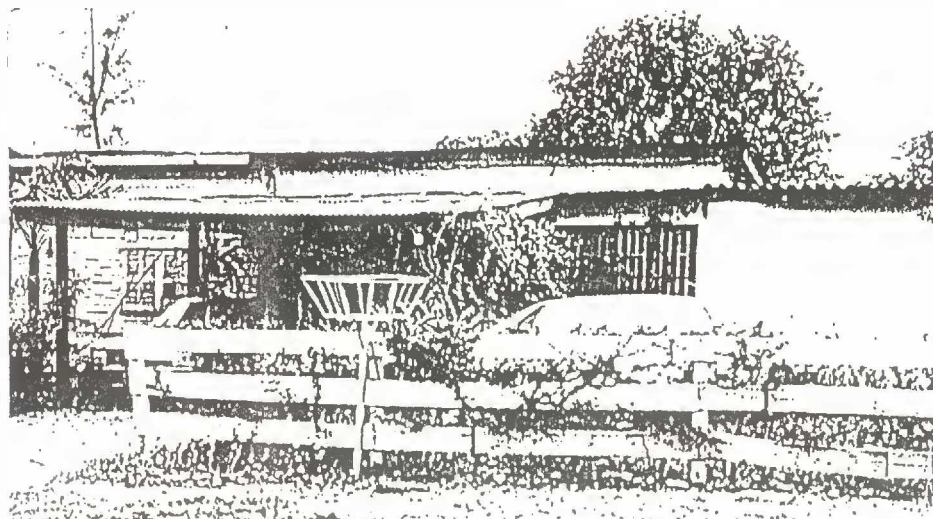
Dentre os eventos recreativos de destaque, as competições de futebol davam-se entre o time oficial da firma, com os times de outros acampamentos e com equipes de Formosa e Anápolis. O transporte era providenciado pela construtora, tanto para os jogadores como para a torcida. O clube era frequentado principalmente pelos engenheiros e pelos funcionários graduados, e posteriormente também por suas famílias. As festas juninas eram acontecimentos memoráveis e a PEDERNEIRAS providenciava transporte para os convidados dos outros acampamentos e das cidades vizinhas.

Apesar do ritmo intenso de trabalho, com "viradas" (horas-extra) constantes, (22) havia uma enorme solidariedade para compensar o sacrifício físico. Na época da cnuva, jipes e máquinas prestavam socorro nos atoleiros, embora nada pudessem fazer quanto a poeira na seca. Era comum o empréstimo de equipamentos entre as firmas concorrentes, para que fossem alcançadas as metas determinadas por cada uma. Assim, um esquema de troca de favores informal, existia, paralelo aos contratos oficiais. Como principais obras citadas, executadas pela PEDERNEIRAS nomeiam-se: Palácio do Itamarati, Hospital Distrital, tesourinhas da Asa Sul, Ed. Mineiros, Ed. Telebrasilíia e diversos prédios particulares.

O que resta do acampamento da EBE restringe-se apenas a sete casas na extremidade da vila, de frente a Via

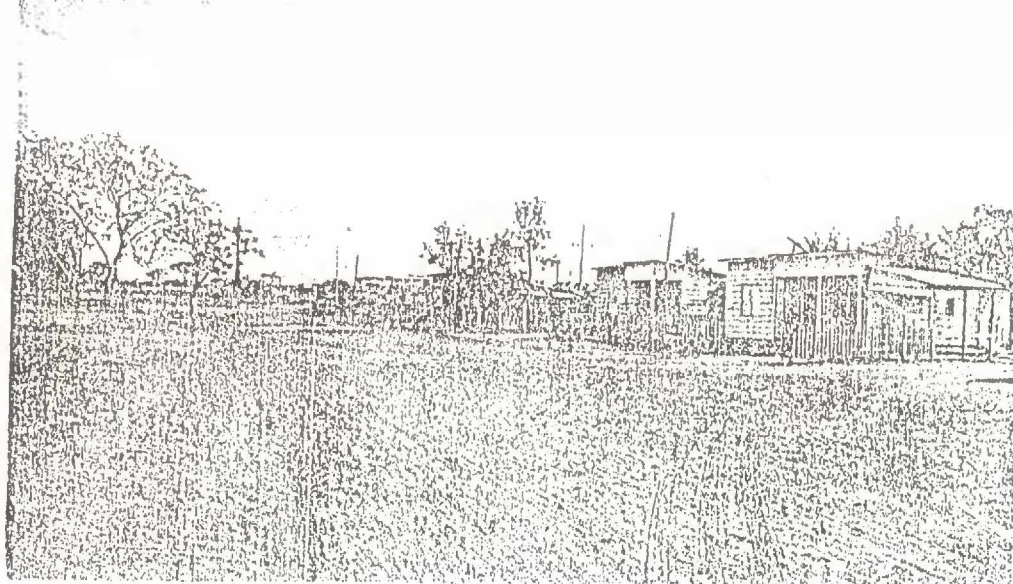
Hotel de Turismo, que dá acesso aos clubes e à Concha Acústica. Estas casas ficaram fora do perímetro especificado no decreto de tombamento, de abril de 1988. São casas com ótima conservação e muito representativas do espírito modernista aplicado às construções em madeira

(Foto 8 Casas da EBE Fonte: GI-Brasília).



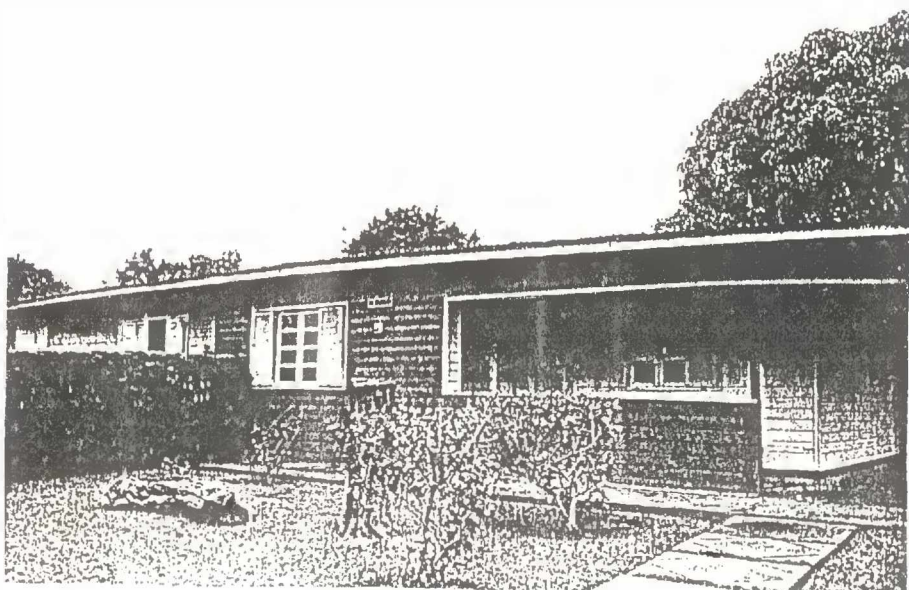
A parte remanescente do acampamento da EMULPRESS, empreiteira encarregada do desmatamento das margens do Lago Paranoá (1973), reduz-se a duas ruas, com boas casas e nenhum vestígio dos alojamentos de operários

(Foto 9 EMULPRESS Fonte: GI-Brasília).



O TAMBORIL, a RABELLO e a PACHECO FERNANDES DANTAS foram os acampamentos que menos se alteraram ao longo desse tempo, conforme relatos obtidos na pesquisa de campo.

O acampamento do TAMBORIL foi construído para os funcionários da firma americana responsável pelas esquadrias metálicas dos prédios do Congresso e dos Ministérios. Ela foi a primeira companhia a deixar a cidade, desocupando casas de excelente qualidade, durante o período em que



(TAMBORIL Foto 10)

Fonte: GI-Brasília 85: 46

residências amplas eram muito escassas. Por isto não houve dificuldade em reocupá-las com funcionários graduados e engenheiros da NOVACAP (24). Este conjunto de casas possui os maiores terrenos e as casas estão tão bem preservadas quanto as da EBE e da Fazendinha da PACHECO, conforme o laudo emitido por técnicos em preservação da Fundação Nacional Pró - Memória, confirmado por observações de campo. Isto se deve ao poder aquisitivo dos seus moradores, bem

adaptações e reformas estratégicas das residências, sem as penalidades e demolições infringidas aos moradores dos demais acampamentos, ou aqueles desprotegidos e sem vínculos funcionais ou de amizade dentro do Governo.

A parte pobre e conhecida como "TAMBORIL de baixo", onde restam casas esparsas. Os projetos de fixação causavam preocupação aos ocupantes destas casas, por causa da disputa entre o pessoal "de cima", que queria elitizar a vila, e os moradores pobres. Havia a vontade dos moradores com menos posses, de que o loteamento modificasse a disposição dos barracos e estabelecesse o mesmo tamanho para todos os lotes. (29) A distinção entre "de baixo" e "de cima", "pobre" e "rica" também presente em outros acampamentos designa a heterogeneidade social da Vila Planalto, que ficará mais clara nos próximos capítulos.

A pista asfaltada L4-Norte cortou uma faixa deste acampamento, eliminou várias construções e separou o conjunto das melhores casas daquele trecho denominado "Sarrafo". A Escola Classe não funciona mais no prédio que teve outras funções anteriores no acampamento, dentre elas, a de cinema. Hoje, em condições precaríssimas, abriga as famílias a serem realojadas.

Além da Vila Amauri, que era uma invasão eminentemente comercial, a outra grande concentração de equipamentos urbanos se deu ao redor do "staff" da firma americana e da Construtora Planalto, que acabou dando nome à vila. Estavam reunidos nesta faixa o Hospital de

Tuberculosos, mercearias, lojas, farmácia, padaria, lavanderia e o mercado da SAB. Segundo afirmações de moradores, seu lugar corresponderia aquela área vazia entre o TAMBORIL e as Embaixadas Norte.

A participação marcante da RABELLO (26) na construção de Brasília levou seus antigos funcionários a acreditar, conforme diversos depoimentos, que ela assumia todas as obras que as outras empreiteiras não conseguiam concluir. A importância da firma era um dos motivos de orgulho para seus trabalhadores, o que contribuía para reforçar a hierarquia interna imprescindível para a manutenção dos seus altos índices de produtividade. (27) Na década de 70, a RABELLO teve sua expansão direcionada para o exterior, principalmente para a Argélia. Uma crise interna restringiu suas atividades em Brasília e culminou com a desativação do seu escritório na Quadra 503 da W3 Sul.

Os depoimentos de antigos funcionários também nos informam quanto ao desempenho profissional de vários dos seus dirigentes, e da ascensão profissional de seus engenheiros dentro da firma, bem como de suas colocações no mercado de trabalho dos "grandes projetos" (28).

Havia durante a construção de Brasília um sistema informal de relacionamento entre os dirigentes das empreiteiras e o alto escalão da administração pública. Era uma variação do que se constata nas frentes de expansão, onde as regras culturais não estão consolidadas. A situação de fronteira, onde o cnoque cultural é latente, manifestava-



se sempre que a manipulação das condições dadas resultava em conflitos abertos. A proximidade do poder central e a possibilidade de ascensão social fazia com que a luta para privilegiar qualquer tipo de empreendimento criasse uma situação nada democrática. Os indivíduos financeiramente estáveis ou protegidos politicamente dificultavam aos demais o sucesso através da livre iniciativa. Analisaremos a situação nos próximos capítulos.

A opinião de que o acampamento da RABELLO era, dentre todos, o melhor estruturado e vivamente enfatizada por vários depoimentos de moradores. Descrições do planejamento, da execução do acampamento e dos cuidados com a transferência das casas re-aproveitadas do anterior (próximo ao Palácio da Alvorada até meados do ano de 1958) ainda emocionam muitos agenciadores, serventes, pedreiros, eletricitas, apontadores, encarregados de setor e de manutenção de máquinas que foram entrevistados. Embora nos depoimentos a afirmação, de que durante a construção "não havia discriminação" fosse recorrente, percebe-se, ao mesmo tempo, colocações contraditórias.

*"Não tinha discriminação. Só na Avenida J.K. sempre moravam os encarregados, mas na Israel Pinheiro e nas ruas não, não tinha discriminação. ... Isso nunca teve aqui não. Tinha os nossos dois clubes. Um funcionava aqui, o operário, e o clube dos engenheiros ali em cima." (29)*

Percebe-se também que, a distribuição espacial das casas e o traçado das ruas correspondia a estratificação funcional presente nos canteiros de obra. As Avenidas Belem - Brasília e J.K. possuíam as casas onde moravam os altos funcionários administrativos e engenheiros, substituídos

posteriormente, por mestres de obra, chefes e encarregados. Nas ruas 1, 2, 3 e 4 (implantada por ultimo) e na Avenida Israel Pinheiro, instalaram-se os funcionarios e operarios casados, de posição funcional intermediária. Estas casas de um e dois quartos foram desmontadas e transferidas do acampamento anterior a partir de outubro de 1958 (ver fig. 2).

O novo acampamento tomou o nome de "Conjunto Residencial Geraldo Tavares da Silva", em homenagem ao primeiro funcionario da RABELLO falecido em Brasilia. No maior terreno, na extremidade do acampamento, localizava-se a maior e melhor casa, destinada ao diretor-presidente, que, embora não morasse aqui (30), vinha freqüentemente com muitos convidados. O tamanho e a posição de destaque da casa refletem o alto posto hierárquico de quem ia ocupa-la. Um incêndio prejudicou-lhe a conservação.

Na area aberta, atualmente designada Praça Tancredo Neves, localizavam-se (fig. 8): a Igreja, onde o Padre Primo celebrava Missas aos Domingos, até 61, (o prédio está sendo adaptado como creche da PRONAV-LBA); o cinema, (totalmente demolido); o armazem (atualmente arrendado); a farmacia (residência); a enfermaria e os consultórios medico e dentário (este ainda funciona); a casa dos geradores, (posteriormente escritório da administração NOVACAP - RABELLO); posto telefônico; bomba de gasolina; os clubes, funcionaram até 1964, (ambos demolidos, o Clube dos Engenheiros foi bem anterior ao Clube dos Operários ou Canela Roxa); e o estacionamento dos caminhões de transporte

Abaixo das ruas do acampamento, separados por uma cerca, ficavam os alojamentos de solteiros e mais abaixo, separados por tapumes altos de madeira, alojavam-se 120 serventes em cada galpao - a "Fazendinha da RABELLO" - que mantêm muitos moradores daquela época com suas famílias.

*Os alojamento foi feito no lugar, a rapaziada fez aqui mesmo. Agora a família fez lá em casa e montou aqui. oito alojamentos, oito partes, oito galpao, repartido em quarto para dois homens. Essa rua chamava-se 120 que cada bloco desse morava 120 peão. Daquela esquina até aqui morava 120. dessa esquina já tinha 120, aquele ali é que desmanchou, isso aqui era alojamento de rapazes solteiro. .*  
[31]

Na extremidade da Avenida J.K. havia o alojamento para funcionários de escritório e encarregados solteiros.



(Foto 11 Peixe Vivo Fonte: GI-Brasília 26: 40)

O Sr. Nelson Corso sugeriu o nome "Peixe Vivo" para homenagear o Presidente J.K., ainda no acampamento próximo ao Palácio. A placa de alumínio em forma de peixe, feita



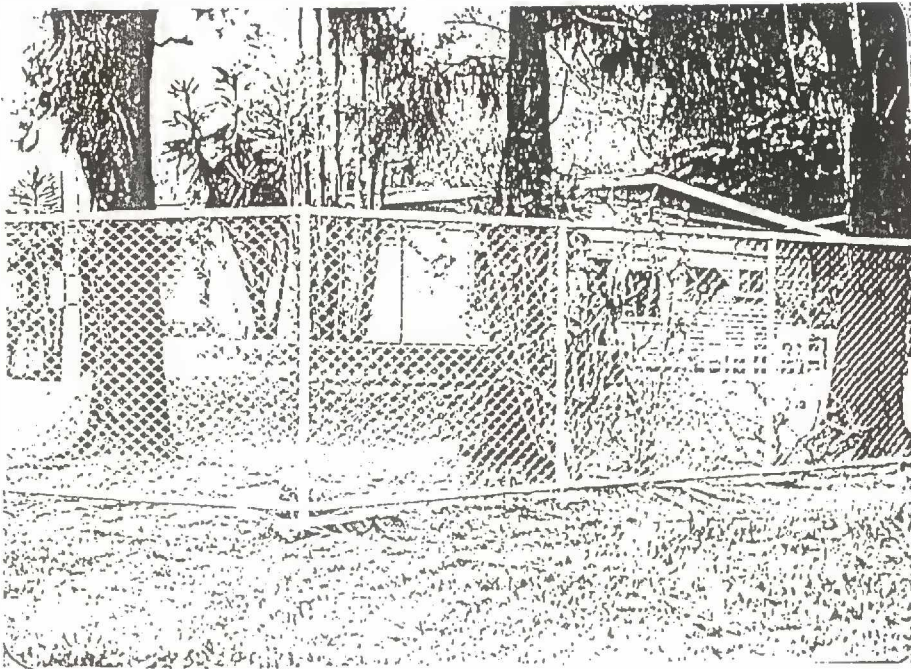
A placa com o nome do acampamento ficava na guarita principal de entrada, ao lado deste alojamento. A outra entrada, restrita aos operários e igualmente controlada, localizava-se próxima à Avenida Israel Pinheiro. As cercas do acampamento eram de arame e havia um tapume de tabuas de pinho com 2m ou mais de altura, que ia do DFL até a PACHECO FERNANDES. (22) Estas madeiras do tapume foram posteriormente extraviadas para acréscimos e divisões internas dos galpões, quando a fiscalização diminuiu e os trabalhadores introduziram suas famílias nos alojamentos.

A NOVACAP sempre restringiu a construção de casas nos acampamentos, mesmo naqueles de companhias com prestígio. A RABELLO também sofreu limitações no número de casas em seu novo acampamento. A pressão no sentido de obter moradia para a família esteve sempre presente da época da construção aos dias atuais. A moradia continua difícil para aqueles trabalhadores com pouca renda. Funcionários da RABELLO receberam lotes de 10m x 30m em Taguatinga, Gama e Sobradinho e a NOVACAP cedeu as casas para serem levadas para os lotes. Com a criação da TERRACAP em 1974, este procedimento não foi mais possível. Mencionaram, durante a pesquisa de campo, que loteamentos para funcionários da RABELLO foram propostos várias vezes, mas a cessão de direito não ocorria porque as autoridades protelavam a decisão, pressionadas por dirigentes da firma receosos de perder a mão-de-obra especializada. (23)

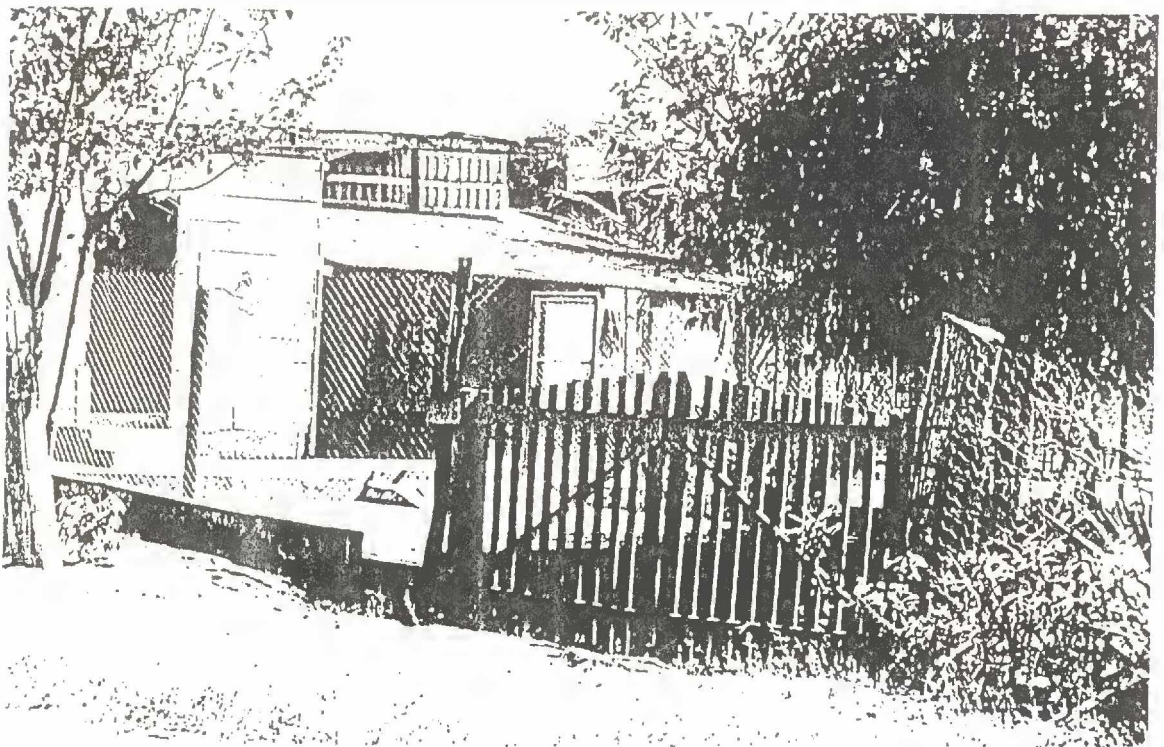
O campo de futebol da RABELLO era delimitado por alambrados e possuía arquibancadas de madeira, era cercado pelos: armazem, cinema, vestiários (onde ainda reside o massagista do time), padaria (antiga concentração), cercas da PACHECO FERNANDES, alojamentos de solteiros, cantina e clube dos operários. Foi o primeiro campo de futebol da Vila Planalto, disseram-nos que o seu nome era Ernando Soares, mas, não conseguimos documentação escrita comprobatória.

A PACHECO FERNANDES DANTAS se instalou, depois de concluído o Brasília Palace Hotel, na área que ainda ocupa na Vila Planalto. As casas que serviram aos seus diretores passaram a servir como residências funcionais dos presidentes e dirigentes da NOVACAP e de altos funcionários do Governo Federal, por exemplo, um ex - Ministro do Planejamento e a filha de um ex - Presidente da República. O conjunto denominado "Fazendinha" da PACHECO ou "Fazendinha Rica" teve a sua melhor casa cedida, a partir de 1986, ao Ministério das Relações Exteriores, para funcionamento de um centro de pesquisas. Outra ótima casa (foto 12 próx. pag.) funciona como CEBEM/CDS. (??)

Abaixo deste conjunto fica a Rua dos Engenheiros com casas também muito boas, porém menores e com lotes padronizados. Há um grande vazio entre esta rua, construída de um só lado e o local onde ficavam os alojamentos coletivos, quase todos demolidos ou então transformados em residências. A cantina também não existe mais e a mercearia/bar, que funcionava em frente, transformou-se em pré-escola.



(Foto 12 Fazendinha Fonte: PÉU IV - Rosemay e Paula)

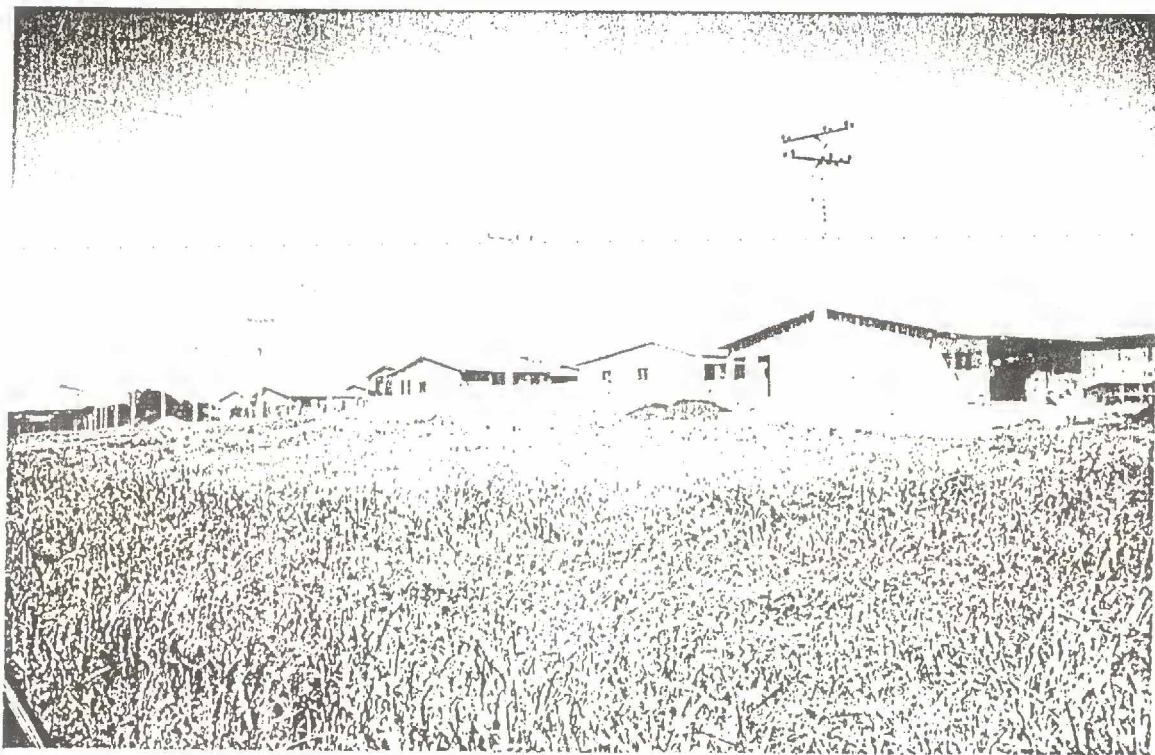


(Foto 13 / Pré-Escola Fonte: - Faria Lucia)



O vazio está sendo ocupado por casas de madeira, conforme especificações do projeto posterior ao tombamento da Vila Planalto, elaborado pelo Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto (GEAP). Entretanto, a tipologia adotada rompe com as características de composição volumétrica das edificações originais. Este novo conjunto destina-se aos moradores em condição habitacional precária.

(Foto 14 Casas Novas Fonte: S&Z)

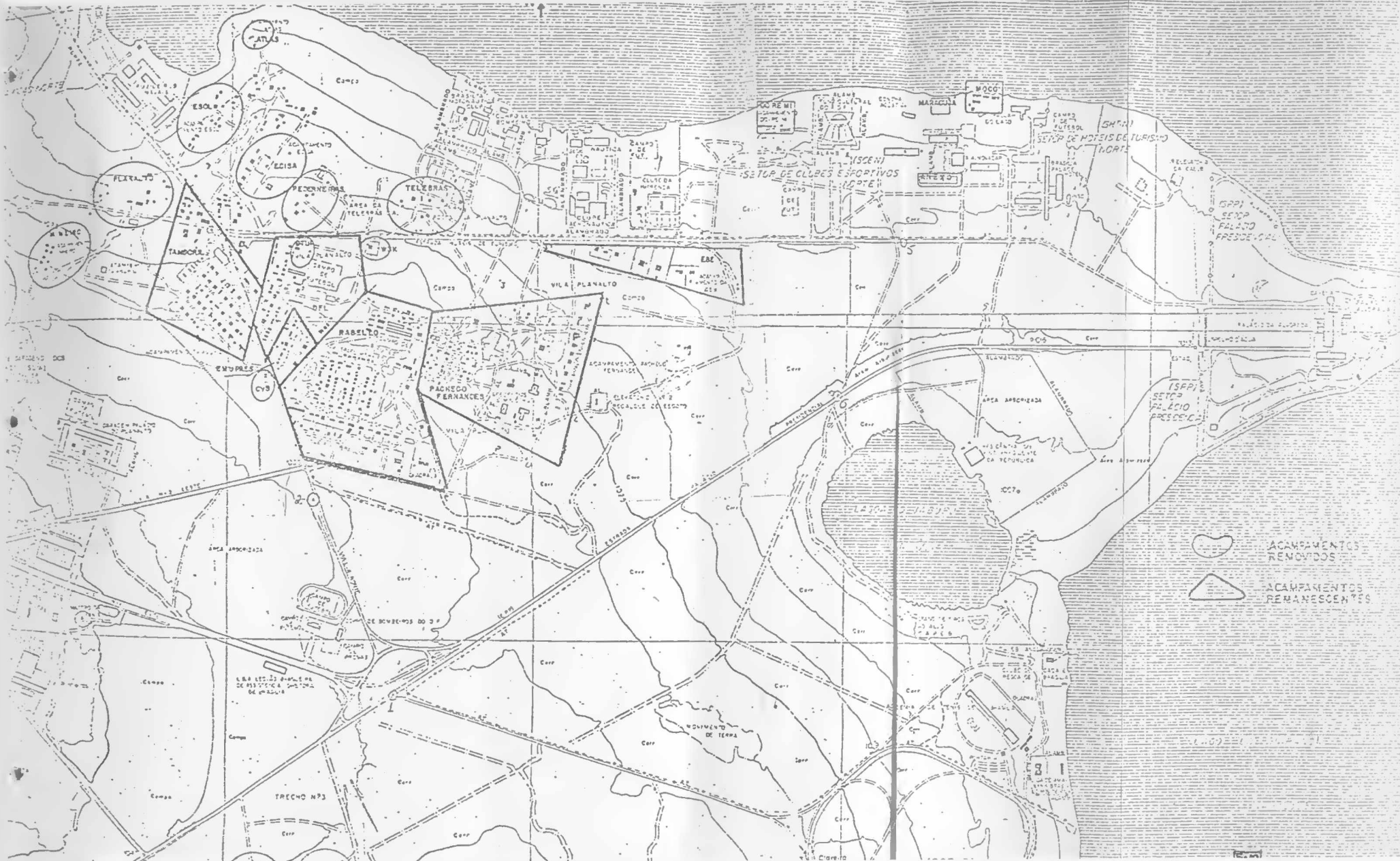


As situações mais desesperadas concentram-se no próprio acampamento da PACHECO, acima desta área reocupada, na "Fazendinha da RABELLO, e principalmente nas ruas "Nova" "do Pau" e "Beco da Fazendinha". (35)

O acampamento da PACHECO FERNANDES foi palco de um dos episódios mais marcantes na história da construção: "o massacre da PACHECO" contra o qual surgiram protestos na imprensa, nos sindicatos e associações da sociedade civil e que, apesar do inquérito, os fatos nunca ficaram devidamente esclarecidos, conforme interesses analisados no próximo capítulo. (30)

A Vila Planalto teve seu espaço permanentemente controlado, pois a NOVACAP, e posteriormente a TERRACAP, ao sucederem as construtoras na manutenção e fiscalização da área, por fiscais que residiam na própria Vila, adotaram uma política claramente contrária a permanência dos moradores. Proibiram reformas e ampliações das casas, demoliram aquelas que, ao vagarem, não estavam sendo disputadas por pessoas influentes; cobraram taxas de água, luz, e dificultaram a instalação de telefones.

As cercas que separavam os acampamentos originais passaram a ser retiradas. Erradicaram-se acampamentos ou apenas partes deles, ocorrendo simultaneamente drástica redução da área total da Vila Planalto. A população era estimulada, sem resultado, a regressar aos seus locais de origem, ou a deslocar-se para novos focos de emprego e poucos moradores foram reincorporados após seus acampamentos terem sido removidos (fig. 9). Alguns moradores do acampamento da Construtora Nacional originaram a Rua Nova do acampamento DFL (Departamento de Força e Luz). Moradores de outros acampamentos totalmente erradicados também foram



ACAMPAMENTOS  
RENOVADOS

ACAMPAMENTOS  
REMANESCENTES



encontrados ocupando casas esparsas no interior da Vila Planalto. (37) As alterações morfológicas sofridas pelos acampamentos conferiram gradativamente a sua configuração atual, cuja presença é camuflada pela exuberante vegetação das suas ruas e quintais (Foto 45 Vegetação Fonte: SBZ).



Estas alterações, conforme será visto, contribuíram para sua sobrevivência, e refletiram sua condição de assentamento provisório, sujeito à erradicação.

É interessante notar que a forma regular e larga das ruas dos acampamentos de obra foram sendo transformadas, ao longo do tempo, de maneira a evitar o controle propiciado por seu traçado ortogonal. Incluíram-se becos e as ruas tornaram-se sinuosas pelos acréscimos feitos nas edificações para abrigar a família e ampliaram-se os vazios criados pela transferência dos moradores originais. (fig. 19)



MALHA URBANA DA VII

Verificou-se uma aproximação deste tipo de assentamento, originalmente projetado segundo malha rígida, ao tecido da maioria das cidades do interior brasileiro. As árvores frondosas cultivadas pelos moradores nos quintais proporcionavam sombra ao espaço público aberto e quebravam parcialmente a visibilidade favorável à fiscalização.

A ausência de atividades, no acampamento, que não estivessem diretamente ligadas às construtoras ou à reprodução da força de trabalho, limitava a autonomia e reforçava a dependência de todos frente aos interesses das empreiteiras. A evolução do monopólio exercido pelas construtoras sobre todas as esferas da vida dos trabalhadores diminuiu depois da inauguração da capital até extinguir-se. A quebra do monopólio, no caso da Vila Planalto, aconteceu de forma a permitir a permanência parcial da mão-de-obra imobilizada pela moradia. O fato dos acampamentos não possuírem homogeneidade social, e de terem gradativamente incorporado funcionários públicos à sua população, tornou-os menos vulneráveis aos efeitos deste tipo de subordinação a que tinham sido submetidos até então.

Para resistir às pressões e permanecer na Vila Planalto, a sua população desenvolveu várias estratégias. Uma delas foi manipular conflitos entre as políticas contraditórias (preservação X remoção), apropriando-se da nova concepção do conceito de preservação e desencadeando um processo que culminou, em abril de 1988, com a assinatura do decreto de tombamento. O antagonismo entre a política

nabitacional, que defendia a erradicação das casas e a política preservacionista, que incentivava sua fixação, permitiu que a população atuasse, elaborando e defendendo a sua proposta (3º) para a Vila Planalto. A outra, como já foi dito, resumiu-se na utilização do fato de serem pioneiros, para reivindicar o privilegio ou o direito de continuarem nas casas, que já vinham ocupando há 30 anos.

Na Vila Planalto, hoje, residem aproximadamente 1200 famílias em 840 edificações remanescentes dos acampamentos originais (3º). O local é pitoresco, intensamente arborizado e com variações internas bem acentuadas em sua morfologia, como tipo de malha, traçado e largura das ruas, tamanho e estado de conservação das casas (4º), até na composição e nos hábitos da sua população. A área está inserida na Zona de Amortecimento designada pelo Relatório do GT-Brasília (1986: 23) como *"Local do Plano Piloto onde prevalece a horizontalidade, grandes espaços intersticiais, constante presença de vegetação de grande e médio porte, sem que se caracterize como área de baixa densidade demográfica, (...) A percepção da Vila ... não se enuncia a grande distância, a não ser pelo destaque e exuberância de sua vegetação na paisagem."*

Os acessos são indiretos, as vias periféricas largas contribuem com as áreas livres para delimitar o território habitado. Destaca-se a Via L4- Norte, que provoca uma ruptura entre o TAMBORIL e os demais acampamentos da Vila Planalto. As vias internas repetem a própria diversificação de tipologias e de agenciamento presente em todo o assentamento.

*"O terreno apresenta-se quase plano, sofrendo pequeno declive para o Norte, acentuando-se em direção ao lago, o que contribui no maior afastamento visual da Vila a partir da Estrada Hotel de Turismo."* GT-Brasília (1986: 25)

O declive permite excelentes visuais do lago, e, no sentido contrário, da cidade, que se encontra em plano mais elevado.

A vegetação do cerrado envolve a Vila nas áreas livres periféricas, enquanto árvores ornamentais e frutíferas são cultivadas nos quintais ou mesmo nas ruas, ao contrário das forrações que limitam-se às pastagens ou aquelas cultivadas em áreas privadas.

"A malha da Vila Planalto teve sua estruturação em etapas, com configurações distintas, não existindo para o conjunto qualquer simetria. Esta irregularidade, consequência da justaposição dos vários acampamentos, faz com que cada núcleo tenha características próprias." GT-Brasília (1986: 27)

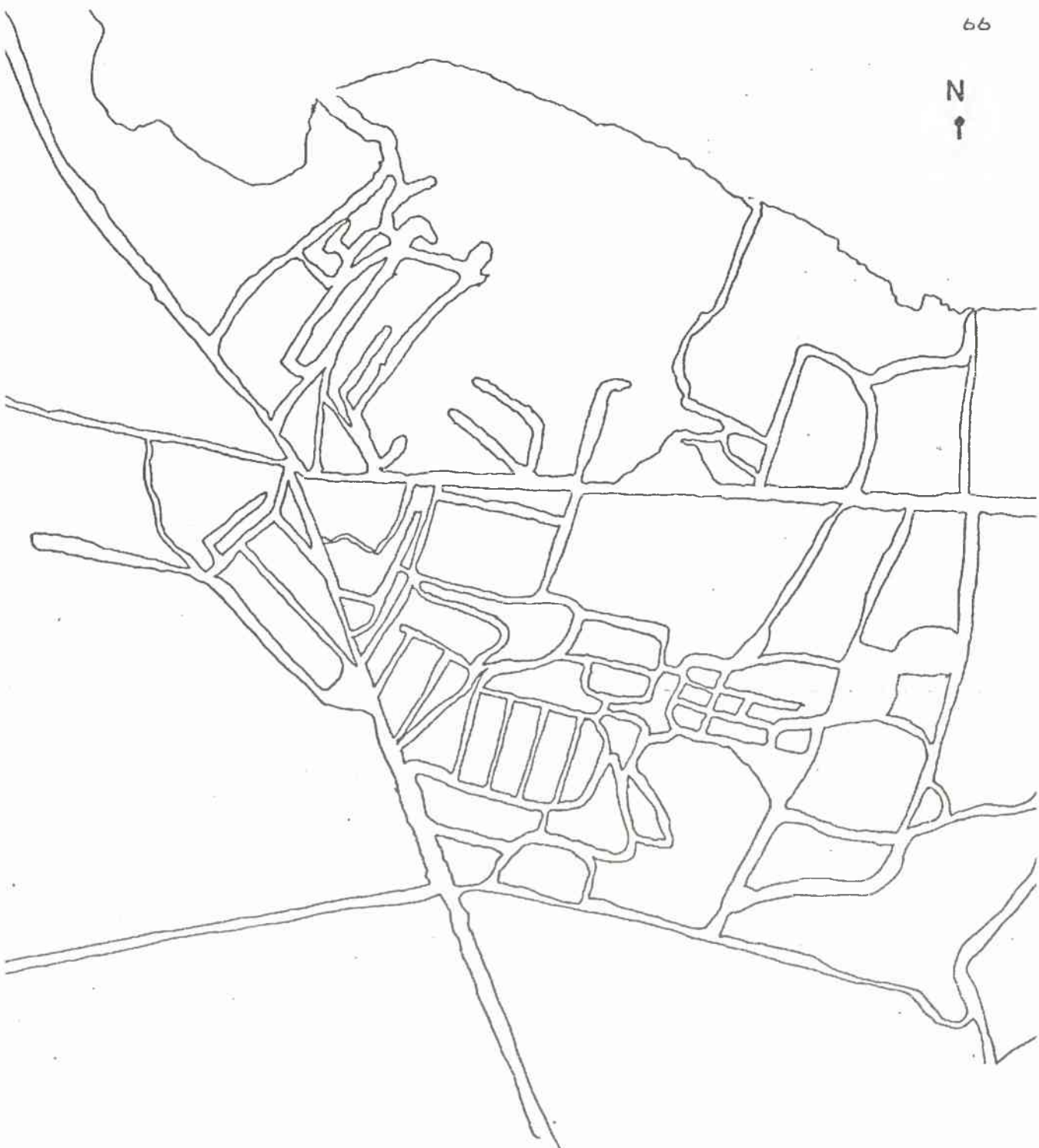
O traçado ortogonal tornou-se irregular e tão diversificado quanto os demais aspectos da Vila. Os lotes tendem a ser regulares, dispostos em fita, onde o sistema viário é bem definido, variando de tamanho conforme sua distribuição hierárquica original.

*"Além do sistema de parcelamento em lotes, existem também, em número reduzido, as projeções, que correspondem aos alojamentos de solteiros."* GT-Brasília (1986: 31)

Não transparece no parcelamento (fig. 11 e 12) a distinção entre lotes comerciais e residenciais, provavelmente devido à origem residencial, incorporando o uso misto recentemente. Entretanto, a variação no tamanho dos lotes pode ser percebida em conformidade à destinação de uso, os maiores para uso institucional.

Há pouca setorização das atividades por locais e predomina o uso residencial do qual podemos destacar as seguintes tipologias:

*"A forma direta de sua comunicação com a rua e a definição dos espaços públicos a partir dos edifícios construídos, conferem o caráter de agente configurador efetivo; ... também favorece a integração de espaços públicos e privados, ... - um primeiro grupo de casas de um pavimento, com grandes áreas construídas, acima de 250m<sup>2</sup>. Sua composição volumétrica dá-se por justaposição, sempre*

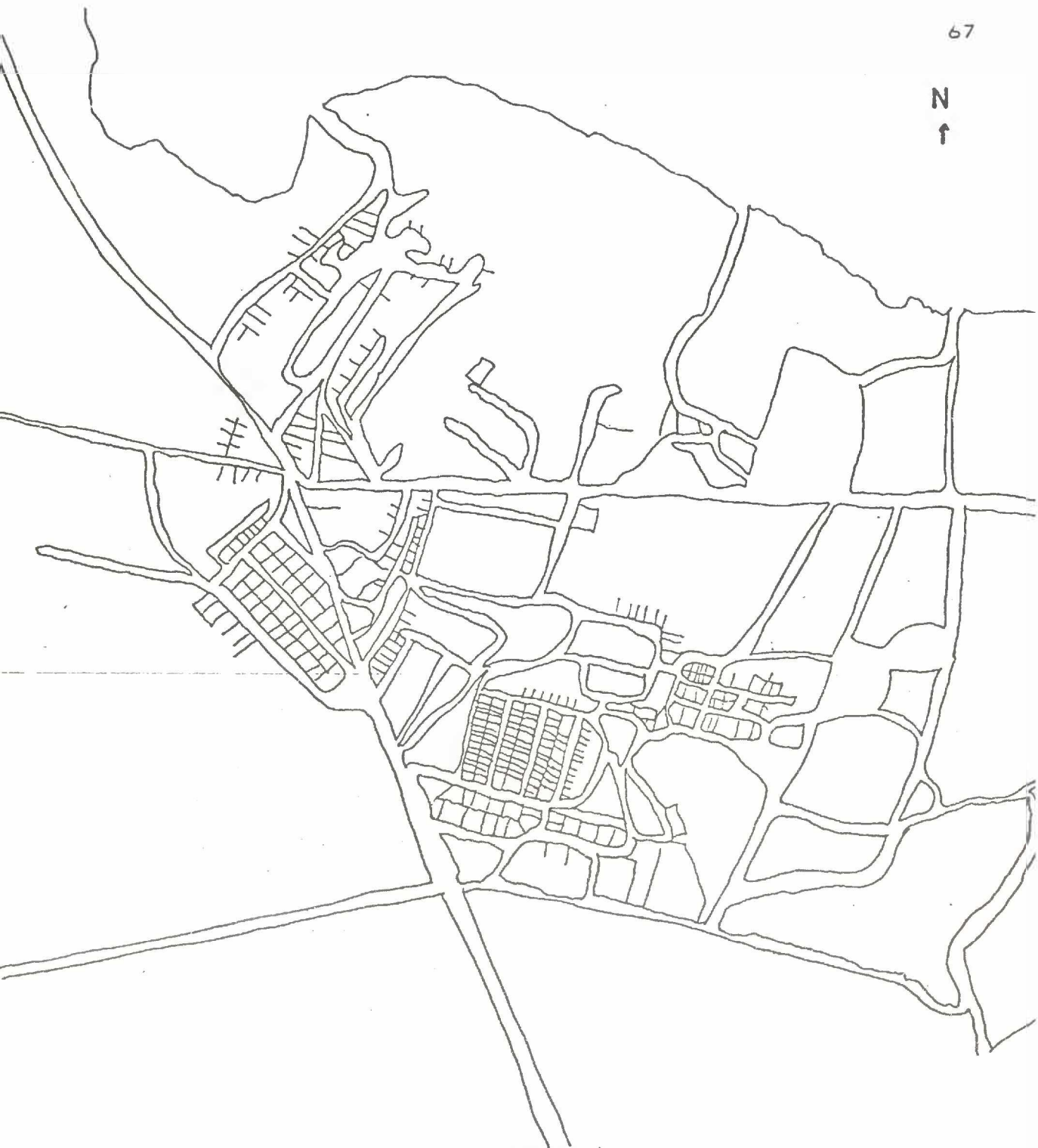


MACRO PARCELAMENTO DA  
VILA PLANALTO

FIG.11



N  
↑



EXEMPLOS DE  
MICRO PARCELAMENTO DA  
VILA PLANALTO

com base nos volumes cubistas, próprios à Arquitetura Moderna, muito bem representada, tanto neste grupo, como nos demais. Tais unidades são dispostas nos centros dos terrenos, em grandes áreas ajardinadas, que cumprem o papel de destacá-las na paisagem. GT-Brasília (1986: 41)

- o segundo grupo, tipologicamente mais representativo da Vila, compõe-se de casas de tamanho mediano, em torno de 120m<sup>2</sup>, volumetria um pouco mais compacta, em geral localizadas bem próximas às ruas, mantendo ligações diretas com as mesmas. GT-Brasília (1986: 42)

- o terceiro grupo corresponde às habitações coletivas, representado por edificações lineares, tratadas como blocos térreos, assentadas em parcelamento por projeção; porém, o seu sistema de ligação com o espaço público é diferenciado do adotado na Vila e dá-se por um único ponto. GT-Brasília (1986: 43)

- o quarto grupo corresponde à tipologia empregada em algumas áreas de adensamento posterior: não é integralmente calcada, como os anteriores nos princípios modernistas rígidos. Tais edificações aproximam-se mais das tipologias identificadas em invasões ou em acampamentos que sofreram um grande inchamento, conhecidas como barracos. As áreas de aberturas são reduzidas em relação às das casas características dos acampamentos. A disposição do seu material de construção, a madeira, ocorre no sentido contrário; suas áreas são reduzidas, mantendo, contudo, uma harmonia de escala. É neste grupo que ocorre a maior incidência de uso misto da edificação. GT-Brasília (1986: 43)

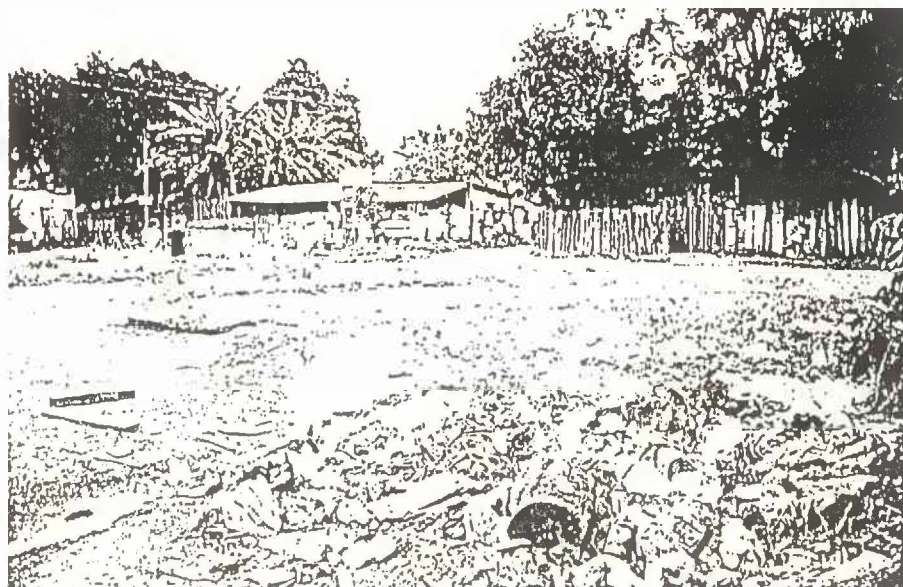
- o quinto grupo, o mais recente, apresenta-se em dimensões um pouco maiores que as do grupo anterior; porém, cumprem inteiramente com os princípios geradores das casas da Vila. Essas unidades aproximam-se muito da tipologia de conjuntos habitacionais populares. Frequentemente são geminadas, não como um grande bloco contínuo, mas por justaposições sucessivas de casas, com maior inclinação de cobertura, perpendicularidade de sua cumeeira em relação à rua. GT-Brasília (1986: 44)



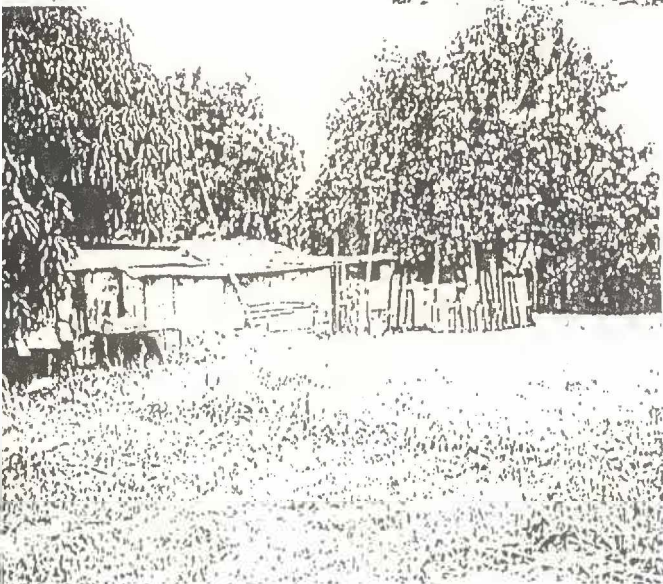
Foto 16 Casa bem conservada. Fonte: PEU IV - Rosemary e Paula.

As melhores casas abrigam os segmentos com maior poder aquisitivo e compoem a parte externa da Vila, visível aos transeuntes de vias periféricas a ela. Contrastam e encobrem as péssimas condições de habitabilidade da maior

parte do assentamento, sejam habitações pequenas, superlotadas e mal conservadas, ou os alojamentos coletivos, transformados em cortiços ao serem ocupados pelas famílias dos operários. (Fotos 17 Edificações sem conservação)



(Fonte: S32)



Percebe-se uma gradativa deterioração das edificações em toda a Vila (11), acentuadamente na área central, onde prevalece a alta densidade construtiva e populacional e a pior situação sócio-econômica. As causas desta situação podem ser:

1- progressivo encolhimento da vila pela destruição de unidades habitacionais por decisão do Governo, durante as sucessivas tentativas para erradicar acampamentos e invasões;

2- crescimento demográfico vegetativo ou causado por novas migrações intra ou interurbanas. Brasília, mesmo depois de inaugurada, continuou atraindo novas migrações:

3- proibição de construção de novas habitações ou até mesmo de ações de manutenção e conservação das unidades habitacionais, tanto as individuais quanto as coletivas:

4- o empobrecimento progressivo da população, as crises econômicas na cidade tiveram sempre repercussão sobre a população mais pobre, ligada basicamente à indústria da construção civil. (fig. 13)

Dados Socio-Econômicos da Vila Planalto  
Fonte: Fesouisa do GI-Brasília e SMIS 1987

PEA	AFSENT.	N.FAMILIAS	N.PESSOAS	N.CRIANÇAS	N.JOVENS	N.ADULTOS	N.IDOSOS	
Alojamento de Solteiros	112	6	110	121	0	21	86	14
Anexo	90	5	59	204	41	50	77	20
DFL1	42	1	31	145	49	47	43	6
DFL2	157	7	101	461	152	143	135	29
DOREM1	18	1	12	57	21	16	18	2
EBE	-22	0	11	44	6	15	20	4
EJCAESB	1	0	1	4	1	1	1	1
EMUPRESS	19	0	13	53	17	15	18	3
EMUPRESS Mac	26	1	17	78	28	22	22	2
Faz. PACHECO	4	0	2	12	4	2	3	3
Faz. RABELLO	125	2	96	421	137	144	139	28
MARACUJA	15	0	11	28	6	9	11	2
MOCO	34	0	25	72	23	15	33	1
PACHECO FERNANDES1	188	8	119	527	182	159	182	29
PACHECO FERNANDES2	29	2	21	98	37	23	35	3
PEDERNEIRAS	1	0	1	7	5	1	1	0
RABELLO1	81	4	48	205	62	51	69	22
RABELLO2	102	2	63	283	85	81	94	20
RABELLO3	60	3	44	147	44	39	66	10
RUA MDVA	155	3	95	441	170	114	132	19
RUA DOS ENGENHEIROS	45	3	27	167	36	26	36	7
SARRAFO	43	0	25	99	34	22	44	8
TAMBORIL1	109	2	61	222	46	62	67	26
TAMBORIL3	19	0	11	38	14	6	14	4
MSX	2	0	1	5	2	0	0	2
OUTROS	8	1	6	21	7	2	7	3
<b>TOTAL</b>	<b>1509</b>	<b>51</b>	<b>1011</b>	<b>3900</b>	<b>1209</b>	<b>1086</b>	<b>1373</b>	<b>268</b>

Tempo de residência no DF	0
De 01 a 03 anos	7
De 04 a 06 anos	28
De 07 a 09 anos	52
De 10 a 12 anos	100
Mais de 12 anos	812
Tempo de residência na VP	
Até um ano	10
DE 01 a 03 anos	17
DE 04 a 6 anos	50
DE 07 a 09 anos	83
DE 10 a 12 anos	152
Mais de 12 anos	690
Famílias em cada habit.	
Até 1 família	501
Dois famílias	266
Três famílias	147
Quatro famílias	56
Mais de 4 famílias	36

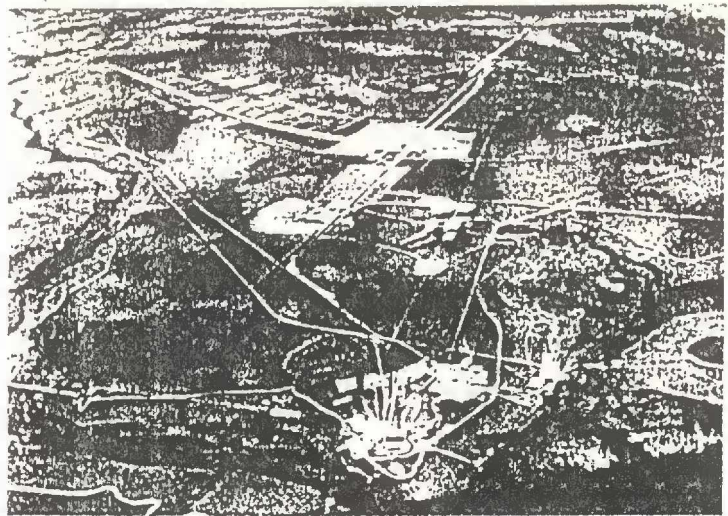


### III - A VILA PLANALTO NA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA.

#### - O SIMBOLISMO DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE.

A criação de Brasília como meta-síntese do Governo J.K. (Juscelino Kubitschek de Oliveira) resultou de um longo processo, segundo SCHIMIDT (1985:36), desencadeado a partir do período colonial, que inseriu a interiorização da capital nas Constituições brasileiras e promoveu diversas expedições para localizá-la na região Centro-Oeste. As justificativas geopolíticas, de segurança nacional, a nova conjuntura econômica mundial, na qual a economia brasileira se internacionalizava em busca do desenvolvimento, contrapõem os anseios nacionalistas aos designs da expansão do capital. A implantação de novos sistemas viários e da capital federal

provocou impactos sobre a organização do espaço e repercutiu sobre a rede urbana com efetiva mudança no panorama brasileiro, conforme colocam FARRET(1985) LUCARELLI(1988)etal.



DEPOIS, NASCE UMA CIDADE.

Hoje, em quase tudo se modifica. As primeiras estruturas já estão delineadas e os primeiros contornos da nova cidade começaram a aparecer. No canto esquerdo, já se pode perceber parte da asa e fuselagem do avião que é como se parece o plano-piloto de Brasília. Em baixo, grandes depósitos, oficinas e alojamentos destinados ao pessoal.

(Foto 48 Coneço de Brasília Fonte: GT-Brasília 86: 20)

A construção da nova capital brasileira exigiu, além de recursos privados, a decisão política e a intervenção estatal para viabilizá-la e foi analisada no cenário brasileiro por autores como: EPSTEIN (1973), LIMDEIRO CARDOSO (1978), RIBEIRO (1980), TEIXEIRA (1982), SOUSA (1983), FARRET (1985), PAVIANI (1985), SCHIMIDT (1985), BICCA (1985), VESENTINI (1986), LUCARELLI (1989) e RODRIGUES (1990), dentre outros.

EPSTEIN (ibid) coloca diversos conceitos úteis para explicar a situação brasileira. O modelo de dependência de Gunder Frank (1972) apesar de abranger alguns deles, na sua opinião, não consegue explicá-la. O personalismo das relações populistas na política brasileira transparece também nas relações de lealdade entre patrões e empregados, tratadas por WAGLEY (1960) e na troca de favores entre pessoas do mesmo nível dentro de um grupo ou "panelinha", ou entre um líder e seus dependentes, que LEEDS (1978) denomina de "igrejinha". As relações estabelecidas durante a construção e a consolidação de Brasília transcenderiam assim, aos níveis políticos locais e regionais, fazendo com que a diade Paternalismo - Clientelismo fosse importante para avaliá-las.

O processo de interiorização do Brasil, interpretado por RIBEIRO (1980) como de penetração do capitalismo para integrar as terras improdutivas ao mercado, foi divulgado pela propaganda oficial como o único caminho para o desenvolvimento e a integração nacional. O crescimento



econômico e a internacionalização de setores básicos economia deviam aliar-se ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo. A propaganda foi fundamental no sentido de tornar a construção de Brasília um projeto nacional, reconhecido como fator de progresso do país; apresentada como a meta-síntese, buscou legitimar a política econômica por intermédio da propaganda e da ideologia, que acabou assimilada não só pelos participantes da obra, mas pela maior parte da sociedade. Uma análise dos pronunciamentos de parlamentares sobre a mudança da capital, feita por LUCARELLI (ibid), mostrou a aceitação generalizada da ideia nas diversas regiões do país. A euforia resultante desta ideologia foi colocada, por TEIXEIRA (1982), como resultado da manipulação oficial, que mascarou uma série de problemas apresentados pela conjuntura econômica.

A ideologia de redenção nacional ou regional, analisada por RIBEIRO (ibid) como inerente às grandes obras, no caso de Brasília foi legitimada através da repetição intencional de fatos simbólicos da colonização portuguesa: a primeira missa e a primeira visita oficial do presidente português Craveiro Lopes, que enfatizaram o simbolismo do descobrimento do Brasil. Vários símbolos como as "Bandeiras" foram usados na construção da identidade dos "candangos" e "pioneiros" passando a constituir aspectos marcantes da sua memória social.

A manipulação ideológica, portanto, foi iniciada, ainda no período da construção, por setores do governo e,

mais tarde, estendeu-se as categorias como "candango" e "pioneiro", mesclando-as para que assimilassem a conotação heroica até então restrita aos detentores da "história oficial". A ação dos operários era mencionada para ressaltar as decisões políticas e o desempenho dos governantes, políticos e engenheiros. O fato das classes subordinadas também se identificarem como atores, abriu uma nova brecha para interpretações desta história.

Referências novas foram criadas para constituir a rede social própria deste caso específico de "projeto de grande escala". "Pioneiro" passou, portanto, a ter força na memória social do brasileiro, enquanto símbolo de uma experiência marcante na história da cidade, na qual, a participação dos trabalhadores foi reconhecida e conferiu força ao apelo para continuarem na Vila Planalto. O orgulho de identificarem-se como atores do grande feito - construção da nova capital - significou participar de um mito.

= "GRANDES PROJETOS" E "INSTITUIÇÕES TOTAIS".

Em um país com o tamanho, a diferenciação espacial, as disparidades urbanas e regionais do Brasil, os impactos ambientais e sociais durante a adaptação dos colonizadores a situação de fronteira requerem abordagens multi e interdisciplinares para analisá-los. Brasília sofreu os efeitos da urbanização brasileira e também viveu situações de

fronteira comuns as frentes de expansão; portanto, o estudo da Vila Planalto pode contribuir para o desafio de acomodar as necessidades sociais as capacidades ambientais e para entender o processo de urbanização que envolve grandes obras.

O conceito de "grandes projetos" corresponde a uma forma de produção vinculada a expansão de sistemas econômicos, implantada em áreas isoladas por período determinado, com enormes investimentos, controle e imobilização dos trabalhadores por intermédio da moradia. Estas características estavam presentes na construção de Brasília, onde o sistema de produção das grandes obras de construção civil provocou o deslocamento de enormes contingentes populacionais para uma área isolada. Criou-se um enclave de duração temporária para fornecer alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores deslocados para o empreendimento. Ocorreu uma subordinação extrema dos trabalhadores ao ritmo de trabalho extenuante, rigidamente fiscalizados pelos controladores da produção, podendo-se afirmar que os mecanismos de exploração da força de trabalho foram muito eficientes.

O "grande projeto" foi envolvido por arranjos institucionais e múltiplas articulações de grupos de poder: as realidades local, regional e internacional definiram diferentes níveis de integração; onde a importância das conexões demonstrava que ele compunha-se de uma estrutura de poder, a qual ligavam-se estratégias e instrumentos que não

podiam ser entendidos apenas por suas referências locacionais. No caso de Brasília, a pressão dos políticos goianos engendrou decisões que extrapolaram os interesses do governo estadual, dos proprietários das terras a serem desapropriadas, e implicaram em vultosos investimentos do governo federal, pagos pelos contribuintes de todo o país.

O capital investido no interior do território nacional foi gerenciado por uma companhia estatal, a NOVACAP (43). Empresa pública federal ligada ao poder executivo, com autonomia financeira e administrativa, usou os poderes do Estado para administrar as empreiteiras e obter o máximo da atividade produtiva, respaldada pela "ambigüidade jurídica", que prevaleceu até a inauguração da cidade.

*"Esto significa que el Estado, aunque siempre está presente en los PGE, omite deliberadamente suministrar los servicios institucionales normales. Hay ambigüedad, pero no contradicción. El Estado se ausenta porque su objetivo principal es el éxito del proyecto y, por consiguiente, la "optimización" de la producción."* (RIBEIRO 1987:12)

O triângulo administrativo dos "grandes projetos" definido por RIBEIRO (1988: 4) (concessionárias, consultores e donos), no projeto em questão compreendia as relações entre elites dirigentes, planejadores do Estado que concentravam o poder político-administrativo nas mãos dos organizadores / controladores de grandes forças de trabalho. A interação entre os dirigentes das empreiteiras, os dirigentes da NOVACAP, os parlamentares e o Presidente da República demonstrou este círculo de poder. A competição entre as firmas ocorreu simultânea a ajuda mútua para cumprir os prazos estipulados, conforme depoimento de engenheiro, citado anteriormente.

A estrutura institucional destes projetos caracterizava-se por uma assimetria nas informações detidas por cada membro, conforme sua hierarquia funcional, isto é, quanto maior o posto ocupado, maior rapidez no conhecimento dos planos e decisões, conseqüentemente maior poder; no entanto, o dono do projeto nem sempre controlava o processo. A localização definitiva da RABELLO e da PACHECO FERNANDES, após mudarem-se das proximidades do Palácio da Alvorada para onde ainda se encontram na Vila Planalto, demonstra a importância do acesso às informações cruciais para a sobrevivência, neste jogo de forças que envolve os "grandes projetos".

O poder reestruturador destes "grandes projetos" sobre o sistema local e regional decorre, segundo RIBEIRO (ibid), dentre outros aspectos, da enorme mobilização de recursos e da força de trabalho. Em Brasília, as disparidades sociais e econômicas pre-existentes acabaram por favorecer as firmas competidoras mobilizadoras de maiores recursos e conferiram a própria NOVACAP uma posição de controle, pelo fato de ser também a maior empregadora de mão-de-obra, (qualificada ou não). Assim, o desempenho da Construtora RABELLO, ao assumir obras de firmas menores, que não conseguiam cumprir prazos e exigências foi um exemplo da disputa pela hegemonia que ocorre nos "projetos de grande escala". Somente o gigantismo e as diferenciações internas impediram que uma única corporação controlasse todo o processo produtivo. O projeto dividido em numerosos

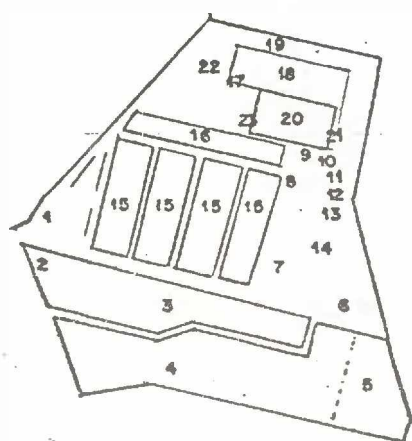
privilegios no mercado de trabalho do projeto. A mobilidade interna foi possivel ate o limite da educaçao formal e da qualificaçao adquirida no proprio processo produtivo, (RIBEIRO, ibid: 135). Muitos migrantes chegaram como serventes e foram galgando etapas durante as obras, conseguiram profissionalizar-se, aprenderam um oficio com a rapidez correspondente as suas aptidões ou ao favorecimento obtido por laços de amizade, de proteçao politica ou de parentesco.

O regionalismo proporcionou burlas a hierarquia funcional e favoreceu socialmente os individuos que souberam manipula-lo com sucesso e foi importante para o estabelecimento da identidade social dos participantes da construçao de Brasilia e uma das bases da luta politica por fixaçao. A identidade foi, nestes termos, manipulada de maneira adaptativa, desde o inicio da grande obra. Tais manipulações buscam minimizar as distinções de classe social, apesar delas estarem visiveis na distribuicao espacial das edificações, nos acampamentos e na hierarquia funcional dos canteiros de obra.

A descriçao espacial dos acampamentos, detalhada no capitulo anterior, forneceu uma primeira aproximação da segmentaçao e da hierarquia do mercado de trabalho dos "grandes projetos", similar as situações fabris. A caracterizaçao do padrao de assentamento planejado mostrou claramente como a estratificaçao interna do projeto foi transposta para a realidade espacial e como as areas



residenciais e os sistemas de serviços foram designados para atender às suas necessidades e concepções internas, conforme trata RIBEIRO (ibid: 164). Na Vila Planalto, o traçado retilíneo das ruas facilitava a fiscalização; as casas, geminadas, em fita, ou isoladas graduavam o nível de controle; o acesso aos equipamentos e serviços era diferenciado pela hierarquia funcional. Enfim, o espaço público ficou influenciado pela lógica da atividade produtiva, não só porque fora desenhado como parte de um esquema de produção planejado e abrangente, (fig. 14), mas,



- |                               |                              |
|-------------------------------|------------------------------|
| 1. ESCOLA                     | 14. ESTACIONAMENTO           |
| 2. PEIXE VIVO                 | 15. RES. DOS ENCARREGADOS    |
| 3. RESIDÊNCIA DOS ENGENHEIROS | 16. RES. DOS MESTRES         |
| 4. RESIDÊNCIA DOS DIRETORES   | 17. CANTINA                  |
| 5. RES. DO DIRETOR PRESIDENTE | 18. ALOJAMENTOS COLETIVOS    |
| 6. CLUBE DOS ENGENHEIROS      | 19. ALOJAMENTOS DE SERVENTES |
| 7. IGREJA                     | 20. CAMPO DE FUTEBOL         |
| 8. CLUBE DOS OPERÁRIOS        | 21. VESTIÁRIOS               |
| 9. CINEMA                     | 22. AÇOUGUE                  |
| 10. ARMAZÉM                   | 23. CONCENTRAÇÃO             |
| 11. POSTO MÉDICO E DENTÁRIO   |                              |
| 12. POSTO TELEFÔNICO          |                              |
| 13. ADMINISTRAÇÃO             |                              |

ARQUITETURA INTERNA DE UM ACAMPAMENTO  
(RABELLO)

FIG. 14

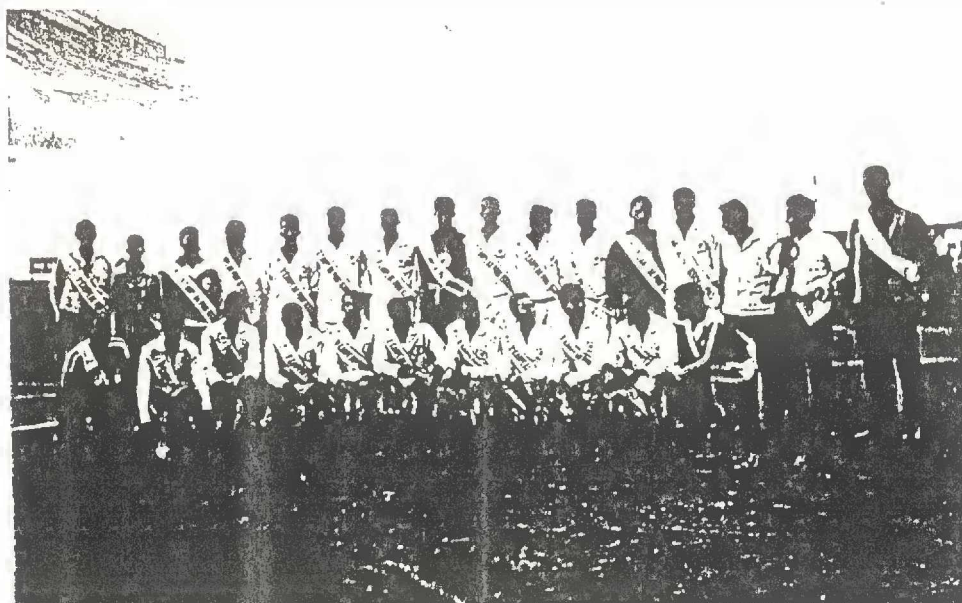
principalmente pela sobreposição das relações diárias de trabalho às de vizinhança.

O poder da administração central, ao regular assim as atividades diárias dos indivíduos, acentuou as semelhanças dos acampamentos de obra com as "instituições totais", definidas por GÖFFMAN (1961: 11) como:

*... um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.*

A imagem da eficiência das "instituições totais" a ser divulgada para o mundo exterior fazia das visitas um importante veículo de propaganda, portanto, motivo de preocupação para seus dirigentes. As situações rituais eram as ocasiões em que os membros de estratos sociais diferentes se aproximavam, como também ocorria nos acampamentos de obra e nas vilas operárias. A solidariedade e a internalização da dominação ficavam estimuladas por práticas padronizadas de sociabilidade, como por ex., partidas de futebol

(Foto 19 Time de Futebol Fonte: Sr. Abel),



festas juninas, de Natal e os bailes nos clubes dos acampamentos (44). As cerimônias também cumpriam funções sociais latentes, como a interação entre os diversos participantes destas "instituições" e assim, os jogos de futebol podiam ser considerados catalisadores da identificação entre os trabalhadores e os ideais das firmas contratantes, simbolizados pelos times com seus nomes. A atuação do presidente Juscelino foi outro exemplo deste esforço de identificação proporcionado pela ficção do igualitarismo e do progresso embutida na ideologia desenvolvimentista, legitimadora de Brasília.

*"E o Juscelino era um cara muito popular, né? Com a Marcia, com a Maristela, com a D. Sara, com ele próprio. Dançamos muito lá no Palácio da Alvorada, eu com as filhas dele, os outros funcionários da firma, também. Era gostoso demais, viu? Muito gostoso. Inclusive eu estive lá na fazenda dele na pouco tempo, agora." (45)*

As obrigações de identificação para com a instituição eram maiores quanto mais elevado fosse o posto do indivíduo na hierarquia ocupacional. Como comenta GOFFMAN (1961: 151): *"Em alguns casos, e presumivelmente o indivíduo que se identifica com os objetivos e o destino da organização - por exemplo, quando alguém sente orgulho pessoal por sua escola ou seu local de trabalho."*

Mas a identificação como pioneiro extrapolava esta instância hierárquica, na medida em que, "desenvolvimentismo" e "pioneirismo" legitimavam todas as obras de Brasília, e transcendiam às ligações contratuais entre trabalhadores e firmas, simbolizadas nestes rituais.

O "companheirismo" (nas "instituições totais") constituía um tipo de reciprocidade, distinta daquelas relações assimétricas implícitas no esquema de dominação / subordinação dos diferentes estratos sociais presentes nos

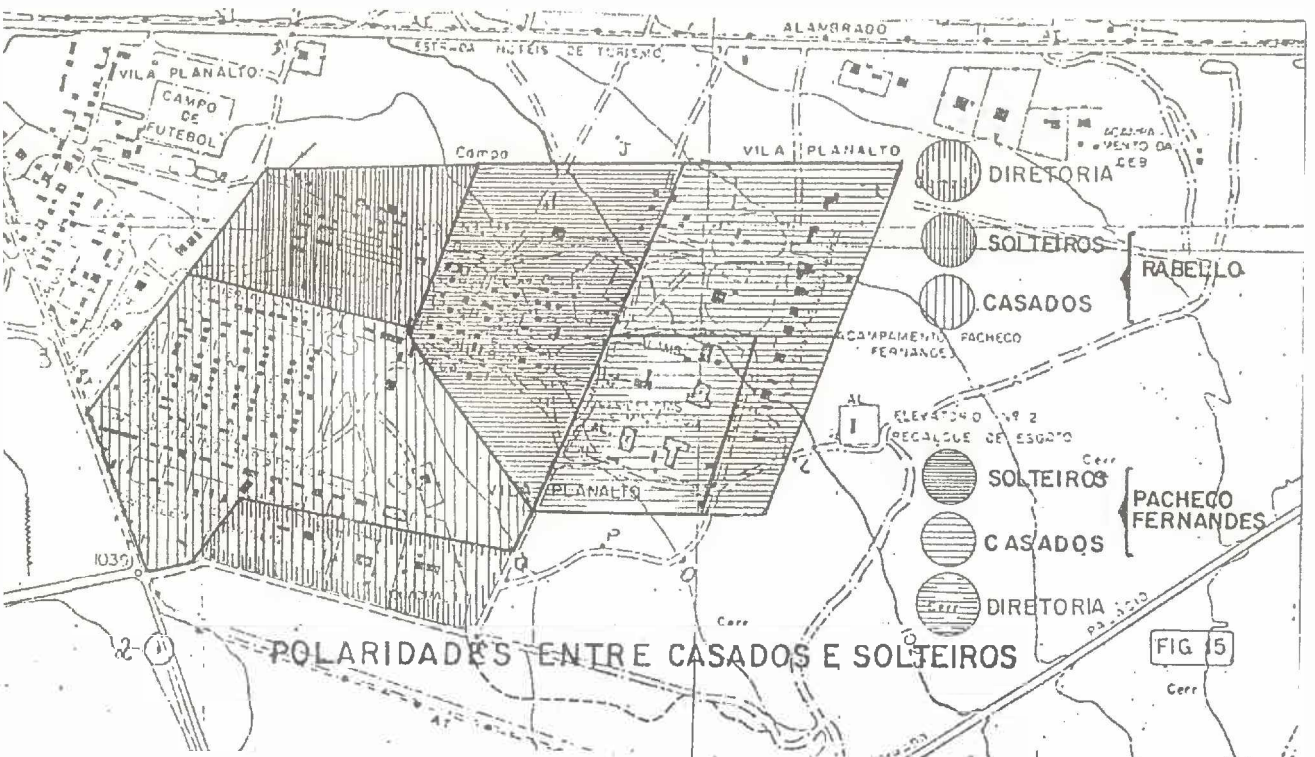
acampamentos. O que GOFFMAN (ibid) chama de permeabilidade das "instituições totais" e a dimensão na qual os padrões sociais são mutuamente influenciados, na sua interação com o mundo. A permeabilidade varia conforme o isolamento for mais ou menos intenso: a distância em que se encontrava o território onde se construiu Brasília foi gradualmente superada, mas os acampamentos mantiveram, mesmo após a inauguração, muitas das barreiras (controle, cercas) que os aproximavam das "instituições totais".

O destino dos egressos destas "instituições" está relacionado não só ao tipo de cada instituição, como com a dependência do indivíduo para com ela. Um bom exemplo desta relação acontece com o "bicho de obra", termo utilizado por RIBEIRO (1988: 240) para designar os "internos" do mercado de trabalho específico dos "projetos de grande escala". A pessoa adquire um conhecimento que a torna especialista em determinada área, o que lhe garante um lugar no mercado de trabalho dos projetos. O isolamento das redes sociais do mercado urbano convencional e a perda da identidade social anterior ao seu ingresso neste mercado, a coloca em desvantagem para obter novas posições fora dele. A temporariedade assumida como um estilo de vida permanente dificulta sua vida fora do circuito migratório dos projetos.

O circuito migratório destes projetos - um tipo de fluxo de trabalho ligado a temporariedade - mostra o caráter cíclico dos projetos do qual decorre a identidade do "bicho-de-obra" para determinados segmentos da força de trabalho. O

processo produtivo muda de um local para outro, (46) e a temporariedade torna-se uma dimensão central inerente à duração de cada trabalho. A "imobilização da força de trabalho pela moradia" caracteriza-se por especificidades nas relações entre trabalho e capital, o domínio da produção invade outras esferas da vida doméstica dos trabalhadores, fora das relações de trabalho. Os alojamentos passam a ser concebidos como uma maneira de concentrar grande número de trabalhadores, dependentes dos patrões não só pelos salários, mas também através da moradia. Portanto, a moradia é vista como uma maneira de mantê-los disponíveis para os fins produtivos.

Este esquema de imobilização facilitava o controle. A gradação no nível de controle imposto a cada trecho do acampamento expressava a nítida polaridade entre solteiros e casados e as respectivas restrições territoriais (fig. 15).



Os solteiros eram desprovidos da flexibilidade inerente à presença da família. Todas as suas atividades podiam ser rigorosamente fiscalizadas, pelo simples fato de permanecerem nos alojamentos coletivos, onde a vigilância se fazia nos mínimos detalhes, desde a revista para apreender armas e bebidas, o confisco dos documentos para eliminar a autonomia dos trabalhadores, até a designação das tarefas diárias, no ritmo apropriado aos interesses da produção.

O controle diferenciava-se, também, conforme os espaços fossem designados, de acordo com GOFFMAN (1961:200), como território livre, pessoal, de grupo ou de refugio. Os alojamentos podiam ser comparados com os territórios de grupo, uma vez que nem os leitos, em certos momentos seriam garantidos individualmente. A exploração da força de trabalho tornava-se mais intensa por estar imobilizada pela moradia, entretanto, os casados gozavam do privilegio de se refugiarem nas casas. Na situação fabril, como relatam BLAY (1985) e LEITE LOPES (ibid), muitos operarios desenvolviam mecanismos para escapar ao controle da indústria, obrigando-os a trabalhar fora do horario, sempre que necessario. Apenas os membros da hierarquia superior obtinham maior liberdade frente ao controle sobre as esferas particulares das suas vidas. Os peões de obra eram explorados, submetidos às viradas que exauriam suas forças, o que os tornava mais heroicos no seu sacrificio:

*"Quem aguentasse podia fazer a hora que quisesse, você entrava hoje às 6 h. da manhã saía amanhã às 6 h. da manhã, dormia o dia e a noite, dava três viradas por semana, num mês era doze viradas. ... Compensava, eu mesmo fazia 1200 horas por mês, coisa que ninguém acredita. ... Durou uns três anos essa brincadeira. ... Eu virava, fazia virada, trabalhava dois dias e uma noite, chegava tomava banho e dormia; um homem passar uma noite e dois dias no sol, quando ele cai na cama ele tá morto." (27)*



A ambigüidade jurídica e o isolamento do território dos "grandes projetos" permitiram não só o controle como o abuso de medidas disciplinares, além do desrespeito a legislação trabalhista. Após a conclusão do projeto passou a existir, com a inauguração de Brasília, uma definição jurídico-institucional do território, encerrou-se tal ambigüidade e cessou o isolamento. Surgiu a necessidade de atuação sindical efetiva para atender aos trabalhadores que permaneceram na área. A inauguração de Brasília, considerada por RIBEIRO (1980) como um rito de passagem, seguindo a definição de VAN GENNEP (1960), (apud TURNER, 1969: 94): *"rituais que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social e idade."* (48).

talvez possa aplicar-se também ao tombamento da Vila Planalto, na medida em que ambos alteraram o status dos moradores, enquanto "internos" potenciais de uma "instituição total". O controle nestes momentos funcionou como fator definidor de status frente ao isolamento e a "ambigüidade jurídica" gradualmente superados pelo assentamento. A data da inauguração implicou em desmobilização da forma de produção característica dos "projetos de grande escala". A esfera de produção foi sucedida pela esfera de consumo e com isto extinguiu-se o ritmo de Brasília. O tombamento definiu para os moradores o novo "status" do assentamento, agora regularizado e sujeito às restrições inerentes aos núcleos históricos submetidos a este instituto jurídico.

- "IMOBILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PELA MORADIA".

Este conceito refere-se a uma estrutura de relações sociais que envolve o monopólio do poder sobre o território, a produção, a moradia e demais aspectos da vida operária, estabelecendo um padrão de dominação que repercute nas instâncias administrativas, legais e na caracterização urbana das localidades sujeitas a este tipo de controle, como as vilas operárias de indústrias, as cidades mineiras, os acampamentos de exploração de petróleo ou de "grandes obras". Esta última possibilidade será analisada porque coincide com a situação dos acampamentos pioneiros que deram origem à Vila Planalto.

Os primeiros acampamentos, anteriormente descritos, começaram a se instalar ainda em 1956 (ver fig. 1), antes mesmo do concurso para a escolha do projeto do Plano Piloto.

*"Cheguei em 19 de agosto de 1956 de Cachoeiro de Porto Alegre. ... Não tinha nada. Só caepinas. Encontrava emas, tatus, veados, só pelos campos e nada mais. Então nós viemos de Anápolis praqui, eu vim de avião até Goiânia, de Goiânia pegamos um jipe pra Anápolis e de Anápolis pegamos outro jipe. Gastamos oito horas de Anápolis a Brasília. Viajando naquelas cidadezinhas tudo. Viajando pro rio, inclusive pelo mapa, que ninguém conhecia. Nós viajamos de quatro, o ... eu e o ... então achamos o piquete. Nós lá chegamos eram mais ou menos 9 h. da noite. Lá (em Cachoeiro) eu era encarregado de lubrificação, vim trabalhar (em Brasília) praticamente quase de servente. Cortando madeira lá dentro do lago, perto da Ermita, transportando madeiras pra fazer escoramento do Palácio da Alvorada. Depois, nós começamos a estrutura e da estrutura então já começou chegar as máquinas. Ai já fui procurando o meu cantinho, que justamente, onde eu fazia o serviço de manutenção." (49)*

Nota-se o isolamento da área, e as medidas mínimas para quebrá-lo, como abertura de estradas, campo de pouso e providências para instalação dos operários necessários para implantar o projeto. Após a conclusão das obras do Hotel e do Palácio,

*"inaugurados com muita pompa, em 30-06-58 e 30-07-58, o Juscelino até patrocinou um show, com a Marlene e o Jorge Veiga, para comemorar quando a última laje do Alvorada ficou pronta, os*

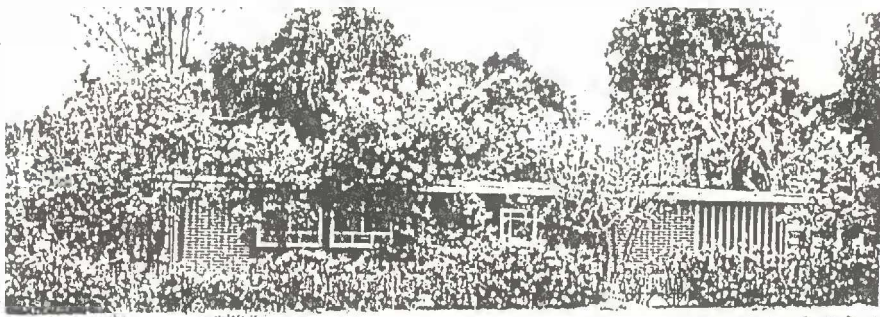
A população na fase de instalação das firmas era exclusivamente masculina, ficava em barracas e criava as condições mínimas, mencionadas acima, para quebrar o isolamento, quase absoluto, da área onde ia ser implantado o "grande projeto". Os alojamentos eram construídos para a chegada dos peões e só posteriormente construíam-se as casas para a mão-de-obra especializada. Os funcionários graduados, mais exigentes quanto às condições de moradia, conseguiram algumas regalias depois do projeto em operação, (como clubes, escolas e serviços). Eram requisitos para que pudessem permanecer no emprego e, ao mesmo tempo, assegurar conforto às suas famílias.

A transferência destes dois acampamentos proporcionou o atendimento a tais exigências e refletiu claramente a fase quando o projeto, em pleno curso, já podia atendê-las.

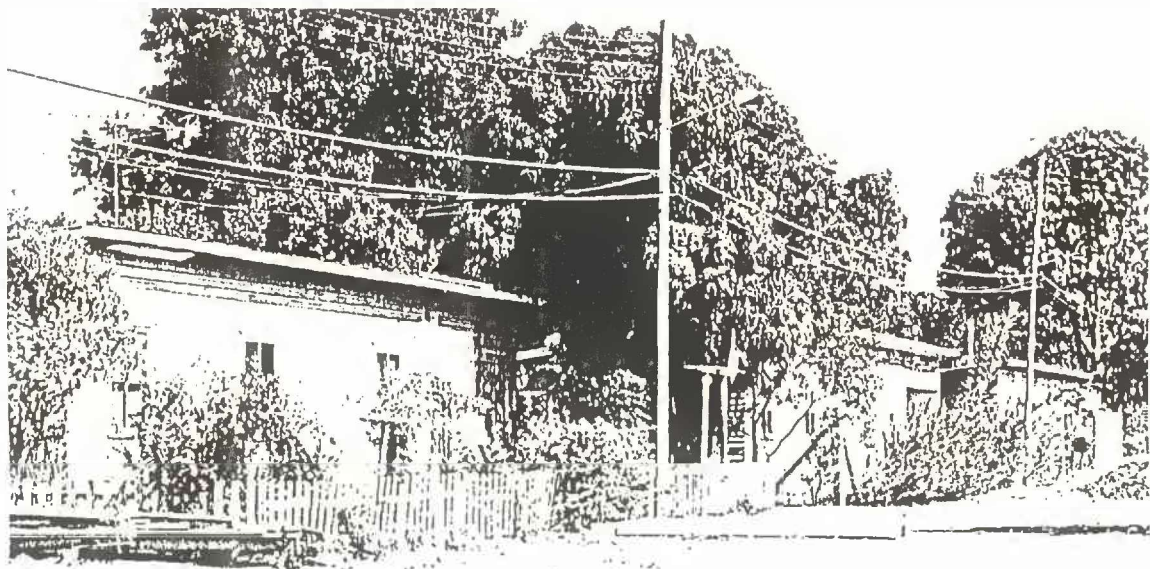
*Eu fui ajudar a montar acampamento, ... porque não tínhamos onde colocar o pessoal, tínhamos que fazer os alojamentos, certo? ... Inicialmente só de solteiros. Depois é que a firma estruturou, fez um mini acampamento aos casados, era baixo do Faldão da Aivorada, à esquerda. Lá entre a FACHECO e o Faldão. (51)*

Os acampamentos das demais construtoras ocuparam a área original da Vila Planalto nesta segunda fase, quando já se

percebia certo requinte nas edificações, maior planejamento no traçado das vias e na



disposição das casas. (Foto 21 Boas Casas Fonte: PEU IV - Rosemay e Paulist).



O acampamento da RABELLO (Foto 22 Av. JK Fonte: IBZ), conforme vários depoimentos, chegou a possuir um sistema completo de esgoto, os outros acampamentos também possuíam eletricidade e água encanada em todas as casas.

*É como tinha: Posso até lhe mostrar onde era o sistema de esgoto aqui em cima. ... Tuco, tuco, tuco na tua própria casa. Se tivesse uma goleira na tua casa era só comunicar ao encarregado do acampamento, né? (52)*

As áreas destinadas aos peões, os alojamentos coletivos, eram de qualidade inferior, as condições de higiene, de alimentação e de lazer eram muito precárias, muitas vezes, as camas (beliches de até três andares) eram compartilhadas por operários de turnos diferentes. Existia uma verdadeira segregação entre os operários e os membros do segmento de mão-de-obra qualificada, que correspondia à hierarquia ocupacional e às prescrições disciplinares a que estava submetido o espaço, embora o discurso predominante ressaltasse uma pretensa igualdade e confraternização entre todos os "pioneiros".

O estilo de vida próprio dos acampamentos, uma experiência urbana sui generis, a despeito da estratificação social existente e da disparidade entre os serviços oferecidos a cada segmento, reforçava laços de vizinhança e solidariedade entre os moradores, incorporados na mitologia da construção da cidade.

*"A amizade e a união dos primeiros tempos foram se dissolvendo e hoje são poucos os verdadeiros pioneiros."* (53)

Laços que eventualmente, estendiam-se aos operários, em situações bem ritualizadas, como por ex., as festas, casos de doença ou de acidente.

*"Eu era uma verdadeira mãe para os rapazes solteiros. O meu marido, quando doeu, recebeu a visita de mais de quarenta operários que trabalhavam com ele."* (54)

Procedia-se a exploração da força de trabalho, de maneira a tirar proveito do fornecimento dos alojamentos para interferir na disponibilidade de tempo retirado das atividades particulares dos empregados. A situação na qual as fábricas ou empresas possuem as casas onde moram seus operários e promovem a vida social extra-esfera produtiva - monopólio territorial e "imobilização da força de trabalho pela moradia" - configurava-se, portanto, em maior exploração da força de trabalho. Descaracterizava o modo de produção capitalista, onde o empregador não interferiria diretamente na vida privada do produtor direto, *"uma pessoa livre, disposta de sua força de trabalho como de uma mercadoria sua", e "livre" enquanto despossuído das condições necessárias à realização de sua capacidade de trabalho.* (Cf MARX, 1969, cap.VI. In LEITE LOPES, 1988:16).

Os acampamentos, especialmente os alojamentos coletivos eram uma maneira eficaz de imobilizar a mão-de-obra pela moradia nos "grandes projetos". Exigiam menos capital do que as habitações destinadas aos casados. As

casas para as famílias, restringiram-se a mão-de-obra qualificada, que justificava investimentos para suprir as condições exigidas para sua manutenção.

*"Era só mostrar os alojamentos, que não tinha casa, era só o colchão, aqueles colchões de capitão, né? dava um colchão pra cada um deles ali, uma colcha, aqueles que não tinham. E já iam trabalhar a noite, os documentos ficava no escritório, pra fichar. No outro dia já havia um apontador tocando o nose de todo mundo, identidade, essas coisas ..."* (35)

A exploração da força de trabalho intensificada por estar imobilizada pela moradia repercutiu nas condições de habitabilidade dos acampamentos. Criou condições precárias que variavam conforme reproduziam espacialmente a hierarquia ocupacional dos canteiros de obra. O sentimento de participação em um importante fato histórico, inculcado nos trabalhadores pela ideologia desenvolvimentista, buscava mascarar o monopólio a que estavam submetidos e constituía uma tentativa recorrente de minimizar o desconforto que lhes era impingido.

O monopólio do poder de fato e do território repercutiu nas instâncias legais, administrativas e na caracterização urbana das localidades sujeitas a este tipo de dominação. A questão da identidade deste grupo social relacionou-se com a internalização desta dominação, a "servidão burguesa", bem como com mecanismos de resistência revertidos em estratégias de sobrevivência. Deu-se a auto-construção de uma identidade, de acordo com o processo histórico e cultural, no qual os grupos sociais enfrentavam os conflitos surgidos da dominação a que eram submetidos. Os aspectos de controle exercidos pelas companhias, nos diferentes níveis da produção, estenderam-se aos níveis



domesticos dos trabalhadores e consistiram no proprio monopolio territorial dos "projetos de grande escala". A unica exceção, em que a residencia isentava do controle com vistas à produção, justificava-se por ser aquela dos proprios controladores da produção, como os engenheiros da NOVACAP, os presidentes das empreiteiras ou seus representantes diretos.

A eficácia da dominação foi demonstrada por sua internalização pelo grupo dominado: a identidade social do grupo foi mantida por agentes sociais detentores da historia local, "pioneiros" enquanto participantes da construção da cidade. Identidade adquirida durante a mudança da capital e legitimada pela ideologia do desenvolvimento, introjetada por grande parte dos brasileiros, conforme analisa RODRIGUES (1990). A propaganda e o sentimento de participação no desenvolvimento do país proporcionavam as construtoras facilidades para submeter os trabalhadores ao ritmo de trabalho de Brasília e a super-exploração que lhes era conveniente. As figuras reconhecidas como detetoras da historia, na Vila Planalto, foram exatamente aquelas, cuja posição de destaque, hoje, corresponde a uma posição ligada às esferas decisórias durante a construção e portanto, mais identificadas com esta ideologia.

= IDENTIDADE.

A manipulação da identidade como estratégia de sobrevivência será analisada a partir dos conceitos de BARTH (1969) e CARDOSO de OLIVEIRA (1976). A identidade engloba duas dimensões, a pessoal e a social, inseridas no complexo processo de identificação, que lida com a noção de grupo social e de identidades contrastivas.

*"A interpretação sociológica mais simples do indivíduo e do seu eu é que ele é, para si mesmo, aquilo que seu lugar numa organização o define que seja. ... Portanto, o eu pode surgir contra alguma coisa."* GOFFMAN (1961:258).

O conceito de identidade nos interessou na medida em que a manipulação da identidade de "pioneiro" foi recorrente entre os moradores da Vila Planalto, para sensibilizar as autoridades quanto ao direito de manter suas residências em local tão disputado. Neste sentido, a identidade étnica não foi o cerne da discussão, como costuma ser no caso das minorias (índios, negros, imigrantes), mas sim, a manipulação das características culturais e históricas típicas desenvolvidas em acampamentos de obra.

O isolamento dos locais onde são implantados os "grandes projetos" confere-lhes características semelhantes aquelas das "instituições totais". As instituições totais são "fechadas" no sentido que possuem barreiras à relação social com o mundo externo a elas; impõem proibições até mesmo físicas (como cercas de madeira, alvenaria ou arame farpado, paredes, portas, fossos, água, florestas) para determinar seu isolamento frente ao território fora do seu

domínio. Os seus "internos" revestem-se de interesse para compreendermos aspectos relacionados com a possibilidade de manipular a própria identidade, ainda que estigmatizada.

Nas "instituições totais" da-se a reunião, no mesmo espaço, de todas as esferas da vida de seus participantes, sob uma autoridade comum. Há um grande número de controlados para pequeno número de controladores, mediante um esquema de vigilância eficiente. A interação entre subordinados e dirigentes não garante a mobilidade social entre os dois estratos. A mediação entre subordinados e dirigentes era feita, nas situações de trabalho dos "grandes projetos", pelos encarregados, chefes de setor, apontadores, obedecendo sempre a hierarquia funcional dos canteiros de obra, mediante determinação das tarefas e dos prazos. No caso destes projetos, como já foi mencionado, houve possibilidade de certa mobilidade dentro dos limites da qualificação e da instrução. Os participantes das "instituições totais" têm as suas necessidades essenciais todas planejadas pela autoridade: no caso dos acampamentos, a moradia immobilizava a força de trabalho e a colocava disponível para as necessidades da produção. A segregação de atividades imposta pelo Movimento de Arquitetura Moderna implicou também em uma série de atributos comuns às "instituições totais", que inspiraram certos espaços setorizados nos acampamentos. Espaços que diferem daqueles encontrados, por exemplo, nas invasões, conforme analisaremos no próximo capítulo.

Normalmente, a família fica excluída das "instituições totais" por incompatibilidade entre a vida familiar e o esquema de grupo exigido por tais instituições. Os acampamentos constituíram uma variação desta forma de instituição; no que concerniu aos alojamentos de solteiros, a ruptura com a vida familiar implicou em restrições dos papéis sociais que os peões de obra poderiam desempenhar. O "interno" perdia certos desempenhos sociais pelo isolamento do mundo exterior e por processos de admissão (como no caso do recrutamento pelo "gato"), que comprometiam a sua liberdade de escolha e a mobilidade para novos empregos.

A ausência de privacidade nos alojamentos de solteiros foi outro aspecto comum aos acampamentos e às "instituições totais". O contato imposto pela convivência no trabalho e no acampamento gerou tensões, acirradas pela dificuldade em manter a propriedade particular, principalmente dos bens de uso pessoal. O processo de controle social assumia um caráter mais absoluto onde havia aparato de vigilância permanente. O controle desconsiderava o bem-estar dos "internos", exceto o das equipes dirigentes, pois as "instituições totais" possuem leis mais ou menos severas para cada segmento de participantes. Os segmentos privilegiados conseguiram manter vidas próprias, mesmo morando em tais instituições ou nos acampamentos. Os engenheiros e funcionários graduados das construtoras compunham tais segmentos nos acampamentos da Vila Planalto. A simples presença das suas famílias interferia no esquema

de controle e diminuía o domínio das firmas sobre a vida doméstica dos controladores da produção nos acampamentos. Tal privilégio não tiveram os peões de obra, explorados sem paliativo, podendo ser comparados aos "internos" com maior grau de submissão dos asilos ou manicômios.

Os "grandes projetos", com seus acampamentos e vilas, assim como as fábricas com suas vilas operárias, possuem uma estrutura de relações sociais de dominação - uma das muitas possíveis de serem estabelecidas entre a classe operária e o patronato para a reprodução do capital. Assim, uma identidade própria a um grupo operário constituiu-se diante de um tipo determinado de dominação. A autoconstrução de um grupo social, segundo LEITE LOPES (ibidem), aconteceu em Paulista, quando houve a identificação dos operários locais com um grupo profissional mais amplo.

O local de origem dos migrantes, no caso de Brasília, foi importante para estabelecer solidariedade e reforçar as relações pessoais entre os trabalhadores. Converteu-se até mesmo em possibilidade de ascensão funcional ou em privilégios, para minorar as condições adversas aqui presentes, impostas pelas características de: gigantismo, temporariedade e isolamento dos "projetos de grande escala". A imobilização da força de trabalho, o controle, a ambigüidade jurídica, o recrutamento intensivo de mão-de-obra não-qualificada, e a manipulação de ideologias e identidades consistiram, desde o início da cidade, em variáveis no jogo de estratégias de sobrevivência

estabelecidas pela população pobre para contrapor-se a tais mecanismos de exploração das classes dominantes. Por isto, torna-se importante entender estas estratégias para determinar como foi possível a permanência da Vila Planalto.

#### - ALICIAAMENTO E FLUXOS MIGRATORIOS.

O recrutamento marcou simbolicamente o começo da tutela dos operários pelas construtoras, mesmo antes de estarem no seu território. Supriu-se a demanda de mão-de-obra por fluxos organizados de força de trabalho, promovidos e controlados pelo governo, principalmente pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) e por agenciadores das próprias firmas - os "gatos" - ou por fluxos espontâneos, baseados em redes de informações estabelecidas por laços familiares ou pela propagação da obra. Procedeu-se à divulgação para contratar trabalhadores por: anúncio de jornal, propaganda por rádio, megafones, escritórios em pontos estratégicos das cidades, contatos familiares pessoais ou por correspondência, além dos órgãos governamentais. O recrutamento diferiu conforme os trabalhadores fossem qualificados ou não. Cada tipo estabeleceu seu próprio fluxo migratório.

O sistema de trabalho migrante na África do Sul, estudado por BURAWOY (1976), apresenta semelhanças com o caso em estudo, no que concerne aos peões de obra, ou



trabalhadores não qualificados. Neste sistema, os operários eram recrutados sem a família, para fazer frente a uma situação de trabalho que pressupunha boa forma física, dedicação exclusiva, em troca de um salário, que pelo menos parcialmente, retornava ao local de origem, por remessas monetárias para a família.

"Era comigo só. Era só eu que ia e nada mais. Eu chegava fazia minha propaganda, dava uma olhada no pessoal. aquele ali tá precisando, que ele tava meio desempregado e tal. então eu chegava e eu dava bico nele, deixava um troco, pagava um cigarro, uma birritinha pra ele e começava a conversar. E por intermédio daquele, então, surgia mais amigos deles, né? Então era muito fácil pra mim. A comunicação era maravilhosa pra mim. Eu chegava ... e montava o meu escritório de propaganda ali na rodoviária, na antiga rodoviária de Belo Horizonte. E lá, eu fazia, dava o meu papo com a turma lá, então juntava, trazia de 30 a 40 de cada vez. eu tinha o dinheiro para trazer o pessoal. Deixava dinheiro com as famílias, com aqueles que precisavam. Outros solteiros já vinham eu custeando, né? Cigarros, bebida, muito pouca bebida, que a firma exigia não desse muita, mas todo mundo gostava. Quem e que ia cortar a bebidinha pra eles. Comida era à vontade. Comida e cigarro eram a vontade... Já chegavam, já vinham o documento deles todos. Já vinha com a pasta cheia de documentos. Chegava, entregava no escritório de representação de apresentar o pessoal. Já eram fichados no mesmo dia que chegavam. Inclusive, se chegassem 4 h. da tarde já iam trabalhar no turno da noite." (30)

Este sistema, cuja característica central era a separação geográfica entre o local de trabalho e o local da reprodução social das famílias dos trabalhadores, contrastava com os segmentos da mão-de-obra qualificada, que tinham acesso a vida familiar no local do projeto. A mão-de-obra dos "grandes projetos" era desestimulada a trazer a família, para que sua subordinação a um ritmo de trabalho intenso pudesse ser exercida livremente pelos controladores de produção. Os alojamentos, a hierarquia funcional, enfim as necessidades da produção usavam todos os mecanismos disponíveis para obter a exploração máxima desta força de trabalho.

Neste sentido, a quantia fornecida pelo "gato", no ato da contratação, ficava normalmente com a família, na

cidade de origem. O trabalhador vinha sem nenhum dinheiro, comprometido a trabalhar para a firma até saldar sua dívida, impedido de buscar livremente melhores condições no mercado. Seus documentos ficavam retidos no escritório, como garantia do pagamento da dívida inicial, a qual eram incluídas despesas de alimentação, vestuário, lazer, etc.

"Eu era um agenciador. Eu saía daqui pra Belo Horizonte ou pra Fortaleza, então montava lá um tipo de um escritorzinho ambulante. Então eu fazia propaganda da firma aqui em Brasília e tal, a pessoa vinha, então pegava o documento das pessoas. Ficava comigo. Dava um dinheiro a eles pra deixar com as famílias e marcavaos o local e o horário da viagem pra cá. Ai você vinha de pau-de-arara. De Belo Horizonte pra cá nós vínhamos de trem, que não tinha ônibus. Nós vínhamos de trem até Goiandira, de Goiandira nos vínhamos pra Catalão, Catalão tinha um carro da firma nos aguardando pra trazer pra cá de caminhão ainda por cima. ... Ai o dinheiro já estava terminando, mas quem ia nos buscar, então já levava um troco pra gente. Pra comprar cigarro, pra biritá, pra comida, era muito gostoso aquela época." "Umás quarenta viagens. Eu vinha aqui, pro Rio Grande do Sul, pra Goiânia, pra Minas, eu viajei pra diversas partes... viajei para o Rio, fui pra São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso, eu andei. E, praticamente meu Brasil, eu conheço todinho, todinho, todinho. Do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte." (57)

A relação de dependência entre os trabalhadores e o "gato" permitia o logro, porque a expectativa do trabalhador frente ao paternalismo do "gato" podia não se confirmar, dando margem a evasão do empreiteiro com o dinheiro do pagamento.

RIBEIRO (1988) demonstrou a relevância de outros fluxos migratórios, como o sistema do pessoal de alto nível, da esfera técnica, administrativa e burocrática dos "grandes projetos". Os trabalhadores qualificados receberam, em Brasília, regalias e ótima remuneração. A ausência de oportunidades de consumo no território do projeto, onde gozavam de benefícios como moradia, lazer e escola para os filhos, proporcionava-lhes uma poupança até certo ponto compulsoria. A sua qualificação e experiência garantiam a permanência no circuito migratório dos "projetos de grande

escala". Assim, sua adaptação ao mercado de trabalho fora desse circuito tornava-se progressivamente mais difícil. A internalização desse modo de vida dificultava seu reentrosamento a vida urbana normal. Durante o trabalho de campo constatamos o grande número de engenheiros, chefes e encarregados com trajetórias de migração típicas de "bico-de-obra".

Os "grandes projetos" implicaram, quase sempre, na mobilidade do enorme contingente populacional aliciado e o recrutamento com família pôdia significar um fator de fixação, portanto indesejável. A reprodução da vida social e da força de trabalho ficava então comprometida. O domínio exercido pelas firmas impedia que as relações sociais nos acampamentos acontecessem da maneira usual como ocorriam nas cidades. (56) Isto porque, a subordinação da força de trabalho recrutada transformava os trabalhadores em quase escravos, mediante o confisco dos documentos e pagamento em dinheiro ao recrutador, posteriormente repassado ao migrante, mas somente após a tarefa concluída ou o contrato assinado.

A fixação provisória dos operários, controlada pela ação do Estado através da NOVACAP e do INIC, tinha por objetivo aloca-los nos acampamentos das construtoras, da própria NOVACAP e na Cidade Livre. A população recrutada era jovem, entre 18 e 45 anos, homens solteiros, com boa saúde e com possibilidades de alcançar qualificação. A incorporação de trabalhadores rurais como serventes possibilitava-lhes a

qualificação ao longo do processo produtivo: podiam passar de aprendizes a futuros profissionais. A aquisição do instrumental de trabalho, no caso da construção civil, muitas vezes era pre-requisito para obtenção do emprego. EM 1957, dados coletados em julho indicam que a Cidade-Livre possuía 6200 habitantes; em 58, a Vila Amauri alojava 20000 pessoas. Dos 64314 habitantes recenseados experimentalmente pelo IBGE, em 1959, 90% eram migrantes e o Acampamento Planalto tinha 6500 habitantes. Conforme TEIXEIRA (1982), a PEA era de 35201, da qual 19149 pessoas trabalhavam na construção civil.

A intenção de destinar os migrantes para locais previamente definidos foi atropelada por fluxos migratórios resultantes da propaganda sobre Brasília e pelos flagelados da seca nordestina de 1958. O aliciamento inicial desencadeou uma atração permanente, que perdurou até mesmo quando extinguiu-se a necessidade de mão-de-obra. O fato de Brasília tornar-se permanente foco de atração e as consequentes tentativas de controle da migração determinaram medidas drásticas, como barreiras nas estradas ou desvio dos fluxos para novos focos de atração, criados com este fim na região Centro-Oeste. (59) Este acúmulo de migrantes, fora do controle governamental e impossível de atender com a disponibilidade de moradias, gerou saturação no mercado de trabalho local e provocou a ocupação de áreas imprevistas. O fluxo migratório tornou-se tão intenso que escapou da ação do Estado e originou, no período de 1957 a 1960, as

primeiras invasões como a Sacolândia, Vilas Dimas, Sara Kubitscheck, Amauri e da Palma. A luta pela permanência deste enorme número de migrantes iniciou-se antes da inauguração e teve como consequência, a criação antecipada das cidades-satélites.

O lugar de origem passou a criar referências que substituíram, até certo ponto, a rede social encontrada em situações urbanas normais, em cidades onde as relações sociais já estavam sedimentadas e era fácil saber quem era cada morador, qual a sua família, etc. As relações pessoais ajudaram na ascensão funcional, assim como, a solidariedade entre conterrâneos. O regionalismo e a solidariedade foram importantes para a identidade social e funcionaram também como estratégia para obter moradia, mesmo fora do âmbito da construção civil. Os funcionários recém-chegados apoiavam-se em conhecimentos e laços políticos estabelecidos ainda nas cidades de origem para pleitear apartamentos ou casas da W3, por intermédio da influência, por exemplo, de parlamentares.

A organização da produção visava cumprir os prazos das diversas etapas da obra, logo o trabalho vinha em primeiro lugar, e as necessárias "viradas" transformaram-se em opção para o trabalhador ganhar mais. Tais artifícios, para aumentar ou legitimar a exploração no processo de produção transpareceram nos relatos dos trabalhadores entrevistados: a participação de todos na obra, pouco ocio e a concentração de todos no mesmo espaço confinado dos acampamentos diminuiu relativamente as distinções de classe.

Embora distinguíssem hierarquicamente na atribuição dos melhores locais dos acampamentos às pessoas mais qualificadas e detentoras dos postos mais altos, procurava-se apresentar uma fachada de igualdade mistificada e contraditória, conforme comentários:

"Ja todo mundo prós clubes. Tinha o clube dos pobres e dos ricos." (102)

" ... Já tava assim feito pra classe. Os dois clubes, o TUPECI, tudo aqui dentro do acampamento, na parte de cima. Então o pessoal de baixo preferia subir pra assistirem os filmes, dançar a noite, sábado e domingo tinha baile. ... A diversão pra todos. ... E mais sem elite. Ai ja era mais gostoso, a gente ficava mais à vontade. Aqui a gente podia ficar mais à vontade, né? Agora lá em cima, não. Lá em cima a gente ia mais sofisticado, de terno, gravata, usava muito gravata naquela época, né?" (101)

#### - CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E HIERARQUIA OCUPACIONAL.

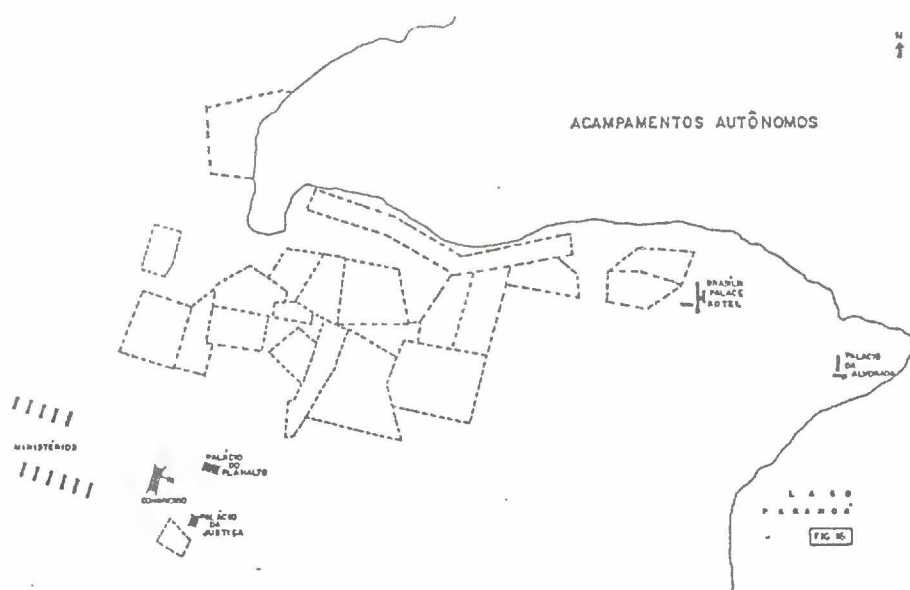
A correspondência entre a estrutura social e a organização do espaço ocorre em casos limites como acampamentos militares, onde a hierarquia é muito forte, e também aconteceu nos acampamentos pioneiros de Brasília, onde o mesmo grupo de pessoas conviveu no trabalho, na moradia e no lazer.

A distinção entre os sistemas de trabalho migrante, vistos anteriormente, associados a diferentes posições no mercado de trabalho apareceu nitidamente na configuração espacial dos acampamentos. A configuração espacial destes acampamentos atendeu às novas necessidades impostas pela evolução das características de "imobilização da força de trabalho pela moradia", peculiar aos "grandes projetos", na fase posterior aos trabalhos de instalação, quando o perfil da mão-de-obra, que era basicamente



constituído por operários não-qualificados, foi acrescido por fluxos organizados de mão-de-obra qualificada. Os alojamentos em barracas de lona foram gradualmente substituídos pelos alojamentos de solteiros em madeira; acrescentaram-se as casas geminadas para aqueles que possuíam ofícios (carpinteiros, armadores, etc.) e casas isoladas para os mais graduados. As alterações na configuração refletiram a diversificação do mercado de trabalho à medida que o "grande projeto" estava em pleno curso. A explicação das características espaciais dos acampamentos também pode ser buscada na análise da hierarquia espacial, que caracteriza a vida "urbana" própria ao acampamento. A segregação entre os operários, instalados nos alojamentos de solteiros, e os funcionários, instalados com a família nas casas, correspondia à hierarquia ocupacional e às prescrições disciplinares a que estava submetido o espaço. A segregação contradizia o discurso da ausência de discriminação entre os "pioneiros".

Na época da construção, os acampamentos (fig. 16)



eram unidades cercadas, hierarquizadas internamente, autônomas e independentes entre si, sobre as quais as respectivas firmas tinham domínio absoluto. Possuíam áreas para esporte, açougue, armazens, cantinas, escolas, farmácias, lavanderia, serviços médico, dentário e telefônico, que privilegiavam os funcionários graduados e os engenheiros. As cantinas das firmas, e os seus armazens (alguns divididos internamente) atendiam distintamente aos peões e as famílias dos outros empregados. O comércio e o lazer restringiram-se durante muito tempo a Cidade Livre, Vila Amauri e cidades vizinhas como Planaltina, Formosa e Luziania, distantes quase 100 km da Vila Planalto.

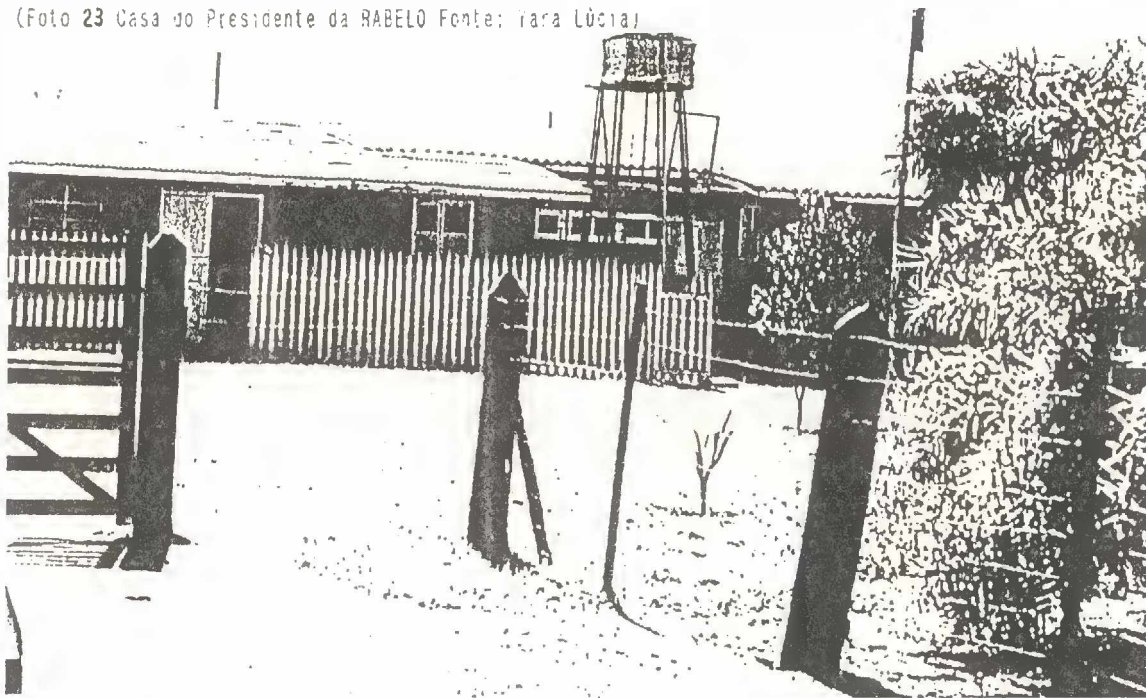
As condições de habitabilidade dos acampamentos variavam conforme reproduziam espacialmente a hierarquia ocupacional dos canteiros de obra. A ausência das famílias dos trabalhadores menos qualificados durante o período da construção da cidade era praticamente obrigatória, para evitar a futura fixação desta população migrante e para submetê-la a intensidade de trabalho conveniente para concluir as obras, antes do término do mandato presidencial.

As cercas, o controle de entrada e de saída, a subordinação dos operários ao monopólio territorial estendido às esferas domésticas, a vigilância constante e os demais aspectos da dominação permitiram a comparação do território dos "grandes projetos" com as "instituições totais" e com o "panóptico", já mencionados. A ilusão de ganhar dinheiro com as "viradas" diminuía a distinção que

havia entre o mundo dos dirigentes, composto por moradias individuais para as famílias e o mundo menos confortável dos subordinados. A marcante diferença entre moradias para solteiros e casados também comparece em vilas operárias de fábricas e em cidades mineiras.

A disposição espacial das casas na Vila Planalto correspondeu aos aspectos disciplinares levantados por FOUCAULT (ibid). A hierarquia correspondente entre os postos nos canteiros de obra e a localização das residências nos acampamentos abrangia desde o cargo de presidente da firma, com a melhor casa, no melhor local, até

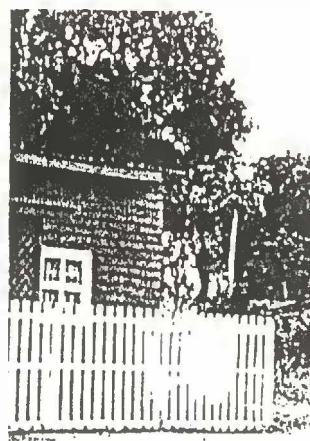
(Foto 23 Casa do Presidente da RABELO Fonte: Tára Lúcia)



o alojamento coletivo dos peões, com as piores instalações, na área mais sujeita às restrições disciplinares.

As regalias dadas aos operários mais qualificados, como moradia confortável, individual ou com família, durante

a implantação de "grandes projetos", amenizava o monopólio exercido pelas companhias sobre seu território e sobre a sua vida particular. A madeira usada para todas as residências, dos peões aos engenheiros, não era o seu traço distintivo, mas sim o tamanho, a qualidade dos acabamentos (foto 24 Fonte: SBZ), o mobiliário, e principalmente, a distribuição espacial destas residências dentro do próprio acampamento. A exploração

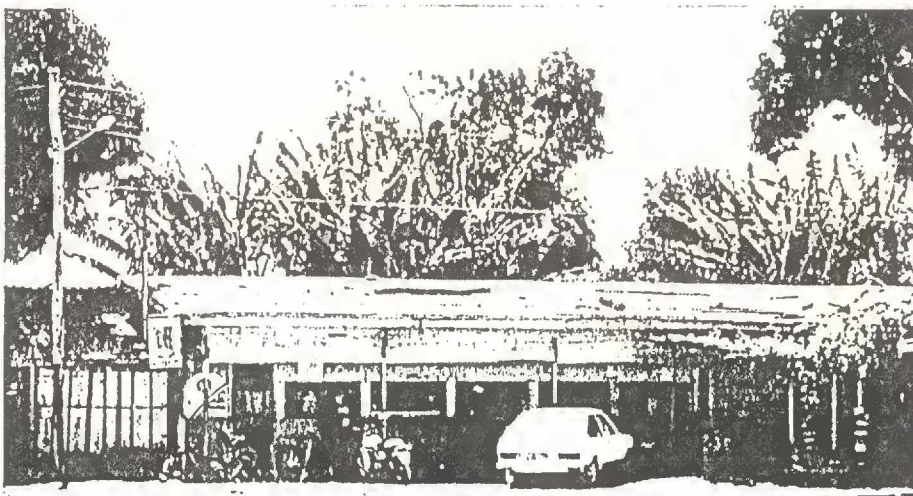


da mão-de-obra atingia não só a instância da moradia, como o armazém, onde as aquisições eram descontadas do pagamento e até os momentos de folga dos trabalhadores. (Armazém Foto 25 Fonte:

(para)

Comorava. Ia  
comorava. eles  
marcava. a gente ti-  
nha um cartão pra eles  
marcarem quanto você  
comprou. Quando era no  
pagamento aquele negó-  
cio vinha  
descontado. (152)

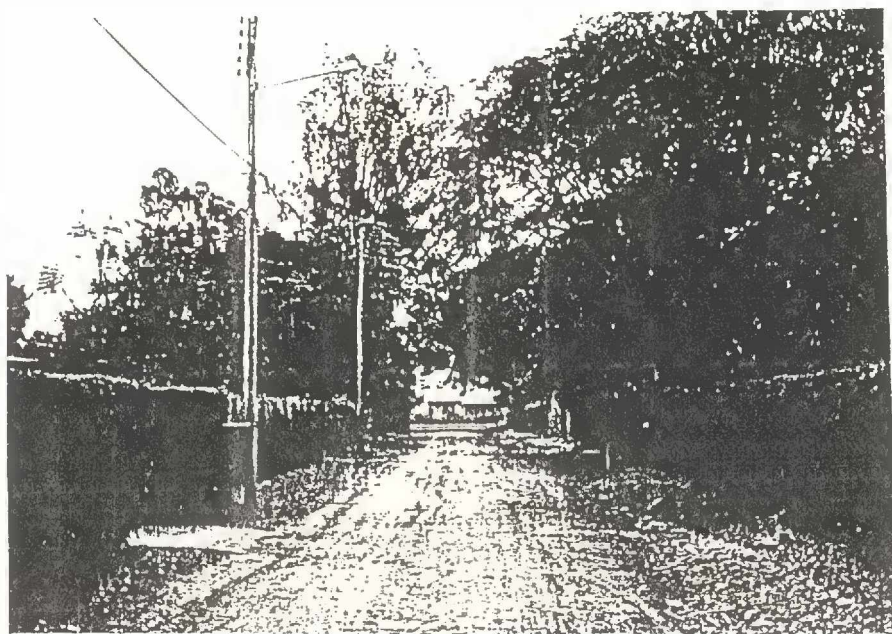
As construtoras controlavam o local e a duração do lazer e do consumo, mediante o su-



til fornecimento do transporte, para reforçar a dependência dos operários frente às firmas contratantes. As casas con-



jugadas das vilas fabris, como em Paulista, quebravam a disposição espacial anterior, impediam os operários de plantar, criar animais domésticos e estabelecer transações comerciais. No caso dos acampamentos, este modelo foi repetido e a falta de opções do que fazer fora do trabalho reforçou o controle quanto às atividades extra-construção. Os princípios disciplinares e a orientação modernista impuseram a segregação espacial aos tracados dos acampamentos,

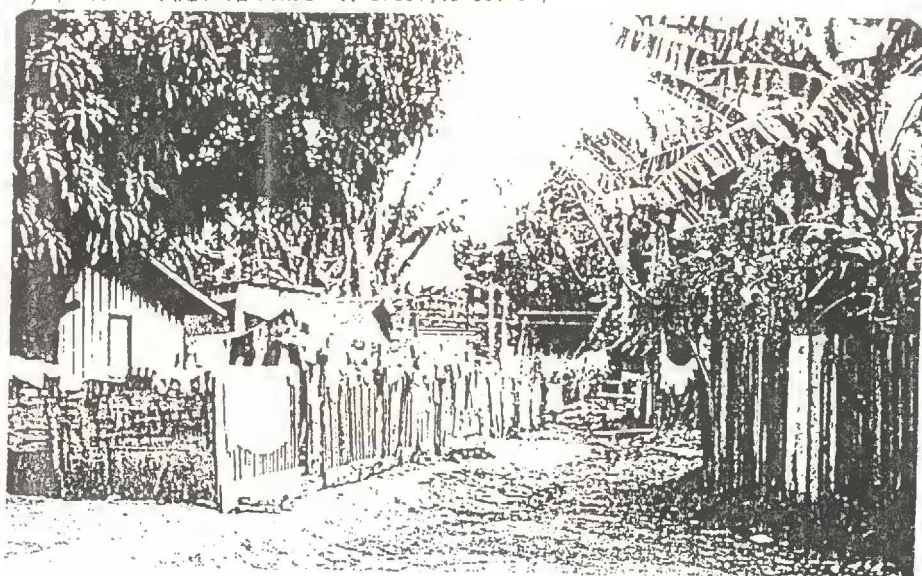


como foi detectado nas descrições do capítulo anterior e percebido pelos moradores ao atribuírem designações como "rica"

ou "de cima", (Foto 26 TAMBORIL Fonte: GT-Brasília 36: 57)

e "pobre" ou "de baixo"

(Foto 27 TAMBORIL Fonte: PÉU IV - Rosemary e Paula).



O Modernismo e a ideologia higienista fundamentaram as concepções de vilas operárias, alteraram suas condições de vida, extinguiram suas atividades alternativas à fábrica, reforçaram a produtividade e a disciplina fabris.

*"As vilas operárias são construídas para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho",*

para BLAY (1985:14) e tem um papel na lógica da urbanização, participam do processo mais amplo de construção de habitações, distinguindo-se pelo fato de serem propriedade da indústria empregadora, interferindo nas relações de produção. Em Paulista, apesar da tentativa de eliminá-las, as casas de taipa puderam co-existir com a vila operária, porque esta coexistência interessava aos patrões da CTP - Companhia de Tecidos Paulista. Em Brasília, as construtoras investiram na organização dos seus acampamentos, não só no aspecto material, mas principalmente na construção de relações sociais específicas. A dependência dos trabalhadores era forjada de maneira a que pudessem ser mais explorados, embora lhes parecesse uma chance de ganhar mais dinheiro.

O descuido ao instalar os operários revelava a incoerência entre o discurso higienista e modernizador dos patrões e o seu verdadeiro interesse em obter maior controle sobre os trabalhadores. Na vila operária fabril:

*"Casas de chão batido, sem sanitário, sem água, sem luz. Não era casa de taipa, mocambo, era casa de alvenaria, conjugadas, inteiras, sem porta nos quartos, ... espécie de senzala melhorada."* (LEITE LOPES, 1988:145).

Nos acampamentos de Brasília:

*"Quando veio pra cá, a gente trouxe o material de caminhão e ia amontoando aqui. Alojamento de sortero. Aí tirou a rapaziada e passou. Porque estava fazendo o acampamento. Quando pôs a rapaziada, não tinha outro acampamento." (\*3)*



BLAY (ibid: 168) coloca que: "A relação não pode ser categorizada como de exploração de uma das partes sobre a outra, como se a indústria tivesse um poder absoluto sobre o empregado e este fosse mero agente passivo e submisso. Há, na verdade, uma barganha entre as partes, uma impondo as regras do jogo, a outra aceitando, desde que dentro de seus próprios interesses."

A falta de alternativas habitacionais, em Brasília, levava os operários a concordarem com todas as imposições das construtoras quanto aos alojamentos, inclusive a ausência da família e demais interferências na sua vida particular.

#### - ISOLAMENTO, APARATO DE VIGILANCIA E CONTROLE.

A intensa exploração da força de trabalho exigia mecanismos de legitimação que aumentassem a produtividade. A importância destes mecanismos ficou clara ao analisarmos certos rituais como festas juninas e jogos de futebol, que contribuíram para instaurar uma "democracia de fronteira", que, segundo EPSTEIN (ibid), diminuía as diferenciações sociais e criava um aparente igualitarismo pela vivência de experiências comuns impostas por aquele processo de produção, inerente aos "grandes projetos".

A manutenção da ordem era garantida por uma força policial própria das firmas, e por um destacamento subordinado a NOVACAP denominado GEB (Guarda Especial de Brasília). Os conflitos surgidos para reivindicar melhores salários e melhores condições de vida eram prontamente debelados por um aparato policial, contra o qual a excepcionalidade jurídica existente não permitia nenhuma

reação organizada dos trabalhadores. O controle mais violento sobre os trabalhadores era exercido pela GEB.

O episódio da PACHECO FERNANDES foi mencionado repetidamente para ilustrar a importância do aparelho repressivo, no controle operante à época da construção da cidade. Segundo FOUCAULT (1975: 246),  
*"... todo um funcionamento extra legal do poder foi em parte realizado pela massa de manobra constituída pelos ..."*

soldados da GEB, neste episódio. O medo provocado pela GEB era uma das maneiras de legitimar e internalizar a dominação, mantendo a ordem e inviabilizando reações contra a burla da legislação e a exploração infringida aos trabalhadores, pelos controladores da produção, em benefício da máxima produtividade.

O processo de recrutamento dos operários foi seguido por outro de marginalização, segregação e liminaridade nos alojamentos, sob as condições peculiares a situação de dominação dos acampamentos. O isolamento da área de implantação do projeto, e as condições de vida decorrentes, aumentaram também a dependência do trabalhador frente à companhia, pelo endividamento inicial, perpetuado por compras descontadas dos salários, por atendimentos nos serviços de saúde, alimentação e lazer proporcionados pela firma, mas também pagos pelo trabalhador. Foi o processo de dominação cultural e simbólico considerado por LEITE LOPES (ibid) primordial para internalizar a dominação, prolongá-la e legitimá-la conforme se verificou na idealização do passado. Idealização que também aconteceu com os operários

da construção de Brasília, como consequência da importância que esta construção assumiu como um projeto nacional, de interesse geral para o progresso do Brasil.

"Tinha tudo aqui antigamente. Coisa acontecida por aqui, era muito boa assim, aquelas festinhas que a gente participava de tudo, todo mundo era alegre, unido, na igreja dia de domingo era muita gente, nos clubes. ... bondade ... A vida era boa, porque tinha muito guarda. Ninguém podia fazer nada de errado senão era expulso do acampamento; era bem organizado no tempo da Construtora RABELLO. Dava o transporte. Tinha um armazém. De um a tudo, comida, roupa, calçados. O açougue era ali de lado daquele boteco veio na esquina. Cantina era onde tem aquele caminhão que vende." (104)

A pretensa liberdade de escolha e de disponibilização de sua força de trabalho no mercado encobre a "prontidão" (termo militar) dos trabalhadores nos alojamentos coletivos.

"Viá em janeiro de 59, trabalha com manutenção, mas a RABELLO colocou na carteira como servente, foi quando me aposentei pelo INPS que percebi, depois de muito tempo. Os laudos de vários hospital, os médicos falaram que era muito preventivo nos nervos. O Dr. Carlos Esterno falou que era esse o problema. Tomava (pervetin) junto com café pra não dormir, pois tinha que trabalhar dia e noite, pois as máquina não podia para." (105)

Esta força de trabalho sacrificada pelas "viraças", exauria-se conforme as necessidades de entrega das tarefas, nos prazos estipulados mediante pressões políticas enfatizadas até por atuação do Presidente da República.

"O Juscelino era ótimo! Não era pó de arroz, não. Cumprimentava sempre a gente. Não tinha guarda-costas. Tinha um ritmo de trabalho fantástico, fora do comum. Gostava de boemia. Tinha uma casa depois da Vila Planalto para as serenatas e farras. Gostava de inspecionar pessoalmente todas as obras e quando não ficava satisfeito, chamava os engenheiros e reclamava." (106)

A interpenetração das esferas domésticas e de trabalho resultou na exploração intensificada dos trabalhadores sujeitos a este sistema de dominação por intermédio da moradia. A configuração e a estrutura espacial que assume o "acampamento perfeito, todo poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata, e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. ... O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral" FOUCAULT (ibid: 154)

e propicia que a vigilância torne-se "... um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna, no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar." (1975: 157)

como pode ser constatado pelo seguinte depoimento:

"Dobrava muitas horas, 900 horas, 800 horas, chegava 6h, da manhã no serviço. Carregava 40 carpinteiro pra fazer essa laje, duas laje. Vocês tem tantas horas pra fazer isso aqui. Enquanto Vocês não termina Vocês não podem ir embora. As vezes a gente pegava às 6h, da manhã, trabalhava até a noite, virava a noite ia termina de tarde. Trabalhava dois dia e uma noite sabendo que ia ganha tantas hora. Ganhava 120h. pra cada um, numa virada voce ganhava 120h. Então você tanto se estorçava como interessava que isso era seu. Quarenta homens pra Vocês dar pronto isso ai. Então vão fazer, então não vamos embora. Vamos trabalhar. ... Durou uns três anos essa brincadeira." (e7)

A alocação dos trabalhadores aos seus postos era simplificada, em situações de urgência para cumprimento dos prazos, como na construção de Brasília. Não havia os mesmos rituais de iniciação elaborados das sociedades indígenas, nem os descritos por LEITE LOPES (ibid), e os migrantes eram imediatamente colocados no trabalho. Nas fábricas com vila operária como Paulista, ao contrário, o ritual era imprescindível para a teatralização da dominação. Os empregados eram apresentados ao senhor de engenho ou ao dono da fábrica e muitas cerimônias eram executadas com o intuito de reforçar a sua dependencia frente ao patrão.

#### - AMBIGUIDADE JURIDICA E CONTROLE.

A ambigüidade jurídica era aproveitada pela administração das companhias para extrapolar a vigilância sobre seu território, anular as incipientes pressões sindicais, além de burlar a legislação trabalhista. A resistência conjugada com a internalização da dominação (e8), pode ser percebida na análise dos depoimentos, pois ao mesmo tempo que os operários lembram com saudade os tempos da construção, como se tivessem sido maravilhosos, deixam

vislumbrar a exploração a que eram submetidos.

"Para mim continua a mesma coisa. Tinha outra organização, tinha fiscal pra tudo, hoje em dia ninguém fiscaliza mais nada, agora está ruim, piorou." (67)

A impunidade com que as firmas geriam sua força de trabalho permitia-lhes a exploração exagerada da mão-de-obra não-qualificada, enquanto o controle direto e a disciplina eram amenizados para os trabalhadores qualificados.

"... Entre famílias e operários, naquela época, era um número incalculável. Porque a gente residia aqui, mas quase a gente não ficava muito aqui, ficava mais na obra. Eu, por exemplo, trabalhava na rodoviária, fazia manutenção entre rodoviária e Banco do Brasil, Teatro Nacional, caçainheiras e estava iniciando a oficina no Setor de Indústrias. Então eu passava até semanas sem vir aqui. Só em casa a minha família. Mas eu passava até 4 semanas sem vir aqui. ... Dormia dentro do carro, dentro do carro ou dentro do almoxarifado, uma caminha qualquer dentro do almoxarifado. No acampamento de campo a gente chegava lá, fazia manutenção, tava meio folgado, a gente dormia um pouquinho. E a comida era aquela, com café da noite, com pão e manteiga e carne que sempre vinha." (70)

Estabelecia-se uma hierarquia de poder, com chefias intermediárias que podiam atenuar ou exacerbar os conflitos entre operários e patrões.

"Eram os encarregados geral. O encarregado geral, que estava lá, o cabeça, o líder, o falecido ... Ai depois vinha os encarregado de turma, da armação, da hidráulica, da parte de marmores, e assim por diante. ... Todo setor tinha as suas equipes e seus coordenadores. ... lá em cima então praticamente já moravam ali diversos engenheiros lá, né? ..., um preto e um branco. E tinha um preto e um branco : um goiano e outro maranhense. ..." (71)

O processo disciplinar da força de trabalho e sua internalização eram favorecidos por mecanismos utilizados pelas firmas na criação de uma suposta igualdade entre todos os participantes da construção. A atuação dos diretores, presidentes das companhias e até dos altos mandatários do Governo, incluindo o próprio Juscelino, legitimava a ideia de que todos participavam do desenvolvimento do país, sem distinção de classe. A interiorização da dominação era tão mais eficiente quanto mais eficazes fossem os mecanismos de introjeção criados para legitimar essa ideia de participação igualitária no projeto de desenvolvimento nacional. Há

sempre uma ambigüidade inerente ao fato dos trabalhadores participarem do processo que introjeta a sua dependencia a situação de dominação imposta pelo capitalismo.



#### IV = A VILA PLANALTO APÓS A INAUGURAÇÃO DE BRASILIA.

##### - ALTERAÇÕES COM O RITO DA INAUGURAÇÃO.

O simbolismo da inauguração não determinou a ruptura drástica do "ritmo de Brasília". Arrefeceu-o, mas, a interrupção das obras só ocorreu com a crise de consolidação da mudança da capital. A partir do término dos prédios essenciais ao funcionamento da cidade, desativaram-se gradativamente os principais canteiros de obra e acampamentos. Surgiu um novo quadro legal e institucional fazendo com que as estratégias, até então válidas para enfrentar o controle imposto pela situação de "grande projeto", perdessem sua eficácia. Os trabalhadores menos qualificados tiveram menor poder de barganha para permanecer na área urbana ou nos antigos acampamentos. Apesar de viverem sob constante ameaça de remoção, obtiveram a tolerância governamental, devido ao seu grande número e ao fato da cidade ainda estar em construção.

Brasília, apesar de incompleta, era uma realidade irreversível como capital, embora Jânio Quadros a tenha paralisado e o golpe militar de 64 não lhe tenha estimulado o crescimento até 1967. (72) Ela já apresentava um esqueleto completo de cidade, mesmo durante a construção. A rigidez do plano de Lúcio Costa atendia a necessidade da

acampamentos pioneiros só permaneceram porque forneciam mão-de-obra barata e aliviavam a demanda por habitação. As invasões, (alternativa para alojar a força de trabalho, desde o início da construção de Brasília), foram reprimidas por atos sucessivos do GDF, que culminaram com a criação da CEI (Comissão de Erradicação de Invasões), em 10 de maio de 1965.

Os apelos dos residentes do Plano Piloto foram preponderantes na decisão política de eliminar alguns dos assentamentos irregulares e realocar suas populações. A preocupação com a segurança serviu para pressionar as autoridades no sentido de removê-los, porque presumia-se que marginais e prostitutas refugiavam-se neles. Entretanto, a Vila Planalto, como acampamento, escapava parcialmente destes estereótipos. Já os locais conhecidos como "Morro do Urubu" e "do Querosene", além da Invasão do IAPI foram mais estigmatizados. Os administradores da cidade tentavam separar atividades de padrão diferente em zonas urbanas restritas, o que era impraticável nas invasões. Aplicar tal controle sobre o espaço dos acampamentos também gerava reações, os moradores ressentiam-se de proibições (como as de uso misto nas edificações).

A continuidade da Vila Planalto deve-se, dentre outros motivos, à camuflagem proporcionada pela vegetação densa, que escondia a presença das edificações em vizinhanças nobres e focais como os setores de Clubes e de Embaixadas Norte e a Praça dos Três Poderes. Talvez, o

motivo mais forte, para esta continuidade, tenha sido o fato da Vila Planalto ter abrigado, nas suas melhores edificações, altos funcionários dos Governos da União e do DF. Esta situação estratégica (próxima, e ao mesmo tempo ser

comprometer visualmente a modernidade do Plano Piloto)



Vila Planalto

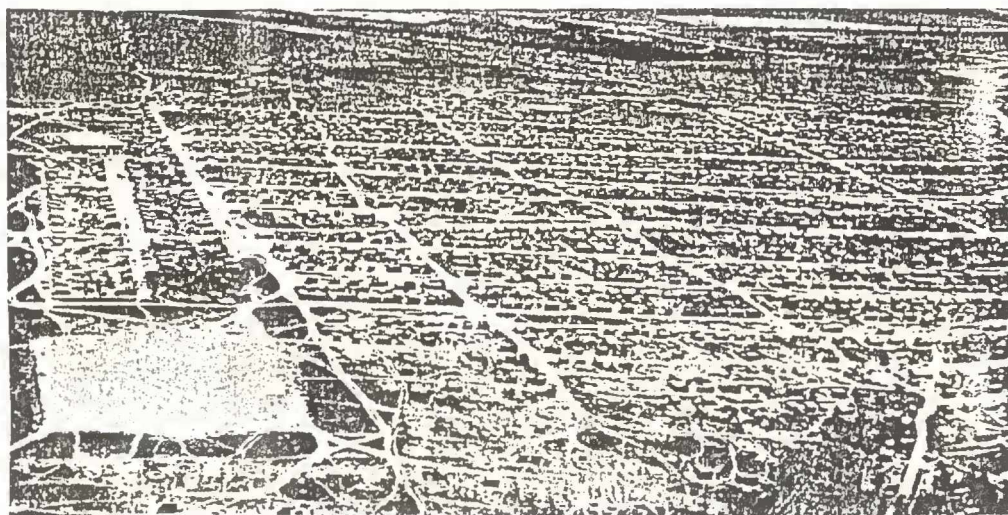
(Fotos 28 - Fonte: GI-Brasília 86: 24 e 33)



contrastava com a da Vila do IAPI, cujo crescimento vertiginoso inviabilizou sua continuidade nos arredores do



Setor de Indústria e junto ao acesso rodoviário mais importante da cidade. A Vila do IAPI incomodava a quem chegava à cidade e ao governo, pois oferecia elementos visíveis que contradiziam a imagem "desenvolvida e moderna" pretendida para a nova capital.



(Fonte da  
foto 29 :  
EPSTEIN, 110.  
Vista aérea  
da Vila do  
IAPI)

A permanência de acampamentos e invasões em locais próximos ao centro da cidade, sem contudo perturbar os governantes e o funcionalismo, constituiu uma forma de seguro contra a flutuação do mercado de trabalho da construção civil para ambos, empresários e operários.

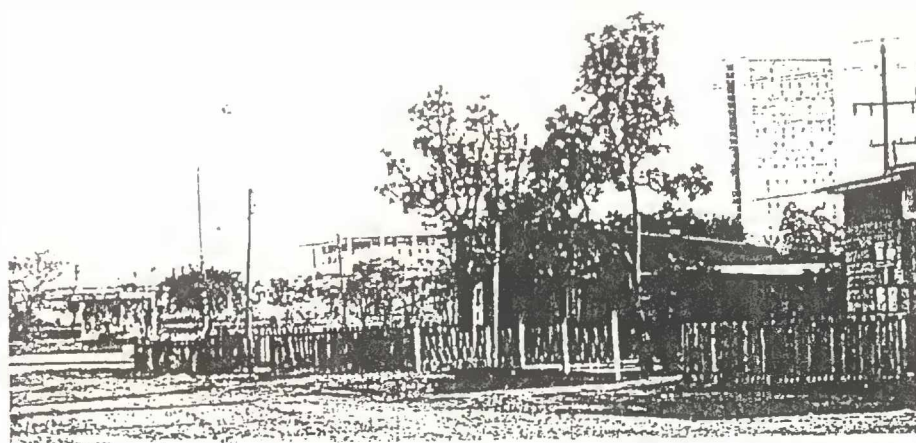
(VILA PLANALTO

Foto 30

Fonte: GT-

Brasília 86:

37)



A disponibilidade de mão-de-obra barata concentrada, do ponto de vista dos empregadores, facilitava o

recrutamento de trabalhadores temporários, sem os vínculos permanentes típicos da mão-de-obra qualificada. Além disto, proporcionava-lhes um custo baixíssimo de salários, uma vez que, com as altas taxas de desemprego, podiam mantê-los no mínimo. Para os operários, a moradia nos acampamentos representava a possibilidade de trabalho. Portanto, ao mesmo tempo que havia pressão para eliminar as invasões e os acampamentos da Vila Planalto, havia também uma tolerância tácita quanto à permanência desta população no local.

A pouca interação entre os diferentes segmentos sociais, limitada às relações de trabalho e ao mercado informal, disfarçou as desigualdades muito visíveis em cidades como o Rio de Janeiro. Em Brasília, elas ficavam ocultas no interior dos acampamentos, que por sua vez escondiam-se na paisagem, e permitiam que se mantivesse a ilusão da capital moderna e desenvolvida, onde aparentemente as contradições sociais estivessem superadas.

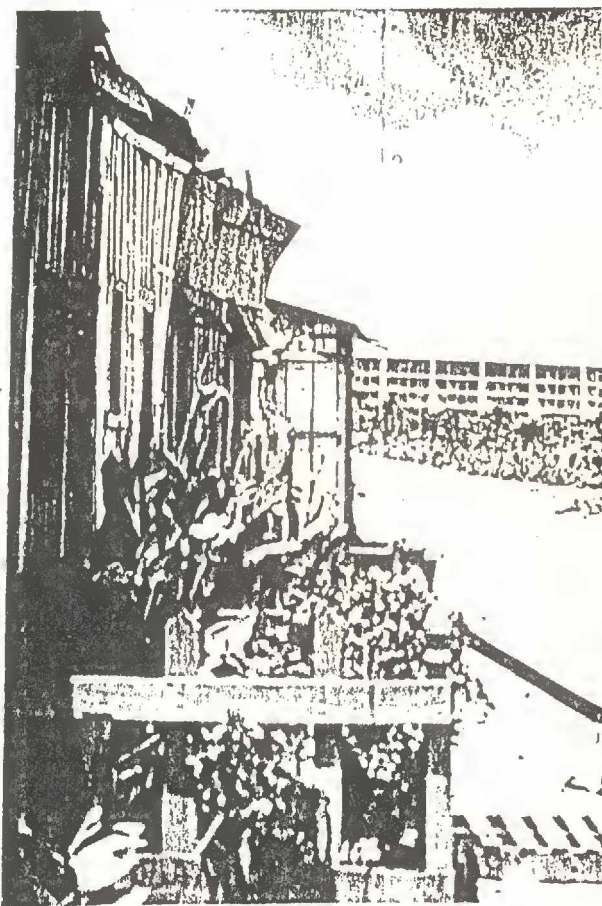
Os acampamentos remanescentes da construção da cidade, assim como as cidades-satélites, tornaram-se uma faceta intermediária na disparidade entre dois extremos: uma transição entre o Plano Piloto e as invasões. O uso da madeira ou madeirite nas invasões, constituídas por barracos que reaproveitavam o material usado em obras, possuía a vantagem de permitir rapidez na construção e nas alterações impostas pelas ampliações, transferências de local ou necessidade de escapar da fiscalização do governo. Além de

fornecer trabalhadores sem qualquer qualificação, as invasões distinguíam-se dos acampamentos porque:

*As casas dos acampamentos possuíam a madeira de menor qualidade, usavam recursos sofisticados como trencas, telhados de duas águas, forros paulista ou de eucatei, paredes duplas, pisos de tábuas ou táboas corridas, cerâmica, formica e louças sanitárias nos banheiros e cozinhas. (13)*

A moradia de baixo custo fornecida por auto-construção nos loteamentos de periferia ou nas invasões, diferia assim daquela dos acampamentos, que apresentava-se como uma variação privilegiada, principalmente ao compará-la com outras possibilidades. (Foto 31 Acampamento Fonte: GT-Brasília 86: 25)

As invasões reuniam famílias recém-chegadas ou expulsas das cidades-satélites pela elevação do preço dos imóveis, cuja renda as alijava de melhores opções, enquanto os acampamentos permitiam maior diversificação social, pois abrigavam uma população distribuída em vários estratos de renda e ocupação. O núcleo de pesquisas da SHIS levantou dados sócioeconômicos da Vila Planalto em 1983 e apurou que a maior parcela agregava o funcionalismo público, (32%) do total de trabalhadores. Atividades



comerciais agregavam (14,6%), limpeza e conservação (12,1%), serviços domésticos (7,9%). As demais não tiveram expressão numérica por serem muito variadas. Do total, (30%) das



atividades eram exercidas no Plano Piloto e (8,5%) na própria Vila Planalto.

As estratégias de sobrevivência proporcionadas por invasões e acampamentos significavam, portanto, uma certa vantagem à medida que, as oportunidades para auferir renda no mercado informal ficavam isentas dos gastos decorrentes com os deslocamentos para a periferia. A população se integrava à cidade como mão-de-obra barata, empregada no Plano Piloto e participava, assim, da economia do Distrito Federal. Entretanto, as invasões, estigmatizadas como a escala inferior de uma estrutura social polarizada, exprimiam o apelo urbano sobre as classes pobres e a aspiração do trabalhador arranjar um emprego público (74), obter estabilidade e *"um dinheirinho pingado todo fim de mês."* (75)

O posicionamento privilegiado dos acampamentos da Vila Planalto (ver fig. 2) entre os principais Palácios, Clubes e Embaixadas, convenientemente próximos aos locais de trabalho (canteiros de obra, sucedidos depois da inauguração por órgãos públicos e comércio) se por um lado suscitou reações violentas contra a sua continuidade, após a inauguração de Brasília; por outro, atraiu simpatias de setores influentes na administração.

Os laços estabelecidos por intermédio da moradia funcional, na Vila Planalto, para membros dos diversos escalões do governo, refletiram o personalismo da vida política brasileira. As habitações de boa qualidade, em Brasília, eram escassas. Casas individuais na beira do lago

eram as mais disputadas, estavam disponíveis em alguns acampamentos e a sua obtenção dependia, muitas vezes, de favor governamental. (7\*)

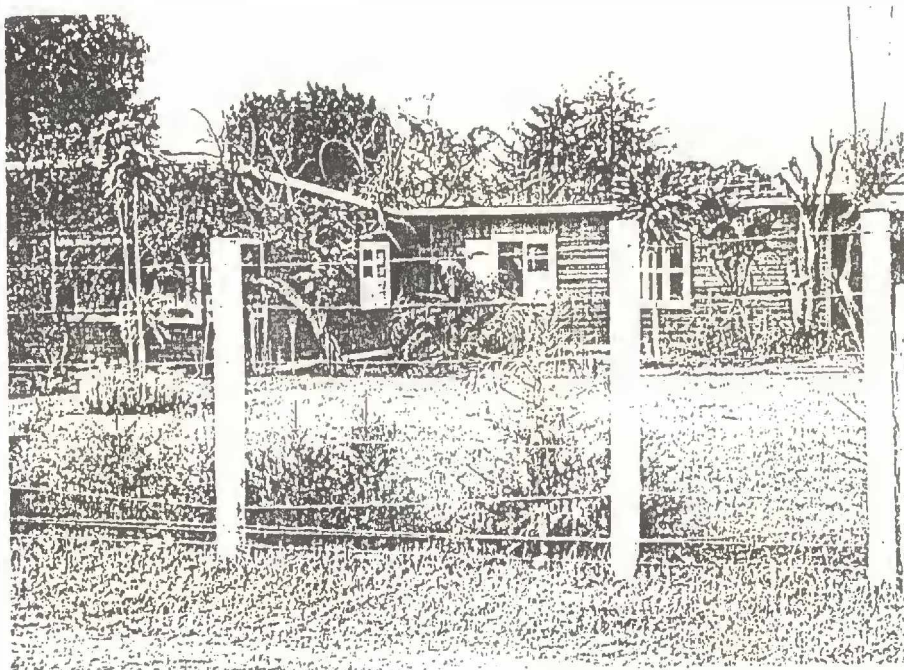
O crescimento populacional da Vila Planalto, do final de 1959 até 1961 ocorreu, em parte, devido à onda migratória do funcionalismo público para a cidade, que se somou aos fluxos anteriores, ligados à construção civil. Em 1967, uma nova leva de transferências de órgãos públicos do Rio para Brasília aumentou a demanda por moradia para famílias de renda média e alta e as melhores casas dos acampamentos apresentavam-se como alternativa aceitável para supri-la.

A vinda do funcionalismo público desencadeou reivindicações concernentes a boa qualidade de: saúde, habitação, educação, abastecimento, transporte e lazer. Estas exigências dos funcionários eram semelhantes àquelas típicas do fluxo migratório da elite dos "grandes projetos". Atendê-las deu origem: 1) ao excelente nível de ensino público e gratuito dos primeiros anos da cidade, com horário integral, (inspirado em formulações de Anísio Teixeira); 2) à "dobradinha" (recebimento duplo do salário) e outras vantagens para quem se transferisse imediatamente; 3) aos programas de aquisição da casa própria através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão ou dos órgãos transferidos; 4) ao oferecimento de moradia funcional.

A educação pública gratuita e o serviço médico, ambos de boa qualidade, além das vantagens trabalhistas e de seguridade social constituíam atrativos suficientes para os

migrantes humildes permanecerem na cidade, ainda que as suas chances de obter um lote ou casa da SHIS fossem remotas.

Em Brasília, o aparecimento de padrões de ocupação do território, geográfica e socialmente estratificados, ocorreu ainda durante a construção da cidade nos acampamentos e estendeu-se por todo o Distrito Federal. As suas casas de madeira, inicialmente ocupadas por segmentos privilegiados da estrutura social dos "grandes projetos", transformaram-se então em residências funcionais, e cumpriram um papel importante na manutenção destes acampamentos, conquistando aliados no governo local para a sua defesa. (Foto 32 Residência Funcional) Fonte: GT-Brasília 26: 42)



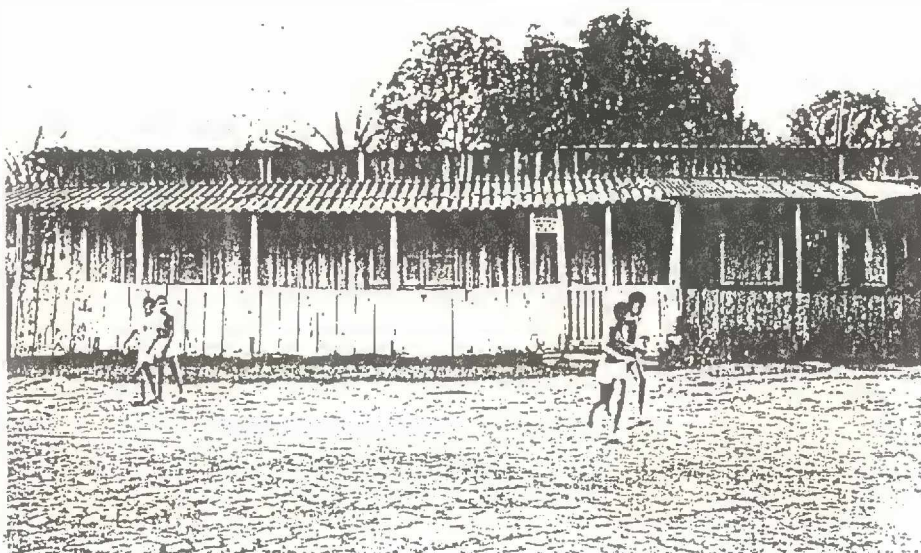
A  
estratificação  
interna da  
Vila Planalto  
persistiu  
também ao  
longo do  
período  
militar. A  
precariedade  
da sua parte

mais interna se acentuou e os jornais constantemente noticiavam a luta pela permanência do assentamento. Foram muitas as tentativas sucessivas para removê-la. A primeira de vulto deu origem à chamada Vila São João ou "vila

Vampiro', no Gama, por volta de 1960, quando as águas do Lago atingiram parte significativa de alguns acampamentos e provocaram a transferência para Sobradinho dos moradores da Vila Amauri, inteiramente inundada.

Alterações sofridas pelos acampamentos originais conferiram gradativamente a configuração atual da Vila Planalto e algumas delas até podem ser responsabilizadas por sua sobrevivência, pois adaptaram-se a momentos orientados por políticas de governo distintas, resistindo à erradicação ou pleiteando serviços de urbanização. A condição de assentamento provisório perpassou-lhe a existência e vinculou-a a aconte-

cimentos interpretados distintamente por cada tipo de morador, funcionário público, operário ou engenheiro



conforme sua experiência. (Foto 33 Ex-Alojamentos Fonte: OEU IV: Paula e Rosenay)

Os acampamentos da Vila Planalto estiveram sempre controlados. As construtoras foram substituídas na manutenção e fiscalização da área pelo GDF, que adotou uma política claramente contrária à permanência dos moradores. Portanto, a resistência ao controle, que nunca deixou de

ser exercido, surgiu com a eventual organização contra a pressão constante para remove-los.

As lideranças ocasionais contra tentativas para erradicar qualquer assentamento irregular, fosse acampamento ou invasão, tiveram cobertura de políticos e parlamentares até o golpe de 64, como por exemplo, o movimento pró-fixação do Nucleo Bandeirante. Entretanto, depois do golpe militar, a repressão passou a ser intensa, repetindo a violência praticada pela GEB, na época da construção.

Os movimentos sociais urbanos ligados a habitação foram abafados e várias lideranças populares reprimidas. As pessoas humildes permaneceram dependentes das redes familiares e clientelistas das burocracias governamentais, sem participar do poder decisório. Os sindicatos, durante a construção de Brasília, foram pouco procurados porque havia oferta de emprego, como afirmam vários informantes:

*"Oferecia mais vantagem. Porque ali era o seguinte, era agenciador em cima de agenciador. Você era uma agenciadora da PACHECO, eu era da Construtora KABELLO, e tinha outro da NACIONAL, tinha outro da Tavares de Pinheiro, então era cobra engolindo cobra. Não é como hoje, que você se desemprega e fica preocupada. Onde eu vou arrumar emprego? Não! Aquele tempo não. Se eu saía daqui agora, você recebia suas contas aqui, já você ia trabalhar em outra firma, você já ia entrar no período pra fazer serão."*  
(77)

e a burla à legislação trabalhista tinha respaldo político, conforme demonstra SOUSA (1983:42/3):

*"As empresas roubavam o número de horas trabalhadas, pagando quantia inferior ao trabalho realizado; não pagavam corretamente o acréscimo do preço das horas extras, nem as férias e as indenizações. Ocorriam também dispensas sem justa causa (exigência de "viradas" com duração de dois a três dias e dispensa em massa no final da obra). Quando os operários reclamavam a irregularidade dos pagamentos, eram agredidos fisicamente pela segurança interna das firmas impedindo-os de qualquer atitude contestatória. Tinham ainda que enfrentar a falta de segurança no trabalho, uma vez que não contavam com instrumentos mínimos de prevenção (capacete, cinto, luva, bota), resultando em inúmeros acidentes. ... A Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina, Luziânia e Formosa, fundada em 27 de julho de 1958, ..."*



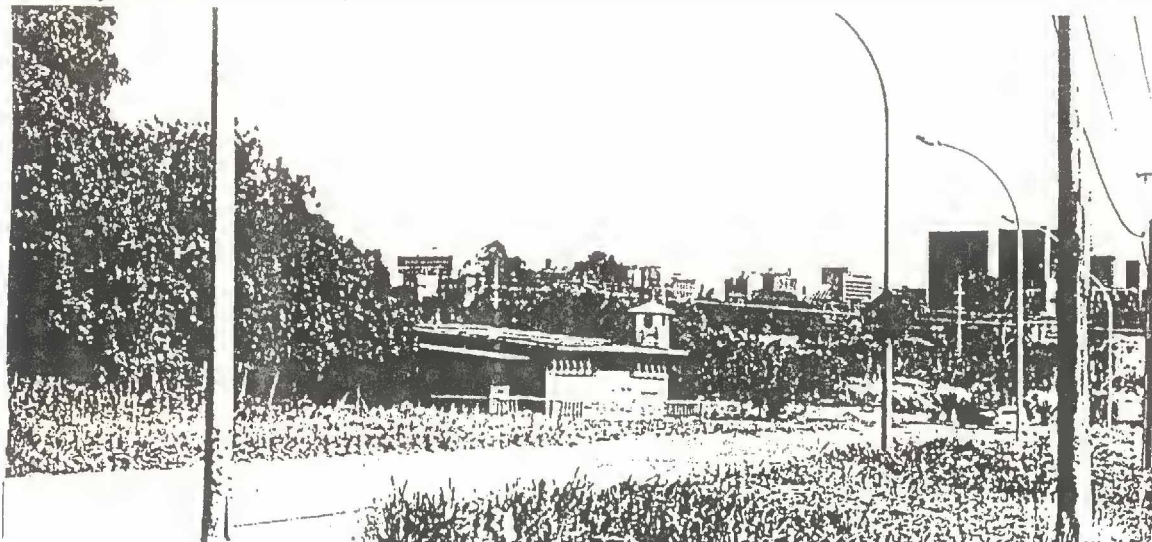
Segundo a autora, esta associação foi o primeiro passo no sentido de se conseguir a formação de sindicatos. Entretanto, o aumento do desemprego, após a inauguração, tornou-os indispensáveis. O fim da ambiguidade jurídica para o território do DF, não se estendeu ao caso dos acampamentos, pois permaneceram em caráter provisório, submetidos ainda a um controle intenso.

O interesse em erradicar os assentamentos irregulares do Plano Piloto levou a Fundação do Serviço Social, em 1965, a estabelecer critérios para classificar as invasões e caracterizá-las como sub-habitações, se as suas unidades habitacionais tivessem três das características que se seguem: - construídas em material de baixa resistência como madeira ou adobe; - telhado improvisado ou sem conservação; - chão batido; - falta de iluminação, de ventilação e de água encanada; - promiscuidade ou falta de espaço e de higiene; - instalações sanitárias precárias. Estimava-se que seriam necessárias 25000 unidades habitacionais para eliminar o problema no D.F. A maior dificuldade consistia, entretanto, no fato dos invasores não se qualificarem financeiramente sequer para o programa de moradias de baixo custo. Os transferidos das invasões para as cidades-satélites, sem condições econômicas para pagar as prestações da casa própria, voltavam à condição de invasores. Muitos se dirigiram à invasão do IAPI, que cresceu vertiginosamente, segundo EPSTEIN (ibid), com a aquiescência do governo.



Em 1967, a Secretaria de Serviço Social promoveu um Seminário, "Política de Integração para uma População Marginalizada", onde foram discutidos os planos da SHIS e da colonização das áreas rurais do D.F. e do entorno. Neste seminário, ficou evidente que a incapacidade dos programas habitacionais para atender aos estratos de baixa renda perpetuava o crescimento das invasões.

Na Vila Planalto, o problema das sub-habitacoes evidenciou-se quando os alojamentos de solteiros tiveram seus cubiculos ocupados por familias de antigos operários que permaneceram, ou que vieram de outros acampamentos já demolidos. Raramente esta ocupação se deu por migrantes recentes. De qualquer forma, os antigos alojamentos coletivos criaram no interior do assentamento um problema típico das favelas. As condições de moradia tornaram-se mais precárias, o que serviu de argumento contra o seu reconhecimento histórico e dificultou a sua regularização. A proximidade ao Plano Piloto, entretanto, (Foto 34 Fonte: S67 Localização Privilegiada da Vila Planalto)



permitia o acesso fácil ao mercado informal de biscates e serviços em geral, sem onerar o orçamento com as tarifas caras do transporte coletivo, como ocorria com os trabalhadores residentes nas cidades-satélites ou no entorno. Esta proximidade tornava-a uma opção residencial muito vantajosa.

Tentativas empreendidas para solucionar o problema habitacional de Brasília, como a criação do Guará, de Ceilândia e propostas mais recentes como Samambaia, não o fizeram. Tais tentativas sequer eliminaram a Vila Planalto, um dos objetivos mais enfatizados pelo GDF quanto às questões habitacionais, apesar de terem absorvido vários dos seus moradores, conforme o depoimento:

"Eu mesmo estou aqui até hoje, porque ninguém me aborrece com nada. Eu trabalhei muito tempo aqui, desde 60 que eu moro nesse barraco. Fico quieto aqui, milhares de pessoa igual, trabalhei na companhia. Trabalho aqui, trabalho ali, volto, fico no mesmo lugar. Ninguém vai à luta, estou quieto, mas perder o direito de sair daqui, nunca ninguém falou que queria o barraco. Na RABELLO eu trabalhei 9 anos. Eles me mandaram embora, não pediram a casa. Quando a pessoa era mau conduta eles pediam a casa. Pagava o caboclo quando ele deixava, saísse da casa. O caboclo podia ter o que tivesse de casa. só pagava ele se ele desocupasse a casa. Então, ele tinha que sair primeiro, ele já recebia a conta se entregasse a chave de onde ele morava. para mim eles não exigiram nada disso. Me pagou, você pode continuar morando na casa por boa conduta. Na firma me mandaram embora porque estava passando o tempo, tinha que mandar mesmo, eu já ia fazer 9 anos. Quase todos que saiu daqui ganharam casa da SHIS, eu não ganhei, se eu ganhasse eu tinha saído, mas eu não ganhei, não sai. Fiz inscrição, esperei. não saiu. Foram pro Guará I, Guará II, aquela turma toda é aqui da Vila, acho que não tem ninguém que não me conhece, todos foram da Vila Planalto, que ganhou casa da SHIS. Taguatinga em peso, Sobradinho. ... Não. Negativo. ... Prefiro morar aqui do que em qualquer setor dentro de Brasília."

(78)

#### - REGIONALISMO E A IDENTIDADE DE PIONEIRO.

O regionalismo e o pioneirismo foram fatores marcantes para estabelecer a identidade social dos "candangos", participantes da construção de Brasília, e

Vários símbolos foram internalizados, constituindo sua memória social. Referências novas foram criadas para constituir a rede social própria deste caso específico de um "grande projeto", conferindo significado simbólico a construção de Brasília.

A importância do regionalismo na constituição da identidade pode ser melhor compreendida se considerarmos algumas colocações. TUAN (1974) define topofilia como o elo afetivo estabelecido entre a pessoa e o lugar. A percepção dependeria, assim, da experiência individual com o ambiente físico, mas também da bagagem cultural proporcionada pela vivência social de cada um. O comportamento simbólico das atividades urbanas evidenciaria laços importantes entre a história das cidades e a identidade de seus habitantes.

CARDOSO de OLIVEIRA (1976) considera recorrente o fenômeno das relações que se estabelecem entre indivíduos e grupos de procedências diversas, portadores de culturas distintas, quer ao nível de nação, de região ou de etnia. A identidade possuiria então as dimensões pessoal e social (ou coletiva), imbricadas no processo de identificação, que por sua vez, participa no desenvolvimento das relações sociais. A origem distinta dos moradores da Vila Planalto, tanto pela procedência regional, quanto por sua posição social, estabeleceu diferentes critérios de identificação.

EPSTEIN (ibid) coloca o regionalismo como fator preponderante no estabelecimento da identidade social em Brasília, onde redes familiares e clientelistas funcionavam

vinculadas a burocracia governamental. A interação social mais direta ficava, muitas vezes, restrita ao círculo social do trabalho. A importância de rituais, comemorações e competições desportivas reforçava a solidariedade entre colegas com status diferentes. A cidade ou o estado de origem criava laços e compromissos substitutos para as tradicionais redes de troca de favores das cidades brasileiras.

A interação social proporcionada pelo regionalismo nos rituais da Vila Planalto deixava transparecer a sua importância. A própria organização do uso dos equipamentos coletivos refletia a origem regional das pessoas; por ex. a lavagem de roupa nos tanques comuns, fazia-se em cada dia da semana para mulheres da mesma cidade ou estado, pois podiam conversar sobre conterrâneos e conhecidos. Era uma forma espontânea de organização das atividades cotidianas com base no regionalismo.

Segundo TURNER (1969: 95), os participantes de um rito, ou "iniciados", tendem a desenvolver entre si uma camaradagem, como o igualitarismo propalado acerca da construção da cidade. O processo de "desnudamento" tratado por LEITE LOPES (ibid) ao comentar a admissão dos operários em Paulista coincide também com as colocações de GOFFMAN (1961: 104) ao falar do despojamento e do nivelamento que ocorrem durante o rito de passagem para eliminar as distinções entre os novatos. Procedimentos como a retirada dos pertences que os distinguissem ou reforçassem sua

identidade individual constituía uma prática comum nestas ocasiões. A distinção entre funcionários qualificados ou não ficou evidente no depoimento de um casal entrevistado:

*"O presidente da RABELLO dispensava aos seus funcionários um tratamento muito especial. Fazia com que eles e seus familiares sentissem sua preocupação e deixava claro o quanto se sentia responsável por todos. ... As guaritas de entrada eram separadas para casados e solteiros. ... havia uma sala grande destinada a guardar as armas apreendidas no ritual da chegada, quando os pedes tinham sua bagagem revistada em busca de facas, revólveres, espingardas ou bebidas, que também eram proibidas. Cada objeto recolhido era etiquetado com o número do funcionário, para ser devolvido por ocasião da saída da firma. Este mesmo número era usado para cobrança das aquisições feitas no armazém, assim como outras despesas pagas pela firma e depois descontadas no salário." (79)*

A identidade passou a ser manipulada de maneira adaptativa desde o início das obras. O regionalismo quebrou, em muitos casos, a hierarquia funcional, favorecendo os que souberam manipula-lo. Durante a construção eram comuns, conforme nos foi relatado, os encarregados darem preferência aos parentes, conhecidos e conterrâneos para ocupar posições e vagas nas firmas em que trabalhavam. O processo de qualificação profissional também podia ser favorecido por laços estabelecidos em virtude da região de origem, como por exemplo usando critérios de parentesco e amizade para incluí-los no aprendizado de um ofício. O empréstimo de instrumentos profissionais ou de parte do dinheiro para adquiri-los ocorria somente entre amigos, sendo fator determinante para o aprendizado e a ascensão funcional. Uma tele-novela brasileira da década de 70, alias, chamada "Escalada", tratava exatamente deste tema, mostrando um caso de enriquecimento e sucesso pessoal durante a construção de Brasília.

O regionalismo também funcionou como base das lutas políticas pró-fixação de vários assentamentos

provisórios que surgiram nesta época, para os quais a pressão de parlamentares solicitados a agir por seus conterrâneos foi decisiva, como por exemplo no processo de fixação da Cidade-Livre.

A importância dos mecanismos para legitimar a intensa exploração da força de trabalho e aumentar a produtividade transparece na análise de certos rituais que contribuíram para instaurar a "democracia de fronteira" da época da construção, definida por EPSTEIN (ibid : 62). Estes rituais de: inaugurações, visitas, celebrações e festas diminuíam as diferenciações sociais e criavam um aparente igualitarismo, por intermédio de uma vivência comum de experiências, que alteraram-se ao longo das fases da Vila Planalto durante a instabilidade da nova capital e posteriormente da sua consolidação.

Buscava-se ainda, minimizar as distinções de classe social, apesar delas estarem muito visíveis na distribuição espacial das edificações, nos acampamentos, como tinham estado a época dos canteiros de obra. Os membros da hierarquia superior obtinham privilégios, como por exemplo, a possibilidade de trazerem para o território do projeto as suas famílias; de usufruírem das melhores acomodações, da melhor alimentação e de maior liberdade frente ao controle, presente na vida dos participantes da construção da cidade. A fraternidade resultante dos mesmos desconfortos enfrentados pelos "pioneiros" era alardeada pela



publicidade, que enaltecia o "pioneirismo" para legitimar a mudança da capital.

- MORADIA E INTERNALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO.

Em Paulista, local estudado por LEITE LOPES (1960), o esquema de distribuição espacial de mocambos ou painoças - casas isoladas feitas de taipa e cobertas de palha - foi substituído pelo arruado típico das vilas operárias - casas de alvenaria e telha de barro agrupadas de maneira a evitar plantações, criação de animais e outras atividades complementares ao trabalho fabril. O esquema designado para beneficiar a disciplina restringia as iniciativas agrícolas. Esta subordinação específica do trabalhador contribuía para legitimar a dominação.

A situação do trabalhador fabril, aliciado com a família, cujo acesso a casa da vila operária liga-se ao contrato de trabalho, difere daquela do trabalhador da construção civil, recrutado preferencialmente sem família. O processo de implantação do "projeto de grande escala" - a construção de Brasília - constituiu-se também em processo disciplinador de mão-de-obra não-qualificada, recrutada temporariamente. A futura fixação dos trabalhadores de origem rural dependia da sua possibilidade de capacitação profissional. Ao contrário da mão-de-obra qualificada, para a qual havia demanda em outros projetos desenvolvidos dentro

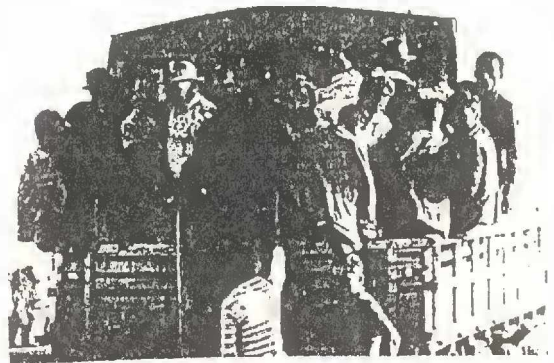
e fora do país, não havia sequer intenção de aproveitá-los ao final das obras, em Brasília.

A mudança nas condições de vida a que estavam sujeitos os indivíduos humildes, mesmo antes de ingressarem no território do projeto, já configurava o primeiro passo da sua dependência frente às construtoras. Aproximava-os dos rituais de iniciação ou domesticação do interno nas "instituições totais". O pau-de-arara, a "sopa" e outros tipos de transporte ligados ao aliciamento de mão-de-obra estão impregnados no imaginário brasileiro:

*... a expressão pau-de-arara está associada aos caminhões que, desde a década de 1940, transportavam migrantes desprovidos de recursos, vindos do Nordeste em direção às cidades do Sudeste; tinham por único assento tábuas de madeira, dispostas transversalmente nas carrocerias, em viagens de mais de 1500 km, que duravam vários dias. Tal expressão conserva uma forte conotação pejorativa no Rio e em São Paulo.* GARCIA (1990: 11)

(Foto 35 Pau-de-Arara Fonte: Epstein, 112)

A promiscuidade dos trabalhadores neste tipo de transporte repetia-se nos alojamentos coletivos de fábricas, de acampamentos de obra e de garimpo. A dominação se estabelecia mesmo quando recrutavam-se famílias inteiras para o trabalho. A autoridade doméstica ficava enfraquecida e a dependência era demonstrada desde a moradia, a alimentação e até a separação dos membros da família conforme a conveniência do processo produtivo. A periferização da população pobre de Brasília iniciou-se



ainda nos anos 60, e continuou ciclicamente ao longo de sua história.

A expansão das fronteiras, o desbravamento e o progresso no interior do país contribuíram para que todos internalizassem a dominação e idealizassem a época da construção da nova capital como se não tivesse sido dura e difícil para aqueles que a vivenciaram. A convivência de profissionais, qualificados ou não, no caso da Vila Planalto, contribuiu para a sobrevivência de alguns acampamentos. Esta convivência no espaço, ainda que hierarquizado dos acampamentos, entre membros de diferentes sistemas de trabalho migrante e funcionários públicos confrontou as situações de dominação estabelecidas e diversificou as estratégias de luta para garantir-lhes a moradia e a continuidade dos acampamentos.

A idealização do passado verificada nos relatos dos "pioneiros" demonstra o quão profundo foi este processo e como surgiu tardiamente a consciência da ilegitimidade da super-exploração dos trabalhadores, dificultada pelo "igualitarismo", "pioneirismo" e "desenvolvimentismo" expressos pela ideologia dominante. O processo de auto-reconhecimento dos operários como atores sociais com direitos a permanência na cidade que construíram foi gradual e tomou corpo com as tentativas de redemocratização do país. A modificação das relações sociais depois do primeiro rito de passagem - a inauguração - desvincularam-nas diretamente

do processo produtivo da construção civil e do sistema inerente aos "grandes projetos".

O contraste provocado pelo convívio entre operários da construção e funcionários públicos modificou marcadamente o espaço confinado dos acampamentos. Em consequência, o espaço foi aos poucos perdendo a rigidez do controle. A fiscalização limitou-se a verificar a ocupação, impedir o aumento do número e do tamanho das casas. As entradas e saídas não mais necessitavam ser controladas. As medidas disciplinares existentes nas "instituições totais" alteraram-se dando lugar a um novo tipo de controle, não mais interferindo na esfera doméstica dos moradores para obrigá-los a sujeição a horários e jornadas de trabalho exaustivas.

As punições ficaram limitadas, exclusivamente ao aspecto da modificação das casas, que deixaram de ser mantidas pelas construtoras responsáveis pelos acampamentos:

*"Aqui mudou ... so muita coisa. Aqui mudou o sistema de tratamento de lixo, de arborização, enfia, da higiene. Aqui transformou demais. Mais de 80%. Antigamente era muito mais, sei lá. Você não poderia jogar um pedaço de papel ... Poderia não. Tinha a lixeira, igual na Avenida, e tinha o lixeiro. assim, por exemplo, ele chegava e levava pro depósito. ... Antigamente era a firma que pintava as casas. ... Depois não. Depois era você que tinha que arrumar. Ah! Tem água vazando ali. Ah! Da pra ir. Minha casa também está suja, mas vou pintar no mes que vem, no ano que vem. Não, a firma tinha uma equipe... Uma lâmpada que faltasse na sua casa, chegava ali e requisitava e a lâmpada vinha. Você levava a velna e trocava por uma nova. Era muito fácil. E ficou na mesma. Porque inclusive e como esta até hoje. Óra, todo mundo tá esperançoso por um dia melhor. Para um amanhã. E alguns estão lutando, outros estão aguentando." (30)*

A fiscalização da NOVACAP/TERRACAP limitou-se, portanto, a impedir reformas e verificar quem residia nos acampamentos. Diferia do controle anterior, que visava uma exploração intensiva da força de trabalho.

As reivindicações antes da inauguração eram raras quanto a aspectos estritamente trabalhistas e concentravam-se sobre a qualidade da comida e das acomodações, mesmo assim, propiciaram movimentos esparsos, sem atingir organização ou pressão coletivas eficientes e duradouras. A reação das milícias particulares e da GEB eram tão violentas, que apenas as más condições de vida monopolizavam a insatisfação dos operários, tornando efêmeras as rebeliões.

A mobilização popular em torno da permanência na Vila Planalto intensificou-se após a inauguração, quando a demanda por moradia em Brasília atingiu picos em função de: 1) crises na construção civil, 2) retração na oferta de residências, 3) renovação do Congresso Nacional nas trocas de legislaturas, 4) mudanças do Executivo, 5) transferências dos funcionários de Órgãos do Governo Federal e das Embaixadas e 6) migrações.

Durante a construção da cidade, a comunicação entre os operários ficou facilitada pelo confinamento dentro dos canteiros e acampamentos, nos caminhões de transporte, enfim no seu convívio cotidiano. Entretanto, a disciplina era tão rígida que o controle exercido pela administração das construtoras inviabilizava a efetiva sindicalização e a organização em defesa dos direitos trabalhistas. O monopólio do uso da violência gerou revoltas da opinião pública, minimizadas pelo controle da imprensa e a necessidade da ideologia dominante prevalecer.

Segundo GOFFMAN (1975:132), " ... manter a definição da situação que sua representação alimenta ... implicara em que se acentue a comunicação de alguns fatos e se diminua a comunicação de outros."

A propaganda de Brasília operava neste sentido. A equipe dos controladores da produção e dos dirigentes, não só das firmas, mas do Governo precisava manter-se coesa, para tornar verossímil a representação que estava desempenhando. O controle da informação também era um fator determinante para a credibilidade do empreendimento. No caso específico da construção de Brasília, a representação criada de que todos eram iguais, porque enfrentavam os mesmos sacrifícios, não podia ser desmascarada pela divulgação dos maus tratos impingidos aos operários e das irregularidades trabalhistas e financeiras que porventura ocorressem nas obras. O episódio da PACHECO FERNANDES ocorrido durante o carnaval de 59 deveria constituir-se em um dos "segredos indevassáveis e tenebrosos" de que trata GOFFMAN (ibid). A repercussão do episódio em consequência da sua divulgação na imprensa causou comoção e quebrou o controle sobre as informações consideradas segredos a serem mantidos para o sucesso da representação.

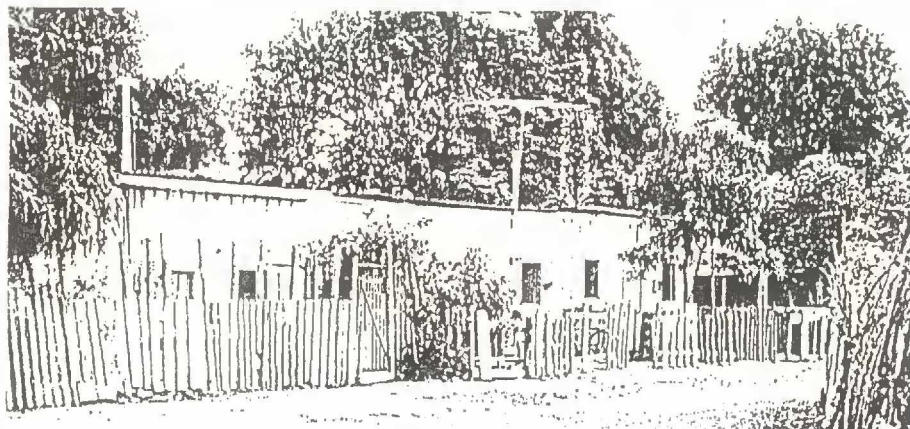
A impunidade das firmas frente a superexploração de sua força de trabalho diminuiu quando o território da construção, no rito de passagem da inauguração, perdeu sua ambigüidade jurídica. Os padrões da dominação alteraram-se e a situação passada foi aos poucos idealizada pelos trabalhadores. A sua convivência com outros sistemas de trabalho, principalmente com o funcionalismo público, criou



novos critérios de legitimidade para a dominação que sofreram. Os aspectos materiais da situação passada passaram a ser saudosamente lembrados, em um processo que pareceu obscurecer a lembrança dos sofrimentos e das más condições de vida enfrentadas.

O controle da população, durante a construção de Brasília, ligava-se à produtividade. A hierarquia e a vigilância operavam no sentido de aumentar a produção. A organização do espaço dos acampamentos proporcionava a visibilidade necessária ao controle da esfera doméstica dos trabalhadores, mas esta não precisava ser tão intensa quanto no local da produção: bastava que permitisse a fiscalização efetiva das chegadas e saídas e a disponibilidade para reingresso no serviço, assim que uma convocação fosse necessária.

O aperfeiçoamento da técnica arquitetônica para obter o máximo do espaço no exercício do poder tem sido preocupação recorrente nas análises de FOUCAULT (ibid). A regulamentação da vida cotidiana dos acampamentos era um dos mecanismos disciplinadores levados a efeito no espaço. A



separação entre os alojamentos coletivos

(Fonte da foto

36: SBZ)

e as casas (Foto 37 Casas de funcionários das Firms Fonte: SBZ)



efetivava a distinção hierárquica de funções no processo produtivo e facilitava a suprexploração dos operários sujeitos a este tipo de dominação. Eles desconheciam inteiramente seus direitos e a legislação que destinava-se, supostamente, a protegê-los, não o fazia.

As condições de luxo e privilégio examinadas por FOUCAULT (In RABINOW e WRIGHT - 1982) na cidade de Richelieu, na França, proporcionavam controle sobre a nobreza pela ordenação disciplinar do espaço; este, confinado, demonstra como o cardeal obteve, através do desenho urbano, a dominação e exploração de classe envolvendo toda a população nesse esquema de controle. Isto também acontece nos "grandes projetos", onde não só os operários ficam sujeitos ao controle, mas os próprios dirigentes também se envolvem no processo, embora de uma maneira menos subordinada. As hierarquias superiores gozam de privilégios nas acomodações e nos serviços, como a

nobreza residente na cidade planejada por Lemercier para o cardeal Richelieu.

O espaço pode, portanto, ser usado como uma estratégia de controle social; para FOUCAULT (ibidem) o exercício da liberdade não é completamente indiferente à disposição espacial: certas morfologias proporcionam maior concentração de poder a indivíduos, criando relações de força e opressão, mas o exercício da liberdade não é determinado por nenhuma forma espacial. Elas podem apenas facilitar os instrumentos disciplinares ou convergir para que as relações de poder sejam menos opressivas. O seu alerta para evitar a tendência a invocar o passado mítico, que pode obscurecer a compreensão da realidade, aplica-se à análise dos depoimentos dos moradores da Vila Planalto. A rejeição ao presente, onde suas insatisfações estão mais próximas, faz com que ignorar os defeitos de experiências anteriores seja uma das consequências da idealização do passado.

- RELAÇÕES SOCIAIS MANIPULADAS PARA A PERMANÊNCIA DOS ACAMPAMENTOS.

O estabelecimento de relações entre os dirigentes das empreiteiras, na Vila Planalto, e os detentores de cargos administrativos importantes criava laços de poder,

semelhantes ao que LEEDS (ibid: 66) define como "panelinha":

*"um grupo relativamente fechado, completamente informal, reunido por laços de amizade, contato pessoal ou interesse comum, agindo para fins comuns e incluindo uma relação de todas as posições socio-político - econômicas chaves."*

Arranjos e gradações entre "panelinhas" existem ao nível local, estadual, federal e até mesmo internacional, interagindo com o populismo, para preservar as relações sociais tradicionais brasileiras, no cenário urbano, onde os trabalhadores são dependentes. Durante a recessão econômica pós-inauguração, com reflexos diretos na indústria de construção civil, o desemprego afetou muitos dos moradores originais dos acampamentos, em Brasília. Restrições ao crédito e outras medidas anti-inflacionárias tomadas posteriormente pelo governo militar afetaram também o panorama residencial da cidade (34). Portanto, estes arranjos de "panelinhas" e "igrejinhas" e de outros tipos de prestação de favores ou de expectativas mútuas orientando as relações sociais foram intensificados como mecanismos de sobrevivência utilizados por moradores da Vila. Deixaram de ser recorrentes apenas na ascensão política e profissional e constituíram-se em estratégias de luta pela permanência do assentamento.

Os critérios de proteção e de influência política no processo de distribuição das unidades habitacionais apresentaram-se na Vila Planalto, assim como naquelas construídas e distribuídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Como tentativa de evitar tais critérios, os antigos IAPs foram unificados no INPS e foi criado o Plano

Nacional de Habitação, pela Lei 4380, em agosto de 1964. Os apartamentos já concluídos, que deveriam ser de propriedade do governo e de usufruto dos seus funcionários, (unidades habitacionais funcionais), foram compulsoriamente vendidos aos ocupantes legais, com financiamentos de longo prazo. O comércio da cessão de direitos e de venda de imóveis causou grande impacto sobre a situação imobiliária da cidade, e transformou a Vila Planalto em opção para quem não conseguia comprar ou alugar um imóvel.

O GTB (Grupo de Trabalho de Brasília) tinha sido o responsável pela distribuição funcional das moradias e posteriormente, por sua venda, ambas sujeitas ao tráfico de influências políticas. A CODEBRAS (Companhia de Desenvolvimento de Brasília) sucedeu-o na administração dos recursos a serem reinvestidos em novas construções habitacionais para os funcionários públicos. O Fundo Rotativo Habitacional de Brasília foi criado para financiar, em 30 anos, esta venda dos apartamentos funcionais, com a cláusula de correção monetária. O fundo foi usado para terminar as unidades residenciais cuja construção havia sido interrompida ainda no Governo Quadros, em 1961.

A renovação do Congresso, em 1967, provocou nova demanda por moradia, pois os ocupantes dos apartamentos, mesmo não tendo sido reeleitos, já os haviam comprado. Muitas vezes, a venda dos direitos de aquisição de imóveis foi feita iludindo os promitentes compradores. A oferta em dinheiro pelo direito ao financiamento enganava aqueles

funcionários mais humildes, da mesma forma que o processo de especulação imobiliária leva, ainda hoje, as pessoas de menor renda para as cidades-satélites ou do entorno.

A questão de moradia em Brasília evoluiu conforme surgiram: o BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1964; as COHABs (Cooperativas Habitacionais), o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em 1966, refletindo a política proposta pelo SERFHAU para implementar o Plano Nacional de Habitação. Os critérios de financiamento da CEF (Caixa Econômica Federal) e do BNH atendiam principalmente a classe média. Para atender as classes de menor renda no D.F. criou-se em 1962, a SHEB (Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília), sucedida, em 1964, pela SHIS (Sociedade de Habitações de Interesse Social). Entretanto, o pressuposto de que os programas para "baixa renda" deveriam se auto-sustentar dificultava o atendimento a sua finalidade e, no caso da Vila Planalto, apenas pequena parcela dos moradores inscritos obteve financiamento para moradia.

O problema da habitação necessitava de recursos e de decisão na esfera nacional (22). Programas específicos de erradicação de favelas e invasões, surgidos no Rio de Janeiro, no Governo Lacerda, tinham se espalhado por todas as grandes cidades brasileiras, concomitantemente ao surgimento dos grandes conjuntos habitacionais no país: a ação governamental, em Brasília limitou-se, nos anos 60, a prevenir a expansão incontrolável das invasões. No que se refere a Vila Planalto, a construção de casas - embrião, no

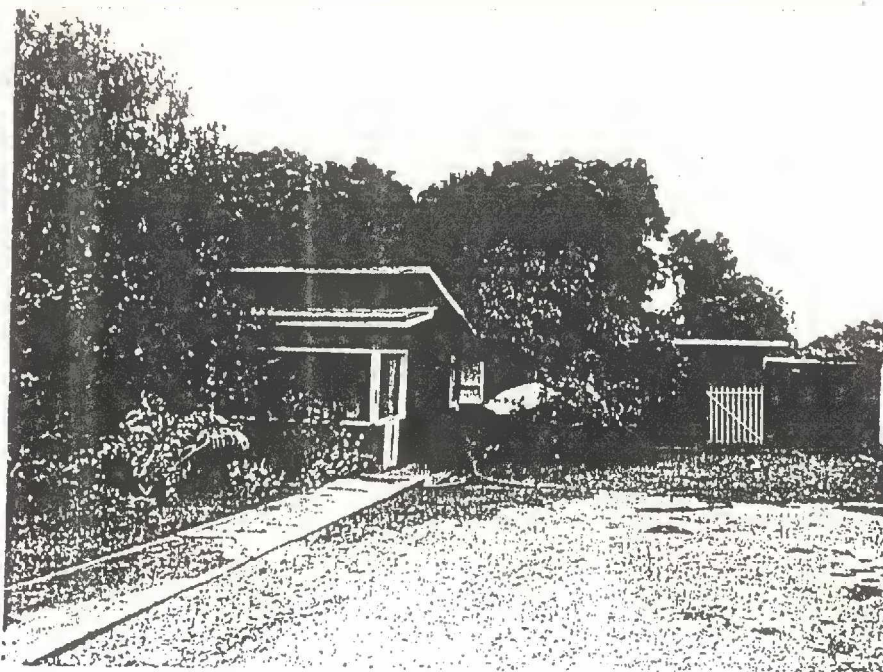


Gama, constituiu-se apenas em mais uma tentativa frustrada de transferir a sua população. A política de erradicação dos assentamentos irregulares repercutiu, na Vila Planalto, também sob a forma da fiscalização da NOVACAP/TERRACAP, permitindo a transferência das casas de madeira para lotes obtidos nas cidades-satélites, controlando as reformas e demolindo aquelas casas que porventura vagassem, sem sucessores imediatos. Ordens especiais, baseadas no protecionismo do sistema político brasileiro paternalista /clientelista, eram obtidas para proceder a pequenos reparos e para troca de residência. Brasília não estava sujeita às influências eleitorais, o que a deixava desprotegida frente às possibilidades de pressão sobre representantes eleitos.

A temporariedade característica dos "grandes projetos" refletiu-se também na escolha das áreas a serem ocupadas pelos acampamentos, muitas delas sujeitas a inundação pelo futuro lago, ou destinadas pelo plano da cidade a fins específicos, distintos do uso habitacional, ou pelo menos com uma tipologia completamente diversa. Por exemplo, a Vila Amauri, localizada às margens do Corrego Bananal e posteriormente alagada, não teve chance de lutar por sua permanência. Era uma versão mais nova da Cidade-Livre, com população estimada em 6000 habitantes, em 1959, onde as casas estavam: 67% sem instalações sanitárias, 95% sem instalações elétricas, 71% sem abastecimento de água (83). A Vila Planalto ainda mantinha, em 1964, 6500 habitantes (84).

A partir da inauguração da cidade, houve a concomitante reorganização social. As jornadas de trabalho deixaram de ser tão intensas, a ambigüidade jurídica restringiu-se apenas aos locais reconhecidamente de caráter temporário, o sistema legal passou a ser obedecido como nas demais regiões brasileiras e o sindicalismo passou a fazer-se mais presente.

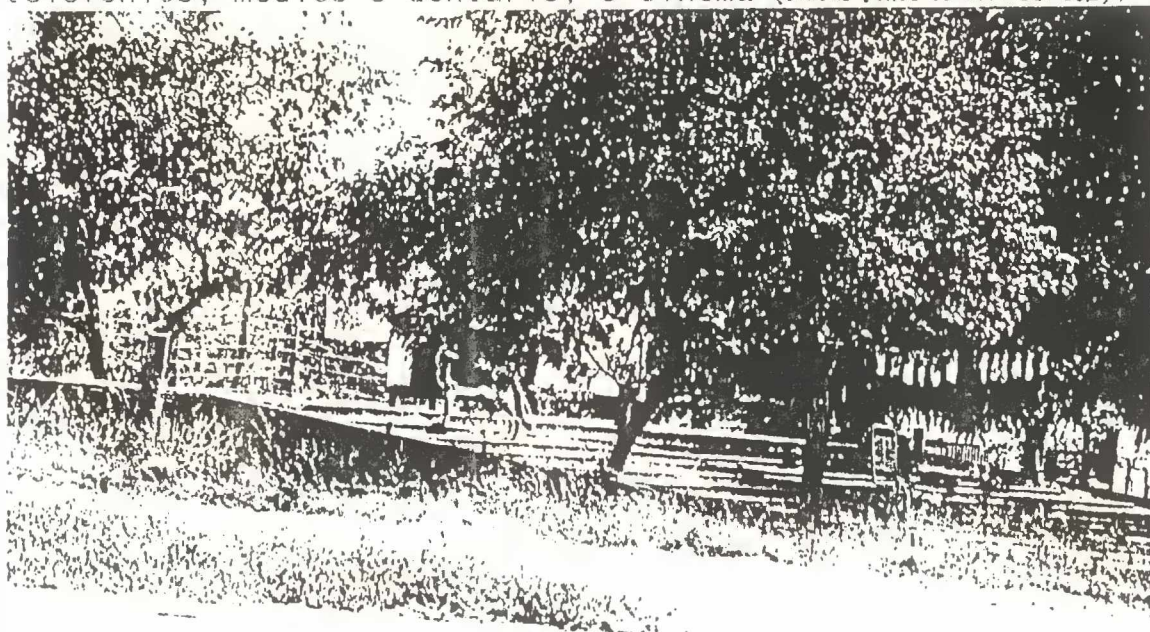
O contraste acentuou-se entre as áreas definitivas e as com destinação temporária, em função de vantagens concedidas para estimular a transferência do funcionalismo. Por outro lado, diluiu-se o monopólio sobre o território e sobre a esfera privada dos trabalhadores. Procedeu-se então à depreciação das áreas designadas como "provisórias", embora contivessem, por vezes, moradias de excelente qualidade, disputadas por membros do alto escalão do governo, como é o caso de áreas conhecidas na Vila Planalto como Fazendinha, e TAMBORIL. (Foto 38 Casas Isoladas Fonte: GI-Brasília)



O estigma referia-se originalmente as edificações destinadas a mão-de-obra não-qualificada, sujeitas a péssima conservação recebida quando perderam a tutela das firmas. Entretanto, estendeu-se a todos os conjuntos de casas de madeira, mesmo que estivessem longe de se caracterizarem como sub-habitações. A diferenciação interna da Vila Planalto, surgida desde o início do assentamento para privilegiar a elite do sistema de trabalho migrante, adaptou-se as novas condições impostas pela ausência do monopólio da moradia exercido pelas construtoras. A espoliação da mão-de-obra refletiu-se, portanto, não apenas na distribuição hierárquica das casas nos acampamentos, como também na qualidade e tamanho das edificações conforme se destinassem a operários ou não. A introdução do funcionalismo neste espaço já hierarquizado apenas abriu novas possibilidades de reivindicar moradia definitiva, gradualmente percebidas pelos moradores originais.

Os investimentos básicos das firmas em serviços e benefícios sociais, infra-estrutura urbana e nos próprios alojamentos, assim como seu aparato institucional, funcionaram para legitimar a dominação. As redes de sociabilidade dentro do grupo social dominado só eram permitidas, desde que não afetassem a disciplina e a produtividade almejadas. Determinados locais foram identificados com episódios significativos da experiência vivenciada por trabalhadores: a Praça Tancredo Neves na Vila Planalto, onde originalmente localizavam-se importantes

marcos referenciais para a população como os postos telefônico, médico e dentário, o cinema (Cinema Fonte da foto 39: 582).



o estacionamento dos caminhões e das principais máquinas usadas pela RABELLO, além da Igreja e do clube, é até hoje o local escolhido para as principais comemorações públicas da comunidade.

A apropriação de tradições dos trabalhadores, como festas, competições esportivas e carnaval permitiu que as classes dirigentes canalizassem para seus fins atividades já desenvolvidas pelos operários nos seus locais de origem, antes de seu recrutamento para trabalhar nos projetos ou nas fábricas. A onipresença do poder patronal permeava, portanto, locais, celebrações e atividades na construção de Brasília. Tais procedimentos contribuíram para que os operários introjetassem a dominação, motivo pelo qual o seu discurso sobre aquela época revela tamanha idealização do passado. As contradições entre a suposta igualdade entre

operários e patrões na época da construção e a exploração a que foram submetidos, naquelas jornadas de trabalho prolongadas, podem ser percebidos nos comentários que se seguem:

"Devido assim a expansão, ... não houve mais, assim, aquele sistema de segurança. Porque no início era muito rigoroso, né? Porque não tinha muitas mulheres em Brasília, então era muito difícil. E era perigoso. Então, depois não, cresceu Brasília, então ela cresceu junto ... tirando negócio de cerca e tudo, liberou. Os de baixo podia passear lá em cima, os de cima podia passear lá em baixo, muito bom. Já tinha muitas menininhas, muitas garotas, mulheres a vontade. ... De bô pra cá. ... E, inaugurou e acabou tudo, aquele rigor que tinha no início. ... Era gostoso demais, viu? Muito gostoso. Tinha de tudo. Farmácia, dentista médico, tinha de tudo dentro do próprio acampamento. ... Cresceu. Brasília cresceu, alguns acompanharam, outros regressaram. Mas, eu senti que Brasília foi muito gostosa. ... Olha. Ha! Ha! 100%! (antigamente era melhor que hoje). Porque ainda continuava aquele eian do início. Sei lá, era tudo assim mais caprichado, mais gostoso, mais limpo. Tudo era bem organizado." (25).

"Eu vim de Belo Horizonte e encontrei aqui bonzade. A vida aqui era boa, trabalhava muito, ganhava bem." (26)

e demonstram como o domínio sobre o território e sobre a população estava internalizado.

Outros mecanismos também foram efetivos para a interiorizar a dominação, como por exemplo, o medo do aparato de vigilância e do monopólio do uso da violência por parte das companhias e o controle não só da vida produtiva como da vida social dos acampamentos. As "classes dominantes" sabiam perfeitamente manipular a seu favor a ambigüidade jurídica e a burla à legislação trabalhista. A utilização dos operários mais fortes e destemidos na tarefa de segurança interna das firmas era reforçado, como já foi dito, por punições corporais e prisões efetuadas pela GEB.

O trabalho simbólico, envolvido na incorporação da dominação, usou da própria contradição e da revolta para, através de sua externalização, aumentar a hegemonia da classe dirigente. Está aí a importância dos rituais de inversão analisados por DaMatta (1985), aplicando o modelo



de TURNER (ibid: 127), que justifica a necessidade de recorrer a analogias e metáforas para distinguir entre conceitos de qualidades potenciais - existencial como o de "comunitas" e cognitiva no caso de estrutura - que foram percebidos (67) como sendo essencialmente um conjunto de classificações, um modelo para pensar sobre cultura, natureza e ordenamento da vida pública.

O espaço público e o espaço privado passaram a ser palco e cenário das manifestações urbanas. Ao dar vazão as reivindicações, aproveitaram o processo de quebra do monopólio territorial e do controle absoluto das companhias sobre todas as esferas da vida de seus trabalhadores. A mobilização coletiva foi altamente combatida até o momento em que a vinculação entre trabalho e moradia deixou de ser absoluta, com a perda do controle sobre a vida particular dos trabalhadores.

Os relatos sobre a história dos acampamentos deixaram transparecer conflitos surgidos das contradições presentes neste sistema de dominação. Apesar da idealização do passado apareceu a resistência dos dominados, e aos poucos, houve modificação da dominação, na medida em que se transformou e se perdeu a legitimidade alcançada pelas relações de poder estabelecidas.



- CONTROLE E ESTIGMA.

A maceira, refletindo a provisoriedade das casas na Vila Planalto, leva-nos a considerar a questão do estigma. GOFFMAN (ibid) o define como a discrepância entre a identidade social virtual e a real. Refere-se a um atributo depreciativo, defeito físico, fraqueza moral, característica étnica, religiosa ou econômica.

*"Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda sociedade levam ao descredito."* GOFFMAN (1975:13)

A busca da normalidade pelos portadores de estigmas pode resultar no estabelecimento de um sistema de valores compartilhados, para enfrentar os efeitos da discrepância entre suas identidades reais e virtuais. As suas expectativas quanto a vida social levam a sentimentos de vergonha, rejeição ou vitimização. A necessidade de adaptação contrabalança tais sentimentos com possibilidades de manipular a deficiência em seu favor.

A visibilidade do atributo discrepante é um fator crucial para a estigmatização. Neste aspecto, a população da Vila Planalto conseguiu efeitos adaptativos impressionantes, talvez até inconscientemente, com a vegetação ocultando os aspectos negativos internos. As melhores casas apresentavam-se visualmente aos estranhos, enquanto as partes mais precárias mantinham-se resguardadas da visibilidade perigosa, que podia devassar a pobreza de seu interior. A fachada pública da Vila Planalto diferia, portanto, da sua verdadeira identidade. A diversidade interna, tanto no que

se refere à situação econômica e social de seus moradores, quanto à heterogeneidade tipológica de suas edificações, consistiu em foco essencial para a sua preservação. Diz respeito exatamente às características de valor testemunhal que a identificam como acampamento pioneiro.

O controle, exercido ao longo de toda a existência dos acampamentos, forçando-os à erradicação, persistiu com variações quanto à intensidade e ao foco sobre o qual era exercido. A vigilância levava a comportamentos sancionados socialmente. A "boa" ou "má conduta" a que se refere um dos informantes ajudava a garantir a moradia desde os primeiros tempos da cidade. A má reputação das invasões, onde acreditava-se que os criminosos encontravam abrigo, distanciava-se da reputação dos acampamentos, onde o fato de pessoas importantes estarem ou terem residido permitia a manipulação favorável a sua permanência. Os elementos desacreditáveis dos acampamentos, como a precariedade dos alojamentos coletivos, contrapunham-se aos atributos favoráveis e de peso, por exemplo, as residências funcionais e o respectivo apoio político. Mas, no caso das invasões, a sua continuidade limitava-se apenas à pressão de um único fator econômico, a estabilidade dos baixos salários.

A visibilidade, assim como o conhecimento sobre fatos desabonadores, podem constituir uma séria ameaça para a normalidade da vida social, determinadas pessoas (loucos, presidiários, tuberculosos, ou leprosos) estão mais vulneráveis. A informação constitui um elemento fundamental

para o estabelecimento de relações de poder, segundo GOFFMAN (ibid: 98):

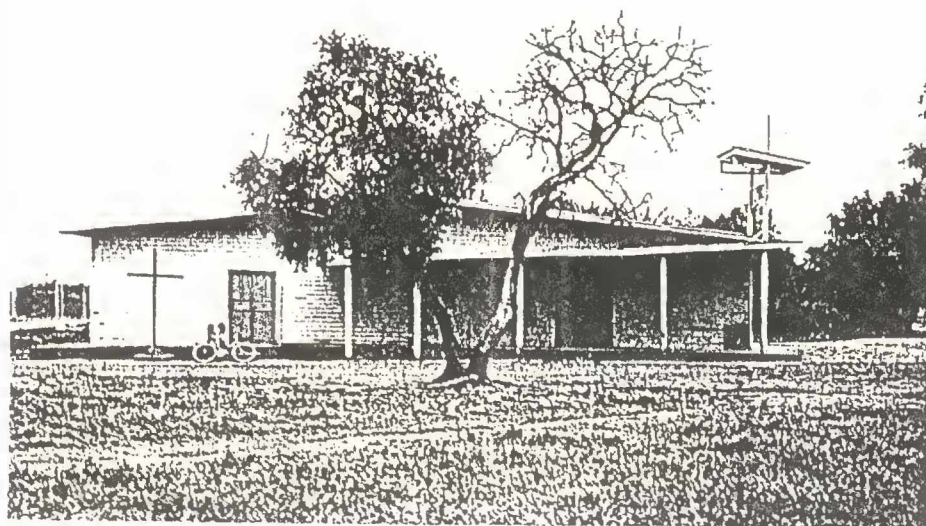
*O controle da informação sobre a identidade tem um significado especial nas relações.*

O interesse em identificar determinados locais como focos potenciais para interação social e de referencial simbólico para a população pioneira da Vila coloca os antigos campos de futebol, a escola (prox.pag.), a praça,

a Igreja  
Nossa  
Senhora do  
Rosário  
como  
portadores  
deste  
significado

(Fonte: SBZ fotos

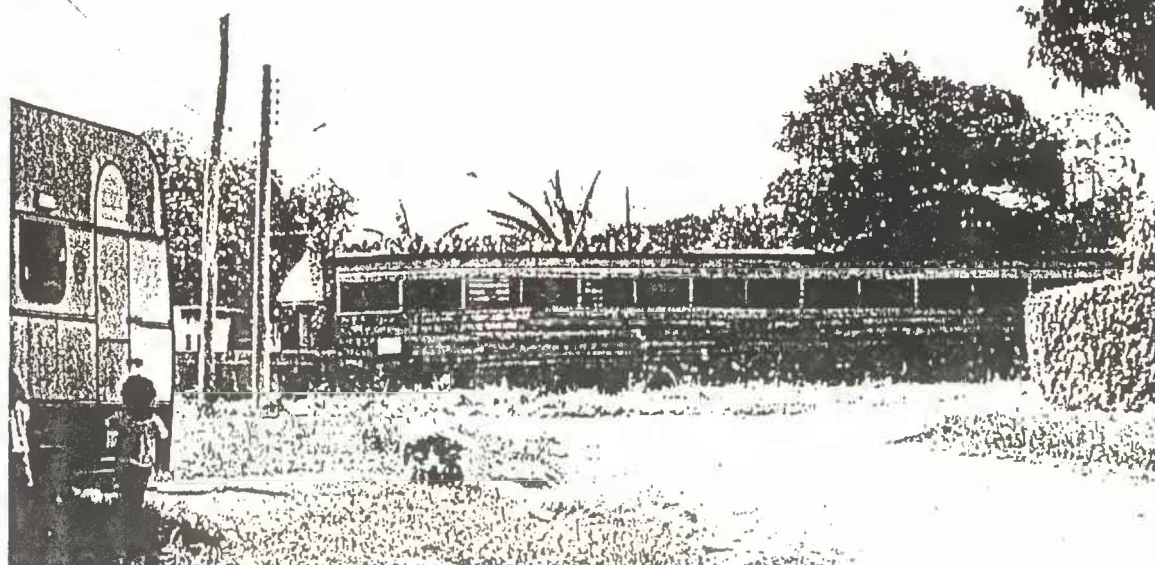
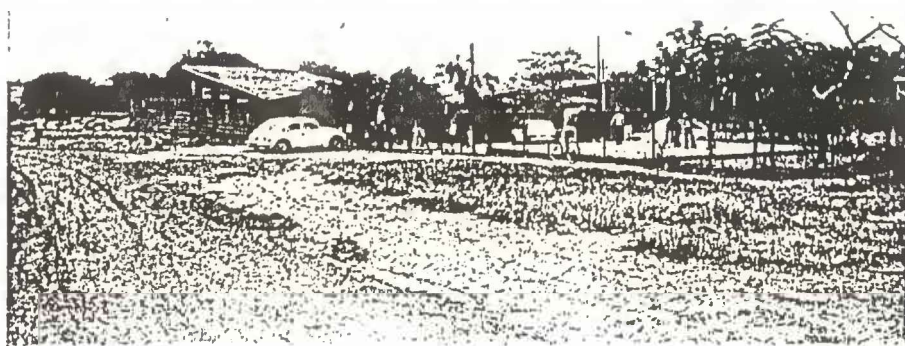
40)



(Praça da RABELLO).







(Escola Fonte da foto 44: SBZ)

O conhecimento sobre episódios ocorridos em cada um destes locais confere-lhes significados distintos e importantes para a memória de cada um dos moradores, consequentemente possibilita-lhes o estabelecimento de relações simbólicas. Esta possibilidade serve como alternativa ao caráter estigmatizador de outros elementos presentes na Vila como a madeira, anteriormente comentada, a precariedade dos antigos alojamentos de solteiros e as péssimas condições habitacionais (agregados), na parte central da Vila Planalto.

## V - A VILA PLANALTO APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA CAPITAL.

### - O "ENCOLHIMENTO" DA VILA PLANALTO.

A ideia apresentada por LEITE LOPES (ibid) do "transbordamento" de uma vila operária associada a uma fábrica pode ser eficazmente utilizada, para pensar a relação entre os acampamentos de obra e a criação de cidades e sistemas regionais. No caso da Vila Planalto - que acaba percorrendo a trajetória de acampamento a "bairro" de Brasília - mais do que "transbordamento" ocorre um "encolhimento" progressivo (ver fig. 6). Conforme relato de um de nossos informantes:

*"... Ai não foi assim numa época só. Foi aos pouquinhos, por exemplo, a minha firma, que era a ADIL, eu já tinha pego serviço em outro lugar. O meu campo de trabalho em Brasília findo, então eu ia para outro campo. A ENAL, a ... , então só foram ficando as grandes; e algumas das pequenas, as grandes compravam e coligaram. Não teve uma época determinada, não parou, agora todo mundo vai embora! Ou todo mundo fica aqui, não. Então foi dispersando aos poucos. Começaram a desmanchar as casas e os acampamentos em 60. Aqui e ali, no nosso 64, 70, 74, 78, ainda desmanchando casa. Ainda tem o que? Até 80 estavam desmanchando casa, aqui no nosso acampamento. Agora, nos outros lá não. Nos outros eles não desmanchavam quase casa. Só no nosso aqui." (88)*

*"Sei lá, isso aqui era muito bem organizado, você pode ver, as casas eram muito bem arrumadinhas, tudo cercado. Você desmanchava sua casa e levava, porque você ganhou ou comprou um terreno, e dizia: então você desmancha a casa aí, e levava todo o material. Não deixava nada. Você já tinha o terreno em Ceilândia, Planaltina ou Taguatinga. Você comprou um lote lá, aí já era a NOVACAP, então dava pra você o material e te dava o transporte também... desmanchar os painéis ... Quando chegar lá você se arruma. Em dois dias você arrumava uma casa ... Isso aí não teve épocas que você tinha que desocupar de qualquer jeito, não; mas, eu gostaria que tivesse ficado mais, viu? Sinceramente. Sem mudar nada! Nada. Nada. Mas o tempo vai, né?" (89)*

Sua permanência como área residencial deve ser explicada em termos de suas especificidades, como um conjunto originário de "grande projeto", que sofreu ao longo

dos anos alterações adaptativas aos diferentes níveis de controle que lhe foram impostos.

Os "grandes projetos" tanto podem induzir o desenvolvimento, a partir dos investimentos direcionados para concentrar o capital em determinado espaço, reunindo grandes recursos humanos e financeiros; como podem provocar a depressão econômica, ao seu término, quando os recursos até então imobilizados são retirados e levados para outra área. Ciclos de desenvolvimento e depressão costumam se suceder como no caso dos "booms" intermitentes provocados pelos poços de petróleo que, conforme OLIEN (1982), alteraram repetidas vezes a situação demográfica e econômica de algumas cidades do Texas. Em Brasília, as características dos "grandes projetos" cessaram quando a maior parte das obras oficiais foi concluída e repercutiram negativamente no crescimento da Vila Planalto.

O desinteresse do Governo e das construtoras, após a inauguração, em custear os acampamentos coincidiu com o fim da ambigüidade jurídica e com o conseqüente amparo legal para os pleitos trabalhistas. A forma do controle sobre o espaço se alterou quando as construtoras perderam o domínio sobre todas as esferas da vida dos seus tutelados. As cercas deixaram de ser importantes, pois acabara a individualidade de cada acampamento. O controle persistiu apenas para impedir modificações ou ampliações nas casas, através da fiscalização implacável da NOVACAP/TERRACAP. A residência dos fiscais nos próprios acampamentos aumentava a eficiência



do controle sobre o espaço mas, por outro lado, favorecia a troca de favores na base de amizade, parentesco ou laços de vizinhança. Os fiscalizados tiveram acesso direto às figuras dotadas do poder de dificultar a manutenção da moradia. Finalmente, depois do tombamento histórico em 1988, o controle restringiu-se à atuação do DePHA, sem o aparato adequado para manter a mesma intensidade na vigilância. Persiste ainda hoje, uma ambiguidade quanto à propriedade das casas, que são cedidas ao uso, e a área continua indefinidamente sujeita a uma certa tutela dos órgãos governamentais, por ser tombada como patrimônio histórico.

O planejamento da cidade desconsiderou totalmente os trabalhadores que vieram construí-la. A pressão ao longo dos anos, no sentido de forçar a população da Vila Planalto a abandonar o local, provocou mecanismos de resistência que exploraram e se adaptaram às possibilidades de cada momento. Ao contrário de Brasília, que passou à ter seu status de capital definitivamente assegurado no final da década de 60, a Vila Planalto permaneceu estigmatizada por sua provisoriedade.

Os mecanismos de sobrevivência desenvolvidos por seus moradores caracterizaram-se, inicialmente, por uma resistência passiva. Simplesmente permaneciam nas casas; recusavam-se a abandoná-las nos prazos estipulados pela NOVACAP; buscavam apoio dos fiscais e dos responsáveis para protelar ao máximo sua transferência; exigiam emprego nos órgãos do governo local ou algum tipo de contrapartida como,

por exemplo, levar consigo a casa, quando obtinham um lote nas cidades-satelites.

A ocupação das casas dos acampamentos por funcionários públicos recém-chegados enfraqueceu momentaneamente a solidariedade e a rede de relações estabelecidas no período da construção. Passou a ter lugar uma nova fase na Vila Planalto, quando as características anteriores comuns aos "grandes projetos", apesar de estarem desaparecendo, repercutiram fortemente na sua reestruturação social. Os antigos operários começaram a fazer alianças com os novos moradores, influentes na administração pública, para driblar o controle que objetivava evitar o crescimento do número de casas e, principalmente, o aumento da população pobre. A resistência à remoção foi surgindo, à medida que o restante da cidade foi se consolidando, e definindo novos papéis para os habitantes da Vila Planalto. A luta pela permanência foi, aos poucos, moldando reivindicações quanto aos serviços e equipamentos urbanos e estabelecendo compromissos entre diversos grupos sociais, dentro e fora dos acampamentos. Assim, por exemplo, os funcionários públicos ali residentes, conhecedores das intervenções planejadas para o assentamento, por sua posição funcional na administração do GDF, eram solicitados a interferir a favor dos demais moradores. O acesso às informações sobre o destino do assentamento tornava certas pessoas muito importantes. Elas desempenhavam o papel de interlocutores nas negociações de melhorias, como: novas linhas de Ônibus

pela TCB; novas ligações de água e limpeza de fossas pela CAESB; liberação de materiais de construção apreendidos ou autorização para reformas pela TERRACAP; instalação de orelhões pela TELEBRASILIA; reformas na escola pela FEDF. O posto telefônico, o gerador de energia, a cantina e o açougue, no acampamento da RABELLO, por exemplo, não foram substituídos a contento dos moradores, dando margem a reclamações e a idealização do passado:

"Antes era muito melhor. Muito melhor. Depois que inaugurou não. que aí, sei lá, acho que o pessoal deslechara. E não deveria ter feito isso, né? Não devia. Sei lá! Ele parou no tempo. ... Mulher só cuidava da casa, ela não precisava sair pra ir a lugar nenhum, tudo tinha aqui na porta. Agora, hoje não. Hoje depende de tudo. Antigamente se precisava de um carro você ia ali no telefone, chegava lá, telefonava pra o Setor de Indústria, da central mandava o cara apanhar. Outra hora, tinha um carro aqui. tinha uma camioneta a disposição de acidente, qualquer coisa no acampamento. Menino seu adoceceu ia ali, se você não queria levar ele no laboratório, porque ali tinha um laboratório de um médico bastante conhecido. Quando o enfermeiro estava, aí você levava pro IAPI, lá embaixo, lá perto do Núcleo Bandeirante. Levava e esperava você ser atendida ou internada. Aí mandava notícia e de lá telefonava pra casa. Era muito fácil e era muito gostoso. Dentista, às vezes você estava com problema de dentista, era um dentista da Base. Farmácia, uma farmácia ali, ... . Eu comecei a dar refeições depois que a firma dispensou a cantina dela ali. Em 60 eu comecei a minha cantina aqui. Comecei, acho que com quatro pessoas. E, aí depois eu fui servindo pra quarenta e poucas pessoas. Era muito boa, né? Aí tive as férias, e minha mulher faleceu, aí depois que ela faleceu, então fia." (71)

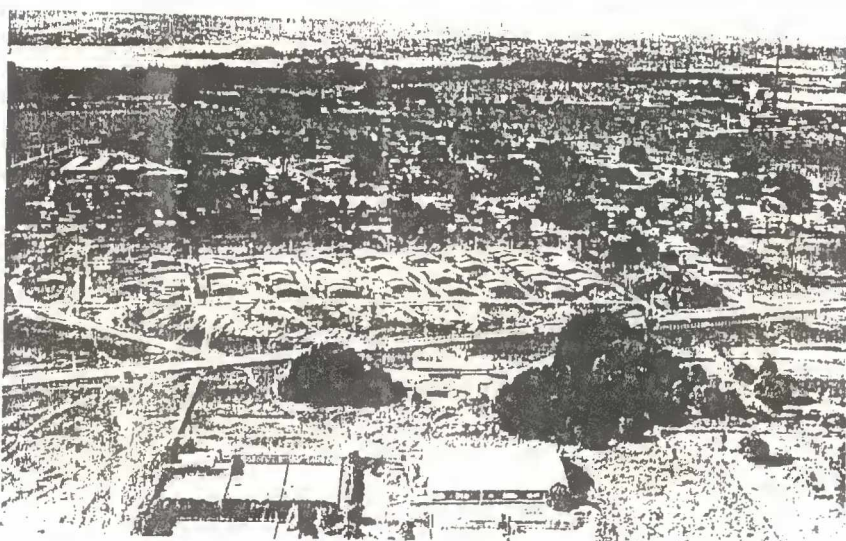
"A Vila Planalto antigamente era uma cidade. Tinha uma cerca e as entradas eram guardadas e os moradores tinham condução para fazer compras em outros lugares de Brasília. Cheguei aqui no Acampamento da RABELLO em 1963 e até 68 não tinha despesa com nada da moradia, nem água, nem luz. Por volta de 72 passei a pagar água. Meu marido foi motorista na RABELLO dez anos. Com a economia comprou a morte. Comprou um taxi e teve acidente. ... Meus seis filho estudou com a D. Wandá. ... Consegui continuar morando aqui." (72)

As condições de intimidação, após o golpe de 64, aumentaram as tensões latentes entre os diversos segmentos sociais da Vila, cuja composição tinha sido parcialmente alterada, desde a inauguração da cidade. As distinções de renda aumentaram entre os moradores e foram percebidas pela informante:

"os que mora lá em cima num precisa pensa duas vez antes de compra, mas a gente aqui de baixo tem que tê tudo contadinho." (72)

O reflexo desta distinção pode ser constatado também na reorganização espacial dos acampamentos entre si.

mais ricas. Este cinturão se fez pelo TAMBORIL, EBE, Rua dos Engenheiros da PACHECO, Avenidas principais da RABELLO, incluindo a casa que pertenceu ao seu presidente, e tangencialmente por casas da EMULPRESS e DFL. A exceção fica para a ocupação das áreas vazias, em 1979, por 300 famílias egressas da NACIONAL (93), (principalmente na Rua Nova, abaixo do DFL), e após o tombamento, na década de 90, por casas construídas para "agregados" (famílias residentes em cômodos ou "puxados"), cujas condições habitacionais precárias ocultavam-se no interior da Vila.



(Foto 42 Aérea da Vila Planalto fonte: Duda Bentes UFPA 1990)

As melhores casas, ocupadas pelas famílias de maior poder aquisitivo, tornaram-se a parte mais visível da Vila Planalto, oferecendo uma imagem pitoresca e arborizada, que manteve o jeito do interior brasileiro próximo ao coração da cidade mais moderna do país. A sua presença, camuflada em

Planalto, oferecendo uma imagem pitoresca e arborizada, que manteve o jeito do interior brasileiro próximo ao coração da cidade mais moderna do país. A sua presença, camuflada em meio à vegetação, funcionou de maneira eficiente como estratégia, no sentido de, visualmente, perturbar pouco a cidade. Os prédios mais pobres passaram a ser escondidos pelos demais e pela vegetação. Os alojamentos coletivos, as edificações mais comuns durante a construção hoje são as mais raras. Apesar de terem abrigado a parcela mais numerosa dos construtores da cidade, foram sistematicamente destruídos, como se a sua retirada eliminasse todos os vestígios da exploração inerente aos preparativos para a mudança da capital brasileira.

A resistência passiva (a permanência nas próprias casas) revelou-se insuficiente como estratégia e novos mecanismos se fizeram necessários para enfrentar o controle e as sucessivas tentativas de remoção dos acampamentos. No entanto, a formação de um movimento social consistente na Vila Planalto foi retardada pela idealização do passado, falta de conscientização política dos moradores, sem uma organização capaz de ajudá-los na luta pela moradia e também pelo fato de Brasília não possuir independência política e dos seus governantes, até 1990, terem sido nomeados pelo Presidente da República. (94) A ausência de eleições locais, aliada ao longo período de governo militar dificultou ainda mais a regularização definitiva do assentamento. A fixação, tantas vezes negada, só foi obtida quando seus moradores

souberam manipular as reivindicações, em momentos politicamente propícios. A iniciativa de lidar com as autoridades partiu daqueles que serviram-se de contatos pessoais ou de vínculos de trabalho para melhorar suas condições de vida. Aos poucos, esta prática foi conquistando a adesão de outros moradores.

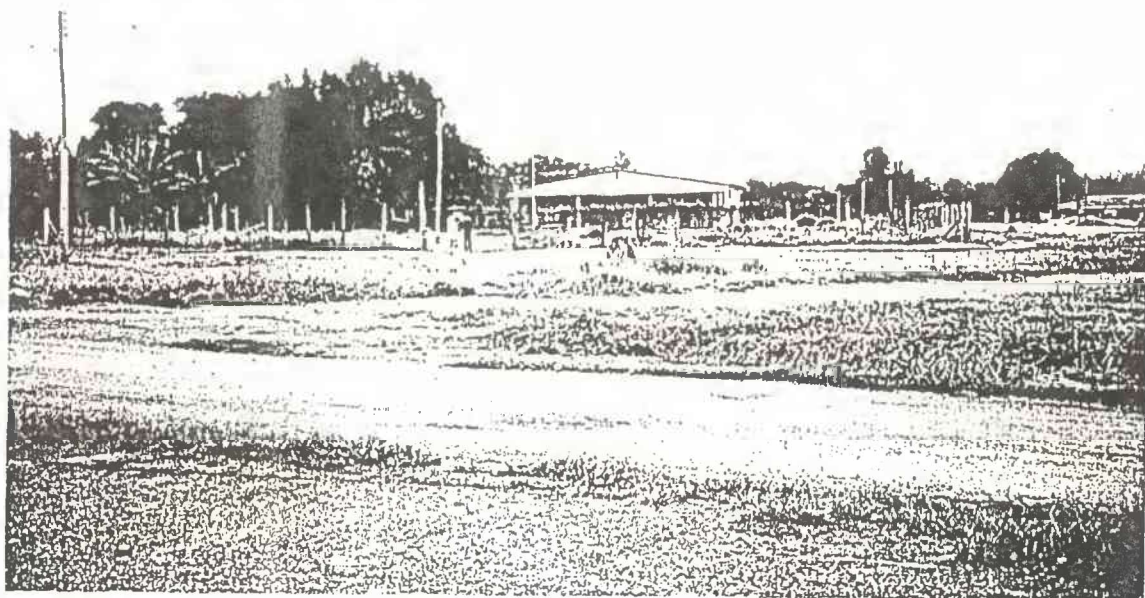
As características predominantes da administração pública brasileira: 1) vaga conexão entre os programas de longo prazo e as realizações implementadas de fato durante cada mandato; 2) falta de continuidade nas ações do governo, ações restritas a vontade e aos compromissos de cada mandatário; 3) manipulação de programas para projeção pessoal, representavam algumas das dificuldades encontradas, principalmente pelos mais pobres, para obter melhorias no seu cotidiano. Os problemas enfrentados no relacionamento da população da Vila com as autoridades governamentais para fixar o assentamento podem ser vislumbrados a partir do descompasso entre o interesse coletivo e os parcos dividendos políticos, pouco compensadores em um quadro de ausência de eleições. A participação popular manteve-se mínima, nesta cidade planejada para servir de sede ao governo federal e desempenhar tarefas eminentemente administrativas.

As mudanças de orientação da política habitacional refletiram-se na estruturação do espaço urbano do DF, em franca expansão na primeira metade da década de 70, o que conseqüentemente implicou na rigorosa repressão aos



O fato da Vila Planalto ter uma origem distinta das favelas facilitou o trato com as autoridades, pois sua inscrição no espaço urbano tinha sido, ainda que em termos provisórios, determinada pelo próprio governo local. Apesar das dificuldades, surgiram alguns canais de expressão para o desenvolvimento de lideranças na Vila Planalto. Lideranças ocasionais, emergentes em momentos como os mutirões de limpeza, organização de festas, distribuição de presentes no Dia da Criança, foram embriões da luta pela permanência. Os bares, as mercearias e o consultório dentário foram pontos de encontro importantes para os movimentos políticos nascentes.

A escolha de locais tradicionais para realização das festividades, assim como a escolha dos seus nomes, enfatizou laços estratégicos com episódios ou figuras marcantes na história da cidade. O descampado do prestigiado Acampamento da RABELLO, conhecido agora como Praça Tancredo Neves, (Foto 43: Praça com a antiga igreja transformada em mercearia. Fonte: SBZ)



(onde existiu o clube dos Engenheiros), conhecido agora como Praça Tancredo Neves, simboliza esta busca de identificação com figuras associadas ao poder. A possibilidade de manipular estas ligações provou-se efetiva, no passado, sendo uma das causas da sobrevivência deste acampamento. A importância de pessoas poderosas era percebida e associada com determinados locais, como transparece no relato:

*"É lá que é a casa do Dr. Marco Paulo. Ali era ..., inclusive eu trabalhei lá muitas vezes, fazendo manutenção para limpar a piscina, clorando a água. Fazendo serviço de casa deles. Lá que o Dr. Marco, o Juscelino, o Sayão, o Dr. Osvaldo, o Dr. Vasco da TERRACAP; a reunião deles era tudo ali. Tudo. Inclusive o pessoal da COENGE, né? O Israel Pinheiro tinha tudo pronto ali. Era muito grande. Ela queimou uma parte, então eles diminuíram ... muito linda aquela casa, né?" (93)*

As ligações com altos dirigentes do Governo, o sistema de favores e a posse de informações valiosas continuou operando ao longo de toda a história da Vila Planalto e constituiu um dos mecanismos mais eficazes para instrumentalizar os seus moradores na luta pela fixação. A intermediação entre os moradores e o governo passou a ser conseguida através também destas lideranças incipientes, dos líderes das associações e posteriormente, por intermédio dos técnicos do próprio governo que passaram a participar das negociações.

Porém, a mobilização crescente dos moradores sofreu ações inibidoras da parte do Governo. A demora em prestar serviços de saneamento básico, em atender as recomendações do GT-Brasília feitas com o intuito de preservar a identidade da Vila Planalto comprometeu a integridade deste monumento histórico e a qualidade de vida da sua população. O aparente atendimento às reivindicações apresentadas pelas lideranças comunitárias, as decisões proteladas por entraves

político-burocráticos, os mecanismos instituídos para emperrar e imobilizar o processo de regularização do assentamento, dificultaram a organização de um movimento coeso e atuante na Vila Planalto.

#### = IDEOLOGIA DE PRESERVAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POPULAR.

##### As Associações na Vila Planalto.

Houve um processo gradual de mobilização dos habitantes da Vila frente a problemas específicos como danos causados por tempestades, saturação de fossas, destelhamento ou desmoronamento de barracos, conflitos com fiscais, acusações de ocupação irregular e outras crises. Surgiram na década de 80 algumas associações voluntárias agrupando certo número de pessoas de acordo com interesses comuns, como por exemplo: o grupo de oração, as associações das mães e das donas de casa, o centro social, o grupo dos "agregados". A Associação de Moradores e a Prefeitura Comunitária institucionalizaram-se, nessa ocasião, supostamente, em defesa de toda a comunidade.

A questão da representatividade da população, como veremos, vai expor a fragilidade dos laços de solidariedade entre os moradores e explicitar os conflitos de interesse de cada segmento social do assentamento. Um exemplo foi a acusação sobre a primeira diretoria da Associação de

Moradores da Vila Planalto, criada em 1982, formada por residentes das áreas mais abastadas. Ela foi acusada de colocar à venda, na feira do Guarã, as doações da LBA para os moradores carentes. Por este motivo, estas pessoas, estrategicamente situadas na administração pública ou como profissionais liberais, depois de derrotadas nas eleições para a segunda diretoria, recusaram-se a apoiar a Associação de Moradores nas negociações com o GDF. A segunda diretoria, por sua vez, era acusada de vínculos com a Secretaria de Viação e Obras para obter a venda de lotes e garantir para os filhos a futura aquisição de casas no assentamento. As acusações pessoais (76) iam da loucurá ao estelionato, em campanhas difamatórias divulgando documentos de cartório para atestar a inidoneidade do novo presidente.

Uma das possibilidades mais efetivas nas disputas internas pela liderança na Vila Planalto revelou-se em divulgar algo desabonador sobre suas figuras de destaque. A informação sobre a identidade, conforme foi visto na página 152, do capítulo anterior, é um fator decisivo para manipular a avaliação moral do comportamento dos moradores e constituiu um trunfo nos conflitos de liderança. Contribuiu para o treinamento dos moradores da Vila nas futuras estratégias utilizadas durante sua luta pela fixação.

A Prefeitura Comunitária da Vila Planalto foi criada em 1986, com o aval do GDF, para estabelecer novos canais de negociação com o movimento comunitário, que reivindicava a regularização do assentamento. Na relação da

Mini Prefeitura com o GDF, transparecia o que GDHN (ibid) denomina de interlocutor valido na interaçao com o governo, por atender ao apelo do comunitarismo para as politicas publicas. Sua primeira dirigente foi uma funcionaria da TERRACAP, residente no mais elitizado de todos os acampamentos; segundo constataçao da ultima pesquisa socioeconomica de 1987 (SHIS/GT-Brasilia). Por este motivo era vista com desconfiança por parte dos moradores mais humildes. A atuaçao da entidade pautava-se por medidas assistencialistas e dispunha de bom relacionamento com os programas sociais do governo federal e local. Alias, este era um mecanismo de prestígio, disputado entre os dirigentes de todas as associaçoes na Vila.

O Grupo de Oraçao, vinculado aos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica, reuniu-se semanalmente, durante todo o periodo em que fizemos a pesquisa, para rezar e distribuir mantimentos e remedios aos moradores carentes. Nestas reunioes cantavam musicas religiosas e tambem discutiam os problemas vivenciados por seus membros, desde o desemprego, as mas condiçoes habitacionais, a carência de servicos basicos de saude, até como se deveria proceder, durante a fixaçao, para que os agregados não perdessem suas moradias. O grupo, apesar de ser majoritariamente constituído por mulheres, era liderado por dois homens. As reunioes realizavam-se preferencialmente no espaco público em frente a casa de algum membro. (97)

Temiam a participação de membros de partidos políticos, dos quais queriam manter o grupo desvinculado.

A associação mais recente na Vila, o Centro Social, surgiu à época da pesquisa, de um grupo de dez mulheres, que reuniam-se no CDS/CEBEM para desenvolver trabalhos, de caráter assistencialista junto aos moradores pobres. Entretanto, este grupo passou a atuar ativamente em prol da fixação e foi um dos canais de penetração junto aos moradores do GT-Brasília, (Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Natural de Brasília), do qual trataremos no próximo item. Este grupo, dissidente da Associação dos Moradores, demorou a se institucionalizar, transformou-se, em 1987, no Centro Social da Vila Planalto. Os seus membros atuaram através de contatos pessoais junto às autoridades, visitaram moradores considerados importantes na divulgação da proposta do GT-Brasília e foram grandes aliados no desenvolvimento de uma proposta realmente conjunta entre técnicos e moradores. Um aspecto interessante na atuação política deste grupo, foi o fato de no início, sempre que decisões importantes precisavam ser tomadas, ou reuniões com autoridades eram necessárias, as mulheres se faziam representar por homens, seus maridos, vizinhos ou futuros participantes, que naquele momento estavam pouco enfronhados com os assuntos em pauta. Com o tempo elas foram adquirindo desembaraço e verificando a importância do próprio desempenho.



A tarefa de desenvolver um trabalho conjunto envolvendo técnicos de diversos órgãos do GDF, do MinC e a população da Vila Planalto revelou-se mais complicada do que se esperava, principalmente porque, o único interesse compartilhado pelos moradores era assegurar a sua moradia; para muitos deles, não precisaria sequer ser no mesmo local. As expectativas quanto à fixação variavam desde a convicção de que os lotes deveriam ser todos iguais, as ruas de mesmo tamanho, casas do tipo dos conjuntos habitacionais populares, até sonhos com casas moderníssimas, com piscinas, garagens subterrâneas e adegas. Quanto aos técnicos, defendiam as posições oficiais dos seus órgãos, muitas vezes conflitantes com a adotada pelos demais.

As associações voluntárias ganharam projeção no âmbito da política social dos anos 80, e no caso em estudo, começaram a atuar com reivindicações cada vez mais articuladas quanto à melhoria da sua qualidade de vida. Os preparativos para a nova Constituição, no último quinquênio da década de 80 fortaleceram as organizações da sociedade civil e provocaram uma considerável mobilização dos moradores em torno da fixação da Vila Planalto. As suas lideranças manipularam aspirações políticas e exploraram as possibilidades oferecidas pelas primeiras eleições da cidade. O seu empenho em conseguir visitas de candidatos à Vila mesclava a intenção de comprometê-los na fixação, com a de agir como cabos eleitorais, aumentando simultaneamente o seu prestígio.

### A Nova Política de Proteção Cultural.

A criação do GT-Brasília surgiu da preocupação com o patrimônio de uma cidade, cuja importância como testemunho da arquitetura moderna atingia proporções mundiais. A ideia foi concretizada a partir de reuniões e contatos em 1980, dos quais participaram professores da UnB, técnicos e dirigentes do antigo SPHAN, membros de entidades do GDF, como as Secretarias de Viação e Obras, Serviço Social, Educação e Cultura, Fundação Cultural e Educacional.

A preocupação com Brasília justificava-se pela nova visão de bem cultural presente na política de preservação proposta por Aloisio Magalhães, para superar a condição dependente do Brasil frente às Nações desenvolvidas:

*"Um dos graves problemas com que se deparam os países no mundo moderno é a perda de identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas." (1985: 47)*

O conceito de bem cultural admite duas vertentes: a do bem patrimonial "sem perder seu caráter dinâmico e vivo" e a da produção, circulação e consumo da cultura.

*"... o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis ... (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, ... quase sempre de apreciação elitista. ...*

*Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens - procedentes sobretudo do fazer popular - que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade." (1985: 53)*

*"Assim, meus caros amigos, o que se percebe é que o conceito de bem cultural extrapola a dimensão elitista, de o belo e o velho, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura." (1985: 63)*

A preocupação de incluir uma visão antropológica de cultura nas preocupações relativas à proteção do patrimônio histórico antecedeu às novas posturas quanto a preservação,

pois fazia parte da própria criação do IPHAN; mas, só foi efetivamente posta em prática pelas reformas implantadas nesta área a partir do final da década de 70. A análise feita por MAGALHÃES (1985: 157) reflete a inserção de Brasília neste contexto:

*"Brasília é o exemplo preferido e perfeito do que é o processo histórico, a escala como deve ser visto o processo histórico e que o tempo não pode ser medido numa escala pequena. Por exemplo, você veja o seguinte: que em 1821 Brasília foi concebida em termos de ideia. ... No entanto foram precisos 150 anos para que essa ideia fosse convertida em ação. ... Enfim, você tem historicamente episódios de reiteração da ideia, que permanece latente ...*

*De todo o patrimônio que você chama de pedra e cal - e eu diria que no caso de Brasília, é cimento e ferro - Brasília é o único que representa, ao mesmo tempo, um passado e um futuro. ... havia os componentes capazes de síntese, da grande síntese de compreensão brasileira, através da arquitetura."*

Para MAGALHÃES (ibid: 17), *"Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado (...). A tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro."* *"O novo é apenas uma forma transformada do passado, enriquecida na continuidade do processo, ou novamente revelada, de um repertório latente"* (ibid: 45)

Como resume FALCAO (In MAGALHÃES 1985: 18), sobre a nova interpretação da política de preservação implementada por Aloisio:

*" Sua noção de bens culturais se opôs à noção de patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, a incorporou. Opôs-se na medida em que a noção de patrimônio foi, historicamente, apropriada e reduzida a noção de preservação do patrimônio de pedra e cal. De preservação arquitetônica dos monumentos da etnia branca e sua elite civil, militar ou eclesiástica. Incorporou-o na medida em que patrimônio histórico passou a ser a espécie, e bens culturais, o gênero. Trata-se, portanto, de conceito mais abrangente, que incorpora o bem ecológico, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber. Das elites e do povo também. Da etnia branca e também da negra e da indígena. Pois, como gostava de dizer: " a cultura brasileira não é eliminatória, e somatória."*

As medidas de proteção passam a ter outra conotação, transcendendo o monumento isolado e envolvendo o patrimônio ambiental urbano:

*"... tomar é uma necessidade, 'é a figura que realmente confere a um bem cultural a sua permanência legal. ... Mas a perenidade é um atributo que o bem cultural tem. Só que a perenidade não implica em situação estática, imobilista. E isso, no caso da arquitetura, só poderia ser explicitado na dinamização, no revocacionamento do prédio. ... (ibid: 181)*

*"Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio."* (ibid: 184)

Esta nova política, não mais restrita ao bem físico e aos monumentos, incorpora as pessoas como agentes integrantes do processo de preservação. Torna-se possível a

troca de saberes entre essas populações envolvidas e os técnicos responsáveis pela preservação. Entretanto, no conjunto de ações já praticadas no país, ainda é muito pequeno o número de programas que concretizaram de fato esta política de preservação democrática e participativa. A morte prematura de Aloísio Magalhães retardou a difusão deste novo enfoque preservacionista no país. No que concerne a uma política cultural participativa, a Vila Planalto se revestiu de importância singular pois desenvolveu concomitantemente procedimentos de fixação e preservação. Aliou esforços de vários órgãos do GDF participantes do GEAP, além dos representantes da população eleitos para o Conselho Comunitário.

#### Atuação do GT-Brasília na Vila Planalto.

As ações governamentais, ao tentarem organizar as interações, conflitos e acomodações que acontecem nas cidades utilizam padrões urbanísticos ideais e nem sempre atendem às mais importantes demandas coletivas. Muitas vezes as intervenções suprimem a capacidade do espaço urbano de atender aos fluxos cotidianos. Inibem a troca de informações diretas entre as pessoas, pois restringem os seus contatos apenas aos encontros programados, (ver JACOBS 1960, SENNETT 1970 / 88 e HOLANDA 1985). Muitas vezes tais intervenções diminuem também a orientabilidade e a capacidade de guardar

pontos referenciais importantes para a memória dos lugares, (ver LYNCH 1960, BOSI 1987).

A preocupação com um tipo de planejamento participativo capaz de minorar os problemas das intervenções urbanísticas fez com que o GT-Brasília pretendesse levar adiante a troca de saberes entre técnicos e os moradores da Vila Planalto, no sentido de demonstrar que, ao se preservarem os valores históricos, poder-se-ia igualmente melhorar a qualidade de vida do assentamento. O GT-Brasília investigou as concepções dos moradores da Vila Planalto sobre o espaço que habitavam, para que as propostas formuladas respondessem às suas necessidades. Para cumprir este papel, o trabalho do GT-Brasília, efetivamente interdisciplinar foi também interinstitucional, envolvendo técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do GDF, da Fundação do Serviço Social (CDS/CEBEM da Vila Planalto), arquitetos da Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura, estagiários e professores dos Departamentos de Antropologia de Arquitetura e de Urbanismo da UnB. O GT-Brasília atuou por intermédio de um escritório local, pesquisas de campo, reuniões, contatos pessoais de pesquisadores com a população e com as autoridades. Buscou um planejamento eficaz e democrático, além de adequar as normas urbanísticas e as prescrições de preservação histórica às demandas coletivas.

O GT-Brasília "conscientizou" a população do valor testemunhal da Vila Planalto, tornando-a agente do processo

de preservação, o que inconscientemente já vinha acontecendo. Ao mesmo tempo, o GT-Brasília convenceu o GDF do valor histórico do assentamento, dissuadiu-o da intenção de erradicá-lo e finalmente levou-o a regularizá-lo.

A contribuição dos enfoques antropológicos ao planejamento urbano permitiu desvendar os códigos culturais e os mecanismos de diferenciação aplicados na classificação dos espaços como públicos ou privados, de acordo com as representações coletivas. A identificação das pessoas com os espaços públicos e com as edificações correspondeu ao conhecimento da história e ao referencial simbólico que o uso lhes proporcionava. As ruas, becos e largos foram também considerados unidades de significado, limites do território, suporte espacial para organizar a vida urbana. Mecanismos como relações de vizinhança, de amizade e a própria rotina que conjuga residência, trabalho e lazer foram responsáveis, durante toda a existência da Vila Planalto, pela preservação das suas características mais marcantes. A população, de certa forma foi a responsável pela manutenção dos traços que tornaram-na importante testemunho histórico.

#### O Movimento Pró-Fixação.

Vários fatores prejudicaram o crescimento do movimento pela permanência da Vila Planalto. O aparecimento de lideranças enfrentou a questão da representatividade, uma



vez que a população do assentamento manteve-se bastante diversificada, e cada associação pré-existente exprimia interesses divergentes. Por outro lado, a relação insegura proporcionada pelo termo de ocupação das casas, estabelecido com a TERRACAP, era um fator de submissão dos moradores, que temiam perder este mínimo vínculo legal. A decadência dos acampamentos da Vila ia se processando pois os moradores, temerosos das ameaças disciplinares da TERRACAP (tomada da casa, destruição das reformas, confisco de materiais), evitavam investir na sua conservação. Assim, o estigma da provisoriedade os perseguia e deixava marcas na aparência das edificações, especialmente naquelas originalmente mais vulneráveis.

A ameaça extrema se estendia e impunha formas de controle realizadas pelos próprios moradores, que eram estimulados pelo GDF a exercerem rigorosa vigilância para evitar o crescimento populacional e das edificações. Este aumento só os prejudicaria, na medida em que, a distinção entre acampamento e favela, favorável na luta pela fixação, poderia perder o sentido se as características originais sofressem drásticas alterações.

Após o ingresso do GT-Brasília na Vila Planalto, surgiu um movimento de moradores que buscava sua permanência no local. Não tinha características corporativas e o grau de mobilização variava conforme sua motivação imediata. As reuniões com autoridades congregavam maior número de participantes do que as discussões para traçar as

estratégias de luta. O movimento para fixar a Vila Planalto era prejudicado uma vez que as lideranças se sucediam em virtude das permanentes disputas entre as facções internas. Os interesses divergiam conforme a origem sócioeconômica ou de residência de cada líder. A oposição entre representantes do TAMBORIL, EBE, RABELLO de cima, Rua dos Engenheiros e do TAMBORIL de baixo, Fazendinha da RABELLO, Rua Nova, DFL, ou entre moradores e agregados gerava conflitos (ate mesmo corporais) entre membros de diferentes associações. Durante o trabalho de campo muitos deles foram presenciados. (9º) As promoções beneficentes, as manifestações promovidas por cada associação como forma de demonstrar sua representatividade e seu poder de pressão junto às autoridades eram publicamente atacadas pelos concorrentes e resultavam no enfraquecimento do movimento.

A mobilização alcançada em momentos estratégicos da luta pela fixação também sofreu ações inibidoras do governo. O aparente atendimento das reivindicações, as decisões proteladas por entraves burocrático-políticos, os mecanismos instituídos para a fixação emperraram e imobilizaram o processo. A demora em regularizar definitivamente a situação dos moradores, em prestar serviços de saneamento básico, em atender as recomendações do GT-Brasília feitas com o intuito de preservar a identidade da Vila Planalto está comprometendo a integridade deste monumento histórico e a qualidade de vida da sua população.

Na verdade, tais disputas podiam também ser interpretadas como manobras para atrasar a proposta de preservação da Vila, conforme interesse de alguns setores do GDF. Apesar do GT-Brasília ser composto por funcionários de órgãos do GDF, as políticas de diferentes órgãos estatais eram opostas, com o confronto de intenções de preservação e de remoção. Esta última opção iria servir aos interesses de imobiliárias, que pretendiam implementar na área o projeto das "Superquadras Planalto", aventado por Lúcio Costa na proposta "Brasília Revisitada".

Assim, os movimentos sociais, que na década de 80, segundo GOHN (1991: 12):  
*"havia acabado de dar um grande salto qualitativo, saindo das reivindicações isoladas para forças agregadas mais amplas das demandas populares, ..."*

Na Vila Planalto, mantinham dificuldades em superar seus vínculos com os interesses patrocinados por entidades ligadas ao poder ou a programas governamentais. A inserção de cada morador no movimento pela permanência, foi proporcionada por sua origem comum como pioneiro, calcada na idealização do passado e no conceito de preservação do patrimônio contemporâneo de Brasília. A identidade assumida, enquanto candango e morador da Vila Planalto, permitiu a manipulação desta categoria em benefício próprio, para garantir a moradia no local, reconhecido por seu valor histórico. Passaram, então, a reivindicar como atores da história da cidade, não só a preservação da Vila Planalto, como também o direito de permanecer em suas casas.

Os moradores da Vila Planalto buscaram angariar a simpatia da opinião pública, de técnicos de instituições governamentais e de organizações da sociedade civil, como aliados para sua luta. A percepção dos moradores, de que o reconhecimento histórico podia auxiliá-los a legitimar suas pretensões perante a sociedade, levou ao desenvolvimento de uma proposta de preservação para o assentamento em conjunto com o GI-Brasília. O momento político da "Nova Republica" e do tombamento mundial de Brasília reforçaram tal proposta como estratégia de luta.

Os versos escritos pela pioneira Maria Vicentina de Cássia, moradora do Acampamento da RABELLO, demonstram bem este novo comportamento:

"Vamos lutar e dar as mãos"  
Vamos lutar para ter uma acção  
Para esta Vila resolver  
Vamos nos unir no projeto GI

Nesta Vila nos temos que falar  
É uma história que temos que contar  
Dura vida neste projeto  
Mas podemos lutar

Temos que falar neste projeto  
Que foi feito pelos moradores  
E que precisamos neste projeto  
É a assinatura do Sr. Governador

Acorda meu povo  
Preciso ficar mais alerta  
Lutando a cidade  
Vamos agradecer nossos arquitetos

O povo de Vila tem mãos que lutar  
E conquistar a vida  
Tem mais que ganhar

Acus vilões Unidos  
Médicos e doutores  
Para ganhar a Vila  
E ter nosso valor

No bairro desta parábola  
Fazemos oração  
As orações do CEBRA  
Mas vamos dar as mãos  
Sr a Vila acabar  
Horrorosos de bairros

Senhor Presidente  
Fazenda com carinho  
Mas nos tira a vida  
Governos por seu vizinho

A história de Brasília nos temos que agradecer  
Ela nos deu a vida porque por não ter a que fazer  
O problema é tão fácil  
Faz para nós mesmos resolver

Os habitantes de Brasília nos temos que contar  
Quando nasceu esta  
Clareza para ajudar  
Do fim do de Vila  
Para o outro lado

Este é o nosso verso  
Que nós temos que contar  
Com a ajuda de todos  
Da Vila Planalto nos vamos lutar

Desculpa nos, povo  
Se ficou alguma coisa para trás  
A garganta está doente  
Mas aquecemos a vida".

Outra manifestação popular,  
que enfatiza a importância  
dos pioneiros na história  
da cidade, encontra-se na  
letra e música de Antônio  
Donizete HISTÓRIA VIVA:

"Nas ruas neste tempo  
Tempo de esperança  
Muitos são os sonhos  
Mas sonhos e projetos não  
Estão mortos não,  
Mas de nós não  
Muitos são os sonhos  
Muitos são os projetos  
Muitos são os sonhos  
Muitos são os projetos"

Bairros: Vou, vou, vou  
A cidade que surgiu  
Tudo se fez  
Mas se cantar,  
Vila Planalto  
É parte da história  
É mais o seu lugar

No momento de nossas vidas  
Caminho e futuro contar  
Do corpo e da vida  
Mas a vida não é trágica!  
A cidade tinha que estar pronta  
Dentro de pouco tempo  
Para o nosso Presidente  
Então não se instalar

Bairros: Vou, vou, vou (...)"

Os versos acima com musica, foram apresentados como hino da Vila Planalto no 1º Seminário de Cultura da Vila Planalto realizado de 17 a 19 de maio de 1991, na sede do GEAP, Rua dos Engenheiros Casa 1, Acampamento PACHECO FERNANDES DANTAS.

O conflito com a administração do GDF fez com que moradores de estratos de renda diferenciados se identificassem enquanto pioneiros e como aliados na luta comum pela permanência da Vila Planalto. A retirada dos equipamentos e serviços fornecidos pelas construtoras, foi o primeiro detonador das reivindicações do assentamento. O estabelecimento desta identidade partilhada por todos os pioneiros permitiu que se reconhecessem como sujeitos da história de Brasília, e assim, buscassem ser reconhecidos como tal. Esta identidade coletiva possibilitou que se posicionassem frente ao GDF, respaldados pela opinião pública, para exigir o seu direito a permanecer zelando pelo patrimônio da cidade, que eles, moradores pioneiros, tinham preservado sozinhos até aquele momento.

#### A Vila Planalto Tombada como Patrimônio Histórico.

Para resistir as pressões e permanecer na Vila Planalto, a sua população desenvolveu varias estratégias, uma delas foi manipular conflitos entre as políticas contraditórias (preservação x remoção), desencadeando um

processo que culminou com a assinatura do decreto de tombamento, em abril de 1988.

Os decretos de tombamento e de fixação da Vila Planalto não garantiram a preservação de todas as características originais da Vila, nem a permanência de seus moradores atuais. O arranjo urbano dos seus acampamentos contrasta com Brasília, apesar de ter sido inspirado também no Modernismo. A irregularidade que caracteriza favelas e invasões não estava presente nos acampamentos originais, mas as adaptações sofridas ao longo dos anos contribuíram para que muitas vezes compartilhassem efeitos do caráter provisório comum.

As recentes alterações, propostas pelo "Brasília Revisitada", não sanaram a contradição entre a orientação explícita nos planos e o favorecimento que a sua execução garantiu aos residentes do Plano Piloto. A tendência para periferizar as classes pobres do DF ameaça a população da Vila Planalto com a mesma dispersão geográfica dos núcleos habitacionais de "baixa renda", tratada por PAVIANI (1989) como o fenômeno da metrópole poli-nucleada. Para GONZALES (1985), a pressão especulativa sobre o direito de concessão de uso dos lotes decorre da questão da renda fundiária urbana. Foi possível constatar, quando a situação jurídica da Vila ainda nem estava definida, o interesse dos incorporadores imobiliários em adquirir os direitos porventura concedidos aos moradores originais.



Os atos governamentais não bastam para preservar os construtores da cidade no cenário tombado. Ao contrário, podem propiciar a rápida descaracterização das edificações de reconhecido valor, pois as expectativas quanto ao remanejamento interno da população podem resultar na inexorável expulsão dos "pioneiros", incapazes de resistir à crescente elitização do Plano Piloto.

A pouca consciência sobre o seu objeto de interesse prejudica a preservação, que sofre com a quebra do controle sobre o espaço. Controle que sempre foi característico da Vila Planalto, e que, paradoxalmente, apesar de combatido, talvez tenha sido o responsável por sua preservação.

(Posse do Conselho de Moradores da Vila Planalto. Fonte da foto 44: Bentes DePIN 1366)





(Fonte das fotos aéreas  
da Vila Planalto 1990:  
Dona Bentes DePHA)



## VI - CONCLUSOES:

A investigação das causas da permanência da Vila Planalto foi orientada pelas hipóteses de que:

1) O controle do espaço por instituições externas contribuiu para a sobrevivência da Vila Planalto;

2) A diversidade social existente na Vila Planalto, em todos os momentos, foi outro fator decisivo para a sua permanência;

3) A manipulação de aspectos ideológicos como as identidades de "pioneiro" para os seus habitantes, e de "bairro histórico" para o local, no contexto de uma nova política de preservação, definiu sua sobrevivência na fase mais recente do assentamento;

4) Os fatores ideológicos, mencionados acima, atuaram não apenas para sensibilizar o "público externo", como ainda para mobilizar os moradores na luta pela preservação da Vila Planalto;

5) A proposta de preservação da Vila Planalto constituiu também um aspecto da estratégia de luta para a sua fixação, usada pelos moradores e pelos técnicos dos órgãos de preservação participantes do GT-Brasília.

A retrospectiva histórica assumida permitiu explicar a permanência de alguns dos acampamentos originais até o assentamento fixar-se como núcleo histórico e pudemos concluir que:

- O Controle sobre o espaço perpassou todos os Períodos e contribuiu para a sobrevivência da Vila Planalto com sua população.

- A manipulação da identidade de pioneiro, presente desde o início da cidade operou no sentido da permanência deste assentamento em diferentes momentos de sua história, oferecendo a base ideológica para a ação comum e sensibilizando a população de Brasília.

- A diversidade social de sua população favoreceu também a permanência da Vila Planalto porque ampliou as possibilidades de estratégias de sobrevivência distintas para cada momento da luta contra a remoção.

- O uso do conceito contemporâneo de preservação histórica, manipulado pela população e por técnicos do GT-Brasília, foi essencial para obter a regularização definitiva do assentamento.

O registro desta trajetória, analisando o surgimento, as transformações e o encolhimento da Vila Planalto revelou as diversas nuances na maneira de se perceber o assentamento a cada momento. Puderam ser constatadas as conotações de "acampamento de obra", de "assentamento irregular" até o de "bairro tombado", com regras de preservação orientando sua vida. A parte da história, comumente negligenciada, foi resgatada pela descrição do processo pelo qual os trabalhadores anônimos assumiram-se como atores e atuaram no sentido de garantirem sua permanência no cenário tombado.



As características que precederam a inauguração da capital foram tratadas nesta dissertação como integrando um sistema de "grande projeto", que contava com um circuito migratório próprio, composto por fluxos organizados e espontâneos de mão-de-obra. Os trabalhadores menos qualificados, e também mais numerosos, eram alojados coletivamente sem suas famílias. O pessoal qualificado era abrigado, com suas famílias, em casas geminadas ou isoladas, conforme sua posição funcional. As melhores acomodações destinavam-se à elite dirigente. Assim o sistema de trabalho migrante refletiu-se especialmente na organização dos acampamentos. O processo de imobilização da força de trabalho pela moradia era condição para se atingir as metas de produtividade inerentes ao modelo de grandes projetos. O controle sobre o espaço dos acampamentos, exercido pelas empreiteiras, estendia-se até o âmbito doméstico dos trabalhadores. A fiscalização e a vigilância eram facilitadas pela distribuição hierárquica das casas, dos alojamentos e dos serviços, que replicava a estratificação funcional da construção civil. Este esquema de controle do espaço instituiu relações de poder semelhantes àsquelas encontradas nas "instituições totais", como os asilos, as prisões, os conventos ou os acampamentos militares. A técnica arquitetônica representou em Brasília outro instrumento de exercício do poder no controle do espaço. A hierarquia interna dos acampamentos foi reproduzida na segregação imposta pelo plano urbanístico da cidade. Isto

ocorreu devido à excessiva setorização, às grandes distâncias entre o Plano Piloto e as cidades satélites e a outros fatores que contrariaram a suposição inicial que seria possível a vizinhança entre pessoas de níveis sociais e de renda distintos.

A mudança da capital brasileira envolveu um forte simbolismo, que foi manipulado no sentido de apresentá-la como garantia dos ideais democráticos, da integração e do desenvolvimento do país. Assim, a propaganda oficial sobre Brasília sugeria o ingresso do Brasil na modernidade. Outros aspectos enfatizados na ocasião foram, por exemplo: a abertura de rodovias, a implantação da indústria automobilística, a expansão da agro-pecuária e a incorporação de áreas isoladas ao mercado econômico. A ideologia nacional desenvolvimentista propagada pelo governo revestiu a criação de Brasília de proporções "mitológicas". O sentimento de aventura compartilhado pelas pessoas, que enfrentaram o desconforto e as dificuldades dos primeiros tempos da cidade, criou uma identidade comum entre elas. Entretanto este sentimento de participação em um fato reconhecidamente importante mascarava as diferenças sociais presentes desde a origem da cidade. Com o fim do monopólio das construtoras, a partir da inauguração de Brasília e com a chegada do funcionalismo público, alterou-se a organização dos acampamentos. O número de trabalhadores caiu e os moradores humildes passaram a idealizar as relações mantidas no passado com a elite do "grande projeto". O funcionalismo



público replicava a demanda por conforto e serviços urbanos desta elite da construção de Brasília.

Após a inauguração de Brasília, a diversidade social persistiu na Vila Planalto, as casas antes ocupadas por diretores e presidentes das construtoras passaram a ser ocupadas por altos membros do poder executivo, ao mesmo tempo que humildes operários continuavam também residindo nas habitações mais singelas. Os acampamentos perderam suas características de "instituição total". O aspecto disciplinar foi atenuado ao se extinguir o controle das construtoras sobre o espaço e sobre a vida dos trabalhadores. O governo ao assumir a fiscalização (ie o controle) da Vila Planalto direcionou sua atuação no sentido de eliminá-la. Os trabalhadores, que não pretendiam retornar ao trabalho migrante, e o empresariado local, que lucrava com a concentração de mão-de-obra próxima aos locais de trabalho reagiram a esta decisão.

A mística desenvolvimentista legitimadora da nova capital, o espírito aventureiro e desbravador atribuído aos seus construtores e a identidade de pioneiro foram apropriados pelos funcionários públicos recém-chegados. Quanto mais cedo chegassem, maior a sua identificação como pioneiros. A idealização do passado extrapolou os limites de classe social e deixou de ser um fenômeno característico dos trabalhadores que tinham construído a cidade. Esta idealização levou moradores mais antigos e funcionários

públicos a se identificarem pela categoria pioneiro originando a base para a ação comum.

A pequena oferta de novas habitações durante a consolidação de Brasília transformou as melhores casas dos acampamentos em residências funcionais. A diversidade proporcionada originalmente pelos diferentes segmentos de trabalhadores migrantes foi enriquecida pelo ingresso de novos moradores, ligados aos órgãos da administração pública federal e local. O arranjo estratificado das casas prestava-se a atender estas novas exigências habitacionais. Os funcionários incorporaram-se aos moradores mais antigos na luta junto à administração do GDF para:

- 1) neutralizar as tentativas de remoção;
- 2) obter melhoria dos serviços de saúde, educação, transporte, água, luz e telefone, dentre outros;
- 3) diminuir os efeitos negativos das proibições de reformas e de manutenção das edificações.

Quanto mais a cidade se consolidava, maior tornava a pressão para eliminar os acampamentos e invasões do Plano Piloto. Na Vila Planalto esta pressão se fez sentir pela eliminação dos alojamentos coletivos dos seus acampamentos. As poucas exceções tornaram-se sub-habitações, em péssimo estado de conservação. O aparato de vigilância existente para garantir a produtividade inicial foi, neste segundo período, substituído por outro, cuja função era de inibir a expansão dos acampamentos. Os fiscais do governo controlavam estritamente o espaço físico para evitar

qualquer tentativa neste sentido. O estigma da provisoriamente dos acampamentos cresceu, apesar deles diferirem das invasões devido à concepção modernista aplicada à madeira e à diversidade social da sua população. Compartilhavam entretanto com as invasões, a mesma irregularidade na ocupação ilegal do solo urbano, embora a ambiguidade jurídica característica da época da construção estivesse superada. A pressão para que as invasões fossem removidas do Plano Piloto aplicava-se também, embora com menor ênfase, aos acampamentos pioneiros. Mesmo assim, alguns dos moradores da Vila Planalto, influentes no GDF, buscavam como foi visto, evitar a remoção e o relaxamento das restrições quanto à conservação das residências. Assim, a diversidade social impedia que a Vila Planalto se caracterizasse como local de "baixa renda", ficando desta forma menos exposta à políticas de "erradicação de favela".

Também contribuiu para a permanência da Vila Planalto o fato de não contrariar o projeto moderno da cidade. A retirada gradual dos alojamentos coletivos e das edificações pobres e deterioradas resultou em uma distribuição espacial concêntrica das diversas faixas de renda. As partes remanescentes dos acampamentos da Vila Planalto fundiram-se de maneira que as melhores casas ficassem na parte externa, aí compreendidos o acampamento do TAMBORIL, a casa do WSK, a rua da EBE, a rua dos engenheiros e a "Fazendinha rica" da PACHECO FERNANDES, a casa do presidente da RABELLO e a Avenida Belém-Brasília dessa mesma

construtora. Na parte intermediária ficaram as casas geminadas ou de porte médio, e no centro os poucos alojamentos coletivos restantes, bem como as habitações mais pobres, em pior estado de conservação. As melhores casas passaram a esconder as mais pobres e este arranjo certamente contribuiu para a permanência da Vila Planalto. Outro fator que atuou neste sentido foi a vegetação, ocultando os acampamentos de quem transita nas imediações da Praça dos Três Poderes e dos principais palácios da cidade.

A continuidade da Vila Planalto também se explica pelo permanente controle sobre o espaço que impediu seu crescimento, mantendo-a circunscrita, sem que assim representasse uma ameaça ao plano da cidade. O "transbordamento" ao qual estão sujeitos alguns assentamentos originários da "imobilização da força de trabalho pela moradia" ou de "grandes projetos" não se verificou em Brasília. Pelo contrário, o que ocorreu foi um encolhimento progressivo, reduzindo a área ocupada pela Vila Planalto a mais ou menos um quinto do tamanho original, além de criar vazios e descontinuidades no seu interior. A parte central da Vila deteriorou-se rapidamente por falta de conservação das suas unidades habitacionais. Este fato provocou o protesto intermitente da imprensa e um recrudescimento da pressão para erradicá-la. Foi lenta a reação popular às ações governamentais voltadas para a remoção. Restringiu-se a tentativas individuais de obter, por meio de influência política, medidas isoladas e

paternalistas baseadas no clientelismo característico da política brasileira. As reivindicações dos moradores mais atingidos sensibilizaram outros melhor situados e, aos poucos, a preocupação com a situação da Vila Planalto tornou-se comum a todos os seus habitantes. As relações pessoais ou de trabalho foram igualmente manipuladas pelos moradores da Vila Planalto para obter a permanência dos acampamentos, assim como tinham manipulado a procedência regional para favorecer a ascensão funcional na hierarquia da construção civil, ou para obter privilégios de conforto nas condições do início de Brasília.

A apropriação de fatos e de figuras ligados à história da cidade criaram uma identidade não só para indivíduos, mas também para alguns espaços, que tornaram-se pontos referenciais dos acampamentos e passaram a ter um significado forte na memória das pessoas. O fato destes locais, até hoje, concentrarem muitas das festividades da Vila Planalto reforçou a sua identidade.

A proclamada solidariedade surgida do desconforto comum, foi usada, ainda na década de 60, no movimento pró-fixação do Núcleo Bandeirante. O regionalismo também deu suporte ao movimento, pois os interessados exerciam o poder de pressão sobre os parlamentares das suas regiões de origem. Posteriormente, na década de 70, os moradores da invasão do IAPI também se mobilizaram para resistir à erradicação. Outros movimentos semelhantes surgiram na

Ceilandia e, recentemente, em outros, assentamentos irregulares, como a Vila Paranoá, a Telebrasilíia e o Varjão.

A situação política do país na década de 80 favoreceu a participação popular, e a possibilidade de representação política para Brasília abriu novas perspectivas para a reivindicação de regularizar definitivamente a Vila Planalto. Entretanto, uma ação conjunta para a sua fixação não aconteceu tão prontamente. A organização do movimento pró-fixação foi lenta, sujeita a mobilização variável dos participantes. As disputas de lideranças retardaram este processo e dificultaram ainda mais o relacionamento com as autoridades. Estas últimas atribuíram a morosidade na decisão sobre os destinos da Vila à falta de coesão dos moradores.

No final do regime autoritário apareceu na Vila Planalto uma incipiente organização em torno de associações voluntárias, como a Associação de Moradores, a Prefeitura Comunitária e o Grupo Social. Novas estratégias de sobrevivência envolveram a manipulação das percepções diferenciadas do conceito de patrimônio histórico, pelos habitantes da Vila Planalto e pelos técnicos do GT-Brasília. O interesse em participar da proposta de fixação, coordenada pelo GT+Brasília, surgiu à medida que os moradores passavam a se considerar sujeitos da história da cidade. Iniciativas importantes da luta pela fixação provocaram reações da parte de setores do governo. O aparente atendimento às reivindicações bem como a protelação



das decisões devido a entraves burocrático-políticos emperraram o processo de fixação. A demora em regularizar definitivamente a situação dos moradores, em prestar serviços básicos como o de saneamento, prejudicou a qualidade de vida dos moradores. Por outro lado, o atraso no atendimento da proposta de preservação recomendada pelo GT-Brasília, elaborada com o intuito de preservar a identidade da Vila Planalto, comprometeu a sua integridade como monumento histórico.

A nova ideologia de preservação histórica que contemplava monumentos contemporâneos incluiu Brasília como patrimônio cultural da humanidade. Isto facilitou o uso do argumento da preservação na luta pela fixação da Vila Planalto. O instituto jurídico do tombamento foi uma alternativa que surgiu e foi usada tanto pelos moradores, como por técnicos dos órgãos de proteção, para justificar a regularização do assentamento. Tal medida visava manter um conveniente controle sobre o espaço, devido à proximidade aos Palácios da Alvorada e do Planalto. A tutela dos órgãos de patrimônio impediria a total autonomia da Vila Planalto, e o sistema de concessão de uso retardaria a ação especulativa sobre lotes localizados em sítio tão valorizado.

Os problemas urbanos constituem-se, muitas vezes, em focos de mobilização popular e podem levar ao aprimoramento do aparato jurídico, legal e administrativo. Apesar disto, a promulgação de leis não garante sua

obediência, e, as legislações trabalhista e urbana são especialmente burladas. O estudo das manifestações espaciais e da organização social inerente aos "projetos de grande escala" permite constatar como o dolo da legislação pode ser proporcionado pelo próprio Governo, que supostamente representaria os interesses da coletividade. Assim, a "ambigüidade jurídica", o isolamento, a vigilância e outros atributos presentes no espaço controlado dos "grandes projetos" devem ser avaliados para o entendimento sobre o processo urbano do D.F.

A proposta do GT-Brasília levou em consideração que o ordenamento sócio-espacial da Vila Planalto, após a sua fixação, deveria atender às exigências citadas pelo perfil sócioeconômico e cultural da população, e às suas características físicas, econômicas e ambientais, respeitando-a como monumento histórico. Esta proposta contou com o empenho e a contribuição dos próprios moradores, procurando assim eliminar a pouca participação popular, um dos problemas do planejamento urbano no Brasil. O processo de participação dos moradores deu-se por intermédio de uma troca de saberes com os técnicos do governo, sem ficar restrita a mera consulta e apresentação de propostas. As estratégias de planejamento tradicionais foram substituídas pela colaboração mútua entre técnicos e moradores, que resultou no processo de co-gestão dos procedimentos da fixação do assentamento. Procurava-se, desta maneira, vencer o desafio de acomodar condignamente todos os seus habitantes

no perímetro tombado, sem comprometer suas características históricas. Experiência rara no âmbito brasileiro de planejamento urbano.

Os decretos governamentais de tombamento e de fixação da Vila Planalto entretanto não garantem por si só a preservação das características originais da Vila, ou a permanência de seus moradores. A crescente elitização do Plano Piloto poderá resultar na rápida descaracterização das edificações de reconhecido valor histórico, além de despertar expectativas quanto ao remanejamento interno da população, expulsando os que, até agora, têm sido responsáveis pela proteção do cenário tombado.

As conclusões obtidas neste estudo poderão ser generalizadas para casos similares no Brasil, mesmo que não se refiram a acampamentos, mas tratem da permanência e da preservação sócio-espaciais de conjuntos urbanos de valor histórico e cultural. Poderão também subsidiar a construção de metodologias aplicáveis a locais potencialmente sujeitos a medidas de proteção histórica. Talvez possam contribuir para tornar mais democráticos os métodos de planejamento urbano, e dentre eles, os critérios de análise e de seleção dos Bens Culturais.

NOTAS:  
INTRODUÇÃO

1 O GI-BRASILIA foi criado em março de 1981, pelo Secretario de Cultura do MEC Aidesio Magalhães, composto pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e pela Fundação Nacional Pro-Memória (FNPM), Universidade de Brasília (UnB) e Governo do Distrito Federal (GDF), do qual participei como representante do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do GDF (DePHA), de outubro de 1985 a março de 1988.

2 A complexificação do meio urbano, a evolução das tecnologias construtivas e o próprio processo de urbanização impuseram novas demandas e novas regras para o convívio urbano bem sucedido. A legislação urbanística, especialmente a de preservação histórica, deve delimitar com mais clareza o direito privado dos cidadãos para melhor atender as demandas coletivas. A solução de alguns dos problemas urbanos básicos pode se dar com o uso de institutos como solo-criado, contribuição de melhoria, coeficiente único de aproveitamento do solo, direito de preempção, enfiteuse, desapropriação, concessão de uso, imposto progressivo no tempo, parcelamento e edificação compulsórios, e usucapião urbana. MALTA FILHO (1989) GRAU (1983) MUKAI (1988).

PRIMEIRO CAPITULO

3 Segundo Ana Maria DÜLMO (1985: 17) *"pesquisa participante é justamente aquilo que resulta da inserção orgânica e participativa do intelectual/pesquisador na história concreta das classes populares, no sentido de registrá-la sob o ponto de vista do dominado."*

4 Ambigüidade jurídica e definida por RIBEIRO (1980, 1987, 1988).

5 Especialização do Poder In Skyline traduzido por Turkienicz.

6 Para DEMÓ (1984), a ideologia sendo consequência do fechamento do poder: "um sistema teórico-prático de justificação política das posições sociais", instrumento a serviço dos dominantes pode, do lado dos dominados, ter outra face: "... pode ser arma dos oprimidos contra os opressores, se houver condições históricas de gerar a contra-ideologia com vistas a transformação social da realidade. Neste contexto, é importante não somente o aspecto objetivo da realidade (por exemplo, o acirramento dos conflitos, a crescente pobreza material etc), mas igualmente o aspecto da mobilização política, para a qual concorre também a figura do intelectual."

SEGUNDO CAPITULO

7 Depoimento de um operador de máquinas.

8 Depoimento de um servente.

9 Depoimento da mulher do servente.

10 Depoimento de um morador da Fazendinha da RABELLO.

11 Depoimento de agenciador da RABELLO.

12 Area estimada por técnicos do GI-Brasília.

13 Depoimento de um "gato".

14 Depoimento de um electricista da RABELLO.

- 15 Dados da pesquisa de 1987, realizada pela SHIS / GT-Brasília
- 16 Dados coletados na pesquisa de campo.
- 17 Entrevista com morador do DFL.
- 18 Nos "grandes projetos" o governo financia os custos de instalação das espreiteiras.
- 19 Pelo cálculo deste informante, antigo engenheiro da firma.
- 20 Segundo nos disse o mesmo engenheiro.
- 21 Diversas ideias foram implantadas neste acampamento por indicação do arquiteto Milton Ramos: a) jardim interno nas casas dos engenheiros solteiros, onde ficavam animais de estimação; b) móveis feitos com caibros, desde beliches para os alojamentos até os especiais para os engenheiros; c) chapas de duratex para divisões internas e portas, depois de uaceticidas para não enruçarem; d) uso de ripados na composição de fachadas pintados com cores vivas, reinterpretando os elementos vazados e evitando o devassamento das janelas.
- 22 Segundo nos declarou o mesmo engenheiro.
- 23 Durante a pesquisa ao tentar reconstituir as atividades da firma e identificar pessoas que delas tivessem participado, tomamos conhecimento de um fato pitoresco. O acontecimento teve lugar em 59, no acampamento da RABELLÔ, a Avenida J.K. A esposa de um arquiteto e engenheiro português foi presenteadada com uma ema. Devido ao seu odor desagradável, resolveu-se banhá-la com Lysoicra, provocando-lhe a morte, no dia seguinte. O casal mudou-se para o acampamento da EMULPRESS, onde o marido foi chefiar o desmatamento do local a ser ocupado pelo lago.
- 24 Vários depoimentos confirmaram estas informações.
- 25 Uma funcionária humilde da Secretaria de Educação, aí residente, contou-nos sobre os projetos de que tinha conhecimento e expressou sua preocupação com o trabalho do GT-Brasília, que relacionava-se também com as suas consequências sobre a eleição para a direção da associação de moradores.
- 26 Um antigo encarregado hidráulico falecido informou que a Construtora RABELLÔ S.A. foi registrada em um Cartório da Praça Sete em Belo Horizonte, no meio da década de 40, com as despesas de contrato rateadas entre seus funcionários; e que seu escritório ficava em uma sala na Rua Espírito Santo. Sua primeira obra de vulto foi o prédio do IPASE, construído na mesma rua. A firma cresceu rapidamente e executou diversas obras na capital mineira, entre elas o Fórum Lafayette e o Ginásio Municipal. A partir de 51 atuou também fora do Estado de Minas: construiu em Taubaté 148 apartamentos para o IAPI. Executou diversos projetos no Rio, além de pontes e viadutos na Via Dutra e outras estradas no interior de São Paulo, do Triângulo Mineiro e de Goiás. O seu escritório central funcionou em Belo Horizonte até 1962, quando transferiu-se para a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, para atender as demandas impostas por seu crescimento no país.
- 27 Informações obtidas com o chefe da manutenção do Palácio da Alvorada, no período da construção ao final do primeiro ano do Governo Castelo Branco.
- 28 Pode-se perceber, ao analisar as trajetórias profissionais dos seus antigos empregados e diretores, que muitos, da área financeira, seguiram carreira no Banco Econômico e em outras instituições financeiras do Rio e de São Paulo. Os engenheiros transferiram-se também para grandes companhias, e poucos permaneceram em Brasília. Quanto aos funcionários de escritório, muitos ingressaram no serviço público e continuaram na cidade, alguns passaram a trabalhar para empresas

menores, agências de automóveis, lojas de materiais de construção e estabelecimentos do setor de indústria asfáltica. Os funcionários que continuaram na construtora saíram da cidade.

29 Depoimento de empregado em manutenção de máquinas.

30 Relato de moradores da Avenida JK.

31 Relato do dono de um armazém da FAZENDINHA.

32 Depoimento de agenciador da RABELLO.

33 Segundo um chefe de seção hidráulica e elétrica.

34 Centro de Bem Estar do Menor do Centro de Desenvolvimento Social/Vila Planalto.

35 Conforme constatado no levantamento do GI-Brasília.

36 O Binômio, publicação semanal de Belo Horizonte, por fazer oposição ao Governo JK, foi o único jornal a enfatizar e publicar fotos do ocorrido. Sua coleção encontra-se no Arquivo Público Mineiro. Os jornais da época noticiaram por alto o episódio e não registraram os protestos populares a altura de sua repercussão. A manchete responsabilizava a NOVACAP pela morte de nove operários e de mais de cinco dezenas de hospitalizados. O tumulto teve origem por reclamações quanto a escassez de água e péssima qualidade da comida no acampamento. O tumulto aumentou com a chegada de um destacamento da BEB, que com cassetetes espancou manifestantes, sem conseguir prendê-los. Como desforra, o chefe da patrulha retornou com sessenta homens armados, quando os manifestantes já estavam recuando, atirando indiscriminadamente, atingindo muitos operários que dormiam nos alojamentos. A identificação dos mortos tornou-se difícil pelo fato de PACMECO não ter fichado todos os seus mais de 1500 operários. Os soldados da BEB suspeitos tiveram sua prisão decretada em virtude dos protestos e das reclamações pedindo a extinção do destacamento policial da NOVACAP.

37 Constatado em pesquisa de campo.

38 Trabalho conjunto realizado entre a Fundação Nacional Pro-Memória, DEPHA e CESEM/CDS do SDF e os moradores da Vila Planalto.

39 Pesquisa realizada pelo GI-Brasília, SHIS e DEPHA em 1987.

40 Inventariadas pelo GI-Brasília.

41 Relatório do GI-Brasília de 1986.

### TERCEIRO CAPÍTULO

42 André Gunder Frank baseia-se em cadeias de dominação e dependência que estabelecem um sistema integrado por: a) laços entre metrópole e satélites; b) estrutura monopolista de todo o sistema; c) recursos escassos e mal distribuídos através do sistema; d) expropriação e apropriação do excedente pela metrópole nacional ou internacional; in EPSTEIN (1973).

43 "A lei n. 2874 de 19 de setembro de 1956, autorizava o Poder Executivo a construir a Capital Federal e criava a NOVACAP, a qual cabia o planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura capital, diretamente ou através de órgãos da administração federal, estadual ou municipal, ou de empresas próprias com as quais contratar." Diário de Brasília 56/7: 156 in TELLEIRA (1982: 65).



44 Embora a pressão para o ingresso dos subordinados nos clubes tenha resultado na criação de clubes para operários, para evitar o convívio entre os diferentes segmentos sociais, em muitos acampamentos de Brasília.

45 Depoimento de agenciador da RABÊLLÔ.

46 A construção civil é uma atividade industrial masculina com uma particularidade: o processo produtivo é montado e desmontado toda vez que um novo trabalho começa. Cada projeto é composto por tarefas múltiplas com diferentes prazos para serem realizadas. Não é uma atividade industrial onde o capital se instala e permanece na mesma localidade, como no caso das fábricas. (RIBEIRO, 1988: 178).

47 Depoimento de um carpinteiro da RABÊLLÔ.

48 "rites which accompany every change of place, state, social position, and age."

49 Depoimento de um agenciador da RABÊLLÔ.

50 Depoimento do encarregado da manutenção do Palácio da Alvorada.

51 Depoimento de agenciador da RABÊLLÔ.

52 Depoimento de agenciador.

53 Depoimento da primeira professora da Vila Planalto.

54 Depoimento da primeira professora da Vila Planalto.

55 Depoimento de agenciador da RABÊLLÔ.

56 Relato do mesmo agenciador da RABÊLLÔ.

57 Relato de agenciador da RABÊLLÔ.

58 "Agindo sobre o real ao agir sobre a representação do real, a eficácia simbólica do rito de instituição" faz agregar ao mundo da fábrica um novo grupo de trabalhadores tutelados desde as suas áreas de origem pela fábrica e procura ser o preâmbulo de uma forte adesão daquele grupo ao novo mundo da fábrica, adesão ocasionada pelo contraste entre o período de "desnugamento" e a posterior garantia das condições materiais de existência pela fábrica e sua vila operária. ... mas ao mesmo tempo esse ritual "institui", "consagra" a diferença entre os trabalhadores aliciados e os não aliciados." in LEITE LOPES (1988: 55).

59 Notícias em jornais da época mencionam a preocupação do Governo em controlar a migração para Brasília, principalmente em virtude da seca no Nordeste em 58.

60 Depoimento de carpinteiro da RABÊLLÔ.

61 Depoimento de agenciador da RABÊLLÔ.

62 Depoimento de carpinteiro da RABÊLLÔ.

63 Depoimento de carpinteiro da PEDERNEIRAS e da RABÊLLÔ.

64 Depoimento de carpinteiro da RABÊLLÔ.

65 Depoimento de encarregado de manutenção de maquinas.

66 Depoimento de encarregado hidraulico.

67 Depoimento de carpinteiro da RABELLO.

68 *"Essa ambiguidade entre resistencia e aceitação legitima leva-nos a observar que a referencia ... ao patrão Pedro Malazartes, e mais que usa figura de retorica... o mito do trabalhador brasileiro...- ee busca do trabalho e do patrão, sobretudo do bom patrão que os ancora definitivamente na estrutura social)... uma micro-fisica da resistencia (... inversão da expressão criada por Foucault...) que se exerce desde a reação e a resposta ao despotismo da hierarquia da administração fabril, ate a reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fabrica."* LEITE LÚPES (1988: 81).

69 Carpinteiro da PEDERNEIRAS.

70 Depoimento de encarregado de manutenção.

71 Depoimento de agenciador da RABELLO.

#### QUARTO CAPITULO

72 O retorno da capital seria simbolicamente desastroso e economicamente injustificável, como sintetizou o presidente Castelo Branco: "loucura acabar com Brasília e crime abandoná-la" In EPSTEIN (libro: 88).

73 Depoimento de engenheiro.

74 LEWIS (1966) : Cultura da pobreza, solidariedade e senso de comunidade. In EPSTEIN (libro: 1).

75 Depoimento de um peonreiro que obteve contratação no Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP.

76 A Asa Sul foi construida primeiro, com as quadras economicas sem elevador, superquadras 400 - JA - algumas superquadras, 108, 308, 105, 106 e as casas geminadas da Fundação da Casa Popular, quadras 700 na W3, e tambem os blocos economicos das superquadras 405, 406 na Asa Norte.

77 Depoimento de agenciador.

78 Depoimento de carpinteiro.

79 Tesoureiro da RABELLO e sua esposa.

80 Depoimento de encarregado de manutenção de maquinas.

81 A escassez de moradias manifestava-se tambem no Plano Piloto, com invasões por pessoas da classe media das unidades prontas e desocupadas, apartamentos das Super Quadras ou casas das quadras 700 na W3. Uma síndrome de medo de deixar suas residencias vazias nas ferias, ou mesmo durante viagens curtas, surgiu mais forte do que o receio dos assaltos, noje. Este pânico das invasões proionçou-se ate depois da Revolução de 64.

81 Portanto na gestão do prefeito Plinio Catannede priorizou-se a conclusão das obras paralizadas e o ajardinamento do Plano Piloto, a expansão da rede telefônica, o abastecimento de agua, luz e esgoto nas cidades satelites.

83 Fonte IBGE 1959.

84 Segundo pesquisa da Fundação do Serviço Social.

85 Depoimento de agenciador.

86 Depoimento de carpinteiro.

#### QUINTO CAPÍTULO

87 (por LEVI - STRAUSS) "... a set of classifications, a model for thinking about culture and nature and ordering one's public life".

88 Depoimento de morador do DFL.

89 Depoimento de encarregado de manutenção de maquinas.

90 Depoimento de encarregado de manutenção de maquinas.

91 Depoimento de moradora da RABELO.

92 Depoimento da mesma moradora da RABELO.

93 Informações obtidas na pesquisa de campo e confirmadas no Plano Integrado de Ação Social das Organizações Comunitarias da Vila Planalto.

94 Prefeitos e governadores de Brasília: Israel Pinheiro da Silva, de 7/5/60 a 31/1/61; Segismundo de Araujo Mello, de 5/7/60 a 5/8/60; Bayard Lucas de Lima, de 5/7/60 a 5/8/60; Paulo de Tarso Santos, de 6/2/61 a 25/8/61; Diogo Lordeiro de Mello, de 25/8/61 a 13/10/61; Angelo Dario Rizzi, de 13/10/61 a 6/11/61; Jose Sette Canara Filho, de 6/11/61 a 22/8/62; Ivo de Magalhães, de 22/8/62 a 31/3/64; Luiz Carlos Victor Pujol, de 3/4/64 a 5/4/64; Ivan de Souza Mendes, de 7/4/64 a 18/5/64; Plínio Reis de Catanhene Almeida, de 13/5/64 a maio de 64; Helio Prates da Silveira, Eino Serejo Farias, Aime Lamaison, Jose Orneias, Jose Aparecido de Oliveira, Ronaldo Costa Couto, Joaquim Foriz e Wanderley Vaila.

95 Depoimento de encarregado de manutenção de maquinas.

96 Ver panfleto da Associação de Moradores, em anexo.

97 As reuniões das quais participamos realizaram-se em cimentados de edificações já demolidas, mas antes de sermos convidadas a frequentá-las, fomos inquiridas por um dos dirigentes, justificando sua preocupação quanto ao nosso interesse com sua experiência anterior em grupos de Goiânia, onde as pessoas entravam e saíam sem dizer dos seus propositos.

98 Em uma das muitas reuniões noturnas, no salão do CDS/CEBEM, para apresentação de video e discussão do trabalho conjunto do GI-Brasília com os moradores, o então presidente da Associação de Moradores e um membro da Mini-Prefeitura se acusaram mutuamente e iniciaram uma briga. Atracaram-se fisicamente, jogando cadeiras, envolvendo no tumulto varios acceptos que interromperam os trabalhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANTES, Antonio A. Produzindo o Passado Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BARBOSA, Yeda Virgínia. "Vila Planalto - preservação da memória de Brasília" in Revista Brasília, junho 1988.

BARTH, Frederick. Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference. Little Brown & Co., 1969.

BICCA, Paulo R. S. "Brasília: Mitos e Realidades", in PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília. Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto, 1985.

BLAY, Eva A. Eu Não Tenho Onde Morar. Vilas Operárias na Cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, 1985.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de velhos. São Paulo, EDUSP, 1987.

BRANDÃO, Carlos R. Identidade e Etnia. Construção da Pessoa e Resistência Cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRITTO, Raimundo. Brasília, Pioneiros e Candangos, Brasília, Pongetti, 1965.

BURAWOY, Michael. "The Functions and Reproduction of Migrant Labor: Comparative Material from Southern Africa and the United States", American Journal of Sociology 5. 1976.

CALDEIRA, Teresa P. R. A Política dos Outros O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CÂMARA, Jaime. Os Tempos da Mudança, Goiânia, 1967.

CAMPOS, Neio. A Produção Residencial em Cidade Planejada. Dissertação de Mestrado / Dep. de Urbanismo, UnB. 1988.

CARDOSO, Miriam L. Ideologia do Desenvolvimento Brasil: JK-JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia, São Paulo. Ed. Moderna, 1981.

CODEPLAN. Estudo dos Assentamentos Urbanos da Vila Planalto e Varjão, Brasília, 1984.

COLEÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS SOBRE BRASÍLIA DA NOVACAP  
Arquivo Público do Distrito Federal e Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

COLELA, Patricia M. M. O Que Não Pudeu Na Habitação Popular: Dos Cortiços A Comercialização De Moradias Em Brasília, Dissertação de Mestrado / Dep. de Urbanismo, UnB, 1991.

COSTA, Lúcio. Brasília Revisitada, Rio de Janeiro, 1985.

----- Brasília, cidade que inventei, Brasília, GDF, ArPDF, CODEPLAN, DePHA, 1991.

DEMO, Pedro. Pesquisa Participante: Mito e Realidade, Rio de Janeiro, SENAC, 1984.

----- Metodologia Científica em Ciências Sociais, São Paulo, Atlas, 1989.

DOIMO, Ana Maria. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular, Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo, Petrópolis, vozes 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Laminha da Cidade, São Paulo, Perspectiva, 1984.

EBDON, David. Statistics in Geography, New York, Blackwell, 1985.

EPSTEIN, David G. Brasília, Plan and Reality, A Study of Planned and Spontaneous Urban Development, University of California Press, 1973.



FARREI, Ricardo L. "O Estado, a Questão Territorial e as Bases da Implantação de Brasília". in PAVIANI, Aldo. (org.). Brasília. Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão, São Paulo, Projeto, 1985.

----- (org.) O Espaço da Cidade. Contribuição a Análise Urbana, São Paulo, Projeto, 1985.

FREYRE, Gilberto. Brasis, Brasil e Brasília, Record, 1968.

FOLAULT, Michel. Viciar e Punir, Petrópolis, Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos, São Paulo, Perspectiva, 1961.

----- Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro, Zanar, 1975.

----- A Representação do Eu na vida Cotidiana, Petrópolis, Vozes, 1975.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos Sociais e Luta pela Moradia, São Paulo, Loyola, 1991.

GONZALES, Suelly F.N. "As Formas Concretas da Segregação Residencial em Brasília" in PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço Urbano em Questão, São Paulo, Projeto, 1985.

GOUVEA, Luiz Alberto de C. Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social. Uma Avaliação da Ação Governamental na Área da Habitação. Dissertação de Mestrado. Dep. de Urbanismo, UnB, 1988.

GT-Brasília- MinC/UnB/GDF. Relatório de Atividades, Brasília, 1986.

----- Proposta Preliminar para a Fixação da Vila Planalto. Brasília, 1987.

----- Memorial da Vila Planalto. Brasília, 1987.

GUIA PRELIMINAR DE FONTES PARA A HISTÓRIA DE BRASÍLIA; Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade, São Paulo. HUCITEC, 1980.

HEREDIA, Beatriz Alasia. Formas de Dominação e Espaço Social, A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero, 1989.

HOLLANDA, Frederico de. "A Morfologia Interna da Capital" in PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto, 1985.

----- O Centro Urbano de Brasília. Brasília, UnB, 1977.

IWAKAMI, Luiza. N. Espaço Urbano em Brasília e a Trajetória da Resistência Popular na Vila Paranoá. Dissertação de Mestrado /Dep. de Urbanismo, UnB, 1988.

JACOBS, Jane. The Death and Life of Great American Cities. New York, Random, 1961.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo, Cortez Editora, 1989.

JOFFILY, G. Irineo. Brasília e sua Ideologia. Brasília, 1963.

KÖHLSDORF, Gunter Rolano e CORDEIRO, Luiz Alberto. Brasília: algumas especulações prospectivas in PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto, 1985.

KÜHLSDORF, Maria Elaine. "Marco Conceitual para a apreensão do Espaço Urbano". Texto extraído da Dissertação de Mestrado / Dep. de Urbanismo e Apreensão do Espaço Urbano: sobre as possibilidades e limitações das técnicas de análise visual no caso de Barra do Garças. UnB, 1979.

----- "Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar" in FARRET, Ricardo. (org.) O Espaço da Cidade contribuição a análise urbana, São Paulo. Projeto, 1985.

----- "As Imagens de Brasília" in PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto, 1985.

----- "Brasília e a Preservação da Modernidade" in RUA Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 2 N. 3, Salvador, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1989.

LANGNESS, L.L. The Life History in Anthropological-Science. San Francisco. Holt, Rinehart and Winston, 1965.

LEITE LUPES, José Sergio. "Fabrica e Vila Operaria: Considerações sobre uma Forma de Subordinação Burguesa". In Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação, Estudos sobre Trabalhadores Urbanos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

----- A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés. Brasília. UnB/MCT/CNPq, 1988.

LUCARELLI, Helena FREDRICH, Olga M. B. L. INNOCENCIO, Ney R.  
Impactos da Construção de Brasília na Organização do Espaço.  
 Brasília, Revista Brasileira de Geografia / Diretoria de  
 Geociências e Dep. de Geografia / IBGE.

LYNCH, Kevin. The Image of the City. Cambridge, MIT and FHC,  
 1960.

MAGALHAES, Aloisio. E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais  
 no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira / FNPM 1985.

OLIEN, Diana D. e OLIEN, Roger M. Oil Booms. Social Change  
 in Five Texas Towns. Nebraska, University of Nebraska Press,  
 1982.

OLIVEN, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no  
 Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade Etnia e Estrutura  
 Social, São Paulo, Pioneira, 1976.

PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço  
 Urbano em Questão, São Paulo, Projeto, 1985.

----- (org.) Urbanização e Metropolização, Brasília,  
 UnB / CODEPLAN, 1987.

----- Brasília: A Metrópole em Crise. Estudos sobre  
 Urbanização. Brasília, UnB, 1989.

RABINOW, Paul. WRIGHT. . Espacialização do Poder In Skyline, 1982. Tradução por Turkienicz, UnB, mimeo.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O Capital da Esperança: Brasília, um Estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil. Dissertação de Mestrado / Dep. de Antropologia, UnB, 1980.

----- "Cuanto Mas Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala: una Forma de Produccion Vinculada a la Expansion de Sistemas Economicos" in Desarrollo Economico 105, 1987.

----- Developing the Moon Land: the Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina, PhD Dissertation, City University of New York, 1988.

RODRIGUES, Georgete M. Ideologia, Propaganda e Imaginario Social na Construção de Brasília, Dissertação de Mestrado / Dep. de História, UnB, 1990.

SANTOS, Carlos Nelson F. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

----- A Cidade como um Jogo de Cartas, São Paulo, Projeto, 1988.

SCHMIDT, Benício Viero. "Brasília como Centro Político" In PAVIANI, Aldo (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço Urbano em Questão, São Paulo, Projeto, 1985.



SENNETT, Richard. The uses of Disorder, Personal Identity and City Life, Victoria, Penguin Books, 1970.

----- O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (org.). São Paulo: O Povo em Movimento. Petrópolis, Vozes / CEBRAP, 1981.

SOUSA, Nair H. B. Construtores de Brasília Estudo de Operários e sua Participação Política, Petrópolis, Vozes, 1983.

TEIXEIRA, Hermes A. Brasília: o Outro Lado da Utopia. Dissertação de Mestrado / Dep. de História, UnB, 1982.

TURNER, Victor W. The Ritual Process. Structure and Anti-Structure. London, Routledge & Kegan Paul, 1969.

TUAN, Yu Fu. Topofilia, Difel, 1974.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

VESENTINI, Jose W. A Capital da Geopolítica, São Paulo, Atica, 1987.

VÖGEL, Arno e SANTOS, C. N. F. Quando a Rua Vira Casa. A Apropriação de Espaços de uso Coletivo em um Centro de Bairro. São Paulo, Projeto / FINEP / IBAM. 1985.

ZANOTTA, Lia e MAGALHAES, Themis Quezado. Imagens do Espaço: Imagens de Vida In PAVIANI, Alois (org.) Brasília Ideologia e Realidade Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto. 1985.

ZARUR, George de C. L. Proposta para um Grupo de Trabalho sobre Identidades na América Latina. ms apresentado no I Seminário Latino Americano de Antropologia, Brasília. 1987.

ANEXOS :

BRASÍLIA - D.F.

INSTRUMENTO PARA OCUPAÇÃO PRECÁRIA DE IMÓVEL

Do :

Para :

Assunto:

Processo n° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

1 Fica AUTORIZADO o (s) Sr (a) \_\_\_\_\_ e  
 \_\_\_\_\_, nac. \_\_\_\_\_, est. civ. \_\_\_\_\_,  
 func. \_\_\_\_\_, portador da cart. ident. n° \_\_\_\_\_, expe  
 dido pela \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
 natural de \_\_\_\_\_, filiação \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_,  
 atualmente morando no (a) \_\_\_\_\_,  
 a ocupar a título precário na forma do que preceitua o artigo 24 da  
 Lei 4.545/64, o imóvel de propriedade desta Companhia sito na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, sem qualquer vínculo locati  
 vo, devendo o ocupante ora autorizado devolver o imóvel e chaves tão  
 logo solicitado, ficando obrigado a assim proceder no prazo de quin  
 ze (15) dias sob pena de multa equivalente a dez por cento (10%) do  
 salário mínimo local, por dia de atraso, sem prejuízo de medida judi  
 cial cabível que reintegre o imóvel ao patrimônio da Empresa.

2. Todos os reparos que se fizerem necessários no imóvel são  
 de exclusiva responsabilidade do novo ocupante e serão feitos às suas  
 expensas. As benfeitorias porventura executadas no imóvel passam a  
integrá-lo, não havendo restituição de dinheiro ou de outra espécie  
 quando ocorrer a desocupação, nem assistirá ao ocupante qualquer di  
 reito de retenção pelas mesmas, sejam elas necessárias úteis ou vó  
 luptuárias.

3. O autorizado ocupante declara aceitar e acatar as normas  
 existentes ou as que forem baixadas na Empresa sobre este tipo de  
 ocupação. O pagamento de luz, gás, telefone ou similares é de exclu  
 siva responsabilidade do autorizado que também pagará despesas fis  
 cais (impostos, taxas de administração e fiscalização) relativas e  
 incidentes sobre o imóvel se assim vierem a ser determinadas pela  
 TERRACAP.

4. O imóvel (com suas benfeitorias) ocupado a título precário,  
 não pode ser, cedido, emprestado, sublocado, traspassado, transferi  
 do ou alienado por qualquer forma a quem quer seja, pessoa física ou  
 jurídica, nem a Órgão Público. A simples infração acarretará a apli  
 cação do tópico número um (1) acima, in fine.

5. O interessado pagará o emolumento cobrado com a expedição  
 de Guia a ser apresentada na CEB e CAESB (ou a outros Órgãos) para  
 efeito de inscrição ou mudança de nome nesses Órgãos. Pagará ainda o  
 autorizado quaisquer despesas que forem despendidas para alguma pro  
 positura de medida judicial inclusive honorários profissionais.

6. O presente instrumento está sendo assinado em três (3)  
 vias.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

RECEBI nesta data o original e passei recibo em duas cópias obrigando-me a voltar a assiná-las quando receber as chaves.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 197\_\_

---

RECEBI em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 197\_\_ a (s) chave (s) do imóvel retro mencionado. Declaro e confirmo que aceito todas as condições estabelecidas no inteiro teor do retro "Instrumento para Ocupação Precária de Imóvel".

---

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_\_  
Endereço

2) \_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_\_  
Endereço

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, O MINISTÉRIO  
DA CULTURA, E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA,  
COM O INTUITO DE PROMOVER A SUA PARTICI  
PAÇÃO CONJUNTA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO, CULTURAL E NATURAL DO DIS -  
TRITO FEDERAL.

Aos 12 dias do mês de dezembro de 1985,  
o DISTRITO FEDERAL, doravante denominado DF, neste ato representa  
do por seu Governador, Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, o MINIS  
TÉRIO DA CULTURA, doravante denominado Minc, neste ato representa  
do por seu Ministro, Professor ALUÍSIO PIMENTA, e a UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA, doravante denominada UnB, neste ato representada por seu  
Reitor, Professor CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE, e conside  
rando que nos seus quatro anos de atuação, vem sentindo a necessi  
dade de inserção de princípios de preservação do patrimônio his  
tórico, cultural e natural, de forma articulada entre os diversos  
órgãos locais; - considerando que o acentuado desenvolvimento eco  
nômico de Brasília possa acarretar um crescimento desordenado im  
plicando na perda de sua identidade a nível físico e cultural; -  
considerando a ausência de conceitos já consagrados para a pre  
servação e desenvolvimento de cidades novas e neste sentido, sen  
do Brasília exemplo piloto no Brasil, carente de uma política pa  
ra preservação dinâmica de seu patrimônio; e - considerando o no  
tório interesse da população em participar das decisões sobre o  
processo de preservação e desenvolvimento de sua cidade e nesse  
sentido, a crescente demanda por soluções de consenso entre gover  
no e população, fortalecendo o processo de emancipação política de  
Brasília, resolvem celebrar este Protocolo, na forma e condições  
das cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objetivo Geral -  
Estabelecer cooperação mútua para estudar, propor e adotar medidas  
de proteção ao patrimônio histórico, cultural e natural do Distri  
to Federal, nas seguintes áreas de atuação: a) Patrimônio Natural;  
b) Patrimônio Construído; c) Pesquisa e Documentação; e d) Educa  
ção e Divulgação. CLÁUSULA SEGUNDA - Dos Participantes - São par  
ticipantes do presente Protocolo: I - Pelo DF, a Secretaria da Cul  
tura, através do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico,  
do Arquivo Público e da Fundação Cultural; a Secretaria de Educa  
ção, através da Fundação Educacional; a Secretaria de Viação e



Obras, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Departamento de Programação e Coordenação de Obras, da Companhia Imobiliária de Brasília e da Companhia Urbanizadora da Nôca Capital; a Secretaria do Governo, através da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e da Coordenação das Administrações Regionais; a Secretaria de Serviços Sociais, através da Fundação do Serviço Social, da Sociedade de Habitações de Interesse Social e do Grupo Executivo para assentamento de Favelas e Invasões; a Secretaria de Serviços Públicos, através do Departamento de Transportes Urbanos e da Companhia de Água e Esgotos; a Secretaria de Agricultura e Produção, através da Fundação Zoobotânica, da PRÓFLORA-Florestamento e Reflorestamento e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; a Procuradoria Geral e o Departamento de Turismo. II - Pela UnB, seus Institutos, Faculdades e órgãos Suplementares. III - Pelo MinC, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Secretaria de Ação Cultural e a Fundação Nacional Pró-Memória. CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Objetivos Específicos - a) articular e orientar as políticas de ocupação territorial e de desenvolvimento urbano do Distrito Federal, de modo a atender os objetivos de proteção ao patrimônio Histórico, cultural e natural do Distrito Federal; b) buscar uma atuação conjunta na definição de atividades no campo educacional, ressaltando a importância do conhecimento e preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal; c) promover articulação com entidades representativas da população sobre o encaminhamento da política de preservação do patrimônio cultural; d) desenvolver estudos e pesquisas referentes a história de Brasília e suas manifestações culturais, promovendo seu registro e divulgação. CLÁUSULA QUARTA - Das Atribuições dos Participantes - I - do DF; em conjunto com o MinC e a UnB, estudar o patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal e elaborar medidas viabilizando a política de preservação em sua área de competência e contribuir para os programas de ensino, pesquisa e extensão da UnB, relativos ao tema; II - da UnB; assessorar o DF e o MinC no estudo do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal e na elaboração de medidas para sua preservação; III - do MinC; em conjunto com o DF e a UnB, estudar o patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal e elaborar medidas viabilizando a política de preservação em sua área de competência e contribuir para os programas de ensino, pesquisa e extensão

da UnB relativas ao tema. CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações e dos Órgãos de Preservação - a) indicar áreas de interesse de preservação que necessitem tratamento diferenciado; b) apresentar propostas e diretrizes para preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal; c) prestar assessoria aos órgãos do Distrito Federal na elaboração de programas, projetos e normas, para propostas de utilização do seu patrimônio cultural e natural; d) emitir parecer quando necessário, sobre ações de interesse de preservação cultural; e) informar aos participantes deste Protocolo, ações de preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal, assim como experiências neste âmbito no Brasil e no exterior. CLÁUSULA SEXTA - Dos Ajustes Operacionais - Os ajustes operacionais necessários à correta e inteira execução do presente Protocolo serão estabelecidos entre os participantes através de documento específico e programas de trabalho. CLÁUSULA SÉTIMA - Do prazo de validade e publicação - O presente Protocolo terá o prazo de 05 (cinco) anos, entrando em vigência na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas deste, podendo ser renovado, prorrogado ou rescindido se houver interesse dos participantes. E, por estarem de acordo e compromissados, assinam este Protocolo, para um só efeito de direito, em 03 (três) vias, cada uma das quais constituirá um original e todas em um só instrumento.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)

  
Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

PELO MinC

(as.)

  
ALUISIO PIMENTA

PELA UnB.

(as.)

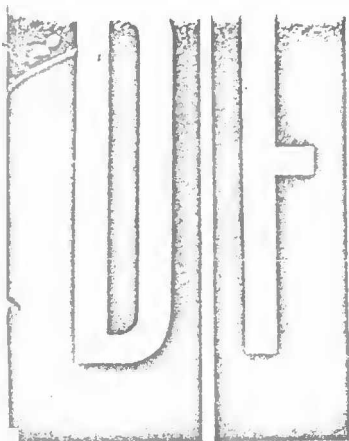
  
CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE

TESTE MUNHAS

(as.)

  
DIVANEIDE GOMES DE JESUS

ep/



# DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 25 de abril de 1968

ANO XII — N.º 78

## SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR.....	1
SECRETARIA DE SAÚDE.....	6
SECRETARIA DE VIAÇÃO	
E OBRAS .....	6
TRIBUNAL DE CONTAS DO	
DF.....	12
ATAS, CONTRATOS,	
CONVÊNIOS E BALANÇOS.....	12
EDITAIS, AVISOS,	
E DECLARAÇÕES.....	18

## ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.079, DE 21 DE ABRIL DE 1968

Dispõe sobre o tombamento do conjunto da VILA PLANALTO, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os Artigos 3º, Incisos III, e 20, Inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o disposto no Artigo 180, Parágrafo Único da Constituição da República Federativa do Brasil e,

Considerando que a Vila Planalto representa um dos principais testemunhos da época da construção de Brasília, de reconhecido valor histórico no processo de ocupação do território do Distrito Federal;

Considerando que a Vila Planalto reúne Acampamentos originários de diversas companhias construtoras relevantes na primeira fase da cidade;

Considerando que a organização espacial da Vila Planalto mantém características do período de sua implantação onde estão presentes os princípios da arquitetura moderna miscigenados à estruturação sócio-espacial tradicional, objeto peculiar no contexto do patrimônio do Distrito Federal;

Considerando que parcela da população da Vila Planalto constitui-se em

história viva da cidade, desde a fase de sua construção e que ao longo dos anos tem lutado pela preservação desse núcleo;

Considerando a possibilidade de implementar um processo inédito de preservação conjunta de um patrimônio contemporâneo, possuidor de grande vitalidade, envolvendo população e organismos governamentais de diversas esferas;

Considerando a possibilidade de resgate das raízes da história de Brasília;

Considerando, finalmente, que o Governo do Distrito Federal entende que Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, deve ter assegurada a preservação de sua história;

### DECRETA:

Art. 1º — Considera-se sob a proteção do Governo do Distrito Federal, a título de tombamento, o conjunto "Vila Planalto".

Parágrafo único — Para proteção do elemento referido no presente Artigo, fica definido o perímetro da Vila Planalto e respectiva área de tutela constantes do Anexo I, do presente Decreto.

Art. 2º — A integridade do conjunto da Vila Planalto será assegurada pela

preservação de suas características essenciais, que lhe conferem o caráter peculiar e único prevalecendo sua escala bucólica, obedecendo os requisitos discriminados abaixo:

I — Preservação da característica de mimetização da Vila na paisagem, através da manutenção de sua vegetação;

II — A área de tutela será bom acondicionada, com preservação da cobertura vegetal do cerrado nativo e os trechos livres serão arborizados na forma de bosques de maneira a reforçar a presença da vegetação sobre as edificações;

III — Preservação do traçado urbano original, caracterizado por quadriculões, ruas, largos e praças;

IV — Preservação da identidade, pontos de encontro e relações de vizinhança próprias a cada um dos Acampamentos da Vila;

V — Preservação da linguagem arquitetônica peculiar;

VI — Preservação dos espaços de valor simbólico e referencial para a população e história do conjunto da Vila Planalto;

VII — Preservação de sua estrutura urbana original, admitindo-se apenas a restauração das unidades em ruínas;

Art. 3º — As normas de preservação, ocupação e uso do solo para o conjunto tombado e área de tutela, serão definidas pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, — CAUMA, cujos membros, previamente, a Secretaria de Cultura e a TERRACAP.

Art. 4º — Qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos bens referidos nos Artigos anteriores será considerado crime contra o Patrimônio do Distrito Federal e como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais, sem prejuízo das reparações civis.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

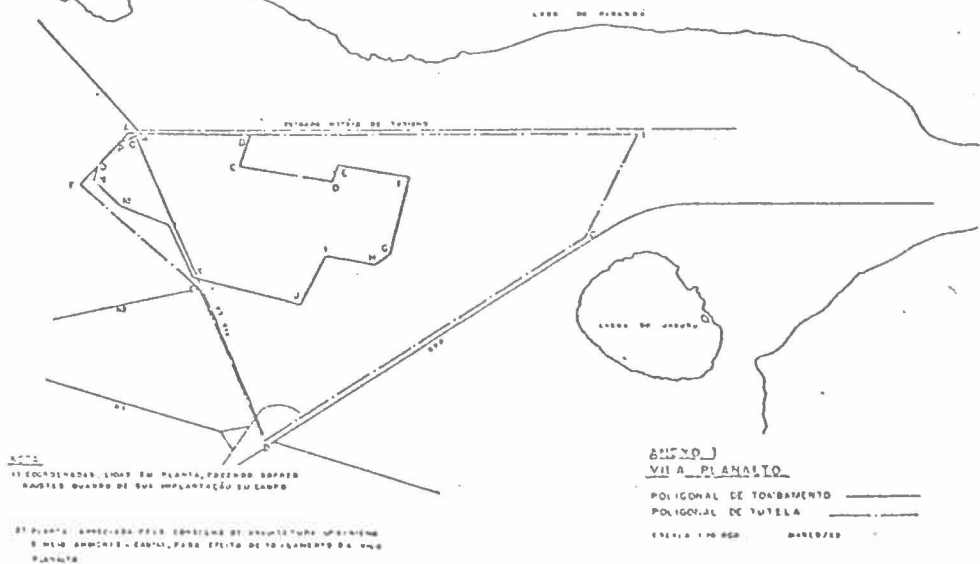
Brasília, 21 de abril de 1968  
100ª da República e 28ª de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA  
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVA  
VEIRA

D'ALEMBERT JORGE JACCOUD

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS



**DECRETO Nº 11.690, DE 21 DE ABRIL DE 1968**

Dispõe sobre critérios de fixação da Vila Planalto, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, Inciso II da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e,

Considerando o Decreto nº 11.079/68 de tombamento do conjunto da Vila Planalto, visando a sua preservação física e social, de valor histórico no processo de ocupação do território do Distrito Federal;

Considerando a importância social do assentamento dos moradores que residem na Vila Planalto;

Considerando o empenho da comunidade em preservar a estrutura de seu espaço de residência e convívio;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios para o assentamento dessa população na área definida pelo perímetro de tombamento;

Considerando o anteprojeto do Grupo Consultivo da Política Habitacional para as Populações de Baixa Renda, aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA);

**DECRETA:**

Art. 1º — A fixação da Vila Planalto, declarada como área de tombamento pelo Governo do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 11.079/68 é competência da Secretaria de Viação e Obras, da Secretaria de Cultura, da Secretaria de Serviços Sociais, através da Fundação do Serviço Social, da Secretaria de Serviços Públicos, da Companhia Imobiliária de Brasília e do Programa de Habitação do Distrito Federal.

Art. 2º — Na seleção dos moradores a serem fixados na Vila Planalto serão obedecidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I — Ter domicílio na Vila Planalto há mais de 5 (cinco) anos, ininterruptamente, na data de publicação deste Decreto;

II — Estar inscrito no levantamento sócio-econômico realizado em 1966/67, na Vila Planalto, pela Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. — SHIS;

III — Não ser e não ter sido cesionário, proprietário, promitente comprador de unidade residencial no Distrito Federal.

Parágrafo único — Aplica-se subsidiariamente à seleção de que trata este artigo o Regulamento do Cadastro Geral de Pretendente à Moradia no Distrito Federal.

Art. 3º — Para implementação do processo de assentamento e fixação da Vila Planalto, fica instituído o Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto (GEAP), com duração de 2 (dois) anos, prorrogáveis, critério do Governador.

§ 1º — Os órgãos e entidades citados no art. 1º deste Decreto deverão indicar um representante, com dedicação exclusiva, para integrar o GEAP.

§ 2º — O Governador designará o Coordenador do GEAP.

§ 3º — O Grupo Consultivo da Política Habitacional para as Populações de Baixa Renda deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Decreto, encaminhar à consideração do Governador, projeto de estrutura e atribuições do Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto (GEAP).

§ 4º — O Grupo Executivo será sediado na Vila Planalto em imóvel de significativo valor histórico, a ser indicado pelo Distrito Federal.

Art. 4º — Não haverá alienação de imóveis, áreas ou parcelas de áreas dentro do perímetro de tombamento do conjunto da Vila Planalto.

Art. 5º — A utilização das unidades imobiliárias da Vila Planalto no processo de fixação e preservação dar-se-á através de contrato de concessão de uso, previsto no art. 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, estipulando-se a respectiva taxa de ocupação de acordo com a área da unidade e a renda familiar do concessionário.

Parágrafo único — Os prazos dos contratos de concessão de uso serão de 25 anos, prorrogáveis.

Art. 6º — O contrato de concessão de uso, cujo minuta-padrão será aprovada pelo Conselho de Administração da TERRACAP e homologada por Decreto do Governador, definirá os casos de perda, pelo concessionário, do direito à concessão e as hipóteses de indenizações de benfeitorias.

Art. 7º — A redistribuição de unidades desenvolvidas ou retomadas será regulamentada pelo Conselho de Administração da TERRACAP, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do presente Decreto, sendo em seguida encaminhada à apreciação do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 8º — Os recursos a serem arrecadados na forma do artigo 5º serão aplicados conforme disposto em Resolução do Conselho de Administração da TERRACAP, preferencialmente, na preservação da Vila Planalto.

Art. 9º — A Vila Planalto terá um Conselho Comunitário cujas atribuições, serão, dentre outras, propor alternativas de solução para os problemas locais e sugerir as prioridades de aplicação de recursos.

§ 1º — O Conselho será integrado por 11 (onze) membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo 3 (três) designados pelo Governador e 8 (oito) eleitos pelos concessionários, dentre eles, em votação direta e secreta.

§ 2º — A primeira eleição para escolha dos membros do Conselho será regulamentada pelo Grupo Executivo com a participação da Associação dos Moradores, da Prefeitura Comunitária e do Centro Social da Vila Planalto, com um representante cada uma.

§ 3º — O Governador nomeará 3 (três) integrantes do Conselho para compor o Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto (GEAP).

Art. 10 — Os trabalhos prestados pelos membros do Conselho Comunitário são gratuitos e considerados serviços relevantes.

Art. 11 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de abril de 1968

100ª da República e 28ª de Brasília  
**JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**  
 Governador do Distrito Federal  
**CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA**  
**JOSÉ CARLOS MELLO**  
**ADOLFO LOPES JAMEL EDIN**  
**D'ALEMBERT JORGE JACCOUD**  
**BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS**  
**GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES**

**DECRETO DE 21 DE ABRIL DE 1968**

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Brasília, e nos termos do Decreto nº 4.620, de 05 de abril de 1979,

RESOLVE promover, nos Quadros da Ordem,

AO Grau de Grã-Cruz:

01 — Sua Excelência o Senhor **Mallson Ferreira de Nobrega**, Ministro de Estado da Fazenda;

02 — Senhor **Ernesto Silva**, Diretor do Núcleo de Controle de Programas de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal;

AO Grau de Grande-Oficial:

03 — Sua Excelência o Senhor **Ministro Roberto Ferreira Rosas**, Membro do Tribunal Superior Eleitoral;

04 — Sua Excelência o Senhor **Lindberg Aziz Cury**, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Distrito Federal;

05 — Sua Excelência o Senhor **Arlécio Alexandre Gazal**, Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos e de Reforma Administrativa do Distrito Federal;

06 — Senhor **Coronel PM Almir Maia Ribeiro**, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;

07 — Senhor **Coronel BM José Roberto Megale Vale**, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

AO Grau de Comendador:

08 — Senhor **Nury Andraus Gassoni**, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal;

09 — Senhora **Norma Líbia Hermann Blavati**, Empresária;

10 — Senhor **Márcio da Silva Cotrim**, Assessor de Publicidade da Presidência do Banco do Brasil S/A.

Distrito Federal, 21 de abril de 1968

**JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**  
 Governador do Distrito Federal  
 Ano I, Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade

**DECRETO DE 21 DE ABRIL DE 1968**

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Brasília, e nos termos do Decreto nº 4.620, de 05 de abril de 1979,

RESOLVE admitir, nos Quadros da Ordem,

No Grau de Grã-Cruz:

01 — Sua Eminência Reverendíssima **Cardenal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota**, post-mortem;

02 — Sua Eminência Reverendíssima **Cardenal Agnelo Rossi**;

03 — Sua Excelência o Senhor **Jáder Fontenelle Barbalho**, Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;

04 — Sua Excelência o Senhor **General-de-Exército Reynaldo Mello de Almeida**;

05 — Sua Excelência o Senhor **Temente-Brigadeiro de Ar Antonio Geraldo Peixoto**, Presidente do Superior Tribunal Militar;

06 — Sua Excelência o Senhor **Embaixador Josué de Souza Montello**, Delegado Permanente do Brasil na UNESCO;

07 — Sua Excelência o Senhor **Senador Nelson Carneiro**;

08 — Senhor **Professor Léon Pressouyre**, Relator do Processo de Brasília na UNESCO;

09 — Sua Excelência o Senhor **Ministro Oscar Dias Corrêa**, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral;



**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Diretor Responsável:**

**Wanderley Diniz**

**Editor:**

**Antonio Castelo Branco**

**Conselho Diretor:**

**Cezar Bado — Clemente Luz —**

**Moacir de Oliveira e**

**Ovaldo Peralva**

**Telefones:**

**Redação: (direto) 225-7803**

**PABX: 225-6830 — Ramal 312**

**Assinaturas:**

**Semestral . . . . . Cz\$ 1.200,00**

**Avulso: . . . . . Cz\$ 20,00**

Brasília, 27 de Junho de 1988

- XIV — preparar dados estatísticos dos sorteios, campanhas realizadas e da arrecadação tributária;
- XV — executar outras atividades que lhe forem cometidas.

**CAPÍTULO IV  
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 12 — A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, 02 (duas) vezes por mês.

Parágrafo único — A Comissão poderá reunir-se extraordinariamente quando convocada pelo Presidente ou pelo menos 03 (três) de seus membros, nos casos de urgente necessidade ou de motivo relevante devidamente comprovados.

Art. 13 — As reuniões serão públicas e todos os fatos nelas ocorridos registrados em ata.

Art. 14 — Excepcionalmente será permitida a realização de reunião com a presença mínima de 03 (três) membros.

Parágrafo único — Na impossibilidade de se realizar a reunião por falta da presença mínima, o fato será também registrado em ata, devendo constar os nomes dos membros presentes e ausentes.

Art. 15 — A convite do Presidente da Comissão qualquer pessoa poderá comparecer às reuniões para prestar esclarecimentos, ou — informações, por solicitação dos membros.

Art. 16 — A ordem dos trabalhos nas reuniões será a seguinte:

- I — abertura;
- II — verificação de presença;
- III — leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- IV — leitura, discussão e deliberação sobre assuntos contidos na pauta;
- V — sorteio ou distribuição de processos e tarefas;
- VI — assuntos diversos;
- VII — encerramento.

Art. 17 — Anunciada a discussão de cada assunto da pauta, após a exposição da matéria pelo relator, os membros poderão se manifestar sobre a mesma.

Art. 18 — Encerrada a discussão, o Presidente dará a palavra ao relator para proferir o voto, seguindo-se a votação dos membros, devendo o Presidente ser o último a votar.

§ 1º — As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, sendo que o Presidente, além do voto comum, terá o voto de desempate.

§ 2º — A qualquer membro será facultado examinar a matéria em votação ou vista do processo, podendo, nos casos em que não se considerar habilitado a votar, solicitar o adiamento da decisão.

Art. 19 — Os processos e tarefas serão distribuídos através de sorteio ou pela critério de quantidade ou complexidade.

Parágrafo único — Será fixado pelo Presidente prazo para exame da matéria e apresentação do relatório.

Art. 20 — Ao relator é facultado solicitar a prorrogação do prazo esti-

mulado, sempre que a matéria o justificar.

Art. 21 — Os atos normativos de caráter geral expedidos pela Comissão de Campanhas de Incentivos à Arrecadação serão denominados "Resoluções".

Parágrafo único — As Resoluções terão ementa, numeradas seqüencialmente e serão transcritas em ata após assinadas pelos membros presentes.

Art. 22 — Os Pareceres emitidos em casos concretos, após aprovados, serão denominados "Decisões" e transcritos em ata.

Art. 23 — As atas das reuniões, contendo exposição sucinta dos trabalhos, serão datilografadas em folhas soltas, posteriormente lavradas em livro próprio, com folhas numeradas, aberto e rubricado pelo Presidente.

Art. 24 — Feita a leitura da ata e sendo a mesma aprovada, esta será assinada pelos membros presentes à reunião que lhe deu origem e por quem a tiver lavrada.

Art. 25 — As retificações serão consignadas na ata da reunião seguinte.

Art. 26 — As atas deverão conter:

- I — dia, mês, ano e hora de abertura e encerramento da reunião;
- II — o número e nome dos membros presentes;
- III — relação dos expedientes filiais na reunião;
- IV — resultado da distribuição de processos;
- V — natureza, número, nome das partes e resultado dos relatórios apresentados.

**CAPÍTULO V  
DA REMUNERAÇÃO**

Art. 27 — A gratificação pela participação em reuniões da Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação, devida aos respectivos membros e secretário, terá por base o valor da remuneração atribuída ao nível 01 (um) do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, nos seguintes percentuais:

- I — Presidente — 60% (sessenta por cento);
- II — Membro — 60% (sessenta por cento);
- III — Secretário — 18% (dezoito por cento).

§ 1º — A gratificação do Presidente será acrescida, a título de representação, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre a importância a que fizer jus.

§ 2º — A gratificação devida aos membros efetivos ou suplentes e ao Secretário da Comissão, será proporcional ao comparecimento às reuniões ordinárias realizadas no mês.

§ 3º — As atividades de Secretário serão remuneradas na forma deste artigo desde que não correspondente a cargo ou função específica.

**CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 28 — O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposição da Comissão de Campanhas de Incen-

tivo à Arrecadação, em maioria absoluta de votos, observada a legislação em vigor.

Art. 29 — Em casos excepcionais o Presidente poderá, "ad referendum" do Plenário, adotar providências pela Comissão visando o cumprimento do presente Regimento.

Art. 30 — Os membros efetivos e suplentes estão impedidos de concorrer aos sorteios promovidos pela Comissão.

**CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 31 — Os casos omissos serão objeto de deliberação pela Comissão.

Art. 32 — Fica o Secretário de Finanças do Distrito Federal, responsável pelo acompanhamento e controle do disposto neste Decreto.

Art. 33 — As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta de dotação própria da Secretaria de Finanças.

Art. 34 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 2.912, de 04 de junho de 1975 e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1988  
100ª da República e 29ª de Brasília.

**JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**  
Governador do Distrito Federal  
**MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO**

DECRETO Nº 11.149,  
DE 23 DE JUNHO DE 1988

Dispõe sobre as atribuições e competências do Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e considerando o que consta do Processo nº 020.000.365/88,

**DECRETA:**

Art. 1º — O Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto — GEAP, criado pelo Decreto nº 11.080, de 21 de abril de 1988, tem por finalidade incumbir-se do processo de Assentamento e Preservação da Vila Planalto.

Art. 2º — O GEAP vincula-se ao Gabinete do Governador e tem a seguinte composição:

- I — 1 (um) coordenador, nomeado pelo Governador;
- II — 1 (um) representante da Secretaria de Vição e Obras;
- III — 1 (um) representante da Secretaria de Serviços Públicos;
- IV — 1 (um) representante do Secretário Extraordinário da Habitação;
- V — 1 (um) representante da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP;
- VI — 1 (um) representante da Fundação do Serviço Social;

VII — 1 (um) representante do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico;

VIII — 3 (três) membros do Conselho Comunitário da Vila Planalto, e colidos pelo Governador dentre os eleitos por seus moradores.

§ 1º — O GEAP será constituído pelo ato do Governador, após a indicação dos representantes pelos titulares de órgãos e entidades que o compõem.

§ 2º — Os representantes dos órgãos e entidades da Administração do Governo do Distrito Federal, atuando em dedicação prioritária.

§ 3º — Os membros do GEAP, indicados pelo Distrito Federal, não poderão constar, nem ter parentes até 2º grau que constem do cadastro realizado pela Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda — SHIS, na Vila Planalto, em 1986/87.

Art. 3º — O GEAP poderá solicitar o apoio das entidades que firmaram o Protocolo de Cooperação Mútua entre Distrito Federal, Ministério da Cultura Universidade de Brasília, em 05 de dezembro de 1985.

Art. 4º — São objetivos do GEAP:  
I — assegurar a integridade do conjunto da Vila Planalto como patrimônio histórico do Distrito Federal, através de proposição de medidas que preservem as características de sua estrutura sócio espacial;

II — promover o crescimento da população e a preservação da Vila Planalto, conforme o estabelecido no Decreto nºs. 11.079, 11.080, de 21 de abril de 1988 e 11.104, de 17 de maio de 1988;

III — estimular a participação e a integração dos moradores nesse processo.

Art. 5º — Compete ao GEAP:

- I — elaborar, ouvido o Conselho Comunitário, o Plano Diretor para o assentamento e preservação da Vila Planalto, adequando-o às necessidades da comunidade, definindo etapas de sua execução e submetendo-o à aprovação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal e ao Grupo Consultivo para Política Habitacional de Baixa Renda que decidirá sobre o seu encaminhamento;
- II — orientar a elaboração dos programas e a execução dos projetos integrantes do Plano Diretor;
- III — acompanhar e atuar junto aos órgãos do Governo do Distrito Federal, na execução de medidas relacionadas ao assentamento e preservação da Vila Planalto;

IV — solicitar e propor, aos órgãos competentes, soluções técnicas adotadas no assentamento e preservação da Vila Planalto;

V — manter articulação permanente com o Conselho Comunitário, através de reuniões regulares;

VI — promover a permanente discussão, com a população, dos questões relativas a educação, saúde, moradia, desenvolvimento comunitário, meio ambiente, patrimônio cultural e outros aspectos relacionados com a melhoria da condição de vida da comunidade;

F O F O C A S E M E N T I R A S N Ã O M E A M E D R O N T A M

NOVAMENTE SURGE EM NOSSA VILA, UMA SERIE DE MENTIRAS E FOFOCAS FORJADAS POR PESSOAS, QUE NÃO FAZEM OUTRA COUSA A NÃO SER, CONFUNDIREM A POPULAÇÃO, COM UMA ÚNICA FINALIDADE, DE PREJUDICAREM A PRÓPRIA COMUNIDADE. ESTAS PESSOAS, NÃO ESTÃO ME ATINGINDO EM ME ACUZAREM. NA VERDADE, QUEREM QUE NOSSA COMUNIDADE CONTINUEM COM OS MESMOS PROBLEMAS SOCIAIS E SEM DEFINIÇÃO PARA AS SUAS MORADIAS, NÃO PERMITEM QUE NOSSA VILA PLANALTO, SEJA LOTEADA PARA TODOS, POIS, COM O LOTEAMENTO, VIRIA A CONDIÇÃO DIGNA DE MORADIA PARA TODOS, E QUANDO FALO EM TODOS, ESTÁ INCLUIDO, SOLTEIROS, AGREGADOS E FAMILIAS DE BAIXA RENDA FAMILIAR. TODOS, SÃO IGUAIS PERANTE OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS. O DIREITO DO MAIS RICO É IGUAL AO DO MAIS POBRE, ACONTECE QUE, TEM RICOS QUE SENTEM-SE HUMILHADOS, TEM VERGONHA DE MORAREM COM OS POBRES, EU CONSIDERO ISTO, UMA DISCRIMINAÇÃO SOCIAL QUE NÃO ACEITO E NÃO IRSEI ABRIR MÃO DE LUTAR CONTRA ESTAS PESSOAS QUE SE JULGAM NO DIREITO DE OFENDEREM, DESRESPEITAREM, ACUZAREM E TOMULTAREM, CONFUNDINDO A MENTE DE NOSSA POPULAÇÃO. ESTAS MESMAS PESSOAS, SABEM QUE MINHA LUTA, TEM SIDO PARA LOTEAR A VILA PLANALTO, NÃO DEFENDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA VILA, SOB MINHA ADMINISTRAÇÃO NA AMVP, NÃO TRABALHO PARA PERSERVAR E MANTER AS MESMAS CARACTERISTICAS ATUAIS DE NOSSA VILA, NÃO SOU AGENTE DO GOVERNO A SERVIÇO DO GOVERNO, MEU COMPROMISSO, É COM A COMUNIDADE. NÃO SOU E NÃO PRETENDO SER CANDIDATO A NADA PARA ME ELEGER COM O VOTO POLITICO. É IMPORTANTE QUE A COMUNIDADE SAIBA QUE O PROJETO DE FIXAÇÃO PARA NOSSA VILA, FEITO PELOS TÉCNICOS DA URB E GRUPO DE TRABALHO (GT), FOI REJEITADO PELO SENHOR SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, E CONSEQUENTEMENTE, NÃO SERÁ APROVADO PELO CAUMA.

INFELISMENTE, EXISTE PESSOAS QUE NÃO TEM ONDE MORAREM E DEFENDEM A PERSERVAÇÃO DA VILA E AINDA SE APRESENTAM EM REUNIÕES IMPORTANTES PARA DISCUTIREM ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, ESTA PESSOA VAI SER CONHECIDO O SEU NOME, É UM INIMICO DA COMUNIDADE, E OS INIMICOS COMUNITÁRIOS DEVEM SEREM CONHECIDOS POR TODOS. SAIBAM TODOS OS NOSSOS MORADORES, A CRIAÇÃO DA PREFEITURA COMUNITÁRIA, NÃO FOI BENÉFICA PARA A VILA E SUA COMUNIDADE, ATÉ AGORA, TEM TRANSFORMADO OS TRABALHOS DA AMVP. INFELISMENTE, TEMOS VISO QUE SUA FINALIDADE, NÃO É DE LUTAR PELA A UNIDADE DE TODOS PELO MESMO OBJETIVO, A SUA FINALIDADE É DEFENDER O PATRIMONIO HISTÓRICO, E TOMAR A VILA. ASSIM ESTÁ ESCRITO NOS PAPEIS DE OFICIOS DA PREFEITURA. VAMOS PARTIR PARA UMA SOLUÇÃO, VAMOS REALIZAR ATOS PÚBLICOS, VAMOS REALIZAR PASSEATAS, VAMOS EXIGIR OS NOSSOS DIREITOS. PODEM ME ACUZAREM MENTIROSAMENTE, PODEM DIZEREM QUE AMVP, FOI PROTESTADA, SE ISTO ACONTECEU, É PORQUE NÃO TEMOS DINHEIRO PARA CUSTIAR AS DESPESAS, NÃO PODEMOS ARCAR SOZINHO COM DESPESAS DE MANUTENÇÃO. A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES, NÃO VAI ABANDONAR E NEM TRAIR A SUA COMUNIDADE.